

oficinadoinconfidência
revista de trabalho

oficinadoinconfidência
revista de trabalho



Oficina do Inconfidência | Ouro Preto-MG | Ano 2 | Nº 1 | p. 1-248 | dez.2001 | ISSN 1517-6029

OFICINA DO INCONFIDÊNCIA – REVISTA DE TRABALHO

ISSN 1517-6029

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Cultura
Francisco Weffort

Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas - MinC
Octávio Elísio Alves de Brito

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Carlos Henrique Heck

Diretor do Museu da Inconfidência
Rui Mourão

OFICINA DO INCONFIDÊNCIA: revista de trabalho. – ano 2, n. 1
(dez.) 2001. Ouro Preto: Museu da Inconfidência,
2001.

Anual

1. Museologia - Periódicos I. Museu da Inconfidência

CDD: 068
CDU: 069.1

Conselho editorial	Capa
Caio César Boschi	Detalhes do manuscrito <i>Parnaso Obsequioso</i> , de Cláudio Manuel da Costa, 1768
Fernando Correia Dias	Acervo: Museu da Inconfidência
Gilberto Velho	
Ingred Beck	Reprodução
João Adolfo Hansen	Eduardo Tropia
Lélia Coelho Frota	Projeto gráfico e capa
Márcio Sampaio	Paulo Schmidt
Pedro Xexéu	Formatação
Régis Duprat	Construção da Imagem
Coordenação editorial	Revisão
Carmem Sílvia Lemos	Olga Maria Alves de Sousa

Museu da Inconfidência, Praça Tiradentes, 139
CEP: 35400-000 - Ouro Preto - MG - Brasil
Telefone: (31) 3551-5233 - Fax: (31) 3551-1121
E-mail: museuinc@ouropreto.feop.com.br

sumário

Apresentação	Rui Mourão	9
A luta pela alma: conflito espiritual nas Minas Gerais do século XVIII	Donald Ramos	13
Como se deve fazer a guerra: justiça e mercado nas Minas setecentistas	Marco Antonio Silveira	47
Governadores, bibliotecas e práticas de leitura em Minas Gerais no século XVIII	Luiz Carlos Villalta	77
História e eternidade	Jorge Ruedas de la Serna	97
Glauceste Saturnio e Daliso na Arcádia ultramarina: o elogio como formalização do compromisso	Suely Perucci	115
Ouro Preto: território da palavra Instituições e práticas intelectuais	Fernando Correia Dias	143
Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África	Carmem Silvia Lemos	195
Música brasileira	Régis Duprat	223
Sobre os autores		239

apresentação

Rui Mourão

O lançamento do número zero desta publicação, correspondendo à expectativa que em torno dele se formou, veio reforçar-nos a convicção de que o Museu ganhará – e muito – se abandonar a postura recorrente de só falar de dentro para fora e conseguir estabelecer diálogo com a comunidade intelectual que atua além dos seus limites. A disposição de realizar essa mudança de perspectiva, apenas anunciada, provocou uma corrente de interesse que se expandiu com generosidade. Muita gente se apresentou com a disposição de ajudar a pensar a instituição e o contexto histórico cultural em que ela se insere. Até do exterior chegaram contribuições, como o presente número está a demonstrar.

No momento, a sociedade brasileira inteira se movimenta para disponibilizar os seus acervos culturais através da rede mundial da Internet. Os esforços isolados que desde o princípio vinham se fazendo vão se tornar agora, com o advento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, programa de Estado, sob a coordenação do Ministério das Comunicações e da Anatel. Um por cento do faturamento das empresas de telefonia será aplicado no programa que objetiva colocar a população brasileira, como um todo, em contato com bibliotecas, museus e centros criadores afins, quer dizer, as retaguardas armazenadoras e propulsoras da nossa cultura.

Esse avanço no sentido da total extroversão das fontes de preservação e produção da criatividade de um povo – que nasceu do entendimento de que aí se encontra a base de integração e formação da nacionalidade – deve ser devidamente compreendido por todos os órgãos que atuam no setor. É chegada a hora da pesquisa cada vez mais séria e abrangente e da ampliação, até o limite do possível, dos seus instrumentos de diálogo com a sociedade. A tecnologia da escrita, somada ou não a recursos audiovisuais, mais do que nunca está sendo valorizada. E o livro, que há séculos se tornou o meio privilegiado da sua utilização, não pode deixar de se colocar a postos, atendendo ao geral e ao particular da sua missão, que é a de manter fidelidade ao campo que lhe é próprio e intransferível e contribuir para que os propósitos dos novos instrumentos de comunicação se cumpram.

O debate cultural verdadeiro e o convívio com a matéria escrita, a um tempo prazeroso e estimulador do desenvolvimento das potencialidades de quem a utiliza, não podem dispensar o volume impresso. *Oficina do Inconfidência - Revista de Trabalho* constitui o esforço daqueles que, trabalhando numa das instituições mais tradicionais do País, desejam viver intensamente o presente.

A luta pela alma: conflito espiritual nas Minas Gerais do século XVIII¹

Donald Ramos

¹ Uma versão deste trabalho foi apresentada na *Conference on Latin American History*, em Boston, Massachusetts, no dia 5 de janeiro de 2001.

O século do ouro foi um período marcado por conflitos em Minas Gerais. A Inconfidência Mineira e os tumultos de 1720, eventos políticos que abalaram Vila Rica e toda a capitania, já são conhecidos e a cada dia vamos aprendendo mais e mais sobre a presença massiva dos quilombos e sobre a participação de calhambolas na vida cotidiana dos habitantes nas Minas Gerais.² Mas, sem dúvida, um dos conflitos mais importantes desse período se acha oculto nas páginas do passado e quase sempre acontecia fora da vista e da compreensão das autoridades. Trata-se da luta pela alma dos moradores nas Minas Gerais.

Nessa época lutava-se pelo espaço espiritual³ e cada habitante, de qualquer status social, se via exposto à influência de valores, crenças e ritos religiosos, desde o catolicismo

² Guimarães, Carlos Magno. Mineração, quilombos e palmares - Minas Gerais no século XVIII. In: Reis, João José; Gomes, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 139-163. Ramos, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais no século XVIII. In: Reis, João José; Gomes, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 164-192.

³ Aqui uso "espaço" no seu sentido psicológico — em termos da religiosidade do povo.

tradicional até as religiões recém-chegadas da África, e as regras de moralidade, que são próprias de qualquer religião, geralmente aconteciam sem o conhecimento dos próprios participantes. O perfil da paisagem religiosa é complexo e o perceberemos de maneira inexata se levarmos em conta nosso ponto de vista contemporâneo. Enquanto se estuda a Igreja Católica e suas instituições centrais como as irmandades e a Inquisição, pouco se sabe das religiões afro, das várias misturas afro-católicas e da espiritualidade do povo mineiro. Conhecemos muito mais a história institucional da igreja dominante e hierárquica do que as religiões populares – o nosso conceito da realidade espiritual geralmente tem sido construído de cima para baixo.⁴ Pretendo, pois, com este trabalho preliminar, abrir um diálogo sobre a questão do conflito espiritual da população mineira, visto de um outro ponto de vista: de baixo para cima.

Inicialmente, gostaria de mostrar que este conflito do espaço espiritual é importante em vários sentidos. Primeiro, é na sua profundidade um conflito de poder – poder tanto institucional quanto cultural.⁵ Segundo, mostra o poder da cultura popular para influenciar o perfil da cultura dominante; tento, no entanto, evitar a polarização destes grupos, e as relações entre estes níveis sociais é que importam neste trabalho.⁶

Minas Gerais durante o século XVIII era um caldeirão fervendo com uma grande variedade de culturas e grupos sociais. Através de um olhar retrospectivo, a sociedade mineira parece ser um altar barroco com sua mistura de povos oriundos de muitos lugares – portugueses do Minho e dos Açores, africanos de Mina e do Congo, brasileiros naturais da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo; pretos nascidos na África, negros, brancos, mulatos, cabras, índios, pardos nascidos no Brasil e Portugal e até chineses e indianos. Nesse ambiente, a presença de várias religiões não deve ser uma surpresa, mas ainda assim a nossa visão desta multiplicidade de crenças é muitas vezes simbolicamente ofuscada pela imponência dos templos católicos, e apenas o catolicismo tradicional se nos apresenta dentro desta paisagem espiritual.

⁴ Existem exceções importantes e aqui quero salientar a contribuição da Profa. Laura de Mello e Souza.

⁵ Levine, Daniel H. *Constructing Culture and Power in Latin America*. In: *Constructing Culture and Power in Latin America*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 1993. p. 21.

⁶ *Ibidem*. p. 23-25. Claro que esta polarização é importante em outros sentidos.

Podemos ver dois níveis de catolicismo. O primeiro é a igreja tradicional dos bispos e as regras dominantes cristalizadas nas *Constituições primeiras*, em que o controle dos instrumentos de poder se dava através de instituições como a Inquisição, de sua burocracia poderosa e dos seus laços eclesiásticos e políticos como os reis e papas, resultando em séculos de tradição. O segundo nível, catolicismo popular, tinha escapado do processo de modernização, começado com o Concílio de Trento. Havia então duas formas da mesma religião, coexistentes dentro da(s) mesma(s) igreja(s), mas muitas vezes em disputa. E era dentro destes monumentos barrocos que se ouviam tambores e vozes de outras crenças, cujas raízes se encontravam na África. Quase sempre esses ritos afros entravam nas igrejas católicas, mas, o contato entre as duas formas religiosas acontecia comumente quando católicos participavam dos ritos “africanos”. E, finalmente, existe outro sistema de valores religiosos escondido na profundidade psicológica da Igreja Católica e do povo luso-brasileiro. Sem dúvida houve uma presença judaica na zona de mineração e a natureza e a dimensão desta presença são, como no caso das religiões afro-brasileiras, difíceis de serem verificadas.

A reação da Igreja Católica a estes sistemas alternativos espirituais, catolicismo popular, crenças africanas e judaísmo, foi sempre forte, mas nunca teve êxito total. Apesar dos vários instrumentos de educação, evangelização⁷ e controle de que a Igreja Católica dispunha, estas religiões alternativas sobreviveram e a religião popular rejuvenescida, que combinava traços portugueses e africanos, prosperava. Enquanto se imagina que os mineiros do século do ouro viveram em um mundo de ortodoxia católica, a realidade é que eles viveram em um mundo muito mais complexo e heterodoxo.

A luta pelo espaço espiritual era um conflito singular porque muitos dos participantes desconheciam sua participação. Enquanto a hierarquia da igreja ortodoxa entendia o conflito e freqüentemente ordenava suas unidades, espiritual e material, para vencer, de um modo geral, os outros participantes deste conflito não reagem para ganhar. Em lugar disto, queriam só sobreviver. Para esclarecer este comportamento, o trabalho de Raymond Williams sobre a diferença entre cultura alternativa e *oppositional* é muito importante. Williams define a cultura da elite como “a cultura dominante efetiva” e

⁷ Incluindo os missionários cuja presença podemos detectar nos documentos, abordagem que até hoje não mereceu estudo sistemático.

argumenta que esta dominação existia porque a elite detinha o poder das instituições culturais e políticas. Em vez de ser uma situação rígida e permanente, Williams descreve uma situação fluida, com a cultura dominante estando sempre em um processo de desenvolvimento.⁸ Os grupos que não pertencem à cultura da elite podem ser chamados alternativos ou de oposição. A distinção mais importante entre os dois é que os membros da cultura alternativa não tentam impor seus valores à sociedade em geral, enquanto os membros da cultura de oposição tentam.⁹

O que podemos ver nas Minas Gerais é uma cultura dominante efetiva e uma cultura alternativa composta de vários elementos diferentes, mas unidos na falta de interesse em derrotar a cultura dominante.¹⁰ É raro que qualquer elemento da cultura popular mineira tente impor seus valores ao sistema dominante.¹¹ Apesar da Igreja Católica querer utilizar todos os seus instrumentos para impor sua visão ortodoxa na população inteira, sua tentativa malogrou e ela teve que acomodar alguns aspectos da cultura popular mineira dentro do seu espaço ortodoxo.¹²

Podemos ver na própria existência da cultura popular, apesar de todas as tentativas da cultura dominante de erradicar estes sistemas de fé, uma reação contra essas tentativas. Não chega a ser um contra-ataque espiritual porque não existia uma organização destas culturas alternativas. Mas é uma resposta à coerção. Nas palavras de

⁸ Neste sentido as idéias de Williams são paralelas às de Carlo Ginzburg. *The Cheese and the Worms: the Cosmos of a Sixteenth-Century Miller*. Trad. John and Anne Tedeschi. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992. Introduction.

⁹ Williams, Raymond. Marxist Cultural Theory. In: Mukerji, Chandra; Schudson, Michael (Ed.). *Rethinking Popular Culture: Contemporary Perspectives in Cultural Studies*. Berkeley: University of California Press, 1991. p. 413-416.

¹⁰ Tem havido alguma controvérsia sobre o papel dos quilombos. Na minha opinião quilombos normalmente não representavam perigo para a existência da cultura dominante e viveram uma relação simbiótica com aquela cultura.

¹¹ Neste sentido a experiência da cultura popular mineira tem muito em comum com o banandanti descrito por Carlo Ginzburg no seu livro *Night Battles: Witchcraft & Agrarian Cults in the Sixteenth & Seventeenth Centuries*. Trad. John and Anne Tedeschi. New York: Penguin, 1985.

¹² É interessante notar que em Virgínia o processo de murmuração não criou uma "cultura oposicional", criou uma opinião popular que teve um papel conservador que reforçou os valores e poderes existentes. *Good Wives, Nasty Wenches & Anxious Patriarchs*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996. esp. p. 99-104, 285-287 e 306-318. Agradeço a Robert A. Wheeler pela referência a este trabalho. Parece que existe uma diferença grande entre Minas Gerais, onde a murmuração pode ser vista como definição de uma cultura alternativa, e a Virgínia colonial, onde serve para reforçar valores culturais dominantes.

James C. Scott, isso acontece em um ambiente onde existe uma apropriação material de mão-de-obra, um sistema social de subordinação e hierarquia e uma justificação ideológica para as desigualdades sociais. Neste ambiente, a cultura alternativa encontra uma maneira para responder sem se prejudicar.¹³ E para poder responder com segurança, a cultura popular muitas vezes utilizou as formas católicas e com algum sucesso. De modo geral, a cultura dominante, representada pela Igreja Católica na sua forma hierárquica, teve que ceder espaço espiritual a alguns elementos da cultura popular, ao mesmo tempo em que se recusava a conceder qualquer espaço à cultura judaica.

A estrutura de controle cultural

A cultura dominante dispunha de vários instrumentos para propagar a sua visão ortodoxa e para limitar ou controlar as culturas alternativas. Estes instrumentos eram interligados e recebiam o apoio das autoridades seculares. Os mais efetivos eram o pároco, o visitador eclesiástico e os agentes da Inquisição.¹⁴ Cada um era sujeito às atitudes e pressões locais visto que muitos dos padres, visitantes e familiares da Inquisição eram membros da sociedade mineira e tinham laços sociais e culturais com esta sociedade. Não podia ser de outra maneira.

¹³ Scott, James C. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990. p. 108-124. Em vez de usar o conceito "cultura alternativa" Scott usa "dissident subculture" mas parece que existem muitas semelhanças entre os dois conceitos.

¹⁴ Neste sentido a atuação do missionário evangélico, embora pouco conhecida, cumpriu um papel importante. Estes missionários usavam sermões emocionais para inculcar nos seus ouvintes os ideais da fraqueza humana. Referências a estes missionários são raras nos documentos, mas parece que tinham a capacidade de emocionar alguns "pecadores." Ver por exemplo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Inquisição de Lisboa, Processo n. 2490, 1759, Antonio de Sá Tinoco.

O pároco era a primeira linha de contato religioso com o povo. Como confessor, ele focalizava sua atenção nos assuntos morais como comportamento sexual, castidade, pensamentos inconvenientes, obrigações sexuais, comportamento marital, etc. Muitos dos párocos eram representantes da cultura local e recebiam seus conhecimentos sobre o bem e o mal dos vários livros de confissão e catecismo que eram publicados freqüentemente entre o século XV e o fim do século XVIII.¹⁵

Um bom exemplo destas obras é o *Catecismo da doutrina cristã*, encomendado pelo patriarca católico de Lisboa, o Cardeal de Mendonça, durante os últimos anos do século XVIII para tomar o lugar dos vários livros de catecismo disponíveis. É interessante observar que Mendonça rejeitou aqueles catecismos preparados depois do Concílio de Trento porque eram complexos demais. Em lugar deles, o patriarca fiou-se no catecismo preparado pelo bispo francês Jean Pierre Biord. Este trabalho foi modificado para refletir o “Nosso Clima, e ... Nossas Constituições.”¹⁶ Mendonça ordenou que em cada freguesia duas pessoas, de preferência crianças, tivessem a responsabilidade de ler as perguntas e as respostas com as perguntas repetidas “para que a sua resposta fique bem gravada na memória do Povo.”¹⁷ Isto deveria acontecer a cada domingo. O *Catecismo da doutrina cristã* é dividido em quatro partes: os preceitos básicos católicos; a vida do cristão; a natureza das graças e dos sacramentos; e os exercícios cristãos. O *Catecismo da doutrina cristã* servia como um guia para a vida cristã, e com isto nos oferece uma janela para vermos os valores básicos da igreja oficial no século XVIII.

Enquanto o *Catecismo da doutrina cristã* foi escrito usando uma linguagem simples, o seu autor usou a fé como a explicação fundamental para o ensino de conceitos espirituais complexos em vez de se fiar em uma explicação detalhada. O conceito da trindade, por exemplo, é explicado como sendo um verdadeiro Deus composto de três pessoas “verdadeiramente distintas”. A próxima pergunta é “E vós entendeis bem isso?” E a resposta dada é “Não; mas Deus manda-me crer, não me manda entender:

¹⁵ Lima, Lana Lage da Gama. Aprisionando o desejo: confissão e sexualidade. [s.n.t.]. Almeida, Angela Mendes de. *O gosto do pecado: casamento, sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII*. [s.n.t.].

¹⁶ Arcebispo de Braga. *Catecismo da doutrina cristã*. Lisboa: Antonio Rodrigues Galhardo, 1791.

¹⁷ *Ibidem*. p. xi.

creio porque Ele o disse.”¹⁸ Obviamente a forma baseada na fé era mais importante no seu sentido espiritual do que um conhecimento da substância da doutrina.

O tratamento dado ao pecado no *Catecismo da doutrina cristã* de 1791 é muito detalhado. A essência de pecado pessoal é que é o resultado da vontade livre – tem que ser o resultado de uma ação voluntária e intencional. Não existe pecado se o pecador não sabe o que é um pecado, um ponto importante quando estudamos a implementação destas idéias no nível local, onde não é raro encontrar casos de pessoas alegando que não sabiam que suas ações eram pecaminosas no momento de lhas cometer. O *Catecismo da doutrina cristã* relata a existência de quatro maneiras de pecar (de pensamento ou desejo, de palavra, de obra e de omissão) e dois tipos de pecado (mortal e venial). Um pecado mortal é visto como uma desobediência séria a uma lei de Deus. De outro lado, um pecado venial era visto como um pecado menor que não implicava a perda de graça apesar de constituir fato que “enfraquece a alma”. Também os pecados capitais são relatados como sendo “soberba, avareza, luxúria, ira, gula, inveja, preguiça”.¹⁹

Central aos valores inerentes ao *Catecismo da doutrina cristã* era a idéia de obediência à autoridade. Na discussão do Quarto Mandamento, por exemplo, a pergunta feita é se uma pessoa devia obedecer só ao pai ou à mãe. O *Catecismo* respondeu que “neste Mandamento nos manda Deus honrar a todos os nossos superiores.”²⁰ A idéia central era aquela de hierarquia ou ordem e não obediência filial – todos os superiores deveriam ser obedecidos.

O mesmo *Catecismo* definiu matrimônio como um sacramento instituído por Jesus Cristo quando ele casou Adão e Eva – um casamento cuja finalidade era a procriação de filhos. A linguagem utilizada no *Catecismo da doutrina cristã* é interessante: o casamento cristão tomou o lugar do casamento como “contrato natural” para poder “santificar o Comércio conjugal entre o homem e a mulher”.²¹ O sentido de “Comércio”

¹⁸ Arcebispo de Braga. *Catecismo da doutrina cristã*. Lisboa: Antonio Rodrigues Galhardo, 1791. p. 3.

¹⁹ *Ibidem*. p. 84-95.

²⁰ *Ibidem*. p. 155.

²¹ *Ibidem*. p. 290. É importante notar que Antonio de Moraes Silva dá como a primeira definição de “Commercio” “a troca das produções naturaes ou da arte, por outras da mesma natureza, ou por dinheiro” mas também dá como a segunda definição “conversaçãõ, trato com alguém.” “Commercio” é usado neste segundo sentido. *Diccionario da lingua portugueza*, 1, p. 421.

era de um negócio com obrigações mútuas. Isto é linguagem metafórica que aparece comumente em documentos do século XVIII que tratam de sexualidade. O casal tinha a responsabilidade de viver “em mútuo amor, e união conjugal; assim como Jesus Cristo a tem com a sua Igreja; e educar bem os filhos”.²² Os objetivos do matrimônio eram “dar em seus filhos quem adore a Jesus Cristo, e novos membros à Igreja; ... servir de companhia, e consolação ao outro consorte; ...atender ao bem de suas almas.”²³

O conceito de hierarquia fica patente na responsabilidade que maridos e mulheres tinham um para com o outro. Mulheres devem aos seus maridos “amor, obediência, fidelidade, paciência, e assistência.” Ao mesmo tempo, maridos devem a suas mulheres “amor terno, sustento, fidelidade, paciência, e assistência.” A diferença está na troca da obediência pelo sustento – a obediência da mulher em troca de receber o sustento do marido. Se existissem problemas conjugais, inclusive a infidelidade do marido, era responsabilidade da mulher aceitar a sua situação. O *Catecismo* explica que “o marido é a cabeça da mulher, e os membros devem acomodar-se com o mal da cabeça, se o há.”²⁴

Em relação ao tópico da castidade, o *Catecismo da doutrina cristã* identificava três formas: “a das Virgens, a dos casados, e a das viúvas”.²⁵ Mas enquanto muitos conceitos recebem tratamento detalhado, o *Catecismo* evita qualquer explicação das várias formas de castidade. Só a virgindade recebe uma explicação maior.

Os manuais disponíveis aos párocos insistiam que só relações sexuais dentro do sacramento do matrimônio eram viáveis. Mas até dentro do matrimônio, a Igreja estabeleceu parâmetros de comportamento. Por exemplo, sexo conjugal não podia acontecer durante dias santos ou em lugares sagrados.²⁶

Os párocos aprenderam a compreender o matrimônio como um contrato em que cada um dos cônjuges devia ao outro uma dívida – uma maneira indireta de descrever o coito. Padre Francisco Sales, um pároco, afirmou que perguntava às

²² Arcebispo de Braga. *Catecismo da doutrina cristã*. Lisboa: Antonio Rodrigues Galhardo, 1791. p. 293.

²³ *Ibidem*. p. 294.

²⁴ *Ibidem*. p. 164-167.

²⁵ *Ibidem*. p. 184.

²⁶ Flandrin, Jean-Louis. Sex in Married Life in the Early Middle Ages: the Church's Teaching and Behavioural Reality. In: Aries, Philippe; Beijin, Andre. *Western Sexuality: Practice and Precept in Past and Present Times*. Trad. Anthony Fraser. Oxford: Basil Blackwell, 1986. p. 120-121.

mulheres casadas durante a confissão “se pagavam o débito a seu marido...”²⁷ Mas ele ia além disto: “lhes ensinava a forma como o haviam de pagar para o fazerem sem pecado...”²⁸ Esta atuação inseria o pároco como confessor e a Igreja no meio das atividades conjugais mais íntimas.

Os párocos também tentaram manter o ideal da castidade entre as mulheres solteiras. Um pároco insistia que cada mulher solteira fizesse a seguinte promessa:

Eu Maria Carvalho prometo a Deus, e a Maria Santíssima e a todos os Santos e a meu Padre São Francisco e a vossa paternidade meu padre espiritual de guardar castidade todo o tempo que me mandar e ele confidente [o padre confessor] lhe respondia: que se o fizesse assim alcançava a vida eterna...²⁹

Claro que era uma promessa que só mulheres faziam. Não era esperado que homens fizessem a mesma promessa e dentro dos valores sociais da época não teria tido sentido.

Assim o pároco era um elemento importante, talvez o mais importante, dos esforços da cultura dominante para controlar o campo socioespiritual da batalha. Um problema para a cultura dominante era que muitos dos padres vinham da sociedade popular e sua formação eclesiástica não podia eliminar os laços com suas comunidades. Por exemplo, Antônio Ferreira da Silva e três irmãos, Manuel, José e Bernardo Antônio, fizeram requerimentos para serem ordenados padres no ano de 1765. Os quatro nasceram na freguesia de Antônio Dias, Vila Rica, e estavam seguindo a tradição familiar – dois tios e cinco primos também tomaram suas ordens.³⁰ Não sabemos os valores destes ou outros indivíduos que tomaram ordens mas é muito provável que trouxessem os valores populares consigo. A presença desses padres nascidos no Brasil deve ter complicado o processo de imposição dos valores ortodoxos e universais.

O segundo instrumento básico para a imposição de ortodoxia religiosa era a visita eclesiástica. Tais visitas em Minas Gerais começaram nos primeiros anos depois do descobrimento de ouro quando os bispos do Rio de Janeiro e Salvador tentaram

²⁷ ANTT. Inquirição de Lisboa, Processo n. 588, Padre Francisco Salles, 6 de outubro de 1742.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ Habilitações n. 112, Arquivo da Cúria de Mariana.

estabelecer suas jurisdições sobre as ricas lavras. Estas visitas aconteceram frequentemente durante o século. A forma que iam tomar foi definida nas *Constituições primeiras* e depois modificada na prática em Minas Gerais. O visitador trazia para a reflexão das comunidades quarenta itens. Por exemplo, um visitador à comunidade de Itaverava na comarca de São João del Rei em 1733 usou a forma seguinte: “13. se algum pai ou mãe consente que suas filhas façam mal de si ou marido à sua mulher, senhores a seus escravos, e estão disso infamados”.³¹

Dos quarenta itens só três tratavam de doutrina e crenças religiosas como heresia e blasfêmia. Três outros tratavam de assuntos como a venda de propriedade eclesiástica. Dois tratavam de religião popular como curandeirismo e feitiçaria. Dezesete concentravam-se em matérias sociais como mancebia ou concubinato. Outros três tratavam assuntos como testemunhas falsas. E os últimos doze focalizavam matérias relativas às atividades dos padres.

Concubinato era a transgressão mais comum encontrada pelos visitadores nas comunidades mineiras. A grande maioria destas acusações envolvia mulheres de cor – mulheres livres, libertas ou escravas mas de cor. Em poucos casos eram os homens e mulheres da mesma posição social – quase sempre existia uma diferença social grande entre eles. Durante a visita de Vila Rica em 1731, cento e doze mulheres foram acusadas de concubinação. Destas, sabemos a qualidade de oitenta e seis e deste grupo só seis foram identificadas como sendo brancas.³² A grande maioria era mulheres de cor e é muito provável que mais da metade fossem escravas. Assim parece que a maior parte destes relacionamentos acontecia entre pessoas de estados sociais diferentes – uma amostra significativa da realidade de vida nas Minas Gerais do século XVIII.

A terceira arma de ortodoxia nas mãos da Igreja era a Inquisição. De uma maneira diferente da atuação dos espanhóis no Novo Mundo, as autoridades portuguesas nunca estabeleceram a burocracia formal da Inquisição no Brasil. Em lugar de uma

³¹ O formulário usado na visita de Itaverava foi publicado em Boschi, Caio. As visitas diocesanas e a Inquisição na Colônia. *Revista Brasileira de História*, 7:14, p. 163-165, mar./ago. 1987. É importante salientar que a frase “senhores a seus escravos” não aparece no edital original publicado no *Regimento do auditório eclesiástico do arcebispado da Bahia*. Lisboa: R. Coll. d’artes da Comp. de Jesus, 1720. Parece que a realidade mineira cotidiana provocou uma ligeira mas importante modificação no texto do edital de visita.

³² Livro de termos, Arquivo da Cúria de Mariana, passim.

burocracia formal, a Inquisição fiou-se em agentes, chamados familiares, que serviram como os olhos da Inquisição de Lisboa, que também tinha responsabilidade para com a África. A Inquisição era uma instituição que evoluía e se conformava com as exigências sociopolíticas da época. No século XVIII sua ira parece reservada para os pecados de homossexualidade e bigamia. Sua violência em postura e ação parece ser uma reflexão de suas necessidades de controlar a atuação sexual, vista como sendo fora dos parâmetros estabelecidos pela Igreja.

A Inquisição não tinha interesse em assuntos como adultério ou concubinato – o primeiro estava sob a jurisdição do pároco e o segundo sob a responsabilidade do visitador eclesiástico. Esta divisão de responsabilidades sociais pode ser vista no caso de um senhor de escravos que estava envolvido em um relacionamento amoroso (*ménage à trois*) com uma escrava e vários escravos. A Inquisição teve pouco interesse no tratamento da escrava, mas procurou obsessivamente saber todos os detalhes de sua relação com os escravos.³³ O foco da Inquisição nos aspectos procriativos de sexualidade levou o Santo Ofício a fixar-se na relação homossexual.

A homossexualidade ameaçava o paradigma dominante sociossexual; bigamia, afinal de contas, era apenas uma ameaça ao monopólio da Igreja com relação ao matrimônio. Com o concílio tridentino a Igreja Católica deu um passo grande no sentido de controlar as regras de matrimônio. A concubinagem burlava tais regras. A bigamia criava um problema diferente, confrontava a Igreja diretamente e usava as próprias regras matrimoniais contra a mesma. No século XVIII muitos bigamos foram torturados porque não podiam admitir remorso ou sentimentos de culpa.³⁴

O padre, o visitador e o inquisidor são três peças de uma tentativa de transformar o paradigma dominante de comportamento sexual e social em valores viáveis para a população inteira como um código de vida. Um complemento importante neste processo foi a disponibilidade de uma literatura extensiva em termos de catecismos, sermões, biografias de santos e obras sobre doutrina. Neste processo, indivíduos diferentes agiram de maneiras diferentes, baseados nas suas experiências e valores

³³ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n.15097, João Carvalho de Barros, 1703.

³⁴ Isto era difícil para muitos bigamos, pois na hora da defesa diziam acreditar que suas primeiras mulheres tinham morrido, tornando-se então impossível admitir qualquer sentimento de culpa.

pessoais. Alguns implementaram estas regras morais na sua forma mais pura e definitiva; outros aceitaram a importância de certos valores comunitários; e ainda outros se entregaram completamente como membros da comunidade local. Mas todos tinham que negociar com a realidade das comunidades a que serviam e muitas vezes possuíam outras visões de moralidade – visões que devem ter chocado muitos deles.

A defesa do espaço social

Enquanto o pároco, o visitador, o inquisidor e a hierarquia da Igreja Católica explicavam suas ações em uma linguagem espiritual e as cercavam com o vocabulário de valores também espirituais, a cultura popular respondia de outra maneira. A defesa do seu espaço foi feita em silêncio e, de modo geral, essa camada cultural não confrontava as autoridades – nosso entendimento dos valores dessa cultura não vem das suas palavras livremente oferecidas, mas de suas ações. Francamente, eles não procuravam ser vistos. Mas a sua presença era tão óbvia e seu peso demográfico tão importante que estas mesmas autoridades tiveram, em muitos casos, que ceder espaço crítico para estes elementos populares. Esta cultura popular ou alternativa conseguiu sobreviver em grande parte porque os seus valores foram às vezes compartilhados por membros das mais altas camadas sociais mineiras e porque o peso massivo deste grupo paralisou os representantes mais agressivos da cultura dominante efetiva. Parece que existia uma brecha dentro da cultura dominante com alguns elementos mais abertos aos valores e atuações da cultura popular que de outros.

A mais importante das vitórias conseguidas pela cultura popular foi na área do matrimônio. As *Constituições primeiras* implementaram os mandatos do concílio

tridentino no Brasil, especialmente nesta área, na qual o sínodo da Bahia deixou uma brecha nessas idéias modernas. De certo modo, criava-se espaço para a legitimação da prática tradicional da concubinação que, em tempos passados, constituía uma união conjugal viável. Muitas destas relações na realidade eram casamentos consensuais – uniões que, antes do Concílio de Trento, tinham as mesmas obrigações que qualquer outra forma de matrimônio. Ainda que isto tenha mudado oficialmente na Europa, parece que estas atitudes novas não tinham penetrado na sociedade popular.³⁵ Podemos, também, ver a sobrevivência desta prática como a continuação de costumes oriundos do norte de Portugal, a área de origem da maioria dos imigrantes portugueses para a zona de mineração.³⁶ Indiferentes ao princípio desta prática, muitas destas relações duraram por vários anos. Uma testemunha relatou que algumas pessoas viveram pecaminosamente amancebadas – alguns por três, cinco, ou quinze anos, e outros simplesmente por muitos anos.³⁷ Muitas vezes o homem reconhecia a paternidade dos filhos nascidos destas relações no momento do batismo ou, mais comum, no seu testamento. Mas um processo formal para a legitimação de filhos naturais existia dentro da lei portuguesa. Em um exemplo, entre muitos, Dr. Plácido da Silva Oliveira Rolim requereu “que tendo ele supra vivido no estado de solteiro teve vários filhos naturais de uma só mulher por nome Maria Costa Faria, os quais são Carlos da Silva Oliveira Rolim, e mais cinco filhas Maria Floriana, Plácida, Claudina, Cândida da Silva Oliveira Rolim aos quais todos tem criado e educado como seus filhos” fossem feitos legítimos.³⁸ Em outro caso, Caetano Domingos Francisco dos Reis reconheceu a paternidade de três filhos com uma escrava.³⁹

³⁵ É possível conceber a Igreja Católica no século XVIII ainda lutando para erradicar as práticas e costumes que foram proibidos pelo concílio tridentino. Por exemplo, as *Constituições primeiras* insistiam que o coito entre um casal que tinha declarado publicamente seus planos de casar não era suficiente para um casamento formal. O documento nota que *nesta parte o velho direito está modificado. Constituições primeiras*, lxii, p. 262.

³⁶ Ver Ramos. From Minho to Minas: The Portuguese Roots of the Brazilian Family. *Hispanic American Historical Review*, 73:4, p. 639-662, Nov. 1993.

³⁷ ACM-Arquivo da Cúria de Mariana. Livro de Devassas, Testemunha de Antonio de Araújo Lisboa, fl. 132v.

³⁸ AHU-Arquivo Histórico Ultramarino. Minas Gerais, 1804, cx. 170, doc. 55, Requerimento de Dr. Plácido da Silva Oliveira Rolim, 9 de março de 1804. A crianças foi também permitido requerer as suas legitimações. Ver o requerimento de José Anselmo Cerqueira Monroy e de D. Barbara Joana Cerqueira Monroy, AHU, Minas Gerais, 1767, 21 de janeiro de 1767.

³⁹ Testamento de Domingos Francisco dos Reis, 27 de setembro de 1756, Livro de Óbitos, n. 3 (APAD), fl. 294v.

Mas enquanto muitos casos de concubinação ou mancebia eram, na verdade, uniões consensuais que duraram vários anos, outros mais eram o resultado de exploração sexual. Para muitas mulheres a vida deve ter sido uma série de relações de curta duração, cuja característica central foi a exploração. João Barbosa Amorim, por exemplo, solteiro, teve três filhos com três mulheres diferentes.⁴⁰ Capitão Simiam Soares Braga, português solteiro, teve quatro filhos com três mulheres diferentes: “Luís e José filhos de Joana Rosa de Jesus, Maria filha de Rosa preta mina forra e Joaquim filho de outra preta por nome Rosa crioula que se acha ainda cativa.”⁴¹ Então as três mulheres com que tinha tido filhos representavam os possíveis estados sociais – livre, forra e escrava. A exploração de mulheres fazia parte da vida cotidiana: as mancebas de homens casados, as mulheres envolvidas em uniões consensuais, as mulheres pobres ou escravas sem outras possibilidades.

Este tipo de comportamento não era bem recebido por elementos da cultura dominante. Em uma ocasião, por exemplo, um padre negou a um homem participação na missa de Páscoa por quatro anos “por viver concubindo escandalosamente com uma mulher”.⁴² Apesar de várias situações semelhantes, parece que as atitudes locais eram tolerantes com este tipo de comportamento e de um modo geral aceitavam esta exploração dentro de um contexto de desigualdade e hierarquia.

Apesar das tentativas a Igreja Católica no Brasil colônia não conseguiu ganhar este espaço social e espiritual. Venceu a tradição cultural popular e a natureza desta vitória sobressai na linguagem usada no edital do visitador eclesiástico quando ele pediu que os moradores relatassem:

- 17- se alguma pessoa eclesiástica ou secular, solteiros ou casados, que esteja amancebada com escândalo e disso haja fama na freguesia, lugar, roça ou aldeia ou na maior parte da vizinhança ou rua;
- 18- se alguma pessoa eclesiástica ou secular, que tenha em sua casa alguma mulher de que haja escândalo ou suspeita na vizinhança...⁴³

⁴⁰ Testamento de João Barbosa de Amorim, 8 de janeiro de 1772, Cod. 335, n. 7041 (PHANOP).

⁴¹ Testamento de Simiam Soares Braga, 16 de novembro de 1752, Livro de Óbitos, Cod. 3 (APAD), fl. 212v.

⁴² ANTT. Inquirição de Lisboa, Processo n. 2862, Manuel José da Silva Soares, 1790.

⁴³ Boschi, Caio. As visitas diocesanas e a Inquirição na Colônia. *Revista Brasileira de História*, 7:14, p. 165, mar./ago. 1987.

Estas declarações, que tratam de situações envolvendo uniões consensuais, são modificadas ou até moderadas em referência ao escândalo e o fato passou a ser visto geralmente como problema social. Tal posição, aparentemente em contradição com um preceito central da religião católica, tinha o apoio total do Estado. No dia 22 de junho de 1766, o governo do Marquês de Pombal baixou uma ordem admoestando oficiais reais para que não interferissem em tais arranjos sociais ilícitos, desde que não criassem escândalo público.⁴⁴ Mas parece que este edital apenas codificou uma prática existente. O juiz de fora de Olinda em Pernambuco, por exemplo, mandou uma ordem, exigindo que as cadeias eclesiásticas soltassem seus presos – um resultado da ação arbitrária das autoridades religiosas. Poucos crimes dos dezenove presos aparecem no documento, mas um tal Valério Tavares e sua sogra Teresa de Jesus foram identificados como vivendo em concubinação.⁴⁵ Suspeitamos que eles e os outros foram soltos da cadeia eclesiástica porque o Estado interferiu nas ações arbitrárias da Igreja.

Neste ambiente, o conceito de pecado foi modificado – alguns atos eram considerados pecado só quando eram públicos. O que importava era a afronta à comunidade e a seus valores. No contexto cultural, o pecado assumiu um aspecto social e comunitário e jamais mantinha o seu aspecto individual e pessoal.

Se o escândalo modificou a questão doutrinal, o ponto chave passou a ser o que gerava escândalo público. A resposta para a sociedade colonial luso-brasileira parece ser relativa em lugar de ser absoluta – parece estar interligada com o tema da qualidade.⁴⁶ Quando o casal tinha a mesma qualidade, existia mais possibilidade de criar escândalo e tumulto público do que quando o casal representava camadas sociais muito diferentes. Diferenças sociais permitiam comportamentos e normas diferentes.

⁴⁴ Revista do Arquivo Público Mineiro, 6, 1, 451-452. Também aparece em Laura de Mello e Souza, *Os desclassificados do ouro*, p. 124-127.

⁴⁵ ANTT. Inquirição de Lisboa, Maço 10, doc. 105, 27 de janeiro de 1750.

⁴⁶ *Qualidade* é o conceito usado no século XVIII para descrever o status de uma pessoa e abrangia várias características como lugar de nascimento, condição da pessoa, religião, status socioeconômico, aparência e fama. Porque qualidade foi sempre dada em termos de cor, *branco*, *mulato*, *pardo*, etc., o seu uso foi confundido com as definições científicas de raça encontradas no fim do século XIX. Já que hoje em dia é difícil comparar qualidade no seu sentido tradicional e raça no seu sentido moderno, prefiro usar o conceito de “qualidade” quando me refiro ao século XVIII.

As *Ordenações manuelinas e filipinas* estavam cheias de exemplos desta regra – a sociedade lusitana não tinha como base o conceito de igualdade. Na verdade, o conceito e a realidade de desigualdade constituíam uma idéia fundamental, a exemplo de um homem acusado falsamente de concubinato com “a crioula escrava do dito Tinoco com quem é público viver concubinado e por causa do dito concubinado ter sido corrigido do Rvo. Pároco”.⁴⁷ Outra testemunha do mesmo caso jurídico relatou que “o povo murmurava de ver que a dita escrava emprenhava e paria mulatinhos e disto resultava escândalo porém não sabe ele T[estemunha] se eram dele ou de outro qualquer algum”.⁴⁸ O problema para a vizinhança não foi a relação do homem com a sua escrava, mas o fato de que ele a respeitou, dando-lhe roupa fina. Foi a atuação do homem em tratar respeitosamente uma pessoa que os vizinhos não respeitavam por ser escrava que gerou o escândalo.

A honra de mulheres da elite e assim a honra das suas famílias podiam ser comprometidas no sentido formal mais facilmente do que a honra de outras mulheres. Uma mulher da elite poderia ter a sua honra abalada simplesmente por receber a visita de um homem – independente das circunstâncias da visita.⁴⁹ Ao mesmo tempo é importante notar que um membro da elite tinha ao seu lado a tradição e a idéia de que as pessoas importantes tinham mais liberdades e privilégios e mais capacidade de limpar qualquer mancha no tecido da honra. E talvez mais importante, não perdiam tempo demonstrando que tinham honra – tinham-na por razão de nascimento ou de estado social. Manter a honra era o foco da elite – mas para o resto da sociedade, suas energias eram gastas em mostrar que tinham ou deveriam ter honra.

Mas esta não era a única área onde a prática forçou o Estado e a Igreja a modificarem o seu paradigma religioso universal. Isto aconteceu também na área da ilegitimidade – um conceito que, como a idéia de raça, não era usado durante o século XVIII.

⁴⁷ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 2490, Antonio de Sá Tinoco, 1759.

⁴⁸ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 2490, Antonio de Sá Tinoco, 1759.

⁴⁹ ANTT. Manuscritos da Livraria Referentes ao Brasil, código 26, Cópias de várias leys decretos e provisóins regimentos e bandos que pertencem às Minas Gerais. Carta Real, 19 de novembro de 1652. Aqui se vê um exemplo interessante desta situação precisamente quando um oficial régio foi acusado de “entra [r] em casa de Donna Felipa de Albuquerque ha muito tempo e com grande publicidade e Escandalo...” De acordo com o seu estado social, D. Felipa foi notificada por um clérigo de que o rei tinha mandado que ela saísse da cidade e que não podia ter mais contatos com o homem.

Em lugar disso, o estado da criança era legítimo, natural ou espúrio.⁵⁰ Neste sentido, legítimo se referia a crianças nascidas de pais casados “na face da igreja”, em acordo com as regras da Igreja Católica. Natural era a criança nascida de pais que poderiam ser casados, mas não o eram. Espúrios eram crianças de pais que nunca poderiam ser casados, por exemplo, quando o pai era um padre. Nos documentos paroquiais de Vila Rica, é muito comum encontrar os registros de batismos de crianças naturais, mas não de crianças espúrias. Na realidade, crianças naturais excederam em número as crianças legítimas. Mas crianças espúrias não aparecem nos registros paroquiais, talvez porque a sensibilidade dos mineiros deixou estas crianças serem registradas como naturais ou porque foram expostas como naturais. Para refletir esta realidade social, as regras portuguesas de herança permitiam que as crianças naturais podiam herdar ao lado das crianças legítimas.

Resistências às regras eclesiásticas universais sobre controle sexual e atuação social ocorreram de maneira muito profunda. A maioria da população adulta escolhia ficar solteira. Só uma minoria da população feminina adulta casava. Em Vila Rica, no ano de 1804, mulheres representavam 55,3% da população livre e, deste grupo, só 15,1% eram ou tinham sido casadas.⁵¹ Menos de um quarto, 23,4% das mulheres livres acima da idade de casar, doze anos, eram ou tinham sido casadas. Isto quer dizer que mais de três quartos das mulheres adultas e livres nunca foram casadas. Destas mulheres, quase a metade, 45% eram chefes de suas próprias casas. Mais tarde, em 1838, na freguesia de Ouro Preto, as mulheres representavam 57,1% da população – e só 26,8% eram ou tinham sido casadas. Para mulheres acima de doze anos, a percentagem sobe para 35,4%. Então em 1838, dois terços das mulheres adultas eram solteiras e deste grupo feminino duzentas e noventa e três ou 40,3% aparecem no recenseamento daquele ano como sendo chefes de seus fogos. Apesar das autoridades insistirem e dos incentivos oferecidos por elas para que os habitantes da zona de mineração se casassem, a maioria esmagadora da população livre rejeitou o papel que lhe fora imposto dentro do paradigma dominante. Foi esta realidade que forçou as autoridades a tolerarem uniões consensuais.

⁵⁰ Ver Linda Lewin para uma descrição detalhada destas categorias e uma explicação importante das suas implicações. Lewin. *Natural and Spurious Children in Brazilian Inheritance Law from Colony to Empire: A Methodological Essay*. *Americas*, 48:3, p. 351-396, Jan. 1992.

⁵¹ A informação para o ano de 1804 vem do recenseamento publicado por Herculano Gomes Mathias, *Um recenseamento da capitania de Minas Gerais*. [s.n.t.].

Claro que uniões escandalosas criavam problemas sérios para os dirigentes. As devassas das visitas eclesíásticas estão cheias destes relatos, geralmente envolvendo mulheres de cor, e estes escândalos levaram a Igreja a tomar posições ativas. Não é raro encontrar referências em que o visitador eclesíástico agia para proteger de exploração as mulheres, até mesmo quando isto implicava em interferência nos direitos de propriedade dos senhores.

Ainda outra área de atrito envolvia a sexualidade. Os estudiosos deste assunto geralmente usam a teoria da construção social, que rejeita a sexualidade como sendo o resultado de instintos inatos. Sexualidade é vista como um produto social.⁵² Neste sentido, a sexualidade torna-se específica de cada lugar e tempo. No contexto do Brasil colonial, o paradigma católico, em que a sexualidade é ligada à necessidade de reprodução biológica, é substituído por outro paradigma, em que a meta de definir e controlar a reprodução e, por extensão, a herança é mais pertinente às elites e aos detentores de propriedades. Para a grande maioria da sociedade, um paradigma alternativo encarava sexualidade como sendo menos relacionada com reprodução ou até a transmissão de riqueza e mais ligada à auto-afirmação e ao prazer físico.⁵³ A idéia de prazer sexual não tinha lugar dentro do paradigma que a Igreja Católica queria impor – na verdade o conceito tinha sido rejeitado totalmente. O perfil da luta sobre espaço sexual foi desenvolvido como parte de uma luta maior sobre a definição e controle de comportamento.

O poder esmagador da supremacia masculina no Brasil colonial definiu a questão da sexualidade dentro de uma visão hierárquica e patriarcal, mantendo crianças e mulheres em posição de dominação. Homens, especificamente os da elite, usavam construções retóricas e simbólicas para exercer privilégios sexuais mais do que as mulheres. Mulheres que violavam os limites dos papéis a elas impostos feriam o coração das normas sociais, causando, assim, reações fortes. De forma real, suas

⁵² Freedman, Estelle B.; D'Emilio, John. Problems Encountered in Writing the History of Sexuality: Sources, Theory and Interpretation. *The Journal of Sex Research* 27, 4, Nov. 1990. p. 484.

⁵³ Ver Reiss, Ira L. A Sociological Journey into Sexuality. *JMF* 48, May 1986. p. 233-242, que dá ênfase ao prazer e auto-revelação (self-disclosure). A diferença entre revelação e afirmação diz muito, talvez, sobre as diferenças entre o mundo das Minas Gerais no século XVIII e o nosso. Naquele tempo o ato de afirmação era uma necessidade e auto-revelação era visto como um ato de franqueza – talvez isto explique a ausência total de diários pessoais no período colonial.

ações serviram como provocações sérias, trazendo consigo mais conflito e atrito do que trouxeram as violências heterossexuais, cometidas por homens cujo campo de ação era muito mais amplo de que aquele aberto às mulheres. Somente as questões homossexuais provocariam reações tão fortes e extremas – precisamente porque estas práticas confrontavam aberta e claramente o paradigma sexual proposto pela Igreja, pois tanto ‘qualidade’ como ‘gênero’ tinham papéis centrais na definição de normas e comportamentos sexuais, e é claro que o poder estava por detrás da sexualidade – sua definição, seu controle e seu uso.⁵⁴

O paradigma moral construído durante o período colonial baseava-se nos valores da Igreja Católica, que obviamente ocupava uma função muito importante na definição, no ensino e na execução das normas sociais, normas estas construídas com base no modelo patriarcal, tão comum no século XVIII, em que os homens eram os chefes naturais da família e, por extensão, chefes da sociedade. Esperava-se que as mulheres olhassem seus homens como símbolos de proteção e sustento, oferecendo-lhes em troca obediência, submissão e tolerância para com o comportamento imaturo que eles pudessem apresentar. Esta esperança espelhava-se no papel central que Maria ocupa no catolicismo brasileiro – é a imagem virginal e sofredora da mãe de Deus que preenche o lugar de honra em tantas igrejas barrocas de Minas Gerais. E se o simbolismo não era claro para todos, temos notícias freqüentes de sermões que reforçavam esta imagem. Ordem e hierarquia eram construções simbólicas, uma parte integral do paradigma dominante da sociedade colonial. A subestrutura teórica para esta definição patriarcal foi encontrada na *Bíblia*: “Vós, mulheres, sujeitai-vos aos vossos maridos como o Senhor. Porque o marido é a cabeça da mulher. Assim sejam em tudo as mulheres sujeitas aos seus maridos” (Ef. 5 22-28).

Este ponto de vista era, também, refletido na lei civil. Isto é evidente nas *Ordenações filipinas*, que dedicam várias seções ao controle da sexualidade. Destes tratamentos, alguns sobressaíam verdadeiramente como exemplos da maneira conforme as relações de gênero e de classe eram tratadas diferencialmente. No caso de punição dos alcoviteiros e suas prostitutas, as mulheres eram exiladas para o Algarve

| ⁵⁴ Aqui uso o conceito de sexualidade como sinônimo de sensualidade.

e os homens para a África. Mas se o homem era nobre ou fosse tratado como nobre então a punição era amenizada para exílio fora do distrito.⁵⁵

Não é uma surpresa que o tema de adultério feminino seja descrito com detalhes nas *Ordenações filipinas*. A mulher que havia cometido adultério podia ser punida com a morte, como podia também seu amante, “licitamente”, desde que o marido não tivesse um nível de qualidade muito mais baixo que o do amante.⁵⁶ Era irracional que um homem matasse outro de qualidade mais alta, apesar da afronta à sua honra. Não era necessário que os amantes fossem encontrados em flagrante e o marido podia solicitar toda a ajuda necessária para resolver o caso. Claro que providências semelhantes não se aplicam no caso em que o adúltero era o marido, pois adultério masculino era visto de maneira totalmente diferente. O homem casado que tinha uma amante era punido, quando era punido, com uma multa e exílio. A amante era condenada à metade da multa e a um terço do exílio no primeiro caso. Mas, pelo menos, a mulher poderia reparar a sua honra casando ou tomando ordens eclesiásticas – um processo muito importante, que permitia desfazer ações desonrosas.⁵⁷ E neste caso, a mulher, cuja honra havia sido manchada pelas ações do seu marido, tinha que entrar na justiça com uma *querrela prefeita* — um processo judicial muito complicado, pois a acusadora devia providenciar uma lista de testemunhas e pagar fiança. Não era, sem dúvida, um processo simples e tinha o efeito de colocar a mulher em uma posição difícil.

O resultado destes processos foi um complexo código sociomoral que funcionava para manter os privilégios dos homens, especialmente os da classe dominante. Um aspecto essencial deste código dizia respeito às características femininas de virgindade, honestidade, retiro, obediência e castidade, e tais atributos eram tidos pela elite como marca de virtude e honra da mulher, espelhando assim a fama e a dignidade das famílias a que pertenciam. Isto permitia que a sexualidade fosse descrita como sendo o equivalente de impureza e pecado,⁵⁸ e os valores e limitações impostos às mulheres,

⁵⁵ Ordenações Filipinas. Liv. 5, tit. 33.

⁵⁶ Ordenações Filipinas. Liv. 5, tit. 38. O marido deveria receber a propriedade do casal.

⁵⁷ Ordenações Filipinas. Liv. 5, tit. 28.

⁵⁸ Esta interpretação é baseada naquela desenvolvida por Luiz Mott, *Sexo proibido*, p. 186.

como necessários para se manter a honra feminina, transcendiam a questão da castidade antes do matrimônio. Viúvas deveriam voltar a ter uma vida honesta depois da morte de seu marido. Assim, quando D. Isabel Ribeiro, viúva de um homem da elite mineira, requereu o privilégio de ser nomeada como administradora dos bens dos seus filhos, ela consentiu, como era o costume, que “depois da morte do dito marido deveria conservar-se no estado de viúva, vivendo com honestidade e recolhimento”.⁵⁹ Doravante, prestaria obediência à família e qualquer escândalo que o seu comportamento provocasse seria motivo de desonra para ela e para todos os seus familiares.

Honra era, no século XVIII, a linguagem de hierarquia e de controle sexual sobre as mulheres.⁶⁰ Como era próprio em uma sociedade com forte estrutura patriarcal, as várias definições de honra eram baseadas no status e bom nome da mulher e da sua família. Para uma mulher de respeito, honra era visto como “vivendo com honestidade e recolhimento,”⁶¹ ainda mais se fosse branca.⁶² Mas para a grande maioria de mulheres, que não eram brancas, honra tinha que ser afirmada e merecida – não podia ser simples suposição. Este sentido fica claro em muitos documentos coloniais. Para citar só um exemplo: Paula da Silva se descreveu como uma mulher de honra e de virtude apesar de ser uma parda. Esse ponto de vista é confirmado por várias testemunhas, usando precisamente as mesmas palavras e mostrando que era uma perspectiva

⁵⁹ AHU. Minas Gerais, 20 de dezembro de 1785, Requerimento de D. Isabel Ribeiro. As próprias palavras que foram usadas no requerimento são importantes. D. Isabel Ribeiro usa a palavra “honestidade” — uma forma velha de honestidade que Antonio de Moraes Silva, *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813. v. 2, p. 118, define como “castidade; modéstia”. “Castidade” pela sua vez é definido como “Virtude, que consiste na abstinência total da cópula carnal, ou da cópula ilícita.” (v. 1, p. 358). “Modéstia” é definido como “moderação no comportamento.” (v. 2, p. 308). “Recolhimento” é descrito como “O acto de recolher... e.g. depois da batalha... Casa de morar... a casa mais interior... Casa de religião, ou retiro do mundo, sem votos religiosos... O recolhimento daquela viúva confere crédito à sua honestidade...” (v. 2, p. 567).

⁶⁰ Cavallo and Cerutti. Female Honor and the Social Control of Reproduction in Piedmont between 1600 and 1800. Trad. Mary M. Gallucci. In: *Sex and Gender in Historical Perspective*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990. p. 73-109. [Oferece uma análise muito útil de honra].

⁶¹ AHU. Minas Gerais, 1785, cx. 124/126, Requerimento de D. Isabel Ribeiro, 14 de junho de 1785.

⁶² AHU. Minas Gerais, 1792, cx. 137, doc. 49, Requerimento de D. Custódia Maria Rodrigues, 5 de dezembro de 1792. No seu requerimento, Rodrigues notou que ela era “revestida de toda a boa conducta honestidade e boa Regencia e administracao q exercita da pessoa e Li.ma de sua Filha e tem bens com que bem assegurar e por fim he molher branca...”

geral compartilhada pela própria vítima.⁶³ Nem ela nem os outros membros da sua comunidade estranhavam a necessidade desta assertiva. Feliciano Joaquim de Sousa Nunes nos deu uma boa descrição do ideal feminino quando ele chamou mulheres “jóias” de honra e virtude.⁶⁴ Enquanto a honra foi descrita muitas vezes de maneira individual, na verdade, sempre era reflexo de toda a família e assim funcionava em dois níveis ao mesmo tempo.

A defesa do espaço espiritual

Além do conflito sobre o espaço social, podemos perceber também a luta pelo espaço espiritual – uma luta ao mesmo tempo mais íntima e mais complicada. Durante o século do ouro existiram três sistemas de valores espirituais, que rejeitaram implicitamente ou explicitamente o catolicismo ortodoxo: catolicismo popular, religiões baseadas em crenças africanas e judaísmo – representando aspectos importantes da cultura alternativa na sua configuração espiritual.

É muito difícil analisar estas expressões religiosas. Em grande medida isto é o resultado do peso do catolicismo ortodoxo através dos seus instrumentos institucionais, espirituais e judiciais – o pároco, o visitador e o inquisidor. Por causa desta repressão e da natureza da evolução histórica destas formas religiosas, o povo mineiro não se identificou definitiva ou absolutamente com estes sistemas alternativos. De uma maneira complicada, muitos mineiros cumpriam os requerimentos externos da ortodoxia e ao mesmo tempo mantinham suas crenças alternativas debaixo de segredo

⁶³ ACM. Requerimento de Casamento, n. 295, João Machado Castanha e Paula da Silva, 29 de março de 1741.

⁶⁴ Nunes, Feliciano Joaquim de Sousa. *Discursos político-morais, comprovados com vasta erudição*. Lisboa: Liguél Manescal da Costa, 1758. p. 77.

e dissimulação. A forma mais extrema de sigilo foi mantida pelos judeus que, até o período do marquês de Pombal, foram perseguidos ferozmente. Isto não acontecia com a mesma intensidade em relação aos seguidores do catolicismo popular ou afro-catolicismo, mas ainda assim existia tanto perigo que estes crentes tiveram que ter cuidado e prudência – freqüentemente a desconfiança virou denúncia e depois prisão.

Nos arquivos da Inquisição podem ser encontrados muitos processos de indivíduos acusados de feitiçaria, adivinhação e curandices com artes demoníacas. Na maior parte, os acusados eram africanos. Alguns documentos contêm detalhes demonstrativos sobre estes ritos e através dessas informações aprendemos que os feitiçeiros tinham assistentes que também eram africanos, tocavam música “da sua terra” e falavam em línguas também “da sua terra”.

As cerimônias ou ritos podiam ser muito complexos. Uma testemunha, Diogo de Sousa de Carvalho, capitão-mor mineiro e fazendeiro, descreveu uma cerimônia chamada “calundus”, nos seguintes termos: a feitiçeira Luzia Pinta, uma africana, usava

hu altazinho com seu doçel e hu alfango na mão com hua fita larga amarada na cabeça lancadas as pontas para tras vestida a moda de anjo e cantando duas negras tambem angolas e hum preto tocando tabaque que he hu tamborinho e dizem que as pretas e o preto sao escravos della sobre dita e tocando e cantando... por espaço de hua até duas horas ficava ella como fora de seu juizo falando couzas que ninguém lhe entendia e deitarão as pessoas que curavão no chao pasava porsima dellas varias vezes em estas occasios... he que dizia que tinha ventos de adivinhar dando tambem nessa ocazião serto bibida de vinho e falando elle Testemunha com ella antes de aver nesta ocasião ella lhe dise que Deos lhe dizia na quellas ocasiãos o que havia de fazer...⁶⁵

Estas feitiçeras podiam ser encontradas em todas as partes de Minas Gerais.⁶⁶ Às vezes ficavam tão famosas que eram chamadas de grandes distâncias para executarem

⁶⁵ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 252, Testemunha de Diogo de Sousa de Carvalho, 27 de junho de 1741. Este caso também aparece no livro importante de Laura de Mello e Souza. *O diabo e a terra de santa cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁶⁶ E não só aqui na colônia. ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 17722. Em denúncia, de 5 de março de 1758, uma mulher relatou que tinha ouvido dizer que em Vide do Monte, Portugal, existiam catorze feitiçeras e em Mizarela mais cinco.

sua magia. Assim acontecia com Luzia Pinta que morava perto de Sabará e era bem conhecida no seu distrito e na região de Caeté. Ou José, mina e residente de Vila Rica, que foi chamado por um homem em Inficionado porque seus escravos estavam morrendo com doenças misteriosas.⁶⁷ Os feiticeros eram achados em todas as partes de Minas Gerais. Estácio Ferras de São Paio, um português de Coimbra, denunciou uma parda forra chamada Bárbara da Conceição que

for a buscar hu negro a Passagem da Cid.e [de Mariana] chamado Ivo, q. he curador p.a effeito de botar ou fazer feitiços p.a matar a elle testemunho em Razão de dizer a hu seo Irmão q. se deixasse de tratar illicitamente com ella e Rezultar deixar ella...⁶⁸

Os poderes dos feiticeros foram procurados por mineiros de todas as posições sociais, desde o mais pobre até o mais rico e poderoso. Em 1790, por exemplo, Manuel Luís Pereira, natural de Braga em Portugal, chamou um escravo de Angola por nome Gaspar, que morava a alguma distância, para levantar um feitiço criado por Manuel Jaquere, um escravo mina que tinha “lhe infecion[ado] a sua lavra com maleficios porq. se sumio o oiro”.⁶⁹ Mas os crentes achavam-se representados entre os mais importantes membros da sociedade mineira. Por exemplo, o licenciado Paulo Rodrigues Pereira, formado na universidade, chamou o mesmo Gaspar para “curar” as doenças de “muitos” escravos na sua fazenda.⁷⁰ Gaspar também conseguiu aumentar a produção de ouro em uma outra lavra – produção que tinha diminuído como resultado de feitiços.⁷¹ Mas o exemplo mais importante desta situação é o Dr. Balthesar de Moraes Sarmento, o ouvidor da comarca de Rio das Velhas e sem dúvida um homem letrado. O Dr. Moraes Sarmento mandou suas filhas “consultarem” a feiticera Luzia Pinta

⁶⁷ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 15484, 1729.

⁶⁸ ACM. Livro de Devassas, Antonio Dias, 1733, fl. 126.

⁶⁹ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 6680, Testemunha de Manuel Luis Perreira, 13 de maio de 1790.

⁷⁰ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 6680, 5 de outubro de 1791, Denúncia de Manuel Luis Pereira, 13 de maio de 1790.

⁷¹ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 6680, 5 de outubro de 1791, Denúncia de Manuel Luis Pereira, 13 de maio de 1790 - “com effeito tornou a aparecer oiro nas terras.”

“sobre certo achaque de que padeciam”.⁷² E não só isso. Ele, o próprio ouvidor, foi também “consultar” a feiticeira e sua descrição da cerimônia de que participou é um documento importantíssimo por mostrar claramente o poder invertido: ele deitado no chão e a feiticeira africana e forra dançando por cima dele – metáfora para a situação que existia em Minas Gerais na opinião de elementos da cultura dominante. Até um padre, José de Souza de Carvalho, indicou que sabia das atividades desta feiticeira por mais de dois anos sem tomar qualquer providência.

A popularidade de muitos destes feiticeiros era considerável e vários exerciam seus ritos religiosos durante anos. Uma testemunha, Bernadino José Sena, notou em 1793 que ele “conhece a sobredita Rita a qual era notória nos anos passados que usava de curas supersticiosas e que ele presenciara ir muita gente a sua casa para conseguirem saúde nas suas enfermidades”.⁷³

Em alguns casos, havia preferência pelos serviços de um curandeiro branco. Joaquina Maria Conceição, uma mulher branca que estava muito doente, foi atendida por cirurgiões que não conseguiram curá-la e acabaram dizendo-lhe que ela era vítima de feitiços. Joaquina relatou que aceitou a ajuda de um curandeiro branco de São Paulo⁷⁴ e que assistiu a várias cerimônias de calundus representados por africanos. A possessão espiritual sempre fazia parte desses ritos de calundus e foi narrada como “ái fingiam os negros que morriam e vinham falar vozes finas que diziam era o Demônio”. Os participantes foram descritos como sendo seis escravas do sargento-mor Antônio Machado da Costa, quatro mulheres brancas, incluindo a filha do sargento-mor e uma irmã da denunciante, estando também presente uma parda.⁷⁵

A presença destes membros da elite em ritos religiosos organizados por africanos, que dançavam ao som da música afro tocada com instrumentos próprios e cantavam

⁷² ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 252, Testemunha de Manuel Pereira da Costa, 27 de junho de 1741.

⁷³ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 16753.

⁷⁴ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 6680, Depoimento de Joaquina Maria da Conceição - “amarreuelhe hia cordinha no braço co hua solsa e fazia varias rezas e lha aplicava alguns benhos disendo lhe que se esfregasse as avessas e aplicando outros mezinhas de raizes e outras cousas de botica q mandava benter por hum frade fransiscano por nome Fr Mel Olivramento e tambem hum Mathias Carneiro lhe fes varias advinhacoens e abensao hum fingindo ser morto e dicendo que fora a olao q q hacchara tres sentencas contra o denunciante...”

⁷⁵ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 6680, Depoimento de Joaquina Maria da Conceição.

na língua “da sua terra”, é muito importante. Sugere que, pelo menos, desde o século XVIII, as religiões afro-brasileiras já tinham transcendido as senzalas, infiltrando-se nas casas-grandes. O simbolismo é significativo. O Dr. Sarmiento, instrumento do poder régio, homem educado, letrado, entre muitos outros membros da elite, se encontrou prostrado aos pés de uma mulher africana e forra. Ele colocou a saúde das suas filhas nas mãos da mesma mulher. Silenciosamente, as religiões afro-brasileiras, religiões populares, tinham conquistado o espaço espiritual do catolicismo – a luta pelas almas dos mineiros agora estava exposta.

A aceitação destes ritos por mineiros de todas as qualidades, nascidos em Portugal, desde o mais pobre até o mais importante, sugere a existência de um catolicismo popular cujos valores eram semelhantes àqueles das religiões afro-brasileiras. Isto pode ser visto na prevalência de elementos como o mau-olhado, o uso de cartas ou outras coisas para adivinhar o futuro, o uso de mandingas para criar amor, etc. que escaparam a todos os esforços e ameaças da Igreja Católica. A semelhança entre estes valores e crenças populares de Portugal com aqueles oriundos da África fez com que as culturas populares formadas em Minas Gerais não cedessem facilmente aos esforços impostos pela cultura dominante, ainda mais uma cultura dominante dividida.

E a luta não era só sobre a composição de crentes. Um aspecto muito interessante destas tradições populares é que elas invadiram o espaço da Igreja Católica, integrando e absorvendo orações, santos, invocações e autoridades eclesiásticas. Existem muitos exemplos deste processo de integração. Um deles é o de uma testemunha que insistiu que sua irmã não havia sido curada por Rita usando práticas supersticiosas. A testemunha argumentou que Rita tinha invocado poderes cristãos: “e que lhe não parecia ser a dita Rita falta de Religião porque nesta ocasião da cura rezava e mandava rezar os que assistiam de joelhos de frente de um oratório em q. estavam as Imagens adoráveis Cristo Senhor Nosso Crucificado da virgem Nossa Senhora e de outros santos.” Ela possuía uma mesa onde seus assistentes colocavam “as esmolos e que depois desta oração a vista dos mesmos circunstantes e de outros pretos que mandava chamar da vizinhança fazia um foguedo em que ela dançava e os mais que queriam ao som de um tambor, segundo o costume da sua terra e q. depois se fora deitar”.⁷⁶

| ⁷⁶ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 4853.

Em outro caso, uma ordem de prisão foi despachada para o africano Antônio de Sousa, um curandeiro, mas ele conseguiu escapar das autoridades. Quando ele apareceu foi acompanhado de murmurações e boatos dos seus “devotos apaixonados” que “apparecer m.to ao depois protegido de huma poucas de novellas espalhadas pelos seos; as quais entrarão a publicar q elle ja podia curar seguramente; porquanto o Ill.mo e Ex.mo Sr Visconde G.al e o Ex.mo e R.mo Snr Bispo deste Bisp.o lhe tinham dado faculdade p.a fazer todo o genero de curativo.”⁷⁷

Estes exemplos demonstram que os feiticeiros, curandeiros e adivinhos conseguiram apropriar-se dos símbolos da cultura dominante para os seus ritos e devoções – da mesma maneira que a Igreja Católica foi forçada a acomodar em seu meio as pessoas de descendência africana, que procuravam as igrejas barrocas. Na terra da batalha espiritual esta apropriação de símbolos cristãos foi feita também pelos membros da terceira cultura alternativa e pelas mesmas razões – sobrevivência. E para a população judaica sobrevivência não era fácil.

O assunto relacionado aos judeus nas Minas Gerais colonial é muito complicado. A conversão forçada dessas pessoas no começo do século XVI deixou visíveis cicatrizes psicossociais. Os descendentes destes convertidos, chamados cristãos novos, estavam presentes sem qualquer dúvida em Minas Gerais durante o século XVIII e provavelmente em número elevado. O problema central para os pesquisadores é determinar até que ponto estes cristãos novos eram realmente judeus na profundidade das suas almas. Daqueles que foram presos pela Inquisição, é difícil dizer com certeza se estavam envolvidos em atividades religiosas secretas ou guardavam crenças secretas. Alguns foram acusados de serem judeus com provas mínimas ou até frívolas. Há, por exemplo, um caso em São Paulo de alguém que foi acusado de ser judeu porque sua mãe mantinha os santos de casa com as caras viradas para a parede.⁷⁸ Não era raro que uma pessoa fosse denunciada porque durante a missa não dizia “amém” depois de cada oração ou fazia sinais impróprios com as mãos.⁷⁹

⁷⁷ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 16753.

⁷⁸ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n.17341, Denúncia de Jono Saraiva de Carvalho, 12 de maio de 1731.

⁷⁹ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 8670, Agostinho José de Azeredo.

Muitas vezes, indivíduos foram denunciados porque “eram tidos e havidos por cristãos novos”.⁸⁰ Apesar de não constituir crime, os cristãos novos eram vistos como uma casta diferente e existia uma série de leis particulares que controlavam sua vida jurídica e socialmente. Mas parece que muitas pessoas continuavam convencidas de que cristãos novos e judeus eram a mesma coisa.

A realidade é que o anti-semitismo feroz daquele tempo levou muitos indivíduos a esconderem suas crenças e, no caso de denúncia, adotaram estratégias contraditórias. Os que foram presos como judeus negaram que eram judeus. Apesar destas negações, a grande maioria deles, ao final, acabavam incriminando outras pessoas e o círculo de acusados continuava a crescer. O problema é que a simplicidade de suas confissões não traz ao pesquisador um sentimento de confiança de que eles verdadeiramente eram judeus. O caso de Francisco Lucerna dá-nos um bom exemplo das complicações que aparecem quando tentamos desconstruir o sistema de crenças de um cristão novo acusado de ser um judeu.⁸¹ Nascido e criado no Rio de Janeiro, Lucerna migrou para Minas Gerais onde trabalhou em uma lavra de ouro com nove escravos. Também era dono de algumas terras com plantações de milho e feijão. Ao mesmo tempo tinha uma propriedade no Rio de Janeiro, de que os franceses se apropriaram em 1711 e, na hora da sua prisão, ainda aguardava receber uma herança grande, resultado da morte do pai. Foi preso em 1713, depois de ser denunciado por trinta pessoas que tinham sido também presas. Nas inquisições preliminares, Lucerna insistiu que não era um judeu e que era um bom cristão. Sua defesa é testemunho interessante da sua fé e ao mesmo tempo nos dá uma demonstração dos ideais de um bom católico nos primeiros anos do século XVIII:

1. “q em sua casa tinha dado ordem que tudo q.do se pedisse de esmolla por amor de Nosso Senhor Jesus Christo se desse, fosse o que fosse.”
2. “Quando á sua porta chegava o Hermitão de Nossa Senhora do Desterro, com hum paynel ou oratoriozinho com a imagem da mesma Senhora pintada, elle Reu tomava a dita pintura e hia tirar esm.a por todo a gente de sua casa, dando

⁸⁰ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 8752, André de Barros.

⁸¹ Toda a informação sobre o caso de Francisco Lucerna vem de ANTT, Inquisição de Lisboa, Processo n. 1340.

a beyjar com grande devocão a dita pintura depois a entregava ao d.o Hermitão com toda a esmolla.”

3. “Desde que teve uso de rezão trouxe sempre consigo hua imagem de Nossa Sra da Conceição.”

4. “Quasi todos os Sabados do tempo de des anos q nellas [Minas Gerais] assitio, mandava celebrar o santo sacrificio da missa por sua intenção oferecido á mesma Senhora, e dava de esmolla ao sacerdote que a celebrava, hua oitava de ouro.”

5. “Que elle Reo foy sempre tão devoto do Santo Sacrificio da missa que para ter os mais dos dias perto da sua casa, fes faser hua como Hermita, e com os seus negros, com a sua assistencia, e com a mayor parte da despesa necessaria accudio a dita obra, e concluida dava seu salario todos os meses a hum sacerdote para lhe ir celebrar missa todos os dias.”

6. “Que nas quaresmas jejuava em honra, e lavor de tão alto misterio, meya quaresma de pão e agua, mandando dar aos pobres o que elle havia comer se jejuara como ordinariante se jejua, ... e em todos os mais jejus de preceito da Igr.a catholica.”

7. “Que elle R resava todos os dias o officio de Nossa Senhora e fazia varias devoções e rezas a muitos Santos de quem era devoto e pello ser era irmão das irmandades de Nossa Senhora da Boa Morte, do Pilar, do Santissimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosario, das Almas, e São Bras.”

Além disto, Lucena também ofereceu uma lista de pessoas que podiam comentar sobre a autenticidade de sua fé. Mas não resolveu sua situação, acabou denunciando umas cinqüenta pessoas, muitas delas já mortas ou também presas como ele e assim acrescentou mais denúncias ao Tribunal da Inquisição. Mas enquanto Lucena ofereceu um relatório detalhado da sua fé católica, não existe uma declaração equivalente das suas crenças judaicas. A falta disso deixa o pesquisador em dúvida a respeito da verdadeira fé de Lucena e de muitos outros indivíduos denunciados como judeus. Conhecemos as denúncias, mas de um modo geral não sabemos quais são os valores dos acusados.

Os acusados geralmente conseguiram ocultar seus sentimentos mais íntimos. Agostinho José de Azeredo colocou esta situação muito bem quando falou de sua transformação em judeu enquanto continuava a comportar-se como um católico: “no dito tempo ia as Igrejas e fazia tudo conteúdo na pergunta, porém tão somente por

cumprimento do Mundo.”⁸² Era bem verdade que no mundo afro-brasileiro Azeredo e muitos outros foram forçados a viver em dois mundos.

Continuamos, assim, sem saber se estes indivíduos eram verdadeiramente judeus ou simplesmente cristãos novos. Em alguns casos, a própria confissão do denunciado tem o efeito de introduzir mais outra camada de dúvida. Era reconhecido que, no caso da primeira acusação, o caminho mais eficaz era a confissão.⁸³ Negação prolongada trazia mais interrogatórios e torturas. No caso daqueles que confessavam, podemos ver estas confissões como verdadeiras ou táticas escolhidas com dificuldade para a melhor proteção do indivíduo ou suas famílias. O que sabemos com certeza é que a grande maioria dos acusados não deixou uma declaração de conceitos religiosos além de frases provavelmente conhecidas por todos como valores judaicos – seguindo a Lei de Moisés, jejuando nos dias indicados, e enigmaticamente limpando a casa às avessas. De vez em quando, os documentos revelam costumes menos usados como a pessoa que relatou cerimônias funerárias em que ouro era colocado na boca do finado que depois era enterrado em terra virgem.⁸⁴ Mas geralmente as confissões são abreviadas e simples.

Com frequência os acusados reconheceram quem havia lhes ensinado a Lei de Moisés. No caso de David Mendes da Silva foi o seu pai quando ele tinha 15 anos de idade;⁸⁵ no caso de Luís Alves Monteiro foram os seus pais.⁸⁶ Mas frequentemente as pessoas apontadas como sendo as que ensinaram os acusados já estavam mortas quando foram denunciadas e mais uma vez o pesquisador fica com dúvidas sobre a sinceridade da confissão.

⁸² ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 8670, Agostinho José de Azeredo.

⁸³ O caso de Agostinho José de Azeredo nos oferece o bom exemplo. Azeredo confessou imediatamente e foi cumprimentado pela sua cooperação. Seu castigo foi relativamente leve. Ele perdeu sua propriedade e teve que participar de um auto-de-fé público onde confessou e retratou seus erros heréticos. Ele foi excomungado mas imediatamente recebido de novo pela Igreja. ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 8670. Uma vez recebidos de novo pela Igreja, estes indivíduos eram livres e alguns aproveitaram desta liberdade para fugir da jurisdição da Inquisição. Às vezes, os documentos revelam esta atuação como no caso das Lisboaetas Clara da Costa e sua irmã Violante Ferreira, cristãs novas, que fugiram para a Inglaterra depois de serem recebidas pela Inquisição. ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 2646, Diogo Dias Pereira.

⁸⁴ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 695, Luis Alves Monteiro.

⁸⁵ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 2134, David Nunes da Silva.

⁸⁶ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 695, Luis Alves Monteiro.

É certo que uma comunidade de cristãos novos existia em Minas Gerais. A lei proibía o casamento destes com os cristãos velhos e isto, por si mesmo, garantia a existência desta comunidade. Ao nível mais básico então existia uma comunidade reconhecida como diferente de católicos ortodoxos. Mas quando tratamos de indivíduos a situação volta a ser confusa – é claro que muitos cristãos novos eram vistos por vizinhos cristãos velhos como bons cristãos. Esta ambivalência aparece com frequência nos documentos. Um exemplo demonstra o que quero dizer. Durante o julgamento de Luís Alves Monteiro, uma testemunha que vivia na Ilha do Governador no Rio de Janeiro relatou que o Monteiro, que ele conhecia por cinco anos “hera tido e visto nesta Cidade por Cristão Novo”.⁸⁷ Mas ao mesmo tempo ele relatou que o Monteiro era visto pelas pessoas da vizinhança como bom católico que seguia os preceitos religiosos necessários, incluindo um rosário que ele usava frequentemente. Um padre que tinha servido como capelão do pai de Monteiro e que conhecia Monteiro por dezenove anos relatou: “sempre ouviu dizer e hera fama publica que este (ilegível) hera Cristão Novo da nação, mas que ele Testemunha sempre o teve por bom Cristão porque no seu modo de viver que nele via lhe parecia que vivia assistindo guardando a lei de [ilegível].”⁸⁸

Tal qual os crentes da cultura afro-brasileira, os cristãos novos e os judeus ocupavam vários níveis da sociedade. Em Minas Gerais, esta comunidade incluía cirurgiões ou licenciados, advogados, oficiais régios,⁸⁹ homens de negócio, lavradores e até pessoas sem carreiras definidas. Entre as mulheres encontramos as da elite, as donas. Percebemos, então, que os membros de cada cultura alternativa não ficavam limitados a um ou outro estado – as pessoas que acreditavam nas idéias de cada cultura podiam ser encontrados em qualquer atividade e em qualquer estado da sociedade.

⁸⁷ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 695, Luis Alves Monteiro.

⁸⁸ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 695, Luis Alves Monteiro.

⁸⁹ ANTT. Inquisição de Lisboa, Processo n. 1779, Domingos Nunes.

Conclusão

As sombras criadas pelos edifícios católicos nas Minas Gerais esconderam muitos grupos de pessoas que todos os dias cruzavam suas portas, batizavam seus filhos nas pias santas, de vez em quando se casavam em frente do altar-mor, mas nunca cederam suas almas completamente para a Igreja Católica. Com este ensaio, procuro vislumbrar a paisagem espiritual nas Minas Gerais do século XVIII, sugerindo a presença de culturas alternativas – alternativas em relação ao catolicismo ortodoxo normalmente associado a esta capitania tradicional. Que estas culturas alternativas existiam era óbvio para a igreja dominante, que muitas vezes, porém, tentou abafar a presença desses grupos, apesar de às vezes tê-los acomodado em seu interior. Infelizmente esta realidade de acomodação é freqüentemente esquecida hoje, cedendo lugar à visão mais dramática de repressão.

As culturas alternativas representam, de um lado, uma continuação de crenças antigas, oriundas de Portugal e da África. Mas vistas de outra maneira podem ser encaradas como uma resposta sistemática à imposição ideológica de parte da Igreja e do Estado português. Isto é verdade especialmente para o catolicismo popular e as religiões afro-católicas. Assim sendo, não é nenhuma surpresa que determinados valores destas duas culturas tenham muito em comum, já que sofreram o mesmo tratamento.⁹⁰

As Minas Gerais do século XVIII eram um lugar tempestuoso, onde vários sistemas de crença espiritual estavam em concorrência para a aceitação de mineiros de todas as qualidades. Ao pesquisar o período, o que encontramos na verdade é heterogeneia e sistemas de valores em luta, em vez de um ambiente homogêneo e ortodoxo. O catolicismo popular misturava-se com o afro-catolicismo, produzindo um contínuo de ritos, preceitos e valores. Penso também que o novo-cristianismo se misturava com o judaísmo e o catolicismo, criando um contínuo paralelo de ritos e crenças, mostrando que a luta pelo espaço espiritual foi uma realidade da vida cotidiana da população de Minas Gerais.

| ⁹⁰ Ver Scott, James C. *Domination and the Arts of Resistance*. esp. p. 108-135.

**Como se deve fazer a guerra:
justiça e mercado nas Minas setecentistas**

Marco Antonio Silveira

O conceito de “colônia de exploração” – cotejado, via de regra, com o de “povoamento” – exatamente porque visa assinalar os objetivos mercantilistas de metrópoles empreendedoras talvez dissimule algo da complexidade do ato de colonizar. Na época moderna, quando o tipo de domínio propriamente soberano, fincado no controle do território e da gente a ele apegada, mesclou-se à necessidade de regular a circulação de bens e de pessoas, os Estados absolutistas procuraram implementar projetos colonizadores amparados tanto numa ocupação territorial ordenada por suas instituições jurídicas e ideológicas quanto na vitalidade de mercados capazes de estimular e canalizar a produção da riqueza. Entretanto, para além das contradições típicas deste esboço de dominação, que ao mesmo tempo carecia da fixidez e promovia o movimento, as autoridades estatais tiveram de sentir diariamente a contestação resultante de outras propostas de colonização a amarrar grupos variados de conquistadores.¹

¹ Sobre o problema da soberania no mundo moderno, cf. Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

No caso da América portuguesa, e em particular da sociedade mineira setecentista, o fato é que os adventícios, exterminando os indígenas e ocupando novas áreas sertanejas, depararam, como não podia deixar de ser em terreno a devassar, com o problema da escassez de recursos e, conseqüentemente, com os perigos da pobreza – ameaças que se mantiveram por toda a centúria apesar das diferentes formas de crescimento econômico. Por isso, a menos que se queira reduzir a questão à psicologia do “interesse”, implícita em alguns trabalhos de história – isto é, à que atribui disputas por bens e posicionamentos a uma espécie de natureza egoísta do Homem –,² caberia não somente sublinhar, como também compreender a existência de distintos modelos culturais que presidiram à colonização e regularam os meios de apropriar recursos. Mais ainda, o entendimento da conquista e da ocupação dos territórios como o embate de tais modelos pode conduzir o historiador a concebê-las não como a imposição hegemônica do sentido capitalista ou do projeto estatal, mas sim como arte de guerra.

Nas Minas, desde cedo, a proposta estatal de ordenamento e de universalização das regras de direito – que, embora escorada no patrimonialismo, ensaiava cercar excessos privados – teve de conviver com um conjunto disseminado de estratégias e táticas beligerantes empreendidas por grupos e corporações devotados à necessidade de apropriar os recursos políticos e materiais disponíveis na luta cotidiana. Nesse cenário, os expedientes oferecidos pelos circuitos mercantis e pelas instituições jurídicas e administrativas desempenharam papel decisivo. Ainda que o ouro, por exemplo, servindo de equivalente para as trocas, estremasse os esforços metropolitanos para tornar a economia mineira subordinada aos créditos externos, é inegável que a dívida generalizada e as pirâmides creditícias associaram de modo tenso os pequenos devedores dos vilarejos às casas comerciais lusitanas. Por isso, manipular os métodos

² Acerca dos limites da psicologia do “interesse”, são válidas as críticas de Gay, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, em especial “Anatomia do interesse privado”. Procurando avaliar os motivos da aversão dos historiadores frente à psicanálise, afirma o autor: “Os historiadores sabem, e podem reunir exemplos impressionantes a qualquer momento de como os políticos querem ter poder, os executivos empresariais ganhar dinheiro e os generais guerrear. Se, para a psicanálise, o homem é um animal desejante, ele é, para o historiador, um animal egoísta. Os dois não são idênticos: o primeiro luta para reduzir as suas tensões sob a pressão contínua do seu inconsciente; o segundo vive sob o controle do egotismo consciente” (p. 90).

do mercado, bem como os trâmites judiciais a eles vinculados, fazia-se indispensável nas negociações políticas do dia-a-dia. Por outro lado, ocupar os cargos e as funções das variadas instâncias de governo resultava no acesso privilegiado a meios de apropriação de riqueza e poder.

Já em 1720, a composição social dos grupos envolvidos na sedição de Vila Rica, misto de potentados e gente comum – estes “dois gêneros de maldade” de que falara D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar –, sustentava-se num arranjo que previa, para além da recusa de novo sistema de taxação, um reexame do problema do crédito e dos abusos da justiça. O que, em parte, aliava grandes mineradores a pardos e pobres, o morro à vila, era justamente o fato de que quase todos, malgrado as diferenças de estatuto e condições, sofriam os rigores da dívida generalizada e do uso faccional da lei. Apesar da vitalidade de seu mercado interno, as Minas distinguiam-se vivamente da sociedade paulista dos Seiscentos uma vez que, não dispondo da empresa alternativa representada pela preação indígena, necessitavam das ofertas do tráfico negreiro, um dos ramos supremos das hierarquias de empréstimos e prazos – num momento em que o aluvião cessava e o acerto dos empenhos vinha a ser mais custoso, uma possível sobrecarga de imposto e a vexação de oficiais inescrupulosos significavam muito. Demais, como foi expresso com clareza durante o conflito, as fundições acresceriam em um quinto todo pagamento a prazo, colocando em xeque a viabilidade do indispensável sistema de crédito. Assim, no termo entregue pelo “povo de Vila Rica” ao acuado governador, emergiam reivindicações explícitas acerca dos métodos de arrematação de bens, das práticas despudoradas de magistrados e funcionários da justiça, e do fastio provocado por contratadores. A sedição, na verdade, apenas ostentava aquilo que o discurso oficial não queria enunciar: a sociedade mineira, distante da ordem universal desejada pelo Estado, desenvolvia-se – e assim se desenvolveu por toda a centúria – como campo de batalha, constituindo os dispositivos jurídicos e de mercado armas poderosas nos combates diários. A despeito das vicissitudes ocorridas

no final dos Setecentos, esse pano de fundo aproximava alguns dos motivos do início do século às investidas inconfidentes esboçadas sete décadas mais tarde.³

A consciência das autoridades lusas a respeito do quadro de guerra engendrado na colônia, fosse através de motins, fosse pela usurpação prosaica das instituições administrativas e mercantis, desdobrou-se na estratégia política e ideológica de impor nas Minas um modelo apurado de soberania. Em outras palavras, como sugerem, por exemplo, os incentivos ao casamento, almejava-se fixar os povos e manter sua mobilidade no interior de limites controláveis. Ao tomar posse em setembro de 1717, o Conde de Assumar discursara na Cidade de São Paulo para lembrar a seus moradores o quanto a falta de governo e obediência implicava em termos de barbárie e inumanidade. Pensando bem, até mesmo os índios, “até este quase refugio do gênero humano respeitava os seus morubixabas, os seus ulmenos, curacão, apocuracã, os seus caciques, os seus incas, e os seus montezumas”. Lamentara, em referência implícita à luta contra os emboabas, a “civil guerra, em que com inumanos combates, quais lobos ferozes, ou quais outros tupinambás, tabajaras, tamoios, cataguazes, guaramãs, tremembés, paiaricús, janduís, carniceiros do gênero humano, uns com outros vassallos se devoravam”. E rematara o discurso com a explicitação do projeto estatal, apresentado como conclusão necessária do engenho retórico que contrapunha humano e inumano, piedade e desumanidade, civilização e barbárie, ordem e desordem, direito e guerra – que os paulistas adquirissem

³ Para a compreensão da sedição de Vila Rica, cf. Anastasia, Carla Maria Junho. *Vassallos rebeldes*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 1998. cap. “Mascarados e facinorosos: a sedição de Vila Rica”. Sobre a sociedade paulista seiscentista, cf. Monteiro, John Manuel. *Negros da terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. Segundo o autor, “(...) no decorrer do século XVII, os colonos afirmaram, cada vez com mais convicção, a necessidade do cativo indígena, reconhecendo explicitamente que, para viabilizar o desenvolvimento econômico, mesmo em escala modesta, seria necessário superar obstáculos mais fortes que a posição jesuítica em prol da liberdade dos índios. Ora, praticamente sem capital e sem maior acesso a créditos, reconheciam a impossibilidade de importar escravos africanos em número considerável. Ademais, esbarravam na serra do Mar, o que tornava o transporte difícil e caro, especialmente para os produtos de valor relativamente baixo que saíam do planalto. Em suma, para os paulistas participarem da economia colonial seria necessário produzir e transportar algum excedente a custo irrisório, a fim de que o preço alcançado no litoral justificasse o empreendimento. A solução (...) residia na exploração impiedosa de milhares de lavradores e carregadores índios, trazidos de outras regiões” (p. 133). O contraste entre esta descrição e a realidade das Minas setecentistas, fundado em boa medida no problema do acesso ao crédito, parece demonstrar que a especificidade da dominação colonial na sociedade do ouro não se achava exatamente na impossibilidade da metrópole de subordinar e controlar os mineradores pela mediação comercial, mas sim nos limites e no caráter peculiar que envolviam suas estruturas mercantis e creditícias.

“maiores tesouros” para pagar os quintos “com menos avareza e mais generosidade”, “e para que com o maior rendimento destes sejam mais prontos os socorros no caso de irrupção dos inimigos, como para que possa florescer mais o comércio, de que o ouro é o nervo principal”.⁴ Àquela altura, a meta do Estado português consistia no assentamento dos colonos, na defesa do território conquistado – o que levaria, quase duas décadas mais tarde, à atuação decisiva de Gomes Freire de Andrada – e na produção de uma riqueza portentosa, mas contida nas fronteiras da lei. As agruras sofridas por D. Pedro de Almeida, enquanto encabeçou a extensa capitania que abarcava as jazidas auríferas, patentearam o significado preciso da colonização nas regiões do centro-sul: quanto mais se falava em soberania, mais se enraizava a guerra.

Antes que a sedição de 1720 deflagrasse em Vila Rica, Assumar, respeitando paradoxalmente as raías patrimonialistas, vinha atuando para universalizar as regras do direito e impedir sua apropriação descomedida por interesses privados. Um dos temas recorrentes das petições que lhe faziam os moradores concernia à recusa de oficiais e juízes em cumprir devidamente suas funções. O Padre Frei Luís da Conceição, por exemplo, recorrera ao governador para dizer que, mesmo tendo alcançado sentença junto ao ouvidor, não conseguia cobrar uma dívida de Jacinto Barbosa Lopes, por este ter “servido de juiz ordinário nesta vila e ser homem de respeito”; não alcançando escrivão ou letrado que lhe valessem, enviou uma carta ao devedor por meio de um mensageiro próprio, “e entregando-lha, a abriu e a tornou a entregar ao mesmo próprio, ameaçando que o havia de espancar se lá tornasse e juntamente os oficiais de justiça que intentassem ir fazer-lhe a dita diligência”. Num outro episódio, o credor Félix Dias de Oliveira reclamava de que “o juiz ordinário desta vila, o Sargento Antônio de Faria Pimentel, lhe não queria entregar uns autos que teimosamente tinha em seu poder, com prejuízo do suplicante, pois com eles queria recorrer ao Dr. Ouvidor Geral, e este lhe mandara que levasse os autos”. Em resposta ao caso, o Conde, atento aos problemas da soberania, rechaçou o comportamento do sargento, advertindo-lhe “que semelhantes

⁴ “Discurso que o Exmo. D. Pedro de Almeida Conde de Assumar fez no dia 4 de setembro do ano de 1717 em que tomou posse do governo da cidade de São Paulo (...)”, apud Souza, Laura de Mello e. Um documento inédito: o discurso de posse de D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, como Governador das Capitanias de São Paulo e Minas do Ouro, em 1717. In: *Norma e conflito*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 30-42. Sobre a política de incentivo ao matrimônio nas Minas, cf. Figueiredo, Luciano. *Barrocas famílias*. São Paulo: Hucitec, 1997.

procedimentos com as partes são mui escandalosos e contra a Justiça que Deus e El Rey manda que se faça, e não aparecendo o dito juiz, lhe farei satisfazer a importância do que requer a parte porquanto esta não deve perder pelos descuidos ou pelas afeições dos que guardam mal ou escondem os papéis às partes”. A própria ameaça do governador, em desacordo com as regras do direito que não lhe conferiam tal poder de decisão, sinalizava um paradoxo: não obstante o cuidado quase pedagógico em radicar o funcionamento da justiça em detrimento das benesses particulares, burlar a lei mostrava-se, por vezes, inexorável num contexto de guerra. Era o que sabiam os habitantes das Catas Altas, denunciados pelos almotacés por “desobedecerem as posturas da Câmara e se levantarem (...) não querendo mostrar-lhes as medidas”.⁵

De forma geral, a historiografia dedicada à história mineira, seguindo os passos gravados na documentação oficial, sempre identificou nos dois ou três primeiros decênios da colonização a vigência de uma espécie de “era dos potentados”, predomínio arraigado de reizetes sertanejos, logo depois substituído pela imposição cada vez mais dilatada do Estado lusitano e de seus institutos.⁶ Todavia, o choque político entre o modelo jurisdicional da administração portuguesa – ele mesmo incentivo a infinitas demandas, pois que, num só tempo, valorizava prerrogativas e convidava à vigilância – e o decisivo padrão de solidariedade hierárquica que, atando dependentes a líderes poderosos, conformavam incontáveis clientelas, reverteu num quadro bélico experimentado por todo o Setecentos. A institucionalização, se gerava os meios de domínio estatal, multiplicava outrossim o armamento disponível a ser usurpado pelos bandos em disputa.⁷ Em 1732, o rei exigia, através de ordem, que se desse especial

⁵ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial. Códice 14 (1719-23), p. 18v, 48v e 30.

⁶ Cf., como referências importantes, os conhecidos trabalhos de Vasconcelos, Diogo de. *História antiga de Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2 V.; e de Ramos, Donald. *A social history of Ouro Preto*. Flórida: The University of Florida, 1973. 2 V.

⁷ Acerca do modelo jurisdicional da Coroa portuguesa, cf. Hespanha, António Manoel (Coord.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, [s.d.]. cap. “A arquitetura dos poderes”. Sobre o problema do patrimonialismo na América portuguesa e de suas implicações na justiça colonial, cf. Faoro, Raymundo. *Os donos do poder*. 2. ed. Pará: Globo; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975. v. 1.; e Schwartz, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

atenção, quando fosse efetuada a residência de D. Lourenço de Almeida, às queixas feitas pelo tabelião da Vila de São José, Custódio Pereira da Costa. Segundo o notário, o governador, mandando por carta que o juiz ordinário lhe enviasse da cadeia um preso para castigá-lo, terminou, porém, por metê-lo em liberdade; da recusa de Custódio em remeter-lhe as “culpas” do protegido guardadas em seu cartório, resultaram ameaça de prisão e uma fuga para os matos, “onde estivera por tempo de dois anos padecendo trabalhos, perdendo o lucro do rendimento do ofício e ficando a sua casa em desamparo”.

Quatro anos mais tarde, o monarca se via na obrigação de intervir para que o escrivão dos órfãos de Sabará voltasse a ocupar o seu lugar, usurpado por um Antônio Carlos Moreira, a quem indevidamente passara provimento o ouvidor da comarca. A esse respeito, uma ordem de 1739 declarava categoricamente que “os ouvidores não podem passar provimentos, nem por dois meses, aos oficiais de justiça e fazenda”, prescrevendo ainda a atuação dos governadores contra todo aquele que se valesse de função pública sem o documento requerido por lei. Não escapava, é certo, às autoridades régias o quanto os funcionários de Sua Majestade se apropriavam dos expedientes estatais para escorar clientelas e reforçar sua posição na guerra cotidiana. Por isso mesmo, tentou-se coibir os excessos da promiscuidade patrimonialista, impondo-se licença especial de matrimônio aos “ministros de letras que servem nas conquistas”, ou a proibição de que estes e os diversos oficiais se fizessem procuradores ou requerentes de partes. De mais a mais, era preciso contornar os abusos dos próprios oficiais, que ilegalmente passavam adiante suas funções, transferindo-as a terceiros. Em 1726, determinou-se que “o governador ponha tudo em que as pessoas que vão providas em ofícios não larguem as serventias deles a outros, porque consta que o praticam por algumas conveniências que lhe[s] fazem”; poucos anos mais tarde, voltava-se a intimar a ação do Governo para “evitar as desordens de trespassarem os ofícios públicos as pessoas neles providas em outros que o[s] sirvam intervindo interesses”.⁸

⁸ “Coleção sumária das próprias leis, cartas régias, avisos e ordens que se acham nos livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Gerais, deduzidas por ordem a títulos separados”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 16(1): 331-474, 1911; ordem de 5 de maio de 1732, p. 348-349; ordem de 18 de janeiro de 1736, p. 366; ordem de 3 de julho de 1739, p. 367; carta régia de 27 de março de 1734, p. 353; ordem de 16 de janeiro de 1728, p. 353; ordem de 17 de outubro de 1726, p. 365; ordem de 14 de março de 1731, p. 366.

Não constituía de forma alguma um acaso o fato da precaução do Estado português aplicar-se em boa medida a assuntos referentes a escrivães e oficiais de justiça, visto que achavam-se eles no cerne das batalhas sociais.⁹ Os limites traçados pela produção artesanal ou pelo desalento das condições técnicas, tudo agravado pela precariedade colonial, tornava as disputas materiais entre partidos e gerações mais acirradas – daí a utilidade de controlar e manipular os instrumentos persuasivos que a estrutura judicial facultava. Nesse sentido, a Coroa atravessou o século tentando resolver as inesgotáveis pendências que contrapunham os juizados dos órfãos e dos ausentes quando falecia qualquer intestado de posses. Em tais circunstâncias, corria logo o provedor a executar a arrecadação, fraudando muitas vezes os direitos de filhos naturais menores notoriamente reconhecidos na comunidade; às queixas do juiz de órfãos, amparadas na suposta defesa destes rebentos, sucediam longas e renhidas demandas de jurisdição. Aliás, os combates abertos pela morte, porque davam em toda a parte ocasião a arranjos os mais impudentes, levaram à pragmática de 1766, em que se coíbiam “as fraudulentas e ímpias negociações dos testamentos e últimas vontades”. De fato, o grande negócio do falecimento passava pelas mãos de mediadores cuja posição conferia-lhes papel tático apreciável: testamenteiros, depositários, avaliadores, oficiais, juizes, tabeliães, leiloeiros. Deste circuito de posses participavam também os guardas de cárcere, importantíssimos nas estratégias de desfrute do alheio. Um alvará de 1758 determinava que os ouvidores arbitrassem “o quanto se deve pagar cada dia

⁹ As possibilidades abertas pelo exercício de funções ordinárias de justiça podem ser melhor aquilatadas por meio de um processo de exibição de 1785, em que contendiam dois moradores de Itaúbirá, termo de Vila Rica, em torno do posto de escrivão de vintena. O autor Luiz Rodrigues Pinheiro, alegando ter direito à referida função por nela ter sido anteriormente provido pela Câmara, requeria que o réu Manoel da Silva Sampaio exhibisse sua posterior provisão para poder embargá-la. No entanto, foi a própria defesa que embargou a causa, considerando-a nula e afirmando ter sido o autor destituído do ofício por procedimentos escandalosos. Segundo o réu, seu adversário teria realizado uma mesma fraude pelo menos três vezes: levava a citação ao devedor, que lhe pedia não passasse a fé, pois, em troca, pagaria sua diligência e mandaria, através dele, algum adiantamento para o credor, prometendo acertar o resto em tempo; o escrivão aceitava o enredo – e, até aqui, apenas reproduzia a regra informal e generalizada que pautava o comportamento destes oficiais –, mas, ao fim, embolsava o dinheiro todo. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (AHMI), códice 221, auto 3577. Sem dúvida, efetuando ou retardando diligências ao sabor dos caprichos de amigos, exagerando nas formas violentas de cobranças, levando peitas em troca de acertos de espera, patrocinando, enfim, mediações diversas entre as partes, oficiais, vintenas e congêneres praticavam uma justiça cotidiana, autoritária, distante das intrincadas regras do direito, e imersa nas pressões das redes de solidariedade hierárquica. Em suma, constituíam fileiras preciosas dos exércitos clientelistas.

aos carcereiros para o sustento dos negros cativos que forem presos”, e inquirissem nas janeirinhas para saber se eles “permitem que os negros que estão presos andem soltos” – medidas que referiam a prática dos guardas de extorquir proprietários com taxas abusivas e de disponibilizar os cativos sob sua responsabilidade para do trabalho deles favorecer amigos ou a si mesmos.¹⁰ Decerto, havia mesmo bons motivos para que régulos e autoridades ensaiassem controlar os postos menores da burocracia judiciária.

Sem dúvida, entre os mediadores socioculturais de maior destaque no mundo colonial, achavam-se os letrados, que sabiam valer-se bem de suas habilidades com a escrita e a erudição para situar-se melhor em campo de batalha. Embora compusessem um grupo social com características próprias, atavam-se irremediavelmente às redes de solidariedade hierárquica, além de imiscuírem-se, pela extensão mesma do patrocínio de partes, nos problemas mezinhos da vida cotidiana. Porquanto, pela natureza de suas funções, não pudessem escapar às correias de dever e haver, assumiam eles também o lugar de autor em processos nos quais requisitavam o pagamento de custas empenhadas. Num pequeno libelo de 1788, o proponente

¹⁰ Sobre as divergências entre os juizados dos órfãos e dos ausentes, vale a pena reproduzir parte de uma ordem de 1739 sobre conflito acontecido no Sabará em torno dos direitos do filho natural de um intestado. Comentando o fato de o ouvidor, que, como de regra, fazia as vezes de provedor dos defuntos e ausentes, ter iniciado novo inventário de bens, usurpando a jurisdição do juiz de órfãos, asseverava o monarca: “Me pareceu dizer-vos que o ouvidor do Sabará, obrigando com prisão que se lhe entregasse[m] os bens que estavam na administração deste juiz de órfãos, excedeu a sua jurisdição, porque a provisão da Mesa da Consciência de 1º de fevereiro de 1730 lha não deu para este excesso e só foi a declarar que os provedores das fazendas dos defuntos e ausentes não devem admitir habilitação dos filhos ilegítimos aos defuntos para lhe entregarem as fazendas que estão na sua administração, porque as deve remeter à Corte onde tocam estas habilitações para nesta forma se evitarem [sic] o descaminho que em alguns juízos dos ausentes se fizeram com o pretexto de se descobrirem filhos ilegítimos dos defuntos a quem as fazendas se entregaram; o que não é de presumir, porque quando os há notoriamente conhecidos por tais e por herdeiros de seus pais, não pertence o conhecimento da matéria aos provedores das fazendas dos ausentes, mas às Justiças ordinárias se os herdeiros são maiores, e se são menores ao juízo dos órfãos dos distritos, e quando de fato os provedores se intrometem [na] arrecadação das fazendas não podem admitir semelhantes habilitações: porém quando o juízo de órfãos tem proveito [sic] a sua jurisdição, e feito o inventário dos bens que tocam aos menores que estão na sua jurisdição, não podem os provedores das fazendas dos ausentes intrometer-se na arrecadação delas com pretexto de tocarem [a] algum ausente; para o que o provedor dos ausentes deve requerer perante o juiz de órfãos o que entender convém ao ausente, e pelos termos de Direito averiguar-se a justiça que lhe toca, sem que o provedor se intrometa de modo algum a violentar [para] que se lhe entreguem os bens como fez este ouvidor, e fazendo o contrário do que nesta se lhe ordena se lhes dará em culpa nas suas residências” – “Coleção sumária”, op. cit. ordem de 20 de novembro de 1739, p. 354-355. Sobre a pragmática e os carcereiros, cf. a mesma “Coleção sumária”, p. 358 e 357.

Patrício Pereira da Cunha, morador de Vila Rica, que “nela serviu vários ofícios públicos, assim como ultimamente, por conta da Real Fazenda, o de segundo tabelião”, dizia confiar dos clientes “os papéis, documentos, certidões e o mais tanto à vista como fiado, conforme o estilo do país”. Não agira diferente com o pai do réu, a quem fiara o valor de “uma procuração bastante e dois traslados e as custas de uma devassa”; não obstante, após o falecimento do devedor, tivesse se acertado com seu filho e testamenteiro, o escrivão não se livrou da necessidade de lhe mover o pleito. Em demonstração de como os letrados imergiam nas vicissitudes da pequena economia diária, protestou, no entanto, que levassem em conta alguns acertos do oponente, pois este lhe havia prometido satisfazer “na melhor forma que pudesse, assim como o fez em algumas obras de seu ofício de ferreiro, de que o autor lhe passou recibo”. Em linhas gerais, o prestígio de solicitadores, tabeliães e advogados – ou, do contrário, a repugnância que causavam – advinha da amplitude alcançada pelos trâmites judiciais na vida ordinária, já que, mormente no âmbito da dívida generalizada, muito se fazia por intermédio de petições e despachos. Destarte, os limites delineados pela carestia dos serviços de patronos ou pelos desafetos que eles conquistavam no exercício da profissão eram sentidos por um número considerável de pessoas.¹¹

¹¹ AHMI, códice 205, auto 2857. Sobre a sociabilidade dos letrados nas Minas, cf. Antunes, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Belo Horizonte. Dissertação de mestrado apresentada à Fafich, UFMG, 1999. A questão dos ajustes entre advogados e partes em torno do patrocínio de causas aparece eventualmente nos processos, embora, às vezes, ocasionassem igualmente a abertura de pleitos específicos. Em 1796, o Padre Antônio Gonçalves de Moraes, capelão de Nossa Senhora do Rodeio, cobrando dívidas e conhecenças de um pardo forro, justificava que “por ser pobre também lhe faltava e não tinha ouro para poder prontamente ajustar advogado que cuidasse nesta dependência, pois estes querem se lhes pague logo a parte dos ajustes, e por estar na diligência de aprontar não veio logo a juízo opor-se” – AHMI, códice 148, auto 1972. Em 1766, o Dr. Manoel da Guerra Leal de Sousa Castro, advogado nos auditórios da Cidade Mariana, solicitou da testamentaria de Manoel Dias da Costa 100 oitavas referentes ao patrocínio de duas causas. Bacharel formado em Coimbra, Guerra, que comumente era pago à vista ou a prazo, contava ter avisado o cliente sobre a existência de “uma objeção contra si muito grande, qual era a do ministro perante quem se requeria, e por isso era expor-se a um precipício”; Manoel Dias, apesar da insatisfação do julgador com o letrado,

As colisões cotidianas das quais participavam letrados e funcionários, ambiente próprio de uma sociedade em guerra, derivavam de um padrão cultural fincado nas regras clientelistas. O sentido que assumiam, afora a promiscuidade característica do patrimonialismo, achava-se cravado num tipo de experiência material distinta daquela que se pratica hoje no mundo industrializado – muito embora, como se verifica no Brasil atual, este último não seja, evidentemente, obstáculo intransponível para as formas autoritárias. De fato, em vilas e arraiais compostos de alguns milhares de habitantes, onde o anonimato não encontrava bons meios de proliferação e as técnicas disponíveis mostravam-se insuficientemente eficazes e formais – como no caso de cárceres de pau-a-pique, sempre arruinados por fugitivos, ou do descrédito dos símbolos de distinção –, o exercício de função pública dava-se num contexto de intensa pressão social. O mesmo Patrício Pereira da Cunha, numa demanda de 1806 – época em que trabalhava como solicitador de causas, “percebendo os salários que lhe são taxados pelo Regimento das Justiças [e] ajustando-se também com as partes por salário anual e ainda por requerimentos que faz em audiências” – deixou-nos um outro exemplo da atmosfera que envolvia a atuação dos homens de letras.

Segundo o articulado em libelo de sua autoria, na mais recente Semana Santa, o réu José Ferreira do Sacramento, chegando a Vila Rica para as festas religiosas, fora recolhido ao cárcere “por não ter dado conta dos bens de um depósito de que havia

insistiu para que ele aceitasse as causas – AHMI, códice 203, auto 2836. Em 1751, o advogado José Manoel de Siqueira pedia, além de duas libras de ouro recebidas anteriormente, a vultosa quantia de oito mil cruzados pelo patrocínio de uma demanda complexa, que havia se desdobrado em mais de dezesseis ao longo de dez anos – AHMI, códice 161, auto 2185. Em 1800, em Vila Rica, o advogado Antônio da Costa Azevedo, dezessete anos após ajuste feito com José Vieira Rijo, cobrava por libelo certa quantia relativa ao exercício de seu ofício; o crédito assinado pelo devedor, um bom indicativo do peso dos letrados na sociedade mineira, afirmava o seguinte: “Devo que pagarei ao Sr. Dr. Antônio da Costa Azevedo a quantia de trinta e duas oitavas de ouro que em tanto me ajustei com o dito senhor para este patrocinar pela minha parte todas as causas em que eu for autor ou réu por tempo de um ano, cuja quantia pagarei a ele dito senhor ou a quem este me mostrar em quatro pagamentos, todos no dito ano, sem a isso pôr dúvida alguma, para o que obrigo minha pessoa e bens” – AHMI, códice 69, auto 770, 2º ofício. Indiscutivelmente, as letras constituíam um meio de concentração da riqueza, muitas vezes em detrimento dos próprios intentos mercantilistas do Estado português. Sobre este ponto, cf. Silveira, Marco Antonio. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1997. cap. “Justiça e criminalidade”.

assinado termo” – fato trivial da vida diária, uma vez que os depositários, guardando consigo bens valiosos, eram constantemente alvo de inimigos e empregados públicos. Por conta do ocorrido, o requerente, vindo à Igreja do Carmo para as celebrações da Quinta-feira maior, “fora convocado pelo Alferes Pedro Lemos de Magalhães, e com muita instância, para ir à cadeia falar ao réu e cuidar na sua soltura”. Depois de fazer e, por informes equivocados do cliente, refazer as petições precisas, “na Sexta-feira da Paixão andou o mesmo autor para a casa do escrivão e juiz que por favor prepararam e despacharam os autos até [?] se passar alvará de soltura no mesmo dia, e o autor o fez levar à cadeia de onde fez sair o réu, que debaixo de promessas se sacudiu para fora da vila e nunca mais até o presente satisfaz (...) coisa alguma”. Exatamente porque o processo em questão, transcorrido de modo lacônico e sem a contrariedade da parte oposta, podia ser contabilizado entre os pleitos corriqueiros destinados à atualização de dívidas, o episódio a que alude patenteia o quanto os negócios jurídicos entranhavam-se nas redes hierárquicas e comunitárias de sociabilidade. Nele estavam presentes o auxílio corporativo de colegas de profissão, o uso da palavra como crédito, e a coerção pessoal de conhecidos – além do alferes, homem branco, casado e negociante de molhados, intercedera pelo preso um pardo forro solteiro, administrador de estalagem, chamado José Rodrigues Machado.¹²

Por esses motivos, não eram propriamente incomuns os processos de suspeição movidos contra julgadores – pelo contrário, mostravam-se pertinentes num contexto em que os laços de amizade eram moeda corrente da vida pública. Numa dessas exceções, ocorrida em 1788, Antônio José de Lima e Manoel Alves Coelho, tendo já conseguido, numa causa movida contra eles pelo Sargento-mor Caetano José Viegas, o afastamento do juiz de órfãos e do ordinário que o substituía, pelevavam para arredar um terceiro julgador, o Capitão Brás Valentim de Oliveira. Nos artigos de suspeição, os recusantes expunham que “o mesmo acusado é amigo particular daquele Sargento-mor Viegas, em casa do qual está quase de contínuo, conversando com ele em público e em particular, jogando, rindo, galhofando e fazendo funções, de sorte que raro é o dia em que lá deixa de ir, e com ele se trata com amizade particular”. O ouvidor, nomeado árbitro da contenda, ao

| ¹² AHMI, código 205, auto 2858.

sentenciar contra a suspeita por “não proceder a mesma pelo caso de amizade, mas sim pelo de inimizade e parentesco, segundo a Lei”, evidenciava a fragilidade da legislação aplicada a uma sociedade colonial, conquista de algumas poucas décadas, onde, em vilas regulares ou em áreas de fronteira, medravam homens armados e circuitos clandestinos.¹³

Como se sabe, era profícua a conexão entre os postos oferecidos pelas instituições estatais e um conjunto de outras atividades sociais rentáveis – e muito especialmente aquelas respeitantes ao mercado –, havendo mesmo um trânsito de mão dupla a envolver as oportunidades criadas por meios judiciários, administrativos e mercantis: se alguns detentores de funções públicas posicionavam-se melhor com os lucros auferidos dos postos do Estado, havia os que, do contrário, investiam parte da riqueza pessoal no controle de cargos e ofícios. Bom modelo para quem desejava reunir letras e negócios, Antônio Francisco de Carvalho trabalhou de requerente nos auditórios de Vila Rica, atuou como tabelião ao longo da década de 1780 e se tornou proprietário de loja de fazenda seca. Em 1793, foi a juízo para cobrar da testamentária do Guarda-mor Francisco Antônio Xavier de Araújo a quantia de 183.574 réis procedida de gastos variados com o dito defunto e com a cera e o hábito de seu funeral. A dívida de mais de 120 oitavas trilhara um caminho costumeiro nas Minas, onde era usual que proprietários melhor situados fossem por anos ou décadas socorrendo com favores, serviços, bens e dinheiro os menos afortunados. Além disso, o quadro de empenho generalizado reforçava as pressões da reciprocidade e impunha para todos esperas dilatadas e ajustes intermitentes. Por isso, o notário, possuidor de uma casa na ladeira do Ouro Preto, seguindo o costume, ficara muito tempo sem cobrar do falecido o seu aluguel e permitia-lhe retirar mercadorias da loja com certa constância sem exigir paga à vista.

Em 1787, ocasião em que o guarda-mor viajou para o Rio de Janeiro, embora o autor lhe confiasse um escravo Angola para que lá fosse vendido – “por ser o dito negro um excelente mineiro, e terem os desta qualidade boa saída naquela cidade para a expedição do Cantagalo”–, aquiesceu quando o amigo, ao voltar, “o tornou a trazer e o meteu a trabalhar na sua fazenda do Pombal, sita no termo de Queluz, aonde sempre o exibiu até o seu falecimento”, sem nunca ajustar os jornais; ademais,

| ¹³ AHMI, códice 282, auto 5937.

como sinal dos vínculos da amizade que unia Antônio Francisco a Francisco Antônio, o mencionado cativo acabou por desposar uma escrava deste. Decerto, o fato de ser proprietário de negócio outorgava ao escrivão os meios para explorar os melhores contatos ou para cercar-se de uma gama proveitosa de dependentes e devedores. O tabelionato, por sua vez, dilatava consideravelmente suas influências ao meter-lhe nas mãos os destinos de muita gente – aliás, compondo a dívida do defunto, achavam-se reconhecimentos de papéis. Escrever processos e fiar produtos, dominar as letras e gerir lojas, permitiam não somente o acúmulo de recursos consideráveis de poder, como também o encontro num só desaguadouro de duas das mais importantes fontes de concentração de riqueza na sociedade mineira.¹⁴

A inserção dos trâmites judiciais nas malhas comunitárias constatava-se mesmo num manuseio folgado da papelada oficial, definidor de circuitos amplos que extrapolavam o recato prescrito pela lei. Em demanda de 1807, na Ouvidoria de Vila Rica, o proponente, Capitão Jacinto Álvares da Silva, queixava-se do sumiço dos autos de um processo que movera contra D. Maria Teodora da Silva, sugerindo o uso de má-fé por parte do solicitador e do filho desta. O tabelião Antônio de Abreu Lobato – ocupante de um dos cargos mais importantes da justiça, não apenas pela guarda dos papéis ou pela fé pública, mas especialmente por conta das informações que fornecia a respeito do andamento dos pleitos –, quando consultado, disse ter entregue os registros ao mencionado solicitador, Antônio José Freitas Guimarães, que, assinando o recebimento no protocolo, no mesmo ato os confiara a Domingos José Ferreira, o filho da ré, sem que em momento algum voltassem as peças ao cartório. Contudo, a versão do requerente era outra. Tendo ele chegado ao tabelionato, encontrara Domingos José com os papéis na mão, “e já se achavam carregados no protocolo, e porque o dito (...) saiu do cartório com os autos para se aconselhar com os mesmos sem assinar a carga do dito protocolo”, ele próprio decidiu assiná-lo. No mesmo dia, o cliente fora à sua casa

¹⁴ AHMI, códice 148, auto 1973. Numa devassa de 1757 – códice 438, auto 9060 –, Antônio Francisco Carvalho surge, aos 33 anos, ocupado no posto de requerente de causas, evidenciando, como no caso acima referido de Patrício Pereira da Cunha, a prática habitual, entre estes homens de escrita, de trocar, no correr dos anos, o tabelionato pelo emprego de solicitador e vice-versa. Algumas observações sobre Antônio Francisco e outros dois funcionários públicos dedicados a atividades mercantis, Agostinho Soares Francisco e Diogo José da Silva Saldanha, aparecem em Silveira, Marco Antonio. *O universo do indistinto*, op. cit. p. 100-101.

para passar-lhe as instruções que ouvira do advogado, recomendando que “depois de justificada a abonação do fiador que havia nomeado o suplicante [autor], pedisse vista para mostrar que o fiador não tinha bens suficientes para abonar as custas”.¹⁵

Mais tarde, embora o cliente lhe tivesse assegurado que devolvera os papéis ao tabelião quando este fazia perguntas na Câmara, Guimarães, questionando sobre se a parte contrária já havia justificado o abono, ouviu de Lobato que não sabia do paradeiro da demanda. Acuado, em sua defesa o solicitador negou a acusação de que dera consumo dela, pois, havendo “assinado vários protocolos de outros autos de maiores circunstâncias, tem dado inteira satisfação até o presente”; sugerindo ao ouvidor, no lugar de sua prisão, a reforma dos autos, citava não apenas a disposição de Domingos José de assinar o protocolo e desonerá-lo da culpa, como também o fato de que o notário “se poderia esquecer de riscar a carga do procurador como tem sucedido em outros”. Se bem que a parte contrária acabasse aceitando a tese do “sumiço dos autos de ação”, pedindo a reforma, o caso ficou inconcluso. De toda maneira, a contenda explicitava a promiscuidade dos circuitos jurídicos, já que as peças, além de passarem pelas mãos de leigos preocupados em agilizar as cotas de letrados cheios de afazeres, podiam prestar-se a várias espécies de descuido e de perfídia.¹⁶

¹⁵ AHMI, códice 184, auto 2511. A justificação do abono do fiador, procedimento muito comum na prática jurídica, consistia em estratégia para retardar a marcha dos trâmites, visto que nem sempre era fácil encontrar gente abalizada o suficiente para afiançar as graves despesas processuais. Além de arma para prejudicar o oponente com delongas que iam consumindo os seus bens, este era um dos meios de concentração de riqueza nas instâncias jurídicas e administrativas. No caso do trabalho de Patrício Pereira da Cunha durante a Semana Santa, enquanto o principal da dívida cobrada resumia-se a 7\$200, as custas alcançaram a significativa soma de 24\$420 – isto, num processo expedito.

¹⁶ Encontra-se no AHMI um documento avulso denominado “Protocolo velho dos advogados”, onde aparecem listados os registros de retirada e devolução de processos referentes a sete doutores de Vila Rica na virada do século. Embora um mesmo padrão se repita sempre, expondo-se a data da retirada, o gênero da demanda, os nomes de seus contendores, a assinatura do letrado e, por fim, o verbo “vieram” ou “veio” para designar a devolução – surgem nas últimas páginas registros distintos, alguns posteriormente anulados, mas bastante esclarecedores. A seguir, são citados dois deles, ambos acompanhados da cota “vieram”: “Levo os meus autos de embargos sobre os bens que comprei ao Coronel João Damasceno contra o Fisco. Vila Rica, 22 de novembro de 1799. Manoel Frz Chaves”; “Levou em confidência Manoel Dias, camarada do Sargento-mor Antônio José de Abranches, a execução [d]o Capitão-mor José Alves Maciel contra Manoel Teixeira de Sousa. Vila Rica, 22 de novembro de 1799. Manoel Dias do Couto”. As indicações sugerem que os autos eram retirados pelos próprios envolvidos ou por “camaradas” que os obtinham “em confidência” – ou seja, a circulação dos papéis públicos não escapava às regras da contraprestação pessoal.

O perímetro de relações pessoais que abraçava a formalidade jurídica não podia excluir os laços familiares. No final da década de 1770 e no início da seguinte, desenrolou-se um complexo de demandas que ocasionaram a prisão da viúva Paula Gomes de Sá; no cerne delas estavam o Furriel Hilário da Silva Porto e o irmão de sua esposa, Manoel da Costa Guimarães, ambos com passagem pelo tabelionato. Tracemos rapidamente o conflito. Domingos Ribeiro Carvalho e sua mulher, a já citada Paula, pugnavam num processo cujo escrivão era Manoel da Costa, sendo com o tempo obrigados a pagar custas parciais, embora o pleito não tivesse chegado ao fim; por isso, o notário, que não conseguia ser remunerado, moveu-lhes, em 1781, uma ação exigindo os salários. Os devedores, argumentando que haviam acertado as custas com o cunhado do credor, o mencionado Hilário, articularam contra este um libelo para poderem reaver o pagamento e ajustar enfim as contas com Manoel da Costa. O furriel, no entanto, valeu-se do ardil de propor uma querela contra Domingos e Paula, afirmando que, na demanda movida contra ele, ambos haviam jurado em falso ao sobrestimarem o valor das custas em causa e dizerem que haviam sido convencidos a pagá-las por sentença – a quantia seria menor e, afinal, o processo relativo a ela ainda não havia recebido julgamento definitivo. O resultado foi um mandato de prisão contra o casal por testemunho enganoso.¹⁷

Que um tabelião de Vila Rica soubesse utilizar as sutilezas dos trâmites jurídicos para inverter situações e encarcerar inimigos, mesmo se estes pudessem estar com a razão, não deve surpreender, visto que desde o início da colonização do território mineiro seus habitantes vinham aprendendo a importância das letras e dos bons contatos como arma de guerra – contraversões deste tipo ocorriam com frequência e se amparavam ora nas insuficiências da lei, ora na usurpação privada das funções públicas. O que, na verdade, chama a atenção nesse conflito é o fato de ter tido sua origem num embate familiar derivado do modo promíscuo com que se tratava o tabelionato. Referindo-se à demanda que dera início aos dissensos, um artigo de acusação do libelo movido pelo casal contra Hilário afirmava que, “tocando [a causal] por distribuição ao ofício de tabelião, que servia Manoel da Costa Guimarães e dizia

¹⁷ AHMI, códice 227, auto 3813. Este processo, onde é narrada toda a história e são reproduzidas partes dos pleitos em questão, corresponde ao “agravo da injusta pronúncia” movido por Paula Gomes de Sá para sair do cárcere.

o réu era por sua conta, importaram as custas que venceu o dito escrivão, e o autor devia pagar, trinta e duas oitavas ou o que na verdade constar; o autor as pagou ao réu e este as recebeu por dizer lhe pertenciam e ser o ofício seu, e ter contas com o serventuário seu cunhado”.

E continuava: “brigaram ambos, quis o escrivão que o autor lhe pagasse aquela quantia porque o réu ficou com ela, o réu a não queria restituir e [mandou] que o autor se defendesse, houve demanda de que foi causa o réu, saiu o autor vencido”. Ou seja, Domingos e Paula foram enredados nos embates do furriel com o irmão de sua esposa. As alusões à ambigüidade que encerrava a posse do ofício – “dizia o réu era por sua conta”, “por dizer lhe pertenciam e ser o ofício seu” – sugerem a estratégia familiar de fazer de Manoel da Costa o substituto de Hilário nas atividades cartorárias, fosse por alguma forma de trespasse, mesmo legal, fosse por abono e fiação. De fato, enquanto este último atuou como notário entre 1765 e 1774 – segundo o que indica uma gama de processos por ele escritos –, a única provisão alcançada pelo primeiro correspondeu aos anos 1775-1777. De toda maneira, as contas concernentes ao trabalho do cartório mesclavam-se aos entendimentos domésticos, promovendo confusões e prejuízos a terceiros quando se deu a ruptura na parentela – fenômeno também muito comum numa sociedade em que cunhados disputavam, na sucessão de gerações, a liderança familiar.

E havia motivos para isso. Com uma irmã, Dona Teodora Mendes da Silva, esposa de Hilário, e dois irmãos menores, Manoel da Costa Guimarães compunha uma família natal, que, além de estirar-se em ofício público, era encabeçada por Francisco de Almeida Sande, comerciante de avultado negócio no arraial da Itaubira – constituíam, de fato, um outro exemplo da ligação entre o comércio e o tabelionato. Em 1771, o furriel e seu cunhado moveram no juizado de órfãos de Vila Rica um expressivo libelo contra o testamenteiro do defunto Manoel Dias da Costa. Pelo que se pode deduzir do processo, o falecido atuara também como grande negociante, ocupando o topo das pirâmides creditícias da sede da capitania mineira; uma vez que agia no atacado, intermediando os fluxos comerciais entre as casas do Reino e do Rio de Janeiro e o pequeno trato das urbes e vilarejos do sertão, seu posicionamento social o colocava em boas condições para o exercício da liderança política e da guerra cotidiana. As-

sim, a demanda em questão dizia respeito a um conflito de porte, pois continha duas facções distintas, armadas com recursos administrativos e mercantis.¹⁸

O embate havia se originado justamente da tentativa de um devedor em perdição de alinhar-se a um dos lados para salvar a pele – num contexto autoritário, organizado pelo critério das solidariedades hierárquicas, necessitados de toda espécie aprendiam a explorar as oposições entre partidos e chefetes. Com efeito, conforme o articulado pelos proponentes da ação, um certo Domingos Gomes, vendo-se, no ano de 1751, prestes a ser executado pelo referido Sande, a quem devia a volumosa soma de 350 oitavas de ouro, decidiu, em tática conhecida no Antigo Regime, produzir antecipadamente crédito e seqüestro falsos a favor de Manoel Dias, e com o apoio dele, de sorte que, no momento de efetivar sua penhora, o pai dos autores nada mais encontrou para seqüestrar. Duas décadas depois, mortos os três envolvidos no caso, os herdeiros do prejudicado requeriam reparação dos danos causados pela operação fantástica, alegando que, até o momento, “ignoravam a simulação e dolo com que labora e laborava a dita execução contra o devedor Domingos Gomes [feita] pelo dito Manoel Dias da Costa, de quem [Sande] era amigo favorecido, e nacionais da Pátria”.¹⁹

¹⁸ AHMI, códice178, auto 2433.

¹⁹ Como se sabe, no tumultuado século XVIII, as palavras “nação” e “pátria”, bem como seus derivados, assumiam sentidos diversos nas variadas circunstâncias sociohistóricas. Aqui, “pátria” alude claramente a Portugal, num sentido corriqueiro que foi partilhado por um cauteloso memorialista da época, o Doutor Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. Desse modo, o termo evoca a idéia de que os mais distantes rincões do Império ultramarino consistiam em prolongamento de um mesmo centro, assim como os filhos de uma mesma família dispersos pelo mundo afora descendem de um único pai. Aparentemente, na expressão “nacionais da Pátria”, a nação não tem o significado iluminista que pressupõe uma multidão de homens a habitar um país circunscrito por fronteiras e submetido a lei e governo únicos; pelo contrário, o termo assume sentido corporativo, faccional, isto é, o de pertencentes a um mesmo status. Cf. Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*, op. cit. p. 168-169. Nas incitantes palavras do filósofo francês, referindo-se à nova concepção de história da nobreza reacionária do final de Seiscentos: “A nação, ou melhor, ‘as’ nações, ou seja, os conjuntos, as sociedades, os agrupamentos de pessoas, de indivíduos que têm em comum um estatuto, costumes, usos, uma certa lei particular – mas lei entendida muito mais como regularidade estatutária do que como lei estatal. É disto, destes elementos, que se trata na história. E são estes elementos, é a nação, que vai tomar a palavra. A nobreza é uma nação em face de muitas outras nações que circulam no Estado e se opõem umas às outras. É dessa noção, desse conceito de nação que vai sair o famoso problema revolucionário da nação. É daí que vão sair, é claro, os conceitos fundamentais do nacionalismo do século XIX; é daí também que vai sair a noção de raça; é daí, por fim, que vai sair a noção de classe” (p. 160-161). Sobre a invenção de costumes na sociedade mineira e sua associação com o termo “pátria” no final do XVIII, cf. Silveira, Marco Antonio. *Fama pública: poder e costume nas Minas setecentistas*. São Paulo. Tese de doutorado apresentada à USP, 2000.

Ainda segundo os autores, a evidência da fraude acordada entre Manoel Dias e Domingos Gomes achava-se nas próprias inconsistências do libelo que a formalizara juridicamente, permitindo o rápido seqüestro – manipulando funcionários da justiça, os conluiados deixaram de anexar ao processo contas correntes e créditos indispensáveis em semelhantes casos; além disso, tamanha era a burla que o suposto devedor, como constava dos ditos autos, chegara a confessar a obrigação um dia antes de haver sido citado pelo oficial. A expedição de mandato e a penhora ocorreram com toda a presteza, “tudo feito [e] cobrado estando o dito devedor em casa do chamado credor de sua mão posta”. Conquanto o amanuense tivesse registrado o contrário, a própria apreensão, em vez de ocorrer no local em que se encontravam os bens, foi realizada no cartório das execuções, de onde, depois, a papelada acabou sumindo. Por fim, Manoel Dias da Costa “se fazia forte contendor em todas as dependências em que se metia”, alcançando “tudo quanto queria com os oficiais de justiça”.

Após os trâmites de praxe, o julgador proferiu sentença favorável a Hilário da Silva Porto e Manoel da Costa Guimarães, amparando-se, para além das certidões anexadas, no dito das testemunhas; reconhecendo a existência de dolo e conluio, condenou o réu a pagar as custas e a quantia exigida pelos autores – sentença, aliás, confirmada pelo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro quando o derrotado apelou. A conclusão do caso indigitava, mais uma vez, o paradoxo das instituições estatais na colônia, visto que, se de uma parte elas davam mostras de sua capacidade de pôr limites aos abusos privados, de outra pareciam frágeis diante do poderio e da influência dos reizes locais. Manoel Dias da Costa possuía meios para subverter os intentos universalizadores do Estado, usurpando os expedientes oferecidos pelo mercado e pela própria administração pública com o objetivo de subjugar inimigos e de apropriar-se dos recursos alheios – simbólicos e materiais – em proveito do bando que congregava.

O padrão bélico de sociabilidade, edificado sobre os alicerces da moral patrimonialista, foi a linha mestra que pautou a vida de um outro negociante de Vila Rica, morador no bairro da Barra, chamado Estácio Ferraz de Sampaio. Na década de 1760, tendo se envolvido em renhidas contendas contra um ferrador que servia no juizado de seu ofício, não só quase morrera numa emboscada preparada pelo adversário, como

também, a despeito disso, terminou por amargar bom tempo de cárcere por conta, ao que parece, das eficientes manobras realizadas pelo agressor junto aos funcionários da Justiça.²⁰ Alguns anos depois, em 1773, Estácio fabricou novo conflito ao lançar, no juízo ordinário, artigos de suspeita contra o tabelião Agostinho Soares Francisco. Conforme o libelo de acusação, o notário, vindo de São Paulo em 1756 para viver nas Minas, achou o negociante novamente na cadeia, desta vez “preso por uma fiança”, e lhe pediu emprestados vários trastes, dentre os quais estavam uma mesa, seis tamboretas e um catre, que com ele ficaram por uns quinze anos. No fim deste período, quando chegou a servir o ofício de tabelião, o acusado vendeu os móveis, causando, dessa forma, a ira de Estácio, que decidiu reduzi-los judicialmente a depósito. Desta atitude, resultou uma carta escrita por Agostinho, prova máxima da suspeição, que bem merece ser descrita na íntegra por trazer um quadro riquíssimo das técnicas de guerra no universo colonial.

Senhor Estácio Ferraz Sampaio, rei dos velhacos. Aqui me escreve minha mulher dizendo que Vmce tinha ido à minha casa pedindo um catre, gritando que lho furtavam, e pretendia querelar por isso e que de casa em casa se andava queixando e dizendo mal de mim. Oh, grandíssimo velhacão, não se lembra que o tal catre me deu em caução de perto de quarenta mil réis que fora do crédito por que o ajuzei e se acha em execução, e me deve há tantos anos de custas do ofício de tabelião, dizendo-me, por última conclusão, que querendo ficar eu com ele o fizesse por aquilo que justamente valesse? Diga-me, maganão falto de pejo e vergonha, não lhe ocorre que tantas vezes eu lhe pedia o meu dinheiro? Quantas me respondia pusesse o preço ao dito catre e ficasse com ele ou, quando não, visse quem o quisesse ou Vmce procurava comprador, pois se via amofinado de trabalhos e demandas e impossibilitado a pagar-me com ouro? Acaso fui à sua casa mandar tirar-lhe o catre? Por que, grandíssimo velhacão, se não queixou de mim enquanto eu estive nessa vila e por que se escondia de mim repetidas vezes que o mandei chamar à sua casa a fim de ver se me pagava a dívida tão antiga que me deve fora do crédito que se acha em juízo ou vendesse o tal catre a quem me desse o ouro para o meu pagamento, porquanto como eu vendia os meus trastes também não carecia de outros, e Vmce é tão verdadeiro que me

²⁰ A incrível disputa entre Estácio Ferraz de Sampaio e o ferrador João Dias de Souza pode ser avaliada através dos documentos localizados no AHML, códice 444, auto 9317 (devassa) e códice 165, auto 2250 (libelo).

mandava por resposta, quando o achavam em casa, já me vinha falar, mas não aparecia porque, só como velhaco, por não perder o costume, andava procurando a quem eu devia, persuadindo-os a que me citassem, e esperou que eu me recolhesse para esta fazenda para andar com semelhante terremoto [?]; porém, quer Deus que todos o conhecem e sabem muito bem que toda a sua vida só cuidou em pagar [sic] o alheio, a trapacear, fabricando em todos, e velhacadas, por cujo motivo está de rastos e há de permitir Deus acabe conforme tem vivido; olhe para o que tem passado com todos os seus vizinhos da Barra e para a ladroeira que fez a José da Costa Pinheiro e, por último, metendo nas voltas a Antônio Brum para que ajustasse ser testamenteiro dativo daquele, prometendo-lhe dar da sua bolsa 50/8s de ouro e assistir com as despesas só a fim de melhor poder agadanhá-lo o que devia ao dito Pinheiro, e depois de conseguir a ladroeira, por o dito Brum não saber com certeza o que Vmce devia ao dito Pinheiro pelos pleitos que entre ambos havia, e porque o tinha preso, não só lhe não pagou as ditas 50/8s de ouro, mas queria que ele pagasse o requerimento do testamento [e] também as mais custas no juízo eclesiástico, de que resultou dizer-lhe ele em minha casa que os diabos levassem as mãos que lhe tinham dado com um bordão, podendo fazê-lo com uma bala, ainda que presumia que nem com ela o matassem, e Vmce com cara de pouca vergonha entrou a rir-se. Lembra-se, enredador e falto de consciência, o que diz seu irmão das suas contas e todos os mais com quem Vmce as tem tido e que, para se poder ver livre de José Pereira de Brum na execução que este lhe fazia, me veio pedir aceitasse na sua mão o importe das minhas custas que logo mas havia de pagar, e que eu por me compadecer de Vmce aceitei e agora, falando-lhe nelas, com cara deslavada me respondeu que mas não devia porque o dito Brum foi autor e alcançara sentença contra Vmce pelo principal e custas, e que por isso mas não devia? Vá andando assim que no Inferno tudo há de pagar por junto [?]. Pondere quantos anos mais poderá viver. Ó Senhor Diabo, por não querer mais negócios com Vmce, sujeitei-me a perder e abater-lhe as ditas custas do Brum porque me não faziam pobre nem rico, entregando a Deus o tomar-lhe delas contas. Creio piamente que Vmce já está vestido e calçado nos abismos dos Infernos e desamparado de todo da graça de Deus, e que tudo quanto diz o povo dos seus maus costumes, enredos e velhacadas é pouco. E assim pague-me o que me deve fora do crédito e execução que lhe faço e leve o catre que me pôs em minha casa em

segurança da mesma dívida ou para se vender para pagamento dela, e não seja grulha e maldizente ao seu próximo e de quem não é capaz de falar se bem olhar para os seus costumes. Ah, grulha, demônio comedor do alheio, que só cuida nisso e [em] enredar e desinquietar a quem só procura o sossego, e por ver que fazem dele, por fazer vezes ao diabo, por isso se lhe tem escrito a vida que é tão boa, que além do mais que é constante usava mal da sua filha e agora somente se empenha [em] enganar pobres mulheres a fim de lhes comer o que outrem [?] lhes deixou. Porém tantas tem feito Vmce, e fará, que ainda há de achar a passagem de graça, e lembre-se bem disto que lhe digo ora. Deus me guarde de Vmce por muitos e felizes anos. Rancho Novo, 10 de abril de 1772 (...). Agostinho Soares Francisco.²¹

A carta havia sido escrita por um fâmulos mulato a mando de Agostinho, embora este o negasse. Em sua defesa, que não contou com a inquirição de testemunhas, o notário narrou uma história diferente: Estácio o teria procurado pedindo-lhe, com sucesso, para guardar alguns trastes, pois temia que fossem apreendidos por inimigos de pleito; no dia seguinte, “indo oficiais de justiça à [casa] do Mestre de Campo Pedro da Fonseca Neves, onde o dito recusante, com aquele inteiro crédito de que se reveste, se achava oculto e refugiado, procurando-o foram dar com ele metido em um armário, de onde o conduziram para a prisão, na qual foi conservado por muito tempo”; saindo dela, levou os referidos bens para a residência de um clérigo, “que morava mestiço à capela do Senhor dos Perdões”, mantendo por sua vontade o catre e a mesa na casa do tabelião; ainda que tivessem combinado, então, que o catre compensaria umas custas devidas pelo negociante ao notário, o primeiro não aceitou negócio quando o escrivão da Junta desejou comprá-lo; enfim, Agostinho acabou por indicar o tal leito para a penhora do que lhe devia Estácio, gerando, assim, o conflito. Independentemente de quem tivesse razão no caso, o fato é que o embate entre o comerciante e o funcionário público punha em movimento diversos dispositivos bélicos. Antes de mais nada, as técnicas de difamação – que, por vezes, implicavam

²¹ AHMI, códice 248, auto 4243. Como em outros trechos de manuscritos transcritos neste artigo, optou-se, também nesta passagem, por atualizar a grafia e inserir pontuação que deixasse o texto mais claro ao leitor. Registre-se, como indicativo da posição social estratégica do tabelião, que o deste libelo foi justamente Hilário da Silva Porto.

processos de suspeita ou injúria – correspondiam a armas poderosas: gritar na rua, passar de casa em casa, acusar de ladrão, mobilizar a fama pública com recursos de oratória consistiam em meios de fazer a guerra. A própria missiva, aliás, compunha parte de um jogo cuja meta era sempre a de reforçar a própria honra e engendrar o descrédito do adversário.

Nessas condições, os órgãos e as práticas de justiça e administração, longe de forjarem um espaço institucional autônomo e apartado das fissuras sociais, achavam-se nelas mergulhados, de modo que tribunais e audiências afirmavam-se, em certa medida, como terreno de combate entre facções. Estácio Ferraz de Sampaio era outro exemplo do agrupamento de atividades mercantis e judiciais, já que também havia atuado como solicitador de causas nos auditórios de Vila Rica.²² Por isso, para fortalecer as provas de sua suspeita contra Agostinho Soares Francisco, chamou para compor o quadro de testemunhas três escreventes: dois brancos e um pardo liberto. O objetivo do acusante, ao escolhê-los, estava em desacreditar o oponente sugerindo que ele não cumpria seus compromissos. Francisco Roiz Chaves, o mulato forro, afirmou sobre o tabelião que “aqueles que serviram de seus escreventes (...) se queixam que lhe[s] não pagara, assim como praticou com ele testemunha, que também o serviu e até agora lhe não paga, por cuja razão o fez demandar para um libelo que ainda pende em juízo”. O mesmo depoente, patenteando o padrão bélico de sociabilidade que usurpava os instrumentos legais e animava o espírito da honra, declarou ainda que os dois adversários “tiveram umas dúvidas em certa ocasião, de que sucedeu o recusante empunhar um espadim contra o recusado, desafiando-o, ao que este obedeceu

²² A informação é fornecida pelas testemunhas de acusação no processo em causa. O Alferes Manoel José Duarte e Melo, em afirmação categórica que demonstra a importância da função judicial nas estratégias de Estácio, disse que “o recusante é morador há muitos anos nesta vila e desde que com ele teve conhecimento o não conheceu com negócio, mas sim na ocupação de solicitador de causas nos auditórios desta vila”; Francisco Roiz Chaves, de sua parte, asseverou que “o tem conhecido primeiramente com uma estalagem que teve na Barra e depois disto no emprego de solicitador de causas” – o que sugere que Estácio valeu-se de recursos do comércio para galgar posições na esfera administrativa. Manoel de Oliveira Magalhães contou que o recusante “tinha o seu negócio de estalagem interessado com seu irmão João Ferraz Sampaio”. Em pelo menos duas devassas do AHMI, Estácio Ferraz de Sampaio depõe como testemunha. Numa delas – código 447, auto 9427 –, em 1763, era solicitador de causas, aos 48 anos; noutra – código 438, auto 9082 –, em 1778, portanto após o conflito com Agostinho Soares Francisco, surge como homem branco de 64 anos, que vive de cobranças; em ambas, era morador da Barra.

valendo-se de uma pedra que achou à porta de casa; porém, por se intrometerem algumas pessoas, se acomodou tudo”.

Tratava-se mesmo de guerra. A carta de Agostinho, deformasse ou não os intentos e as ações de Estácio, colocava em evidência um sem-número de técnicas de peleja: gritos difamadores pela rua; cobranças insistentes e violentas; esconderijos e dissimulações; incitamento de inimigos e credores do oponente; manipulação de vizinhos e conhecidos menos atentos; tentativas variadas de subverter despachos e instrumentos legais através de peitas e de contatos espúrios; ludíbrio de mulheres e viúvas; enfim, todas as formas de produzir a verdade por intermédio de maquinações e calúnias. Porque constava da batalha, a missiva assumia um tom retórico atinente à concepção guerreira de sociedade. Se, de um lado, os xingamentos de “velhaco”, “maganão”, “enredador” e “grulha” ou o uso de verbos como trapacear e fabricar denotavam ofensas graves necessárias ao restabelecimento da honra do notário, de outro, as recorrentes alusões ao demônio e suas voltas – expressas, por exemplo, na inteligente e irônica fórmula “Deus *me* guarde de Vmce” –, bem como o apelo ao exame de consciência – “Pondere quantos anos mais poderá viver” –, não apenas aventavam que a mesma guerra se travava antes e depois da morte, como também, ao pôr em funcionamento as eficazes convenções da piedade, mobilizavam o público e qualquer julgador contra o inimigo. E que não se tome este jogo da oratória como algo frívolo ou, do contrário, como resultado de engenhos amplamente conscientes e racionais. Afinal, quando Antônio Brum, mencionado na carta, afirmara sobre Estácio “que os diabos levassem as mãos que lhe tinham dado com um bordão, podendo fazê-lo com uma bala, ainda que presumia que nem com ela o matassem”, fazia referência a um complexo de crenças católicas e africanas, amalgamadas na tópica do “corpo fechado”, bem adequada para aludir a quem havia sobrevivido, alguns anos antes, a contundentes bordoadas.²³

²³ Câmara Cascudo. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, verbete “diabo”, ao associar, na América portuguesa, o demônio ao “desafio” – um gênero de disputa poética entre cantadores – parece indicar importantes vínculos entre rituais populares, religiosidade, honra e conflito social. Nesse sentido, assevera a permanência, por estas partes, do significado demoníaco de “inversão do bem, o *avesso do direito*”. E acrescenta: “Aceitava contratos para dar riquezas em troca da alma do contratante, entregue em certo dia e comumente sendo ludibriado”.

Ao fim do processo, o juiz árbitro, com o argumento de que a carta, indiscutivelmente feita a mando de Agostinho Soares Francisco, constituía prova contundente de inimizade capital, proclamou-o impedido de escrever em demandas concernentes a Estácio Ferraz de Sampaio. Novamente, a disputa jurídica desenvolvia-se como batalha de uma guerra mais geral que a antecederia e lhe sucederia. Se bem que a atuação constante do Estado português redundasse em algum êxito da proposta de universalização do direito, limitando os excessos através do caleidoscópio de jurisdições, a justiça e a administração coloniais não podiam salvar-se das formas variegadas de usurpação pelo simples motivo de que as regras patrimonialistas e seus desdobramentos bélicos conformavam um padrão sociocultural decisivo, capaz de conferir inteligibilidade às práticas políticas, econômicas e religiosas. É certo que ali vicejava também o apego à soberania estatal e ao aparente conforto de uma vida burguesa; todavia, as Minas setecentistas eram, antes de mais nada, um mundo de conquistadores sedentos do combate e da vontade de distinção.

A forte presença de uma moral guerreira nas Gerais tinha a ver, sem dúvida, com o impacto de concepções aristocráticas, que, a par do revivescimento de antigos lugares-comuns da piedade católica, articulavam, desde a passagem do século XVII para o XVIII, um discurso histórico e político de grande significado. Na verdade, todo o processo de colonização fora sempre perpassado por dualismos típicos dos critérios estamentais, a despeito da complexidade e da diferenciação das sociedades erguidas

na América portuguesa, ressaltando-se, é claro, o peso inevitável da escravidão,²⁴ como afirmaram cronistas da época, todos almejavam viver à fidalga. No entanto, durante os Setecentos, imersos nas tensões sociais que contrapunham nobres e burgueses, fidalgos e togados, no interior dos Estados absolutistas, historiadores da nobreza elaboraram um modelo explicativo de conflito calcado na idéia de que a desigualdade e, conseqüentemente, a luta, seriam fatais em qualquer sociedade. Afastando-se do direito natural e propondo, em seu lugar, que a vontade de um homem não encontra limites de satisfação, inferiam daí a necessidade da diferença e do domínio: em suma, liberdade implicaria necessariamente a divisão entre fortes e fracos, superiores e inferiores. Esta visão da vida social como guerra generalizada, como combate pela dominação do mais vigoroso, coadunava-se com as condições que presidiam à conquista de territórios nos sertões coloniais – em ambos os casos, o mundo aparecia dividido em facções e os inimigos eram identificados ora aos intentos centralizadores do Estado, ora aos burocratas e funcionários que lhe davam suporte; em outras palavras, para os aristocratas decadentes da Europa ou para os régulos sertanejos das Minas, a incapacidade de conhecer e manipular a justiça significava a perdição.²⁵

²⁴ Cf. a interessante análise de Schwartz, Stuart B. *Segredos internos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. cap. “Uma sociedade escravista colonial”: “Essa sociedade herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhes sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça, cor e condição social, diferenciação esta resultante da realidade vivida na América. Foi uma sociedade de múltiplas hierarquias de honra e apreço, de várias categorias de mão-de-obra, de complexas divisões de cor e de diversas formas de mobilidade e mudança: contudo, foi também uma sociedade com forte tendência a reduzir complexidades a dualismos de contraste – senhor/escravo, fidalgo/plebeu, católico/pagão – e a conciliar as múltiplas hierarquias entre si, de modo que a graduação, a classe, a cor e a condição social de cada indivíduo tendessem a convergir” (p. 209-210). Salientando a coexistência dinâmica dos padrões estamentais e da mobilidade social, o autor completa: “O ideal de nobreza assenhoreou-se da sociedade brasileira desde seus primórdios e perdeu por todo o período colonial. Ele encerrava atitudes, atributos e tradições que atestavam e mediam o *status* nobiliárquico. Fundamentava-se em um conceito de organização social que, como a própria sociedade, era hierárquico, desigual por definição e paternalista” (p. 221-222). Acerca do revivescimento de antigas concepções da piedade católica, cf. Holanda, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977, em especial o cap. “Visão do paraíso”.

²⁵ Cf. Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*, op. cit., em especial a aula de 18 de fevereiro de 1976. O autor procura demonstrar como surgiu no final do Antigo Regime, paralelamente ao modelo de soberania apropriado pelo pensamento iluminista, uma crítica social de extrato nobiliárquico contra a centralização monárquica e a ascensão da burguesia. Entre as características desse discurso, bem expresso na obra do historiador francês Boulainvilliers, destacam-se a concepção do conflito social como um problema histórico, e não natural, a conseqüente generalização do conceito de guerra, e, ainda, a idéia de que fora pelo controle do saber jurídico que o rei se impusera sobre a nobreza numa aliança com camadas mais

Por essa razão, ainda que o Estado português fosse bem sucedido na imposição de suas estruturas, talvez não seja apropriado conceber as duas ou três primeiras décadas de conquista do território mineiro como uma “era dos potentados”, validando um termo que pressuporia, no período seguinte, a vitória da soberania centralizadora. De fato, a análise do funcionamento cotidiano da justiça e do mercado alvitra que, sem embargo da presença de práticas e valores burgueses a racionalizar as relações sociais, a visão da sociedade como guerra de facções independentes e honradas desempenhou papel preemptório no universo colonial – em boa medida, no decorrer do século, controlados os motins, apenas variaram as armas de guerra. Se a idéia parece exagerada é porque a historiografia, reproduzindo, às vezes inadvertidamente, as armadilhas retóricas da documentação oficial, ou ainda valorizando os engenhos teleológicos de seus modelos teóricos, tendeu a ver o processo colonizador como o gradual e inevitável triunfo do Estado soberano. Não indicariam isto os conceitos de “sentido da colonização” ou de “colônia de exploração”? Não se teria dado mais visibilidade ao ato de colonizar que à luta de conquista? Quando se pensam, por acaso, os vínculos entre o Brasil e Angola durante os Seiscentos, integrados por um oceano

baixas da sociedade, tornadas seus burocratas. Comparando os “historiadores do direito” a essa nova forma de pensar a sociedade, afirma Foucault: “Para aqueles historiadores que narravam a história no interior do direito público, no interior do Estado, a guerra era pois, essencialmente, a ruptura do direito, o enigma, a espécie de massa escura ou de acontecimento bruto que cumpria mesmo tomá-lo como ele era, e que não era, não somente, princípio de inteligibilidade – não se tratava disso – mas, ao contrário, princípio de ruptura. Aí, ao contrário, é a guerra que vai precipitar um tipo de gabarito de inteligibilidade na própria ruptura do direito e que vai, pois, permitir determinar a relação de força que sustenta permanentemente certa relação de direito. Boulainvilliers vai, assim, poder integrar esses acontecimentos – que antigamente eram apenas violência e apresentados em sua massividade –, essas guerras, essas invasões, essas mudanças, em toda uma camada de conteúdos e de profecias que envolvem a sociedade inteira (já que isso toca, como vocês viram, ao direito, à economia, ao sistema fiscal, à religião, às crenças, à instrução, à prática da língua, às instituições jurídicas). A história, a partir do próprio fato da guerra e a partir da análise que se faz em termos de guerra, vai poder relacionar todas essas coisas: guerra, religião, política, costumes e caracteres, e vai ser, pois, um princípio de inteligibilidade da sociedade. A guerra é que deixa a sociedade inteligível em Boulainvilliers e, penso eu, a partir daí, em todo o discurso histórico” (p. 194-195). O que sugerimos neste artigo é que um mesmo momento histórico reuniu as condições de possibilidade que engendraram, por exemplo na França, o discurso histórico-político da reação nobiliárquica, e, do outro lado do Atlântico, um modelo sociocultural a serviço de grupos de conquistadores desejosos de se afirmarem como aristocracia proprietária e escravista em detrimento dos projetos estatais de soberania e das regras de direito e administração, por eles usurpadas e manipuladas sempre que possível. Ademais, este padrão bélico de sociabilidade, como já se disse anteriormente, encontrava meios para florescer nas próprias contradições do patrimonialismo: o rei carecia de régulos para impor a soberania, mas a via constantemente ameaçada pelo poderio deles.

que, do lado de cá, assistia a paulistas sangrentos à caça de índios, e, do lado de lá, testemunhava violentas incursões armadas à busca de cativos – um oceano onde braços humanos para o trabalho eram trocados por gibões feitos sob medida para a caçada – torna-se instigante a proposta de subverter a ideologia estatal e pensar a colonização segundo o conceito de guerra.²⁶

Uma possível revisão do modo de conceber a sociedade colonial parece adequada num momento em que se procura compreender melhor os fenômenos da “globalização” e do “neoliberalismo”. Afinal de contas, com eles ganha vigor a ideologia de um mercado livre, orientado por organizações multilaterais pretensamente equânimes, e ancorado numa lógica racional e ilustrada apta a gerar, como finalidade inequívoca, o melhor dos mundos. Observando-se as variadas formas de exclusão, a nova amplitude da concorrência e da individualidade, o alargamento da pobreza, a concentração da renda, bem como a perniciosa evolução da geopolítica atual, talvez fosse possível recordar o quão atados sempre estiveram mercado e guerra. Outrossim, tomando como referência o fato de que os negócios se centralizam cada vez mais nas mãos de gigantescos conglomerados multinacionais, marcos de uma rede que engloba, nos mais variados lugares, autoridades subservientes e funcionários públicos corruptos, não seria extravagante sugerir que as mais recentes propostas de modernização, feitas em defesa da sociedade contra o arcaico e corporativo, vêm, em realidade, produzindo gêneros novos de patrimonialismo e de imersão da república nos interesses de facções privadas. Nessas circunstâncias, olhar para o passado e verificar como podem ser arraigadas as técnicas de usurpação da administração e da justiça, transformadas em armas contra os grupos sociais, pode nos ensinar algo acerca das boas intenções de alguns acadêmicos e presidentes. Enfim, em que medida, no Brasil, em especial, o discurso sobre o Estado e a soberania não tem mascarado a truculência de uma sociedade autoritária e em guerra?

²⁶ Sobre os vínculos entre o Brasil e Angola, cf. Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, em particular o cap. “Lisboa, capital negreira do Ocidente”.

Governadores, bibliotecas e práticas de leitura em Minas Gerais no século XVIII

Luiz Carlos Villalta

Neste artigo tenho por objetivo levantar algumas hipóteses sobre a relação que os governantes das Minas Gerais mantinham com os livros, procurando inseri-la num quadro mais amplo de vínculos estabelecidos entre Portugal e suas possessões na América. Centrando-me no caso de José Antônio Freire de Andrade, segundo conde de Bobadela, primeiramente, relatarei como descobri, nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, o principal documento aqui utilizado, explicando igualmente os porquês de sua elaboração e traçando uma breve biografia do governador supracitado. Num segundo momento, descreverei as linhas gerais da biblioteca de Freire de Andrade. Por fim, procurarei aproximar-me das práticas de leitura desenvolvidas pelos governadores e dos usos que os mesmos faziam dos livros.

A lista: explicando sua descoberta e sua feitura

Segundo Edital de 10 de julho de 1769 da Real Mesa Censória, tribunal estatal criado pelo marquês de Pombal para cuidar da censura literária e da instrução em Portugal, todas as entidades e pessoas que imprimissem, vendessem ou possuíssem livros ficavam obrigadas a enviar uma lista ou catálogo de todos os seus livros.¹ Nas listas e catálogos, os livros deviam ser arrolados, em ordem alfabética, dentro de sete classes: “Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Belas Letras”.²

Uma questão que se apresenta para os historiadores versa sobre o cumprimento ou não deste edital pelos súditos da Coroa portuguesa residentes na América. Rubens Borba de Moraes, em seu clássico trabalho sobre as bibliotecas do período colonial, afirma desconhecer a existência de qualquer documento que mostre se o edital foi ou não cumprido nestas partes do império lusitano.³

Em minhas pesquisas nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, procurei por todas as vias tentar encontrar documentos que viessem mostrar o cumprimento do referido edital na América. Nesta busca exaustiva – mas que não abrangeu toda a documentação censória produzida pelo tribunal pombalino – encontrei um único caso em que se vê, ao mesmo tempo, o cumprimento das determinações do edital por um leitor e a realização da censura pela Mesa. O padre Marcelino Lopes, advogado na cidade de Salvador, encaminhou seus livros ao Tribunal da Relação da Bahia, para que fossem revisados. Temendo que os livros fossem destruídos pelo cupim, devido ao tempo que já se passava desde que entregara os livros, pediu a Sua Majestade que ordenasse a revisão dos mesmos, anexando para tanto um rol (que não consta da documentação), enviado à Real Mesa Censória. Este tribunal passou, então, provisão

¹ Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT). *Real Mesa Censória*, Caixa 1, “Edital de 10 de julho de 1769”.

² Idem.

³ Moraes, Rubens Borba. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979. p. 53.

ao Desembargador Chanceler da Relação da Bahia para entregar todos os livros de que tratava o “Rol incluzo – excepto o Larraga. Meza 23 de Dez^{ro}. de 1773”, isto é, com exceção do livro *Promptuario de Teologia Moral*, de Francisco Larraga.⁴ Os bacharéis Manoel Dias da Costa e Bernardo Dias da Costa, em 1769, recém-chegados ao Porto vindos do Rio, demonstraram ter conhecimento das determinações do edital de 10 de julho de 1769: embora não as tenham obedecido, manifestaram preocupação em relação às mesmas e alegaram que não tiveram condições de “satisfazer aos requesitos ordenados no Edital e Ley de 10 de Julho deste presente anno [de 1769] por haverem ausentes e falta da entrega dos ditos livros”, que estavam retidos na alfândega, não tendo feito, portanto, na Colônia um rol dos livros que possuíam.⁵

Minha insistência, no entanto, levou-me a examinar os códices que contêm catálogos elaborados no Reino em respeito à determinação do citado edital. Das inúmeras caixas de documentos, consegui examinar apenas três, escolhidas aleatoriamente: 137, 136 e 134. Nestas caixas nada encontrei que fosse referente aos súditos americanos de El-Rei. No entanto, tive a sorte de localizar, na caixa 137, o rol elaborado a mando de José Antônio Freire de Andrade, irmão do 1º conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, ambos governantes de Minas Gerais. No documento, sem data, mas certamente redigido por volta de 1769-1770, consta o seguinte cabeçalho: “Livros do Ilm^o. e Exm^o. Conde de Bobadela assistente na travessa da Condeça do Rio freg^a. de S^{ta}. Catherina de Monte Synay”. Ao final do mesmo documento, encontra-se registrado o seguinte: “São os livros que o Ilm^o. e Exm^o. Conde de Bobadella tem na Villa de Vianna do Minho, onde Rezide”. Portanto, trata-se de um rol dos livros que compunham uma biblioteca existente no Reino, e não na Colônia.⁶

José Antônio, segundo conde de Bobadela, foi governador e capitão-general interino do Rio de Janeiro e de Minas, onde esteve pelo menos de 1751 a 1758. À época de sua passagem no governo de Minas, ocupou o posto de coronel. Em sua permanência no Brasil, teve um filho natural, Francisco de Paula Freire de Andrade, o qual, anos mais tarde, veio a meter-se na Inconfidência Mineira. Em 1762 serviu na campanha do

⁴ ANTT. *Real Mesa Censória*, Caixa 157.

⁵ ANTT. *Real Mesa Censória*, Caixa 149.

⁶ ANTT. *Real Mesa Censória*, Caixa 137.

Rossilhão. Governou interinamente as Armas do Minho, de 29 de julho de 1766 a 20 de outubro de 1768.⁷ Estas datas mostram que, nos idos da elaboração do catálogo, José Antônio encontrava-se em Portugal, confirmando, portanto, que a biblioteca arrolada achava-se no Reino. Pode-se supor que os livros acompanharam o governador, mas não é possível afirmar isto com segurança. Com certeza, porém, pode-se dizer que alguns deles não o foram, pois suas datas de publicação são posteriores ao período em que José aqui se encontrou. Outros, no entanto, possuem data de publicação muito anterior ao citado do período, sendo possível, nestes casos, aventar a hipótese de que tenham sido trazidos à América.

Da lista à biblioteca

A lista enviada por José Antônio Freire de Andrade não obedece rigidamente aos ditames da lei. Primeiramente, as obras não se encontram em ordem alfabética. Em segundo lugar, ao invés de classificar os livros nas sete seções previstas (Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Belas Letras), utilizam-se apenas as seções de Teologia, Matemática e Belas Letras; preferem-se o termo “Leis”, no lugar de Jurisprudência, e a divisão entre “História Profana” e “História Sagrada” à classificação mais abrangente e indistinta subjacente ao termo “História”. Mostra-se, assim, que o arrolador das obras criou inovações na classificação legal, preferindo demarcar rigidamente uma distinção entre profano e sagrado no que toca à história.

Na seção “Mathematica”, foram incluídos inúmeros títulos referentes às artes militares, versando sobre as estratégias de guerra, os movimentos da cavalaria, os

⁷ Zuquete, Afonso Eduardo Martins (Org.). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopedia, 1960. v. 2, p. 420-421.

deveres e funções de um oficial cavaleiro e, ainda, um título que sugere a atribuição de um conteúdo político à atividade militar (*Reflexions Militaires et Politiques, Traduites de l'Espagnol*, em 3 tomos). O livro *Code Militaire, ou Compilation des Ordennances et Reglemens de Louiz XIV* é classificado compreensivelmente na seção “Leis”. Curiosamente, um livro intitulado *Doctrina del Cavallo y Arte de Enfrenar* é classificado dentro da seção de “Belas Letras”, ocorrendo o mesmo com um *Manuel de Cavalerie* e *Le Service Ordinaire et Journalier de la Cavalerie*. Por que não se criou uma seção específica para tais livros? Alguns títulos teriam sido classificados como de Matemática possivelmente por envolverem elementos de trigonometria e álgebra? Os livros classificados na seção de Belas Letras teriam uma forma literária? Haveria um recorte nas artes militares entre, de um lado, o que seria exato, científico, objeto de cálculo e, de outro, aquilo que estaria inscrito na sociabilidade mundana da nobreza? Daí serem os livros agrupados nas seções de Matemática e Belas Letras? Esta é uma hipótese a ser considerada.

Quanto à distribuição numérica dos livros pelas seções, a biblioteca de José Antônio Freire de Andrade é bem sugestiva. Compõe-se de 61 títulos, os quais, obedecendo a classificação feita pelo arrolador, distribuem-se da seguinte forma: 3, em “Leis”; 8, em “Mathematica”; 8, em “História Sagrada”; 14, em “História Profana”; e 25, em “Belas Letras”. Três livros não são classificados. Essas três obras versam sobre temas religiosos, podendo ser classificadas como obras devocionais e catequéticas. Das 8 obras subsumidas na seção de Matemática, 7 versam sobre artes militares e 1 sobre geografia (*Nouvelle Geographie, ou Description Exaite de L'Univers*). Nos títulos de História Profana, observa-se claramente uma preocupação com os seguintes assuntos: a história de Portugal ou biografias de figuras proeminentes da história portuguesa, incluindo-se aí a obra *Vida de Gomes Freire de Andrade* (6), história de guerras (4) e história de nobres e reis de outros países (excluindo-se aqui aquelas incluídas na categoria anterior, chega-se a um número de 3). Sublinhe-se também a presença de um tomo da *Dedução Chronologica e Analítica*, de José de Seabra e Silva, uma história oficial da época pombalina em que se faz uma feroz crítica à influência jesuítica em Portugal.⁸ Nas Belas Letras, como já se disse, há três livros de cavalaria. Existe também uma obra que parece versar sobre história profana: *Les Interets Presens des Puissances*

| ⁸ Silva, José de Seabra da. *Dedução chronologica e analytica*. Lisboa: Officina de Miguel Menescal de Costa, 1767. 3 V.

de L'Europe, Fondez sur les Traitez Conclus Depus la Paix d'Utrecht e Politica Moral e Civil Aula de Nobreza Lusitana. São classificados nesta seção dicionários e gramáticas de língua latina, francesa, inglês-francês, francês e espanhol e, ainda, dicionários de geografia e de artes militares (um de cada). Há livros escritos em língua francesa (30), portuguesa (21), espanhola (6), latina (2) e italiana (1).

A biblioteca de José Antônio apresenta uma composição que parece corresponder às tendências verificadas em bibliotecas privadas existentes no Brasil. Primeiro, a primazia numérica de livros relacionados à condição social e às atividades em que os proprietários de livros encontravam-se envolvidos: nobre, governador, com carreira militar, José Antônio privilegiava em sua biblioteca livros referentes a assuntos histórico-políticos e militares, fossem estes últimos sobre artes bélicas propriamente ditas, fossem códigos, fossem manuais de civilidade. Esses livros somam, ao todo, a quantia de 26 obras. Outro dado interessante é a preeminência da língua francesa, já verificada nas bibliotecas de outros homens das elites de então, roubando o lugar do latim enquanto língua culta.⁹

Os governadores e suas práticas de leitura

Os livros eram objetos de deleite, meios de acesso ao sagrado e fontes de conhecimento. Em qualquer dessas condições, os livros afiguraram-se como fatores de poder, contribuindo para que seus leitores questionassem ou, inversamente, para que viessem a reforçar a ordem estabelecida, fosse ela política, sexual, religiosa ou econômica, nos âmbitos privado e público. Para os leitores, os livros, assim, inscreviam-se em relações de saber, poder e prazer, sendo importantes na definição de individualidades e sociabilidades.

⁹ Villalta, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: Souza, Laura de Mello e (Coord.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 365-367.

A desigualdade da distribuição da posse de livros e da capacidade de ler, a dificuldade dos humildes em acessar a ambas e, em certos casos, o caráter estratégico que o saber livresco assumia para as autoridades, tornavam o livro um signo de poder e reforçavam seu prestígio social. Ao mesmo tempo, posse e leitura de livros estiveram recortadas pela civilidade das aparências que grassava nas sociedades do Antigo Regime, tornando-se objetos de ostentação, situação esta materializada no uso de estantes que simulam ter livros, mas não os têm.¹⁰

Para as autoridades governamentais, inclusive as do universo colonial, a relação com os livros, como fonte de saber, como meio de acesso ao sagrado ou mesmo como objeto de divertimento, esteve marcada pela sua utilidade para o exercício do poder. Os livros eram compreendidos como essenciais para um bom governo, sendo esta máxima registrada na literatura. Nas *Cartas Chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, obra literária em que se satiriza Luís da Cunha Menezes, governador da capitania de Minas Gerais, sob a figura da personagem Fanfarrão Minésio, estabelecem-se alguns traços que caracterizariam o bom governante.¹¹ O governante ideal deveria ler “doutos livros” e tratar com “sábios”, afirmando a personagem Critilo:

Amigo Doroteu, quem rege os povos
deve ler, de contínuo, os doutos livros
e deve só tratar com sábios homens.¹²

A necessidade de livros pode ser inferida no negativo da imagem de Fanfarrão Minésio, protótipo de tirano. Fanfarrão decidia sobre os mais variados casos, “de moral, ou de direito”, ou medicina: “sem botar (que ainda é mais) abaixo um livro, / da sua sempre virgem livraria.”¹³

¹⁰ Sobre a utilidade do livro como enfeite, veja: Diniz, Sílvio Gabriel. Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII. *Kriterion*, Belo Horizonte, (47/48): 180-198, jan./jun. 1959.

¹¹ A historiografia tem colocado obstáculos à identificação automática entre Luís da Cunha Menezes e Fanfarrão Minésio, entre Vila Rica e Santiago; veja a este respeito: Furtado, Joaci Pereira. *Uma república de leitores: história e memória na recepção das Cartas chilenas (1845-1989)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 75 et seq.

¹² Proença Filho, Domício (Org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 825.

¹³ *Ibidem*. p. 810.

Os livros esclareciam os dirigentes sobre a arte de bem governar, municivam-nos contra os adversários, informando-os sobre as idéias que precisavam combater, podendo ser úteis inclusive para se defenderem em atos praticados no exercício de funções de governo. O conde de Assumar, que governou as Minas nos primeiros anos da década de 1720, por exemplo, recorreu aos livros quando se viu processado por Pascoal da Silva e ameaçado de excomunhão. Assumar escreveu ao bispo do Rio pedindo-lhe conselhos. Este lhe mandou consultar homens doutos. Na dúvida sobre se recorria aos doutos vivos ou aos mortos, e ciente de que os letrados das Minas não estariam do seu lado, recorreu aos livros, lendo Hipócrates, Platão, Ulpiano, Cassiodoro, Tertuliano, Salviano, São Jerônimo, São João Crisóstomo, Santo Agostinho e São Gregório.¹⁴

Utilidade similar foi conferida aos livros por Gomes Freire de Andrade, outro célebre governador e figura de primeira grandeza da administração portuguesa na América. Ao passar o poder a seu irmão, José Antônio Freire de Andrade, cuja biblioteca foi analisada anteriormente, deixou-lhe uma instrução, na qual discorria sobre sua experiência de governo e recomendava a leitura de obras. Aconselhou seu irmão e sucessor a consultar, na pequena biblioteca existente no palácio dos governadores, em Vila Rica, “Cristiano – *Política de Imperadores Católicos*, e outros” autores, pois “tudo o que eles referem são bases sólidas para os acertos”. Recomendou, ainda, ao irmão, que, à noite, se dedicasse à leitura de “livros históricos ou militares”, depois de receber as pessoas importantes que o procurassem.¹⁵

Os livros, para os governantes, não apenas continham ensinamentos. Eles, além disso (e por isto mesmo), divertiam-nos, como sucedeu com o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, que, em Vila Rica em 1736, pedia a Gomes Freire de Andrade que lhe mandasse “as memórias de Carvines adeceonadas’ ou as ‘obras de Mr. Rollim’, ou ‘alguma couza de viagens da América’, ‘principalmente o Pe. Terillet, e do Pe. Labat as Ilhas da América’, porquanto tinha já algum tempo livre para se ‘devirtir na Lição’.”¹⁶

¹⁴ Souza, Laura de Mello e. Estudo crítico. In: *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 40-41.

¹⁵ Andrade, Gomes Freire de. Instrução e norma. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira. *Colonizador-colonizado: uma relação educativa no movimento da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1985. p. 252-254.

¹⁶ Diniz, Sílvio Gabriel. Biblioteca Setecentista nas Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, (6): 334-335, 1959.

Em alguns casos, por causa da utilidade dos livros em termos de poder, as autoridades restringiram o acesso aos mesmos a alguns privilegiados. Isso ocorreu, por exemplo, com a *Bíblia*, cuja leitura em vernáculo foi proibida pela inquisição portuguesa, em 1551, para manter o acesso às palavras sagradas restrito aos clérigos e, ao mesmo tempo, cercar a emergência de interpretações heterodoxas.¹⁷ O mesmo se verificou com os relatos manuscritos sobre as populações e as riquezas dos territórios, tornados sigilosos pelas autoridades laicas por serem estratégicos para o exercício das funções de governo.¹⁸ Esta preocupação levou ao confisco de exemplares da primeira edição de *Cultura e Opulência do Brasil*, obra de André João Antonil, sob o pretexto de que a mesma desvendaria “intimidades da lavoura e das minas e os principais itinerários da Colônia”.¹⁹

A leitura e posse legal de livros proibidos, ademais, constituíam um privilégio, motivo de concessão régia, obtida com o envio de solicitações de licença aos órgãos encarregados da censura.²⁰ A posse legal de livros proibidos era um privilégio concedido pelo rei conforme a posição social e a categoria profissional dos leitores. Governadores solicitaram permissão ao rei para terem livros proibidos, como D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, morgado de Mateus, ex-governador da capitania de São Paulo, tomando este privilégio como recompensa pelos serviços prestados à Coroa e como uma questão de equidade com seus pares que haviam alcançado esta mercê.

Com ou sem permissão do Rei, no entanto, alguns governadores possuíam livros defesos, ou, no mínimo, que tratavam de subversões da norma. O já mencionado conde de Assumar tinha uma biblioteca em Portugal em que, além de um expressivo número de obras de história profana e sagrada, de tratados pedagógicos e de manuais de civilidade, reunia livros sobre revoluções políticas e dissensões religiosas, livros estes

¹⁷ Alcalá, Angel. La censura inquisitorial de la literatura del siglo de oro en España y en Portugal: comparación de sus ‘Índices’ y sus resultados”. In: Novinsky, Anita & Carneiro, Maria Luiza Tucci (Org.). *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1992. p. 422-425; e Araújo, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. p. 49. (Tese, doutorado).

¹⁸ Resende, Maria Efigênia Lage de. Estudo Crítico. In: Rocha, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 37-38, 47-55.

¹⁹ Rizzini, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. p. 222. (Edição fac-similada).

²⁰ ANTT. *Real Mesa Censória*, Livros 13 e 14; e *Inquisição de Lisboa*, Livro 319.

que talvez fossem possuídos justamente pela preocupação de seu proprietário com a defesa da ortodoxia, o que exigia a compreensão dos desvios.²¹ Em 1795, décadas depois, o visconde de Barbacena, governador das Minas à época da Inconfidência, foi denunciado à inquisição de Lisboa por João Luís de Souza Sayão, cônego da Sé de Mariana, por possuir livros proibidos.²²

O ideal de governante apresentado por Tomás Antônio Gonzaga; as utilidades dadas aos livros por governadores de Minas Gerais, como o conde de Assumar e Martinho de Mendonça de Pina e de Proença; o pedido de licença para possuir livros proibidos apresentado pelo morgado de Mateus, ex-governador de São Paulo; a presença de livros defesos na biblioteca do visconde de Barbacena; as recomendações de Gomes Freire a seu irmão José Antônio Freire de Andrade e, por fim, o perfil que o mesmo traça da biblioteca do palácio dos governadores de Vila Rica, parecem explicar, ao mesmo tempo, a composição da biblioteca encontrada anos depois nas mãos de José Antônio, já no Reino, e a utilidade que nobres e governadores atribuíam aos livros. O saber auferido dos livros – histórico e militar – era algo prezado pela nobreza como essencial para a tarefa de bem governar e de interferir numa sociedade de ordens.

²¹ Souza, Laura de Mello e. Estudo Crítico. op. cit. p. 43.

²² Jobim, Leopoldo Collor. O Santo Ofício da Inquisição no Brasil setecentista: estudo de uma denúncia. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 13 (2): 195-213, dez. 1987, esp. p. 197.

Conclusões

As relações que os governadores de Minas Gerais estabeleceram com os livros, assim como as de outros membros da nobreza portuguesa, encontravam-se marcadas pelas atividades administrativas e militares que exerciam. José Antônio Freire de Andrade não fugiu a esta regra, por um lado, possuindo uma biblioteca no Reino (quem sabe, ao menos em parte, trazida para Minas) que privilegiava títulos de história e de artes militares e, por outro, segundo as recomendações deixadas por seu irmão Gomes Freire, desenvolvendo práticas de leitura através das quais procurava colher nos livros histórico-militares exemplos a serem seguidos e informações outras que lhe permitissem bem governar e atuar numa sociedade de cunho estamental.

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, “Real Mesa Censória”, cód. 137, n. 3024.

“Livros do Ilmo. e Exmo. Conde de Bobadela assistente na travessa da Condeça do Rio frega. de Sta. Catherina de Monte Synay”.

Nota explicativa: A data exata de elaboração do documento não é especificada na lista. Na coluna “Informações”, registram-se observações sobre a quantidade de volumes e a seção em que o organizador da lista inseriu os livros (isto é, mostra-se como o organizador, ele próprio, classificou os livros). Os dados constantes nas colunas “autor”, “título”, “cidade”, “data da publicação” e “tamanho” estão transcritos na forma como se acham na lista, respeitando-se inclusive a ortografia. O mesmo acontece com “volumes”, exceto nos casos em que se registra observação em contrário na coluna “informações”. Os dados apresentados na coluna “tomos” não se encontram definidos na lista, sendo, portanto, inferência minha. Na lista, os livros não estão numerados.

ID	Informações	Autor	Título	Volumes	Tomos	Cidade	Data da publicação	Tamanho
1	Não se determina a quantidade.	Pawlowski, Daniel	Locucion de Dios al corazon de el Religiozo en e Retiro sagrado de Los Exercicios Espirituales	1	1	Coimbra	1739	8
2	“Nouvelle Edition = Tome premier et Tome second	Croiset, Jean	Retraite Spirituelle pour un Jour de chaque mois, avec les Reflexiions Chretiennes sur divers sujets de Morales	2	1	Lion	1750	8
3	Não se determina a quantidade.	Encarnação, D. Joaquim da (Conego Regular)	Catecismo Hstorico, e Doutrinal	1	1	Coimbra	1757	8
4	“Leis”	Briguet,	Code Militaire, ou compilation des ordenances des Rois de France concernant Les Gens de Guerre	4	1	Paris	1735	8
5	“Leis” Não se determina a quantidade.	Sparre, M. Le Baron de	Code Militaire, ou Compilation des Ordnances, et Reglemens de Louis XIV	1	1	Paris	1709	8

Governadores, bibliotecas e práticas de leitura em Minas Gerais no século XVIII

ID	Informações	Autor	Título	Volumes	Tomos	Cidade	Data da publicação	Tamanho
6	"Leis"		Livro IV das Ordenações - Título 1º (Faltalhe o lugar, e Era da Impressão)	1	1			8
7	"Mathematica"	Ossorio, Dom Alvaro Navia (Visconde de Puerto...)	Reflexiones Militares (tomos 1, 2, 3, 5, 7, 8 e 9)	7	1	Turim	1724-1727	4
8	"Mathematica"	Marzenado, Le Marquis de Santa Cruz de	Reflexions Militaires, et Politiques. traduites de l'Espagnol (tomos 1, 2 e 3)	3	1	Paris	1735-1736	8
9	"Mathematica"	Villeneuve, M. Bardet de	Cours de La Science Militaire a L'usage de L'Infanterie, de la Cavalerie, de L'Artillerie, du Genie, et de la Marine (tomos 2 e 7)	2	1	Haia	1740-1741	8
10	"Mathematica" Não se determina a quantidade.	Moura, Jozé de Almeйда, e	Movimentos da Cavalaria com addicção para Dragoens, e Infantaria.	1	1	Lisboa	1741	4
11	"Mathematica" Não se determina a quantidade.	Malthus, Le Sieur	Pratique de La Guerre contenant L'usage de L'Artillerie, Bombes, et Mortiers Nva. [?]	1	1	Paris	1681	8
12	"Mathematica"	Plessis, Martinea du	Nouvelle Geographie, ou Description exaite de L'Univers (tomo 3o)	1	1	Haia	1730	8
13	"Mathematica"	Saint-Remy, Sarirus de	Memoires d'Arillerie (seconde Edition - tome 2o)	1	1	Paris	1707	1
14	"Mathematica" Não se determina a quantidade.	Anonymo	Des Fonctions, et du Principal Devoir d'un officier de Cavalerie, augmentées de Reflexions sur L'Art Militaire	1	1	Paris	1726	8

ID	Informações	Autor	Título	Volumes	Tomos	Cidade	Data da publicação	Tamanho
15	"Historia Sagrada"	Jaboatam, Frey Antonio de Santa Maria	Orbe Serafico Novo Brazilico - Parte 1a. da Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brazil	1	1	Lisboa	1761	1
16	"Historia Sagrada" Não se determina a quantidade.	Torre, Don Francisco de La	El Peregrino Atlantico S. Francisco Xavier	1	1	Lisboa [sic]	1674	4
17	"Historia Sagrada"	Fleury, M.	Histoire Ecclesiastique (36 tomos, faltando-lhe entre estes o 12, o 22, o 28, o 33)	36	1	Paris	1724	8
18	"Historia Sagrada" Não se determina a quantidade.	Gentil, Padre Jozé (da Companhia de Jesus)	Vida da Veneravel Madre Roza Maria Serio de Santo Antonio	1	1	Lisboa	1749	4
19	"Historia Sagrada" Não se determina a quantidade.	Santo Antonio, Fr. Jozé de	Iman Espiritual atractivo dos corações ao amor, veneração e sequito da Terceira Ordem Augustiniana	1	1	Lisboa	1726	4
20	"Historia Sagrada"	Jesus, Madre Santa Thereza de	Las Obras de la ... (Tercera Parte)	1	1	Lisboa [sic]	1654	4
21	"Historia Sagrada" Não se determina a quantidade.	Anonymos	Biblia Sacra vulgato editionis Sixti V et Clementis VIII. Pont. Max. auctoritate recognita. Editio Nova. Folio pequeno	1	1	Antuérpia-Bélgica	1715	1
22	"Historia Sagrada" Não se determina a quantidade.	Anonymos	Sacrorum Bibliorum vulgato editionis concordantia (Folio pequeno)	1	1	Colonio Agrippino	1684	1
23	"Historia Profana"	Machado, Diogo Barborza	Memorias para a Historia de Portugal, que imprehendem o Governo d'El Rey Dom Sebastião (tomos 1o, 3o e 4o)	3	1	—	1751	1
24	"Historia Profana"	Teixeira, Fr. Domingos Teixeira (Eremita de Santo Agostinho)	Vida de Gomes Freire de Andrada (1o e 2o. tomos)	2	1	Lisboa	1724 (Sic!)	8

Governadores, bibliotecas e práticas de leitura em Minas Gerais no século XVIII

ID	Informações	Autor	Título	Volumes	Tomos	Cidade	Data da publicação	Tamanho
25	“Historia Profana” Não se determina a quantidade.	Trovin, M. Du Gue	Memoires	1	1	Amsterdam-Holanda	1732	8
26	“Historia Profana” Não se determina a quantidade.	Andrade, Jacinto Freire de	Vida de Dom João de Castro	1	1	Lisboa	1747	4
27	“Historia Profana”	Rustant, Don Joseph Vicente de	Decadas de La Guerra de Alamania e Inglaterra, Francia, España, y Portugal (10 tomos)	10	1	Madrid	1765	8
28	“Historia Profana” Não se determina a quantidade.	Gxx, Jean-Leonor de	Les campagnes de Charles XII Roy de Suede	1	1	Paris	1711	8
29	“Historia Profana”	Silva, Jozé de Siabra da	Dedução Chronologica e Analitica (Tomo 5)	1	1	Lisboa	1768	8
30	“Historia Profana”	Menezes, D. Luiz de (Conde de Ericeira)	Historia de Portugal restaurado (Tomo 2o)	1	1	Lisboa	1698	1
31	“Historia Profana”	Mirone, M. de	Anecdotes venetiennes et Turques, ou Nouveaux Memoires du Conte de Borneval (Tomo 1o)	1	1	Londres-Inglaterra [sic]	1740	8
32	“Historia Profana”	Labarre, Don Nicolás de (tomos 1o. e 3o)	Historia de Las Operaciones Militares, y executadas por Los Exercitos de las Potencias belligerantes en Europa, durante La Guerra comenzada en el año de 1756	2	1	Barcelona	1760	4
33	“Historia Profana”	Rabutin, M. Roger de (Comte de Bussy)	Les Memoires (tome 2o)	1	1	Paris	1696	8
34	“Historia Profana” Não se determina a quantidade.	Vertol, M. L'Abbé de	Revolutions de Portugal	1	1	Paris	1730	8

ID	Informações	Autor	Título	Volumes	Tomos	Cidade	Data da publicação	Tamanho
35	"Historia Profana"	Anonymos	Histoire du Prince François Eugene de Savoye (tomo 1o)	1	1	Viena-Áustria	1741	8
36	"Historia Profana"	Anonymos	La vie de Cromwel (tome II) Faltalhe a Era, e Lugar da Impressão	1	1			8
37	"Belas Letras" Não se determina a quantidade.	Boas Sampayo, Antonio de villas	Nobiliarquia Portugueza	1	1	Lisboa	1728	4
38	"Belas Letras" Não se determina a quantidade.	Luzitano, Candido	Arte Poetica de G. Horacio Flacco	1	1	Lisboa	1758	4
39	"Belas Letras"	Castro, Antonio de Lemos Faria e	Politica Moral, e Civil Aula de Nobreza Luzitana (tomos 1, 2, 3, 4 e 6)	5	1	Lisboa	1749-1756	4
40	"Belas Letras"	Sobrino, Francois	Dictionaire nouveau des langues François, et Espagnole (Troisième edition) Tome 2o.	1	1	Bruxelas-Bélgica	1734	1
41	"Belas Letras"	La Mote, Mre. François de Salignac de (Fenelon)	Les Aventures de Telemaque (Nouvelle edition)	1	1	Amsterdã	1741	8
42	"Belas Letras"	Zuñiga y Arista, Don Gregorio de	Doctrina del cavalo, y Arte de enfrenar	1	1	Lisboa [sic]	1705	4
43	"Belas Letras" Não se determina a quantidade.	Gueriniere, M. de La	Manuel de Cavalerie, ou L'on anseigne d'une mansier e courte, et facile la connoissance du chevall, l'embuchure, la Ferrure, La Selle...	1	1	Haia	1742	8
44	"Belas Letras" Não se determina a quantidade.	Castro, Jeronymo Ozorio de	Parnazo Real, Ephitalamico, Panegyrico, e Geographico	1	1	Lisboa	1764	4

Governadores, bibliotecas e práticas de leitura em Minas Gerais no século XVIII

ID	Informações	Autor	Título	Volumes	Tomos	Cidade	Data da publicação	Tamanho
45	"Belas Letras" Não se determina a quantidade.	Lima, Dom Luis Caetano de	Grammatica Franceza, ou Arte pa. aprender o Francez	1	1	Lisboa	1733	4
46	"Belas Letras" Não se determina a quantidade.	Carmello, Fr. Luiz do Monte	Compendio de Orthografia	1	1	Lisboa	1767	4
47	"Belas Letras" Não se determina a quantidade.	Leine, M. Le cogmade	Le service ordinaire, et journalier de la cavalerie	1	1	Paris	1720	8
48	"Belas Letras"	Limiers, M. de	La science des Personné de La Cour de L'Épée, et de La Robe du Sieur de Chevigni (Nouvelle edition augmenté de divers Traitez par...) 4 tomos	4	1	Rouen	1725	8
49	"Belas Letras" Não se determina a quantidade.	Miege et Boyer, Mer.	Grammaire Angloise-Françoise	1	1	Paris	1756	8
50	"Belas Letras" Não se determina a quantidade.	Puy, M. du	Dialogues sur les plaisirs, sur Les passions, sur le merite des Femmes, e sur Leur sensibilité pour L'honneur	1	1	Paris	1717	8
51	"Belas Letras"	Bluteau, Dom Raphael	Vocabulario Portuguez, e Latino (tomos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8)	8	1	Coimbra-Lisboa	1712-1721	1
52	"Belas Letras"	Bluteau, Dom Raphael	Suplemento ao Vocabulario Portuguez, e Latino (Parte 1a.)	2	1	Lisboa	1727-1728	1
53	"Belas Letras"	Rousset, M. J.	Les Interets presens des Puissances de L'Europe, fondez sur les Traitez conclus depuis La Paix d'Utrecht (Tomos 9o e 10o)	2	1	Haia	1734-1735	8
54	"Belas Letras" Não se determina a quantidade.	Silva, Silvestre Silverio da Silveira e	Governo do mundo em seco (Terceira edição)	1	1	Lisboa	1751	4

ID	Informações	Autor	Título	Volumes	Tomos	Cidade	Data da publicação	Tamanho
55	“Belas Letras” Não se determina a quantidade.	Vosgjen, M.	Dictionnaire Geographique portatif, ou Description de tous Les Royaumes [...] traduit de L’Anglais sur la treizieme edition de Laurent Echard, avec des Aditions	1	1	Paris	1748	8
56	“Belas Letras”	Anonymos	Dictionnaire de Trevous (Nova Edição)	6	1	Paris	1743	1
57	“Belas Letras” Não se determina a quantidade.	Anonymos	Maximas de Salomão comentadas por hum Anonymo na Lingua Franceza, e traduzida no idioma Portuguez por huma curioza	1	1	Lisboa	1762	4
58	“Belas Letras” Não se determina a quantidade.	Anonymos	Dictionnaire Militaire, ou Recuil Alphabetique de tous les termes propres e L’Art de la Guerre	1	1	Paris	1742	8
59	“Belas Letras”	Anonymos	Sommario di Documenti autentici citati nel supplemento alle Riflessioni, e a M’Appendice de Portoghesi (Parte prima)	1	1	Gênova	1760	8
60	“Belas Letras” Não se determina a quantidade.	Anonymos	Lettres Historiques et Galantes de deux Dames de condition (Nouvelle editon) Tomos 1, 3 e 5	3	1	Amsterdã-Holanda	1720	8
61	“Belas Letras” Não se determina a quantidade.	Anonymos	Nouveau Recueil des Fables d’Esopo (Nouvelle edition)	1	1	Paris	1756	8

História e eternidade

Jorge Ruedas de la Serna

Começarei recordando um remotíssimo poema. Seu argumento é o seguinte: um criador de cabras pede ao pastor Tirsis que cante, pois, como diz, “Tirsis chegou ao auge do canto pastoril”. Para convencê-lo, oferece a ele uma cabra capaz de ser ordenhada até três vezes e, mais, promete também um vaso precioso, que descreve detalhadamente. Sem maiores informações, escutemos sua descrição:

... te darei também um vaso fundo, recoberto de cera perfumada, com duas asas, recém-talhado, cheirando ainda ao cutelo que o trabalhou. Em suas bordas, acima, enrosca-se uma hera, uma hera mosqueada de sempre-vivas, cujo ondulante talo ondeia por ela, luzindo seu fruto cor de açafão. Dentro, uma mulher, primor dos deuses, está representada com túnica e com diadema. Ao seu lado, de uma e de outra parte, dois homens galantes com formosas cabeleiras disputam, alternadamente, a palavra. Ela não se interessa e, ora rindo, volta o semblante para um, ora fixa-se no outro, enquanto eles, sofrendo de amor há tempos, esforçam-se em vão. Além desses, um velho pescador e uma rocha lisa estão representados. Sobre ela o pescador ancião luta para arrastar uma grande rede de pesca, com o

aspecto de quem trabalha duramente. Dir-se-ia que usa toda a força que há em seus membros, tão inchados estão por todas as partes os tendões do pescoço; por mais cabelos brancos que tenha, seu vigor é de um jovem. Um pouco além do velho curtido pelo mar, encontra-se uma parreira carregada de belos cachos escuros, guardada por um rapaz sentado numa cerca. Em ambos os lados dele, há duas raposas; uma anda entre as raízes, furtando as uvas maduras, a outra usa toda sua astúcia para alcançar o farnel do garoto, resolvida a não deixá-lo até que consiga arrebatar-lhe o desjejum. Ele, não obstante, está trançando talos de agamom e de juncos para fazer uma bonita gaiola para grilos, tão despreocupado com o farnel e com a parreira como entusiasmado no trançado. Em torno da taça estende-se por todas as partes o flexível acanto, assombro de um criador de cabras, portento que deixará tua alma em suspenso. Por esse vaso, paguei a um barqueiro de Calidna uma cabra e um queijo grande de leite branco. E ainda não o levei aos lábios, ainda está intacto. Eu te presentearia com ele muito satisfeito se tu, amigo, me cantares o ansiado cantar. Não gracejo, não. Vamos, companheiro, não vá guardar teu canto para o Hades, que tudo faz esquecer...¹

Tirsis cantou uma bela elegia sobre a morte de Dafne e reclamou sua recompensa, que o criador de cabras entregou satisfeito. Trata-se do *Idílio I* do poeta grego Teócrito, que nasceu em Siracusa no século III a.C. e viveu em sua cidade natal e em Alexandria. Foi um dos maiores poetas bucólicos da antigüidade clássica. Seus idílios tornaram-se o mais perfeito modelo para a poesia pastoril dos séculos posteriores, nos quais os homens acham-se em harmonia com a natureza e com seus semelhantes, outros homens que habitam esse mundo ao mesmo tempo ideal e real; porque, na opinião de um dos maiores estudiosos da tradição clássica, Teócrito nos fascina pelo realismo de suas descrições em que palpita a alma verdadeira do ser humano sem véus ou artifícios para ocultá-la. Por isso, a poesia de Teócrito se aproxima da mais alta expressão da arte moderna que, como escreve o mesmo crítico, não abandona, mas resgata e redimensiona esteticamente o ideal pastoril:

¹ Bucólicos gregos. Introdução, tradução e notas por Manuel Garcia Teijeiro e Ma. Teresa Molinos Tejada. Madrid: Ed. Gredos S.A., 1986. p. 56-57. (Biblioteca Clássica Gredos, 95).

demonstra-o (escreve Gilbert Highet) a Sesta de um fauno, de Mallarmé, o Prelúdio em que Debussy expressa o poema em requintada música e no inolvidável balé de Nijinski sobre o mesmo tema. Entre as mais recentes pinturas de Picasso, sempre vigoroso em seus múltiplos experimentos, há uma Alegria de viver (1947) em que um centauro e um fauno tocam charamelas gregas ao som das quais dança uma ninfa, fazendo entrechocarem-se uns címbalos, enquanto dois cabritos saltam a seu lado com ridícula mas encantadora alegria.²

E até agora, que eu saiba, não se reparou na simetria que existe entre o *Idílio* de Teócrito e a *Ode sobre uma urna grega* do poeta inglês John Keats que descreve, com semelhante movimento assombroso, um vaso em grande medida análogo, ainda que com cenas diferentes, e que, como o de Teócrito, converte a história em eternidade:

São doces as cadências que ouvimos, e ainda mais doces as
que nunca escutamos; sigam cantando, pois,
suaves charamelas, ainda mais atraentes,
não ao ouvido, mas ao espírito, canções inaudíveis.
Belo jovem, não podes deixar morrer teu canto
sob essas árvores que nunca estão desnudas.
Audaz amante, nunca poderás beijar por mais que à meta te
aproximes; mas não te preocupes: mesmo que não alcances
a felicidade, tua amada não se murcha,
ama-la-ás para sempre, e será sempre bela!³

Como explica o grande crítico inglês C.M. Bowra, esse poema, publicado em 1820, encarna a plena realização da arte moderna.⁴ É um poema pastoril, escrito no momento em que a Arcádia moderna jazia esquecida numa velha casa solarenga, meio arruinada, abandonada aos cuidados de uns pobres hortelãos. Nas paredes sujas ainda

² Highet, Gilbert. *La tradición clásica*. Influencias griegas y romanas en la literatura occidental. Tradução de Antonio Alatorre. México: Fondo de Cultura Económica, 1978. v. 2, p. 283. (Sección de Lengua y Estudios Literarios).

³ Keats, John. *Odas y sonetos*. Tradução, introdução e notas de Alejandro Valero. Edição bilingüe. Madrid: Ediciones Hiperión S.A., [s.d.]. (Poesía Hiperión).

⁴ Cf. Bowra, C..M. *La imaginación romántica*. Versão espanhola de José Antonio Balbontín. Madrid: Taurus, 1972. p. 141-163.

se enfileiravam os retratos de ilustríssimos personagens de outros tempos, distinguidos como membros da Arcádia: o abade Pietro Metastasio, cujas canções arcádicas encantavam o público culto de todas as capitais da Europa; o trágico Alfieri; Johann Wolfgang Goethe, com seu pseudônimo pastoril de Megálio Melpômene, e muitos outros poetas e artistas famosos, além de príncipes e poderosos prelados. Os lugares centrais eram ocupados, naturalmente, pela própria rainha Cristina da Suécia, em cuja memória foi fundada, em 1690, a Arcádia de Roma, e o maior mecenas da dita Arcádia, o rei João V de Portugal, que, em 1725, doou à venerável instituição esse prédio, um terreno retangular no Janículo, uma das sete colinas de Roma, que foi batizado com o nome de bosque Parrasio, caro ao culto de Apolo.⁵

Se dissemos que os *Idílios* de Teócrito são talvez o modelo mais perfeito da poesia bucólica ou pastoril, não quer dizer que sejam poesia propriamente arcádica, porque o arcadismo haveria de surgir três séculos depois e, da mesma forma, não poderíamos considerar arcádico o poema de Keats, por mais que seja um poema pastoril de extraordinária beleza, já mais próximo da poesia moderna, como, a rigor, o mesmo Teócrito se nos revela hoje em dia.

Como é o vaso que pinta o poeta grego? Não tem nem duas caras, mas três (o de Keats tem duas: numa delas aparece uma perseguição a uma donzela e na outra se reproduz a procissão em que um sacerdote conduz uma novilha para o sacrifício, seguido por um grupo de fiéis). No vaso de Teócrito, que provavelmente seria de seu século, aparece, primeiro, a cena de uma bela mulher flanqueada por dois jovens ardentes de amor, que os vê com certa distância e displicência, olhando ora um, ora outro. Um segundo quadro, sem relação alguma com o anterior, mostra um pescador apoiado numa rocha fazendo um grande esforço para puxar sua rede; e uma terceira e deliciosa cena apresenta um jovem que toma conta de uma rica parreira enquanto se entretém tecendo cestinhos de juncos sem prestar atenção a duas raposas, uma das quais se dispõe a furtar as ricas uvas e a outra a apoderar-se do farnel em que leva sua merenda. Se as veias inchadas do pescador projetam a tensão e a determinação em extrair o pesado fruto de seu esforço, condenado a essa luta eterna, as outras duas imagens transpiram a felicidade

⁵ Cf. Holanda, Sérgio Buarque de. O ideal arcádico. In: *Capítulos de literatura colonial*. Organização e introdução de Antonio Candido. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991. p. 181 et seq.

do tempo eterno frente às angústias da vida humana: a bela jovem sabe que será amada para sempre e que não terá que se decidir jamais por um dos seus enamorados, o que implicaria perder o outro; e o jovenzinho zelador da vinha está para sempre em paz, entretido nesse simples labor que agrada as Musas, pois sabe também que as raposas jamais cumprirão suas pérfidas ameaças. De maneira análoga, no vaso imaginado por Keats, e que segundo os críticos corresponderia ao século V a.C., o amante perseguidor sabe que nunca poderá beijar sua amada, por mais que a meta esteja próxima; não se preocupa, por mais que não consiga sua felicidade, pois sua amada não se esvairá, irá amá-la para sempre, “e será sempre formosa”.

Dessa maneira, aparentam-se prodigiosamente os dois poemas, e se o de Keats se situa ficcionalmente dois séculos antes do de Teócrito, por sua profunda simetria poética transporta também o do poeta grego à poesia moderna, porque em ambos os poemas caberia, com a mesma propriedade, a moral que Keats expressa nos dois últimos versos da ode: “A beleza é verdade, e a verdade beleza – não é preciso saber mais do que isto na terra”, que os românticos não entenderam. O que o poeta quis expressar foi que a poesia não é a verdade do mundo perecível, pois, mesmo real, não é verdadeira, uma vez que o verdadeiro é aquilo que está vivo, um instante da eternidade, fora do tempo histórico.

E se essa grande poesia sobre o tempo e a história se abre à Eternidade, podemos postular, então, que o arcadismo, que vive entre esses dois extremos, está determinado fundamentalmente pela história, sobre a qual exerce sua demolidora ação. Para distinguir a poesia pastoril da poesia arcádica, pois a segunda pretender ser sempre bucólica, ainda que a pastoril, a rigor, nem sempre seja arcádica nem pretenda sê-la, será necessário perguntar-nos quando e como surge a Arcádia na imaginação literária do Ocidente.

A Arcádia clássica

O inventor da Arcádia foi o poeta latino Públio Virgílio Marón, que viveu no século I a.C. Imitando a poesia bucólica grega, principalmente os *Idílios* de Teócrito, Virgílio escreveu dez élogos cuja ação se situava não mais na vizinha Sicília que Teócrito havia cantado, mas numa região distante, chamada Arcádia, que descrevia como o lugar ideal – o *locus amoenus* da tradição clássica –, uma espécie de paraíso terrestre habitado por pastores de refinada sensibilidade, dados à poesia e à música.

Era a Arcádia uma região remota da Grécia antiga, encravada no centro do Peloponeso, e, nos tempos de Virgílio, já convertida numa longínqua província do império. Sobre esse legendário lugar tinham-se as mais contraditórias imagens. Por um lado, era considerado um mundo primitivo, onde ocorriam crimes terríveis e até atos de licanotropia. Fama que o historiador Políbio, pouco anterior a Virgílio e árcade de origem, sentiu-se obrigado a refutar, descrevendo a Arcádia como um país pacífico onde reinava a paz, a música e a poesia. Esta última versão e o fato de se tratar de um lugar tão distante e pouco acessível nessa época, e por isso mesmo preservado da degradação da *polis*, foram os elementos que permitiram a Virgílio construir sua ficção, pois, inspirado no exemplo de Teócrito que, três séculos antes, fizera da Sicília o cenário de seus *Idílios*, via, contudo, que então, convertida em local de veraneio dos cidadãos romanos, a idílica Sicília havia perdido seus encantos naturais.

Fazia-se necessário, portanto, e esse foi o grande acerto do poeta latino, eger um local à parte, nos confins do império, que, por isso mesmo, fosse a antítese da metrópole, e que, por inacessível, se consagrasse como uma categoria estável do lugar ideal, não contaminado, capaz de ser reproduzido, à sua imagem, em qualquer parte da terra, real ou imaginária, sempre que nela reinassem as galas da natureza atribuídas à Arcádia, ao escolhê-la como cenário desse lugar privilegiado para situar suas *Bucólicas*.

Do jogo entre realidade e ficção, assim como da ambigüidade ou ambivalência entre o mundo primitivo e o mundo altamente refinado, depende o ser e a natureza da poesia arcádica. Por isso, poder-se-ia dizer, de acordo com Gilbert Highet, que, diferentemente de Teócrito, que nos fascina com a descrição realista do mundo pastoril e que chama as coisas por seu nome, Virgílio traslada à Arcádia os valores culturais da corte de Octavio e dos patrícios romanos.

Tal fato, fundamental no arcadismo, constituiu uma convenção literária nem sempre entendida pela crítica moderna, especialmente a romântica. O tema foi também objeto de inumeráveis discussões e, sem dúvida, chegou-se a excessos tais por parte dos neoclássicos que os românticos, como era de se esperar, fizeram dessa convenção uma de suas mais caras bandeiras de batalha.

As *Bucólicas* de Virgílio têm uma inigualável intenção política, exatamente como, mil e quinhentos anos depois, a *Utopia*, de Thomaz Morus, intenção política porque representam, em última instância, a antítese do projeto imperial de dominação. Não foi em vão que a Écloga IV foi chamada de “messiânica”, pois, junto com o “Hino secular” de Horácio, anunciava uma nova grande era de “esperança criadora”.⁶

Nos tempos de Virgílio, ou melhor, quando ele escreveu as *Bucólicas* (43 a 37 a.C. aprox.), os antigos camponeses romanos tiveram suas propriedades desapropriadas como resultado da política de dotar de terras os veteranos de guerra. Foi assim que se agravou o êxodo para as cidades, com o caos que isso significou para a agricultura, pois o projeto do “soldado-camponês” estava destinado ao fracasso. A magnitude do despejo dos antigos proprietários, entre os quais se encontrava o próprio Virgílio, significou um trauma social comparável ao sofrido pelos camponeses ingleses nos tempos de Thomas Morus, quando os agricultores foram desapropriados de suas terras de lavoura para a introdução, em grande escala, do pastoreio. Em ambos os casos, os velhos camponeses se viram obrigados a emigrar para as cidades, privados não só de suas herdades como também de sua identidade. O primeiro é o momento em que Virgílio “inventa” a Arcádia, e o segundo é quando Morus, inventa, também, a *Utopia*.

⁶ Barrow, R. H. *La restauración y el principado de Augusto*. Virgílio, Horacio, Tito Livio, em *Los romanos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. p. 87-88.

Segundo o notável estudo de Rubén Bonifaz Nuño sobre as *Bucólicas* de Virgílio,⁷ o poeta não se identifica – ao contrário do que se pensa tradicionalmente – com Títiro, o pastor afortunado da égloga primeira, que, por influência “de um deus de Roma”, conseguiu conservar sua propriedade, e fala apenas de sua boa sorte e dos sofrimentos de Amarílis, sua pastora apaixonada, que teve que sofrer sua ausência durante o tempo que seus negócios o detiveram em Roma.

O poeta se identifica, por outro lado, com o outro pastor, Melibeu, vítima do despejo, que aparece conduzindo seu próprio rebanho e carregando uma cabrita doente, recém-parida, rumo a um local desconhecido, pois fora obrigado a abandonar suas terras. Melibeu, assinala Bonifaz, representa a voz de Virgílio, e, com ela, a de todos os camponeses italianos desapropriados de suas terras pela política arbitrária de Octavio. Melibeu lamenta sua sorte e o fato de não ter sabido interpretar os augúrios que lhe prognosticavam esses males, mas nem a ambição nem a inveja ferem seu peito. Compadece-se de seu rebanho, dói-lhe essa cabrita trêmula que leva consigo a compartilhar seu destino, e quando pensa em suas colheitas e nos barbeitos cultivados em poder de soldados ímpios e bárbaros, mais que de seu próprio futuro se lamenta do que aguarda suas pobres cabritas, “outrora felizes”.⁸

A partir dessa perspectiva é que as *Bucólicas* revelam seu pleno sentido e, com elas, a concepção da Arcádia dentro do projeto de restauração da época de Augusto. “Nefanda como o amor insano é, para Virgílio, a ambição”, escreve Bonifaz. “Ai! Para onde a discórdia conduz os míseros cidadãos!”, exclama Melibeu. A ambição, fonte da discórdia, que introduz o caos no espírito e divorcia o homem da natureza, arrastando-o para a guerra e para a autodestruição. A ambição que arrebatou o homem e o faz sulcar os mares e amuralhar as cidades. “Guerras e navegações e trabalhos e sangue, justificados somente pelo desejo angustiado de possuir bens materiais: o poder, as riquezas, a fama”, acrescenta Rubén Bonifaz.

Nesse contexto é que a Arcádia de Virgílio constitui não uma evasão da realidade – como é tradicionalmente vista –, mas uma espécie de embrião plantado na própria realidade, a partir da qual haverá de exemplificar-se, com a força de um projeto para o

⁷ *Bucólicas*. Introdução, versão rítmica e notas de Rubén Bonifaz Nuño. México: UNAM, 1967.

⁸ *Bucólicas*. I, 74-78. Rubén Bonifaz Nuño, *idem*.

futuro, o mundo desejável. É, poder-se-ia dizer, um *ónfalos*, como o chamaria Mircea Eliade,⁹ o espaço real por excelência, que reduz o mundo no qual se insere, o mundo histórico, a mesma Roma, ao espaço não-constituído, imperfeito, inacabado, que, para recuperar seu destino, deverá girar em torno de seu novo modelo, onde foram viver as virtudes essenciais do homem. Foi por isso, como escreve Highet, que Virgílio trasladou para a Arcádia a história e a cultura de Roma, o universo inteiro da corte de Augusto.

A Arcádia moderna

A Arcádia de Roma nasceu com um manifesto de combate. Como os antigos cavaleiros, os árcades se propunham perseguir o “mau gosto” em todos os rincões da terra, até onde por ventura pudesse esconder-se para fugir de seus perseguidores. Assim, propunham uma verdadeira cruzada para liberar a poesia desse inimigo que a mantinha prostrada. A ânsia era voltar à naturalidade, ao estilo direto, à clareza e à espontaneidade dos conceitos e dos sentimentos. Para conseguir esse ideal, segundo seu manifesto, estavam os árcades dispostos a “exterminar o mau gosto e empenhar-se para que não pudesse ressurgir, perseguindo-o por onde se aninhasse e se escondesse, ainda que nos castelos mais ignotos e impensados”.¹⁰

Essa bandeira harmonizou-se perfeitamente com as motivações políticas e culturais dos portugueses. Por isso, escreve Sérgio Buarque de Holanda, estes puderam considerar-se aliados dos italianos numa guerra de extermínio, a que se sentiriam animados por razões sinceramente nacionais e patrióticas.¹¹

⁹ Eliade, Mircea. *Imágenes y símbolos*. Ensayos sobre el simbolismo mágico-religioso. Madrid: Taurus Ediciones S.A., 1974.

¹⁰ Holanda, Sérgio Buarque de. *O ideal arcádico*, op. cit. p. 181.

¹¹ Idem.

O impulso de abandonar a cidade para recuperar as delícias da vida campestre constitui um tópicus clássico da tradição literária do Ocidente. A rainha Cristina da Suécia não fez mais do que personalizar esse impulso, sacralizado por uma antiga tradição literária, quando, decepcionada pelas intrigas e pela hipocrisia da vida palaciana, abdicou do trono de seu país e se refugiou, com seus partidários, no Janículo, uma das sete colinas de Roma, onde estabeleceria o centro de um movimento cultural destinado a lutar, sinceramente, contra o rebuscamento e a falta de naturalidade a que havia chegado a arte cortesã de seu tempo. Quando de sua morte, em 1690, os numerosos amigos que a rainha granjeara decidiram, para honrar sua memória, fundar a Arcádia, o que parecia natural pois, à maneira de Virgílio, todos eles haviam se irmanado no culto a Apolo, chamavam-se a si mesmos pastores e celebravam em seus poemas a simplicidade e a pureza de sentimentos da vida do campo. Seguindo a tradição da poesia bucólica virgiliana, esses poetas tiveram na mais alta estima o canto *amabeu*, ou seja, o canto em que intervêm sucessivamente várias vozes de pastores e que, desse modo, participam da contemplação coletiva de um mesmo objeto poético proporcionado pela natureza. O canto *amabeu*, que, segundo Virgílio, é o que verdadeiramente “amam as musas”,¹² prestava-se assim admiravelmente à poesia de comemoração, profusamente cultivada pela Arcádia, e que parte, nessa associação, precisamente com a cerimônia fúnebre dedicada por esses poetas à sua rainha morta. E essa prática da Arcádia, que teve a função de congregar ou “associar” os poetas numa causa comum, foi talvez a que maior vida social deu ao arcadismo. Foi também motivo das maiores críticas que os românticos lhe dirigiram, quando a visão sobre a natureza já havia mudado radicalmente.

Apesar de suas declarações de volta à naturalidade e à espontaneidade, o arcadismo havia criado um novo artifício. Não se tratava de aceitar a vida aldeã tal e como era, mas despojando-a de todos os aspectos “sórdidos” ou “grosseiros” da realidade. Era uma visão refinada da natureza. Esta era concebida como um espaço, ou um cenário, onde os poetas cultos se confraternizavam, e tanto fazia que tais reuniões se dessem numa campina ou num dos salões de Versailles decorados com motivos

12 *Alternis dicetis: amant alterna Camenae. Virg., Bucólicas, III, 59. Ed. De Rubén Bonifaz Nuño, op. cit.*

bucólicos. Por isso, Victor Hugo, em seu “Prefácio” a *Cromwell*, que foi uma declaração de guerra contra os neoclássicos, parodiando o verso 59 da Écloga III de Virgílio, assim desacreditava o arcadismo como expressão “uníssona” da classe aristocrática:

ou a antecâmara, lugares públicos onde nossas tragédias se desenrolam, nos quais se apresentam, não se sabe como, os conspiradores a declamar contra o tirano e o tirano a declamar contra os conspiradores, por turnos. Não há nada tão inverossímil e tão absurdo como o vestibulo. O peristilo como se dissessem bucolicamente: *Alternis cantemus: amant alterna Camenae*.¹³

Um ponto especial de discussão foi constituído pela fala dos pastores ou dos camponeses. Na velha tradição do arcadismo, este foi um aspecto central da convenção arcádica, e os poetas modernos se queixavam que os personagens, que representavam a rusticidade idealizada, falaram “como grandiloqüentes duques”. O próprio Lope de Vega, em sua Arcádia, explica por que não havia querido imitar a linguagem real dos pastores que, por “grosseira”, não se ajustava à delicadeza que era devida aos poetas. Sendo, por outro lado, a écloga o gênero sublime por excelência da poesia pastoril, não faltaram tratados sobre o tema. O neoclássico francês Fontenelle, em seu *Discours sur la nature de l'églogue*, havia censurado severamente o italiano Sannazaro, por atrever-se a escrever uma série de cinco élogas “piscatórias”, nas quais recriava a vida dos pescadores que, por se tratar da gente mais pobre e grosseira que então se podia conceber, eram considerados pelos autores tradicionais como impróprios a esse gênero consagrado pela poesia culta.

Convém levar em conta essas duas diferentes posições em torno da natureza da poesia pastoril para compreender o debate e o posterior desenvolvimento do arcadismo, principalmente em Portugal, onde uma discussão que importava à crítica estética teve implicações políticas da maior importância. Mas, antes, devemos nos referir às circunstâncias históricas dentro das quais surgiu o projeto da Arcádia portuguesa.

¹³ Victor Hugo. *Cromwell*. Chronologie et introduction par Annie Ubersfeld, maitre-assistant a la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Besançon. Paris: Garnier-Flammarion, 1968. Citado pela tradução de J. Labaila, Madrid, Espasa-Calpe S.A., 1967. p. 29. (Colección Austral, 673).

A Arcádia de Portugal¹⁴

Por trás da poesia arcádica portuguesa ocultava-se uma tremenda luta política, dada à luz entre o despotismo ilustrado do marquês de Pombal e a velha aristocracia, que, inconformada com as novas medidas políticas e econômicas, chegaram a atentar inclusive contra a vida do rei D. José I. As cenas de extremo castigo que foram infligidas a famílias tão ilustres como a dos Távoras, acusada de patrocinar a tentativa de regicídio, comoveram toda a Europa e, seguramente, também todas as colônias ibero-americanas. Escutemos o seguinte relato que faz o escritor Camilo Castelo Branco sobre o suplício a que foi submetida a marquesa de Távora, uma das mulheres mais distintas da nobreza portuguesa e a primeira a subir ao cadafalso e que, aparentemente, só aparentemente, nada tinha a ver com a poesia dos árcades:

Receberam-na três algozes no topo da escada, e mandaram-na fazer um giro no cadafalso para ser bem vista e reconhecida.

Depois, mostraram-lhe um a um os instrumentos das execuções, e explicaram-lhe por miúdo como haviam de morrer seu marido, seus filhos e o marido de sua filha. Mostraram-lhe o maço de ferro que devia matar-lhe o marido a pancadas na arca do peito, as tesouras, as aspas em que se haviam de quebrar os ossos das pernas e dos braços ao marido e aos filhos, e explicaram-lhe como era que as rodas operavam no garrote, cuja corda lhe mostraram e o modo como ela repuxava e estrangulava ao desandar do arrocho. A marquesa então sucumbiu, chorou muito ansiada, e pediu que a matassem depressa...¹⁵

¹⁴ Intencionalmente, não trato aqui da Arcádia brasileira, à qual dediquei prioritariamente muitos de meus trabalhos, entre outros, *Para una nueva lectura de la Arcadia*, capítulo para a coletânea *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Volume 2: *Emancipação do discurso*. Organizadora: Ana Pizarro. São Paulo: Memorial da América Latina/ Unicamp, 1994. p. 67-99; e o volume *Arcádia: tradição e mudança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 1995.

¹⁵ Castelo Branco, Camilo. (Noites de insônia?). Cit. por Maria Amália Vaz de Carvalho. *Scenas do século XVIII em Portugal*. Lisboa: Portugal-Brasil Ltda / Rio de Janeiro: Cia. Ed. Americana-Livraria Francisco Alves, [s.d.]. p. 44-45.

Pedro Antônio Corrêa Garção, fundador da Arcádia de Lisboa e considerado o reformador da poesia portuguesa no século XVIII, foi um dos vários grandes poetas árcades que sofreram perseguição, encarceramento e morte na prisão. Publicou em vida, segundo o bibliógrafo Inocêncio, somente quatro odes, conhecidas como sacras, num pequeno volume que Francisco José Freire – Cândido Lusitano –, também árcade e preceptor da Arcádia, colecionou junto com produções próprias e de outros poetas sob o título de *Santos patronos contra as tempestades de raios*.¹⁶

As quatro odes incluídas nesse livrinho, mediante o qual Cândido Lusitano desejava “fomentar nos leitores espírito de devoção, e não de poesia”, renderam ao seu autor “umas cinco empadas” com as quais foi retribuído por Freire, e que o autor altamente elogia e agradece em uma carta, cuja cópia Inocêncio dizia conservar em seu poder.¹⁷ Empadas com as quais seus familiares celebraram a publicação desses primeiros poemas de Garção, sem imaginar que seriam os únicos publicados durante sua vida. Segundo seus críticos, a repulsa do poeta em publicar suas obras obedecera ao seu desgosto, porque a censura atreveu-se a “corrigir” um de seus “discursos”.

Mas nos interessa referirmo-nos a essa curiosa publicação do grande poeta porque, mesmo que o livrinho reúna uma ampla galeria de santos, santas, beatos e doutores da Igreja medieval, “parafrazeando os exorcismos contra as tempestades”, e as orações que deveriam ser pronunciadas depois de cada um dos hinos, e, por isso mesmo, inofensivas na aparência, as quatro odes sacras de Garção, que invocam o “Beato Bernardo, Marquês de Baden”, “Santo Ubaldo, Protetor da Cidade de Eugúbio, Bispo e Confessor” e Santo Tomás de Aquino, “Doutor e Confessor”, é muito possível que encerrem suspeitas mensagens cifradas.

A súplica do poeta a esses santos, depois de louvar seus triunfos e virtudes, resolve-se ao final de cada ode com uma exortação geral, especialmente significativa na oferecida a Santo Ubaldo, protetor da cidade de Eugúbio:

¹⁶ Lusitano, Cândido. *Santos patronos contra as tempestades de raios, invocados em devotos hymnos, publicados por...* Lisboa: Na Regia Officina Silviana, e da Academia Real, 1767. 83 p. + 1 lâmina. Misc. 30 da Coleção Lamego. IEB.

¹⁷ Inocêncio. *Dic. Bibl.*, Art. Garção.

Assim te chama protetor ínclito
a lusa gente; correm as lágrimas,
qual matutino orvalho
banha os frondosos plátanos.

Vem socorrer-nos: no árido cárcere
os trovões presos bramam indômitos;
tornem dourados dias,
movam-te nossas súplicas.

Não é impossível que, de acordo com a criptografia da época, esses versos encerrassem uma cifra sob a metáfora da tempestade. A referência ao “plátano”, a árvore sagrada por excelência, já nos introduz no terreno da ambigüidade arcádica. Os plátanos, símbolo da sabedoria e da natureza primitiva, acham-se banhados pelas lágrimas da gente lusitana. No árido cárcere, antútese dos amenos prados floridos onde o homem encontra sua liberdade, bramam os trovões indômitos, que poderiam ser, por que não?, “os varões presos bramam indômitos”, conforme o artifício da rima entre as cifras: os *varões*, presos por Pombal, cujos peitos de nobres brasões, inflamados de fúria indomável, “bramam” (como os touros), impotentes frente à liberdade perdida. Quem dera voltassem os dias da era dourada! Na época, por outro lado, era corrente dizer que “os trovões bramavam”, como usa Garção em várias ocasiões.

O uso das *cifras* (escritura “cifrada” ou “hieroglífica”) provém, como explica Ernst Curtius, da inclinação dos cavaleiros pelos lemas ou motes, muito popular na França da Idade Média tardia, passando depois à Itália, onde desde princípios do século XV confluiu com o interesse dos humanistas italianos pelos hieróglifos egípcios e pela criação de novos hieróglifos (imagens sem palavras). Na Espanha, sobretudo no século XVII, foram muito populares os emblemas, denominados *cifras*. Chamava-se à parte explicativa *mote* ou *letra*.¹⁸ Aí tem origem a metáfora da “escritura cifrada ou hieroglífica”, abundantíssima, acrescenta Curtius, nos textos de Calderón, e, muito freqüentemente, na literatura teológica.

¹⁸ Curtius, Ernst Robert. *Literatura europea y Edad Media latina*. Tradução de Margit Frenk Alatorre e Antonio Alatorre. México: Fondo de Cultura Económica, 1955. v. 1, p. 486-488. (Sección de Lengua y Estudios Literarios).

A cifra representava, obviamente, uma escritura sectária. Pretendia referir-se a um segredo, um santo ou uma senha, cuja chave apenas os iniciados podiam conhecer. Por meio da cifra ou código secreto se comunicavam notícias e, às vezes, instruções para a execução de um plano previamente acordado.

Às vezes tratava-se de identificar entre si os iniciados em uma causa, em uma ordem, em uma congregação. Daí que, facilmente, a cifra passasse a ser usada como chave de uma conspiração. O cronista mexicano Juan Suárez de Peralta descreve na seguinte passagem como os *criollos* implicados na conjuração do segundo marquês do Vale de Oaxaca, Martín Cortés, no século XVI, se serviram de uma cifra por ocasião de uma ceia que Alonso de Ávila, um dos principais *criollos*, ofereceu ao marquês pelo nascimento de seu primogênito:

Alonso de Ávila convidou a marquesa a uma lauta ceia e, antes de haver, como houve, uma cavallhada. Em todas essas ocasiões, pensavam que numa havia de ser a revolta, e secretamente se armavam os ouvidores e os do rei, e andavam com atenção. Foi a cavallhada muito regozijada, e logo a ceia, que foi muito longa e custosa, na qual se serviram uns jarros que lá são chamados de moringas, e uns vasos de barro, fabricados no povoado de Alonso de Ávila, em Cuautitlán, onde há muito barro, e por ornamento mandaram colocar em todos umas cifras, desta maneira: um ERRE e, em cima, uma coroa. Esta tinham todos os jarros e moringas, e Alonso de Ávila passou, com sua própria mão, uma moringa maior que as outras, com essa cifra, à marquesa. Mal haviam começado a comer, os ouvidores conseguiram uma daquelas e diziam que a cifra significava REINARÁS. Guardaram-na. Finda a ceia, todos foram para suas casas e, como foi dito, não se falava coisa que os juízes logo não sabiam, e a registravam.¹⁹

Essa passagem, além de mostrar que já em meados do século XVI a inclinação pelos emblemas havia passado à Nova Espanha como um sinal a mais de que os primeiros

¹⁹ Peralta, Juan Suárez de. *La conjuración de Martín Cortés y otros temas*. Seleção e prólogo de Austín Yáñez. México: UNAM, 1945. p. 24-26. (Biblioteca del Estudiante Universitario, 53). Trato o tema mais amplamente no livro *Los orígenes de la visión paradisiaca de la naturaleza mexicana*. México: UNAM, 1987. p. 146 et seq. (Colección Posgrado).

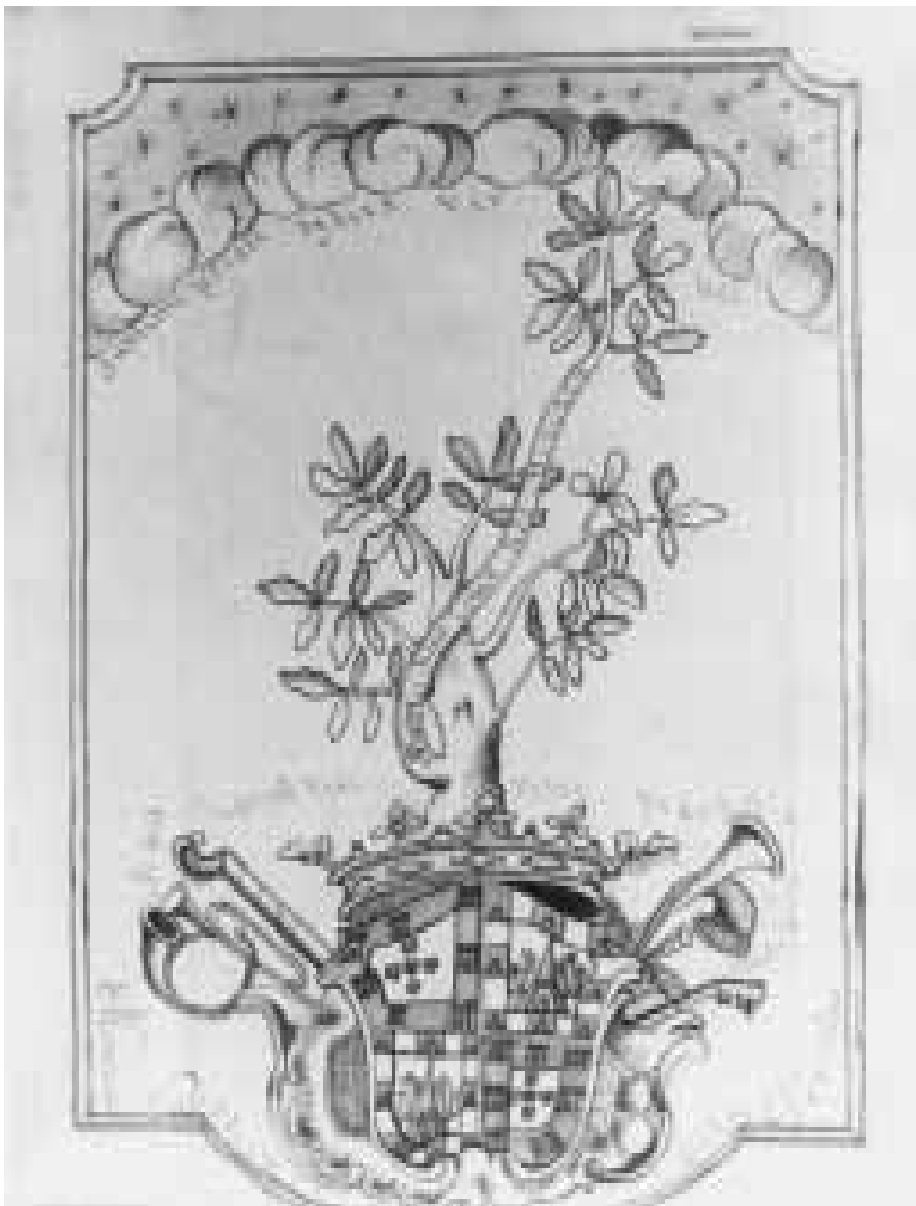
criollos aspiravam reviver os símbolos da cavalaria medieval, também revela como, na mesma época, as cifras eram consideradas avisos perigosos. Não é de se estranhar, portanto, que ainda no século XVIII, tanto em Portugal como no Brasil e no México, a fidalguia, enfrentando o projeto reformista, se servisse do mesmo tipo de escritura metafórica.

Tudo isso permitiria explicar por que um discurso, aparentemente escapista e inofensivo, ocultava, na realidade, aspirações políticas de grande envergadura, como sucedeu com a Arcádia brasileira, cujos protagonistas se converteram nos mártires de um projeto de independência conhecido como a Inconfidência de Minas Gerais, e, da mesma forma, a relativamente tardia Arcádia mexicana abrigasse também projetos semelhantes, ainda não profundamente estudados.

Como vimos, Virgílio criou ou “inventou” a Arcádia, e, com ela, o arcadismo, que foi desde o seu início não uma ficção escapista, mas a inserção na história de um modelo melhor para o homem, que adviria quando este alcançasse a maturidade (“quando a firme idade te haja feito varão”, disse Virgílio, na versão de Bonifaz). Por isso, o arcadismo está delimitado historicamente e, outra coisa, distinta, é a poesia bucólica ou pastoril em sentido amplo, ou a volta autêntica à natureza, que representa uma ânsia de eternidade no homem, em última instância, o retorno às origens, onde não existe o tempo, nem a ambição, nem o temor, como não existem nas urnas de Keats e de Teócrito.

**Glaucete Satúrnio e Daliso na Arcádia ultramarina:
o elogio como formalização do compromisso**

Suely Perucci



Frontispício do manuscrito *Parnaso Obsequioso*, de Cláudio Manuel da Costa, 1768. Acervo: Museu da Inconfidência.

Foto: Eduardo Tropia

No ano de 1768 o poeta Cláudio Manuel da Costa escreveu duas obras em homenagem ao governador da Capitania de Minas Gerais: *O parnaso obsequioso* e *Obras poéticas*, ambas no gênero epidítico ou laudatório. O jovem conde de Valadares encontrava-se recém-empossado no cargo e convidara o poeta para ocupar a função de secretário de governo, cargo do qual já se ocupara em governo anterior, do conde de Bobadela, entre os anos de 1762 a 1765.

O drama *O parnaso obsequioso* foi composto “para se recitar em música” no dia 5 de dezembro de 1768, no transcurso do aniversário de D. José Luiz de Menezes, o referido conde de Valadares. As *Obras poéticas* constituem um conjunto de poemas escritos e recitados pelo autor, para felicitar a posse do mesmo conde, ocorrida a 16 de julho, em uma Academia instalada no dia 4 de setembro do mesmo ano. As representações

foram encenadas no Palácio do Governo, certamente porque nesta data ainda não se encontrava concluída a construção da Casa da Ópera de Vila Rica.¹

Os manuscritos foram publicados pela primeira vez em 1931,² por Caio de Mello Franco, que os havia localizado e adquirido em Paris, quando secretário da Embaixada do Brasil na França. Segundo informações do próprio Mello Franco obtidas de um livreiro, os manuscritos já se encontravam em Paris em 1899 e teriam pertencido ao poeta José Maria Herédia, que provavelmente os teria recebido de presente de um descendente do conde de Valadares. Trata-se de manuscritos autógrafos. Certamente Cláudio Manuel da Costa fez questão de escrever as obras do próprio punho para valorizar ainda mais a homenagem e a oferta feita ao conde. Quanto aos rascunhos e aos textos que teriam sido entregues aos atores para os ensaios, infelizmente deles não se tem qualquer notícia. Os manuscritos objetos desse nosso estudo encontram-se encadernados e possuem, numa das folhas de guarda, o ex-libris de Caio de Mello Franco em cuja moldura e em sua extremidade superior possui uma tarja com a inscrição latina *Sibi Et Amicis*.³ No frontispício encontram-se desenhados a nanquim brasão de armas e árvore genealógica, emoldurados com elementos *rocailles* e com as inscrições latinas *Sublimi Feriam Sydera Vertice*⁴ e *Si Quid Habent Veritatum* (sic) *Praesagio Vivam*.⁵ Da parte central do tronco da árvore sai um galho com os dizeres: *Ilustre e Digno Ramo dos Menezes* e, à volta do escudo de armas, na parte inferior, da esquerda para a direita, a inscrição *Menezes Claros, Inclitos Noronbas*.

¹ O prédio teve sua cobertura concluída em 1769, sendo seu construtor e proprietário João de Sousa Lisboa, contratador dos reais quintos e entradas. A inauguração se deu a 6 de junho de 1770, aniversário do rei D. José I. Desde a sua inauguração, a Casa da Ópera contou com o apoio do conde de Valadares e do poeta Cláudio Manuel da Costa. Segundo documentos coligidos por Rodrigues Lapa e Herculano Gomes Mathias, seus nomes constam de uma relação de contribuintes, de 17 de outubro de 1772, conforme a publicação *A coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966. V. Ávila, Affonso. O teatro em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX. *Revista Barroca*, n. 9, p. 59.

² Franco, Caio de Mello. *O inconfidente Cláudio Manuel da Costa: O parnaso obsequioso e as Cartas chilenas*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931.

³ Tradução: Para si e para os amigos. (Trad. Dr. José de Assis Carvalho).

⁴ Tradução: Eu tocarei os astros com a cabeça erguida. (Trad. Dr. José de Assis Carvalho). É o último verso da primeira ode de Horácio. Velloso, Antonio Augusto. *Tradução literal das odes de Horácio*. Belo Horizonte: Queiroz Breyner, 1935. p. 3.

⁵ Tradução: Se algo houver de verdadeiro, eu viverei na esperança. (Trad. Dr. José de Assis Carvalho). Embora no documento esteja grafado *veritatum*, o termo correto é *veritatum*, segundo o tradutor.

As obras acima referidas, que utilizamos como fonte primária neste trabalho, foram doadas em 1996 ao Museu da Inconfidência pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, pelo fato de estar a instituição destinada a guardar e divulgar registros materiais relacionados à Inconfidência Mineira e a seus protagonistas.

Sobre a gênese dos manuscritos

No caso das obras analisadas, conforme afirmamos anteriormente, contamos apenas com os manuscritos autógrafos, já passados a limpo e que foram entregues ao homenageado. Com relação à gênese da produção do autor, o que se pode dizer é que o poeta foi um permanente (re)leitor de sua obra, mas de uma forma bem diferente como a entendemos atualmente. As revisões não se deram através da elaboração de novas edições, mas sim de um diálogo intertextual, seja dentro de uma mesma obra ou entre obras distintas, nas quais o autor discute, reformula ou reafirma as próprias idéias.

Segundo Melânia Aguiar,

Além desta atitude de recorrência a temas e situações de certa forma obsessivas, percebe-se em várias composições a revisão de pontos de vista, a rejeição a posições antes tomadas. Ao longo das edições de sua produção poética, as “rasuras”, se assim se pode dizer, do texto de Cláudio podem ser lidas diacronicamente e se dão no nível explícito do texto publicado; as rasuras, propriamente, dos manuscritos, indicando a gênese do texto, as indecisões ou escolhas do poeta, estas nos escaparam (...) Salvo em alguns manuscritos do *Vila Rica* e em algumas

passagens do manuscrito das *Obras* (...) não há registro da gênese (...) da obra do poeta inconfidente.⁶

O drama *O parnaso obsequioso* foi composto à maneira de Metastasio. Segundo Carla Inama (*Metastasio e i poeti arcadi brasiliani*, USP, 1961), essa obra segue tanto na forma quanto no conteúdo laudatório modelos metastasianos, como *Il Parnaso confuso*, entre outros.⁷ Na segunda metade do século XVIII foi bastante significativa a influência de Metastasio em Portugal. Cláudio, que lá estudou cerca de 4 anos, cursando Cânones na Universidade de Coimbra, foi grandemente influenciado por aquele autor, contemporâneo seu, e a quem conheceu, já que Metastasio dedicou a ele uma cantata, *Il Ciclope* e um drama lírico, *Galatea*.⁸ Antonio Candido é muito claro ao afirmar que Metastasio foi mestre de Cláudio.⁹

As *Obras poéticas*, que Cláudio “escreveu e recitou na Academia que se juntou na sala do Ilm^o. e Exm^o. Sr. D. José Luiz de Menezes, conde de Valadares”, louvam as virtudes e os feitos do homenageado, suas qualidades éticas e morais e a esperança de melhores dias para as Minas a partir da posse do novo governador.

⁶ Aguiar, Melânia Silva de. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. In: Proença Filho, Domicio (Org.). *A poesia dos inconfidentes*. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 33.

⁷ Citação feita por Aguiar, op. cit. p. 1071, nota 2. A obra *Il Parnaso confuso* foi composta em 1765, para festejar as núpcias de D. José II da Áustria com D. Maria Josefa da Baviera. A ação se passa no Monte Parnaso e tem como interlocutores Apolo e as musas Melpômene, Euterpe e Erato. Cf. Brunelli, Bruno (Org.). *Tutte le opere di Pietro Metastasio*. Itália: Arnoldo Mondadori Editore, 1947. v. 2, p. 453-464.

⁸ Candido, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1959. p. 89. Na edição da obra *Tutte le opere di Pietro Metastasio*, citada na nota 6, consta que *Il Ciclope* foi escrita em Viena, em 1754 (v. p. 358) e *Galatea*, em Viena, em 1722 (v. Notas, p. 1313).

⁹ Candido, op. cit. p. 47.

O parnaso obsequioso

Na opinião de Caio de Mello Franco:

Bem difícil, parece-nos, será imaginarmos a representação do Drama na Vila Rica de 1768, drama em que são interlocutores: Apolo, Mercúrio, Calíope, Clio, Tália e Melpômene. A cena, como convinha, representava o Monte Parnaso. A música coral era composta, provavelmente, de flautas, bandolins, cítaras e o cravo harmonioso. Os músicos ficavam ao fundo, criando o ambiente, dando às almas, com a melodia, o êxtase propício à compreensão mais ampla da linguagem divina. Tudo nos pareceria, hoje, muito mais compreensivo e próximo, se as partituras tivessem chegado até nós com o manuscrito do drama. Música original? – Mas quem seria capaz de compô-la, na Vila Rica de então? Entramos, assim, na região das hipóteses. Imaginemos, pois, que a música fosse apenas o acompanhamento do verso. Provavelmente, ainda, em cena, um bailado de musas ou um desfile de ninfas, as mesmas ninfas do país por ele evocadas.¹⁰

Em primeiro lugar vinha Apolo, o deus grego e romano dos oráculos, o senhor da medicina, das artes, dos rebanhos, do dia e do sol. Dir-se-ia ter vindo, o filho de Júpiter e de Latona, o irmão gêmeo de Diana, da ilha de Delfos onde nascera, especialmente para presidir a festa do capitão general, em Vila Rica... Trouxera ainda consigo o irmão Mercúrio, dos pés alados, mensageiro dos deuses e deus, ele próprio, da eloquência, inventor da lira e, aqui, mensageiro de Júpiter, para anunciar o *alegre dia*. Em seguida, surgia Calíope – a musa da poesia heróica e também da eloquência, a mãe de Lino e de Orfeu, representada como na Grécia, trazendo nas mãos uma tabuinha encerada e um estilo. Clio, a musa da História, deveria, pois, estar presente, com o rolo dos anais na mão direita, com a inscrição *Ad perpetuam rei memoriam*.

¹⁰ Franco, op. cit. p. 49-50. Na opinião de Affonso Ávila, porém, as partituras poderiam vir anexas aos libretos, ou seriam encomendadas a músicos locais. Em Vila Rica havia, por exemplo, Teles da Fonseca e Silva e Inácio Parreiras Neves. V. Ávila, op. cit. p. 62 e notas 45 e 46, p. 91.

Também, na “renovada Arcádia”, Tália, a musa da comédia e do idílio – uma das três graças – surgia tão naturalmente como a alegria no coração dos homens, trazendo os seus atributos: uma máscara e uma coroa de hera, para dizer ao conde de Valadares numa reverência:

O céu de novo
Deu a ver uma Estrela
Mais do que as outras cintilante, bela.

Enquanto Melpômene, a musa da tragédia e do canto, acrescenta lisonjeira:

No valor, na constância,
Vence os Scipiones, os Lelios, os Camillos.

Tália louva a sua valentia militar na disputa com a Espanha:

Eu o vi entre as Armas
As ordens ministrar, com frente heróica,
Desprezando os rugidos
Do Leão da Ibéria; eu vi que a mão sustinha
O ferro ameaçador, aquele ferro,
Que para seu brasão a lusa glória
Há de lembrar enquanto houver memória.

Clio louva a nobre estirpe do conde:

Que muito, se deriva o seu esforço
De tão altos Varões! Onde não chega
O nome dos Noronhas? Em que parte
Do mundo não se admira
Esta egrégia Nobreza? A Ásia se cobre
Dos troféus de seu braço; toda a Europa
Conhece o seu valor; eles à Pátria...

Mercúrio louva, em seguida, os seus ilustres antepassados:

Ilustre e digno Ramo dos Menezes,
Eu te vejo subir àquele assento
Que lá se te prepara
Junto aos teus grandes Pais: a série augusta,
Que vem do antigo, esplêndido Fernando;
Dos Duques de Guçijon te ordena
Ali lugar distinto
Ao lado de um Miguel, Conde primeiro
Do título imortal de Valadares...

Na *Parte Segunda* os interlocutores falam da vinda do conde para a região das Minas, que a partir de então terá melhores dias com a sábia administração do novo governador. O próprio Apolo dispõe-se a ceder-lhe o Trono, o Louro, o Raio. Mercúrio afirma que no Olimpo já se ouviu o nome dos Menezes. Apolo diz que se ele pôde pulsar a sonora lira..., ao que o *Coro* responde:

Soe da esfera o acorde acento,
O firmamento se ouça cantar.

Em seguida, quando as musas Calíope e Clio afirmam que “se podem abalar as divindades com o seu canto e Tália e Melpômene dizem que se heróicos feitos souberam cantar”, o *Coro* volta a repetir os mesmos versos acima.

Após, Apolo e Mercúrio solicitam a Jove que atenda aos seus desejos. Para finalizar, respondem todos:

Menezes possa
Sempre os seus anos
Verdes contar.

A obra termina com o *Coro*, que recita ou canta os dois versos anteriormente citados.

Obras poéticas

Na parte inicial, intitulada *Problema*, o poeta, vice-custódio da Academia instalada em Vila Rica no dia da apresentação das *Obras*, em 4 de setembro de 1768, sob o pseudônimo de Glauceste Satúrnio, indaga se é mais justa a alegria das Minas pela vinda do conde ou a saudade de Portugal pela sua ausência, sob o título Saudade de Portugal e Alegria de Minas.¹¹

Na *Écloga*, a pastora Lucinda – pseudônimo pastoril de D. Luíza de Noronha, futura mulher do governador – chora, com saudades, a falta do futuro marido, o pastor Daliso, custódio ou patrono da Academia. Na *Ode*, à margem da nau soçobrada – metáfora da região das Minas – contrapõe-se a esperança de um futuro próspero e feliz sob a administração do novo governador. Os *Sonetos* contam as virtudes e a caridade do jovem Noronha e a grandeza dos seus antepassados. O poeta espera também pelo desenvolvimento das Artes e das Ciências e, finalmente, compara-o a jovens heróis da Antigüidade, que também se distinguiram – Alexandre Magno, Pompeu e César, para concluir no último soneto:

Mas onde eu busco estes da glória feitos,
Se em José mais que em outro o mundo cria
Um vivo exemplo para muitos peitos!

¹¹ A autora Melânia Aguiar, à nota 61, p. 1074, Apêndice/Notas da obra *A poesia dos inconfidentes...*, faz referência a um manuscrito que pertenceu ao Clube Literário de Mariana e que hoje pertence à família Muzzi, publicado em 1895 por Ramiz Galvão. Nesse manuscrito não aparece o discurso de abertura e os poemas são outros.

¹² Durante muito tempo os estudiosos do assunto questionavam se de fato haveria se constituído em Vila Rica uma Academia ou se o termo estaria empregado apenas no sentido de uma tendência estética. A questão foi esclarecida por Antonio Candido por volta de 1992 (pelo menos esta parece ser a primeira vez que menciona o fato) a partir de um documento adquirido por José Mindlin – o diploma de membro da Arcádia romana concedido ao brasileiro Joaquim Inácio de Seixas Brandão. Segundo Candido, no diploma há uma nota esclarecedora: “Per la Fondazione della Colonia Oltremarina”, designação já usada por Cláudio em suas publicações. Para maiores esclarecimentos consultar o artigo de Antonio Candido, “Os poetas da Inconfidência Mineira”, no *IX Anuário do Museu da Inconfidência*, p. 132 e a nota n. 104 do Apêndice/Notas, elaborada por Melânia Aguiar na publicação *A poesia dos inconfidentes...*, p. 1077.

Sob o título *Para Terminar a Academia*,¹² o poeta homenageia o conde, patrono da agremiação, utilizando-se do jogo de oposições, comparando a situação anterior com a de 1768, onde tudo se renovava, para demonstrar a esperança de melhores tempos com a chegada do novo governador: “O feio e desgrenhado inverno dos campos que já se cobrem de novas e risonhas flores; as águas, antes turvas, tornam-se cristalinas e puras; dissipa-se a névoa e alegre o céu; a rudeza dos montes desaparecem por causa do benefício de uma alta proteção das Musas que passam a tomar conta destes Campos.”

O manuscrito pertencente ao Museu da Inconfidência termina com a *Licença*, onde o poeta fala da própria ousadia, em lugar de obséquio, ao comparar o conde aos heróis de Roma e da Grécia. Há edições, como por exemplo a organizada por Domício Proença Filho, também utilizada neste trabalho, onde se acrescenta a *Saudação à Arcádia Ultramarina*, com base na edição preparada por João Ribeiro, em 1903, que, por sua vez, baseou-se em uma edição de Lisboa, de 1810.¹³ Nessa parte, o poeta deseja que a Academia floresça e se inclui como um de seus pastores:

Enfim eu vos saúdo,
Ó campos deleitosos,
Vós, que à nascente Arcádia em grato estudo
Brotando estais os loiros mais frondosos;
Eu vos vou descobrindo,
Belas estâncias do pastor Termindo.¹⁴
(...)
Sim, vosso caro abrigo,
Pastores, pode tanto,
Que despertando do silêncio antigo,
Erguer bem posso sem vergonha o canto:
Convosco está Glauceste,
Convosco faz soar a fruta agreste.¹⁵

¹³ Aguiar. Apêndice/Notas. In: Proença Filho (Org.). op. cit. nota 123, p. 1078.

¹⁴ Nome árcaico do poeta Basílio da Gama, autor do *Uraguai*, de 1769.

¹⁵ Proença Filho (Org.). op. cit. p. 343-344.

A influência das idéias iluministas nos intelectuais da Colônia

A obra dos filósofos iluministas franceses exerceu decisiva influência na produção da elite intelectual da Colônia no final do século XVIII. Alguns estudiosos, porém, discordam ao avaliar até que ponto os autores se aproximavam das idéias e das obras dos seus congêneres europeus.

Para Berenice Cavalcante, não se pode negar o desenvolvimento de um pensamento ilustrado entre os “letrados” da sociedade colonial. Por outro lado, continua a autora, é necessário reconhecer as diferenças e as singularidades do pensamento tal como se apresenta na produção originada nas academias que aqui se formaram. Porém, mesmo considerando as peculiaridades da Colônia, havia questões comuns, como “a preocupação com um mesmo conjunto de problemas, com as mesmas inquietações e a adoção das mesmas práticas.” É o que se pode chamar de *clima de opinião* do século XVIII e a sua identificação com o século das Luzes:

o que definiria o clima de opinião no século XVIII, e a sua identificação como o século das Luzes, seria o privilégio concedido à filosofia como porta de entrada ao mundo do conhecimento; a utilização de um vocabulário cujas palavras-chaves seriam natureza, lei natural, razão, sentimento, humanidade e perfectibilidade, e uma peculiar relação entre fé e razão na recusa a todo conhecimento revelado.¹⁶

Podemos identificar um certo ponto de convergência nas idéias dos letrados do período colonial ao compararmos a proposta da Academia Brasílica dos Renascidos, cuja finalidade era homenagear o seu Protetor, o rei D. José I, com relação ao pensamento vigente na Europa, que identificava o soberano como promotor das

¹⁶ Cavalcante, Berenice. Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 54, jan./dez. 1995.

artes, ciências e belas letras. Respeitadas as diferenças entre os letrados da Europa e da Colônia, podemos dizer, de acordo com Berenice Cavalcante, que, em certa medida, existem traços de um mesmo *estilo*, de um mesmo *clima de opinião*, caracterizado pela preocupação com um mesmo conjunto de problemas, as mesmas inquietações e a adoção de práticas similares, inclusive no que diz respeito às formas de sociabilidade. Essa questão está diretamente relacionada à constituição das monarquias absolutistas nos séculos XVI e XVII, ao redefinir as noções de esfera pública e privada como espaço de exercício do poder – atributo exclusivo do monarca – e espaço da liberdade de consciência, que vai justamente possibilitar o costume da convivência nos salões, nas academias científicas, nas sociedades literárias, etc., movido pelo gosto da conversação e pela curiosidade científica. A nova sociedade concebida pelos filósofos, cujos pilares são a restauração da paz e da harmonia no meio social – resultado dos progressos conquistados no plano da moral –,¹⁷ combina-se aos ideais de civilidade cultivada nos salões. Daí adviria a polidez como forma de sociabilidade. Haveria um espaço destinado a cultivar uma convivência prazerosa, que estimulasse as atividades do espírito: “Virtude e politesse, razão e perfectibilidade constituem-se como os novos dogmas pregados pelo credo das Luzes.”¹⁸ Ainda sob o mesmo viés, a autora Berenice Cavalcante coloca as seguintes questões:

em que medida a elite intelectual da Colônia e os letrados reunidos nas academias do final do século XVIII partilhavam esses ideais e comportavam-se segundo os parâmetros de civilidade? Em que medida nestas instâncias desenvolveu-se também o estilo que caracterizava as novas formas de sociabilidade?¹⁹

O escritor Antonio Candido enfatiza a questão da sociabilidade literária nas Minas, para ele fato relevante porque

ela foi elemento de grande significado estético e social na história da nossa literatura. Além disso, manifesta um hábito de debate e circulação de idéias que

¹⁷ Cavalcante, op. cit. p. 55. A moral aqui entendida como a grande força reformadora da humanidade, a forma *indireta* de se fazer política ou de se criticar a sociedade absolutista.

¹⁸ *Ibidem*. p. 55.

¹⁹ *Idem*.

com certeza contribuiu para difundir os pontos de vista da Ilustração e assim favoreceu a passagem das preocupações literárias para as políticas, desfechadas nas Inconfidências Mineira e Carioca.²⁰

Segundo Candido a tarefa histórica dos árcades foi a da imitação dos modelos clássicos, buscando realizar uma reprodução das soluções transmitidas pela tradição. Desta forma, estariam tentando obter uma expressão equivalente às fontes clássicas no que se referia à natureza da obra, mesmo se a qualidade não o fosse. O fato de eles seguirem os modelos em voga na Europa não significava que menosprezassem os valores da cultura local. Na verdade – no entender de Antonio Candido – os letrados tinham consciência da dignidade de sua terra e de sua tarefa e sentiam que faziam parte do mesmo universo cultural. Um exemplo para ele convincente é o caso do escritor Antônio Joaquim de Souza Nunes, que em sua obra *Discursos político-morais*, publicada em 1758 (apreendida e destruída pela censura), afirmava a “paridade intelectual de brasileiros e reinóis”.²¹

Segundo ainda Candido, Cláudio foi provavelmente o poeta mais profundamente preso às emoções e valores da terra, embora uma análise superficial de sua obra possa sugerir o contrário.²² O autor considera também como escritores “mineiros” aqueles que nasceram ou viveram na região das Minas na segunda metade do século XVIII:

Tomados no conjunto eles formam um grupo impressionante e representam uma vida literária articulada, com força suficiente para dar nascimento a uma tradição que influiu nas gerações posteriores, construindo uma continuidade que assegurou teor novo à literatura brasileira. (...) o conjunto formado por eles não é apenas virtual ou simbólico, construído a posteriori; foi uma realidade histórica e estética atuante, que definiu uma espécie de rede. Mesmo quando não estavam em contato direto, os escritores de Minas na segunda metade do século XVIII se ligavam por fios variados e de grande atuação, de maneira a constituírem a referida “vida literária”, que se define de maneira tangível pelo relacionamento

²⁰ Candido, Antonio. Os poetas da Inconfidência Mineira. In: *IX Anuário do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, p. 130-131.

²¹ *Ibidem*. p. 136.

²² Candido, op. cit. p. 135.

pessoal, pela interinfluência, pela oposição polêmica, pela comunidade da consciência estética.²³

Na opinião de Sérgio Paulo Rouanet,

as idéias iluministas, por assim dizer, criavam a sintaxe que havia em toda a Europa culta para exprimir o mundo. Era uma sintaxe composta de temas como a natureza, o direito natural, a importância da experiência, a crença na perfectibilidade infinita da natureza humana, a crença na educação como uma força transformadora da realidade, a crença na política como a instância capaz de transformar voluntaristicamente a realidade. Desde que houvesse boas leis, seria possível modificar a sociedade. Todas essas coisas constituem uma espécie de grande sintática sem a qual não seria possível a nenhuma pessoa do século XVIII pensar-se, pensar sua classe e pensar no mundo...²⁴

Para o autor, há uma sintaxe iluminista cuja presença está em toda a parte. Existem vários temas abordados por essa *língua iluminista*, como por exemplo o tema da natureza e o do combate às trevas. A idéia do Iluminismo relaciona-se a uma imagística, a um metaforismo da luz. E conclui:

no século XVIII não era possível pensar o mundo senão através da metáfora do grande combate entre a luz e as trevas. (...) O pensamento iluminista e a razão eram sempre associados à Luz. Era o archote da razão que varria as trevas da ignorância, da superstição, do preconceito, da preguiça intelectual.²⁵

Segundo ainda Rouanet os autores mineiros do Setecentos estavam afinados com os modelos europeus, escrevendo suas obras simultaneamente à produção que acontecia naquele continente.

²³ Candido, op. cit. p. 130-131.

²⁴ Rouanet, Sérgio Paulo. A Inconfidência e o Iluminismo. In: *IX Anuário do Museu da Inconfidência*, p.72.

²⁵ Rouanet, op. cit. p. 73.

O tema da moral e a noção de civilidade

Berenice Cavalcante discorre sobre o tema da moral²⁶ como sendo uma das claves em que podem ser lidas várias obras da Academia dos Seletos. Uma delas, escrita para exaltar e promover a figura de Gomes Freire de Andrada, tinha como objetivo “expressar (suas) agigantadas e superiores prendas” e, para destacar que “a todos (vários personagens de ‘fama célebre’) vence na erudição, nervosidade e elegância.”²⁷ A autora observa ainda que há semelhança dos mesmos propósitos com relação à Academia dos Renascidos, agremiação da qual Cláudio participou desde o ano de 1759²⁸ como sócio supranumerário.²⁹ De fato, nos manuscritos abordados neste trabalho, o autor compôs, seguindo os cânones da época, as obras para louvar e homenagear as grandes virtudes e qualidades morais do conde de Valadares. De

²⁶ Cavalcante. op. cit. p. 59, apud *Júbilos da América*. Coleção das obras da Academia dos Seletos. Lisboa: Oficina do dr. Manuel Alvares Solano, 1754.

²⁷ *Ibidem*. p. 59.

²⁸ Transcrição a partir de fac-símile: “Senhores Sócios da Academia Brasília/ Quisera distintamente gratificar a cada um de Vossas Mercês a/ preciosíssima honra que me fizeram digno no concurso/ de seus votos: eu conheço os excessos de glória que es/te grau me comunica; e quanto eu posso farei por/ dar a conhecer ao mundo que procurei com todas as/ minhas forças não infamar a honrosa eleição de Vossas Mercês./ Faço reme/ter ao Senhor Secretário/ o meu juramento que como/ se presente estivesse, rogo a Vossas Mercês o hajam por vá/lido com todas as forças, que a minha muito pre/zada Academia aprova, e costuma solenizar este/ grande ato; e venerando com profundo respeito/ todos os seus Estatutos o faço também com as mesmas forças todas as protestações devidas em/ sinal de que aceito a grande honra que Vossas Mercês/ me conferem de Acadêmico Supranumerário; em/ cujo emprego, e no Serviço de Vossas Mercês viverei sempre/ pronto. Vila Rica do Ouro Preto 3 de novembro de 1759./ O Acadêmico Supranumerário/ Cláudio Manuel da Costa.” Lamego, Alberto. *Autobiographia e ineditos de Cláudio Manuel da Costa*. Bruxelles/Paris: L'Édition D'Art, [s.d.].

²⁹ De acordo com o parágrafo IX dos Estatutos da Academia (Estatutos da Academia Brasileira dos Renascidos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Universal, t. 45, p. 49-67, parte I, 1882), artigo 43, “Haverá os acadêmicos supranumerários, que se julgarem dignos e precisos, os quais poderão ser moradores em outras províncias, até em Portugal, e ainda fora do reino; e será útil, que haja pelo menos dois destes sócios em cada um dos bispados da América”. In: Lamego, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Paris: L'Édition D'Art, 1923. p. 59.

acordo com biografia contemporânea, desde a sua adolescência o homenageado já demonstrava preocupação com a desgraça de seu povo, a exemplo do socorro prestado por ocasião do terremoto que castigou Lisboa em 1755, tendo prestado assistência à Casa Real do Hospital, como mordomo-mor dos presos:

(Sonetos)

V

Essa Casa aos gemidos costumada,
Habitação da dor e do tormento,
Acha em vós um tão novo fundamento,
Que quase pula do que há sido nada...

O conde era muito jovem ao assumir o governo da Capitania de Minas Gerais, pois tomou posse com 25 anos incompletos. Para fazer jus a cargo tão importante, possuía certamente grandes qualidades e era merecedor da confiança do rei de Portugal:

Tomou posse do Governo não tendo ainda completado
25 anos de idade

II

Cinco lustros, Senhor, não igualados
Contais na vossa idade, e o Rei prudente
O mando vos confia já, contente,
Dos Domínios que tem mais dilatados...

É possível também aliar ao tema mencionado uma relação à valorização de uma noção de civilidade, de polidez, de afabilidade no trato cotidiano. O perfil que Cláudio traça do conde está ligado à sua crença em uma sociedade mais justa, mais próspera e harmoniosa. Aí notam-se aspirações bem semelhantes aos iluministas europeus, aproximando-se, mais uma vez, de um *clima de opinião*, de acordo com a autora Berenice Cavalcante, já citada.

A valorização da ‘concordia, união e constância’ entre os membros de uma sociedade apresenta-se como condição para um ‘coroamento’, como pré-requisito para a conquista da ‘fama e da sabedoria’ na medida em que fossem eliminadas a ignorância e a inveja. Portanto, nesse discurso em que se promovem as ‘virtudes’ em detrimento dos ‘vícios’, há um propósito reformador de natureza moral, do qual é indissociável a perspectiva de um tempo futuro construído sobre as bases da harmonia e do congruamento dos homens:³⁰

Apolo Enfim tudo é delícia
Na opulenta região das áureas Minas;
E tu, ó bom Menezes,
Desses troncos incultos, dos penhascos
Mais hórridos, mais feios,
Dos queimados Tapuias
Fazes pulir a bárbara rudeza,
Fazes domar a natural fereza.

No seio das Academias, a igualdade entre os seus membros se dava pela identidade de propósitos e na condição de livres pensadores. Teria sido, portanto, esse, o ambiente em que os “letrados” da época alimentavam os sonhos de “concordia, união e constância” e onde se desenvolveu um *estilo* tipicamente *civilizado, polido e valorizador das belles-lettres*.³¹

³⁰ Cavalcante, op. cit. p. 60.

³¹ *Ibidem*. p. 64.

Os sentidos da lisonja

Não há dúvida de que Cláudio apreciava utilizar-se do recurso da lisonja para agradar os amigos e que tivesse admiração pela habilidade do perfeito cortesão, pois citava entre as mais elevadas virtudes do conde a “ethica com que regulou os seus passos entre as políticas da Corte”. *Não se comprometer nunca, variar com o vento dos favores e não perder jamais as boas graças do Monarca* – tais eram os principais mandamentos dessa ética. Mas não podemos julgar hoje as qualidades morais do poeta cortesão do século XVIII, com os nossos olhos de homens modernos pois, nesse caso, estaríamos fazendo uma leitura anacrônica. Cláudio pensava e sentia como um homem de seu tempo e era natural que oferecesse ao governador o mais precioso de sua riqueza: versos puros e belos, que provocavam o reconhecimento e a admiração do obsequiado. Utilizando-se de um cânone literário da época, o poeta procurava sensibilizar o conde sobre a decadente situação das Minas:

Portanto, a literatura era ao mesmo tempo expressão idealizada da moda pastoral comum à Europa, e era desmascaramento alegórico de uma realidade a ser transformada pelo progresso. No caso mineiro, era apelo e denúncia de uma situação economicamente grave, que Cláudio Manuel da Costa aponta na ode ao Conde de Valadares, onde compara Minas a um navio decadente, que espera salvação do bom governo, encarnado no esclarecido governador.³²

Parte segunda (*Parnaso obsequioso*)

Calíope

Ao distante País das novas Minas
Hoje o vemos passar; altos progressos
Dele espere o seu Rei; o Povo aflito

| ³² Candido. *IX Anuário do Museu da Inconfidência*, p. 135.

Ali respirava; desde o seu seio
Liberal se verá brotar a Terra
Quanto avara recata,
O diamante, a safira, o ouro, a prata.
(...)

Melpômene As carregadas frotas, à prudente
Direção de seu mando,
Os portos encherão, crescendo o Erário;
Netuno generá, e os Tritões verdes,
Desde o centro das águas
A ser calcada de pesados lenhos,
As azuladas costas...

Neste caso a lisonja se torna reivindicação por um futuro alvissareiro para as terras brasílicas e seu povo, como ocorre também no “Canto genetliaco” de Alvarenga Peixoto, composto provavelmente em 1782, pequeno poema dedicado ao batizado de d. José Tomás de Meneses, filho do governador da Capitania das Minas, naquele período, D. Rodrigo José de Meneses, no qual o poeta afirma:

que o transplante da boa raça portuguesa para a América, em melhores condições, estava criando uma grande civilização, que ia bastar-se a si mesma. A adulação ao governador por motivo do nascimento do filho, as homenagens servis que prodigaliza a um e a outro, expressão aliás do reconhecimento em que tinha os seus favores, não nos devem enganar sobre o sentido profundo desse poema, que é a apologia entusiástica da terra brasileira, das suas riquezas e dos seus homens.³³

Haveria, ainda, da parte de Cláudio, outros motivos de ordem particular para agradar o conde? Com o governo que sob tão auspicioso signo se iniciava, abrir-se-ia também para a desolada Capitania uma nova era de fartura. Eis por que Cláudio poderia desejar voltar ao seu antigo cargo de secretário, que ocupara em governo

| ³³ Proença Filho (Org.). op. cit. p. 925-926. Alvarenga Peixoto/Introdução. Prefácio à edição de Manoel Rodrigues Lapa.

anterior. Mesmo sendo senhor de grande cabedal, o cargo era, evidentemente, motivo de orgulho pelo prestígio e pelo poder que conferia ao seu detentor.³⁴

Nas obras ora apresentadas, o poeta aproveitava para alertar o conde que o povo oprimido punha toda sua esperança no fidalgo que de tão longe viera, precedido de uma auréola de generosidade. Desde muito cedo corria a notícia de que ele, nos terríveis dias do terremoto de Lisboa, ainda quase criança, com suas próprias mãos aristocráticas, socorrera, na Casa Real do Hospital, incendiada e arruinada, os infelizes presos, cumprindo com energia e heroísmo as obrigações que lhe impunham sua nobre condição e as responsabilidades de seu cargo de mordomo-mor dos presos.

É bastante provável que Cláudio tenha lido as “Memorias das principaes Providencias, que se derão no Terremoto, que padeceo Lisboa no anno de 1755, ordenadas, e offerecidas Á Magestade Fidelissima de El-Rey Dom Joseph, Nosso Senhor, por Amador Patricio de Lisboa”, publicada em M.D.C.C.L.V.I.I.I. dez anos antes, na bela edição que possuía.³⁵ Certamente essa leitura inspirou os seguintes versos:

A delicada mão no Régio Hospício
Dos míseros enfermos,
Praticando o científico aforismo,
Enfraqueceu da morte o despotismo.

Cumprir observar também, referindo-nos ao tema do elogio, uma intenção múltipla: ao mesmo tempo em que se procurava destacar as qualidades morais, procedia-se ao elogio de quem as personificava. É questão do *estilo* que se pretendia cultivar nessa época.³⁶ (Um autor mal informado chegou a referir-se ao “Parnaso” como um “mero poema de caráterlouvaminheiro e bajulador”). É preciso, porém, que interpretemos

³⁴ Segundo M. Rodrigues Lapa na publicação ‘Subsídios para a biografia de Cláudio Manuel da Costa’, à luz de documentos pesquisados no Arquivo Histórico Ultramarino, o poeta estava pleiteando o cargo de Procurador da Coroa e Fazenda da Capitania das Minas Gerais. No início do artigo esclarece, ainda, que Cláudio só foi secretário de governo no período de 1762 a 1765, nomeado pelo conde de Bobadela. *Revista do Livro*, n. 9, mar. de 1958 (separata) / Estudos, Rio de Janeiro, p. 7-26.

³⁵ Franco, op. cit. p. 24.

³⁶ Cavalcante, op. cit. p. 59.

essa questão dentro de um contexto de época. Além do mais, o elogio era uma forma de cooptar aquele que exercia o poder, para que assumisse um compromisso com as causas sociais. Nos manuscritos que analisamos, podemos notar – conforme assinalamos anteriormente – a maneira como o autor reafirma a sua esperança por melhores dias para a Capitania das Minas com a chegada do novo governador. Na realidade, o autor procedia ao auto-elogio, ou ao auto-reconhecimento, ao identificar e enunciar a qualidade de seus pares. Este tipo de discurso propunha-se a identificar neles próprios as virtudes que idealizavam para o homem esclarecido:

Numa outra perspectiva de análise, tais práticas promoviam formas de sociabilidade que alimentavam o componente narcísico dos indivíduos e do grupo a que pertenciam, em primeiro lugar por diferenciá-los e distingui-los daqueles que não participavam das academias; em segundo lugar porque reforçava a expectativa de serem julgados favoravelmente pelo grupo que integravam e, finalmente, porque, reciprocamente, se autorizavam o poder de julgar as virtudes e de atribuir o mérito... Esta é a dimensão em que a experiência da igualdade pode ser vivenciada, pois o que tais práticas viabilizavam era a confirmação da imagem que faziam de si mesmos... a bajulação promovia um tipo especial de troca no convívio social em que palavras elogiosas eram trocadas por favores... No caso em tela, pode-se bem substituir a relação príncipe/súdito pela do colonizador/colono. Se, por um lado, o elogio exacerbado alimentava o prazer, no nível da imagem não impedia, no entanto, que a violência expulsa do convívio social, em nome do estabelecimento de relações civilizadas, retornasse sob a máscara da palavra polida e promovesse a quebra da harmonia, porque mascarava, na figura do bajulador, a humilhação... Para não incorrer nos riscos de uma explicação extremamente simplificada dos conflitos latentes na sociedade colonial (...) pode-se apenas sugerir, como hipótese, serem as condutas ‘veladas’ sua forma de manifestação. De resto, o ‘mascaramento’, o recurso ao ‘encoberto’ e ao ‘segredo’ foram marcas da cultura iluminista no século XVIII.³⁷

| ³⁷ Cavalcante, op. cit. p. 61-62.

Ainda com relação ao tema do elogio, cabe considerar que a *retórica da hipérbole* era uma das condições da poesia laudatória.³⁸

Nas *Obras poéticas* transparecem, também, momentos em que o cortesão se deixa vencer pelo homem que sente, pensa e fala com altivez:

E com razão, Senhor Excelentíssimo; com razão se digna V. Ex^a. a proteger as Musas. São elas que se encarregaram de immortalizar as ações dos Grandes. elas são as que fazem gloriosas no Templo da Fama os seus Troféus. ³⁹

Mello Franco nos diz que “aí o poeta tinha consciência de que afirmava uma verdade. E quem lucraria mais, o protetor ou o protegido? Quem mais lucrava era certamente o que se servia da palavra do poeta. Obséquios, só o louvado os recebia, pois a voz de Cláudio era a própria voz da imortalidade.”⁴⁰

Cláudio era reconhecido como um dos maiores poetas da língua portuguesa. Era brasileiro de nascimento, mas era considerado no Reino “um dos mais fortes engenhos da época”.⁴¹ Ser homenageado por ele era, certamente, motivo de orgulho e de reconhecimento e, ainda, a garantia de perpetuidade na memória das futuras gerações.

³⁸ Malard, Letícia. As louvações de Alvarenga Peixoto. In: Proença Filho (Org.). op. cit. p. 945.

³⁹ *Obras Poéticas*. Parte introdutória.

⁴⁰ Franco, op. cit. p. 42. Essa colocação do poeta nos remete à Lira XXXI, de Tomás Antonio Gonzaga, amigo e discípulo de Cláudio, quando adverte *Marília*: Minha Marília,/ Se tens beleza, / Da natureza/ É um favor./ Mas se aos vindouros/ Teu nome passa,/ É só por graça/ Do Deus do amor,/ Que, terno, inflama,/ A mente, o peito/ Do teu Pastor...

⁴¹ Franco, op. cit. p. 48.

Conclusão

O teatro teve grande importância na formação cultural brasileira desde a época dos jesuítas, quando se encenavam autos catequéticos com o objetivo de doutrinar os índios e os colonos. O fato de se colocar o estudo do teatro nos currículos dos colégios da Companhia de Jesus foi uma das formas de inculcar na sociedade em formação o gosto teatral. Justamente por isso,

no século seguinte, quando a sociedade se estrutura em bases urbanas e rurais de certo modo definidas, o teatro já estará entre as manifestações mais gratas ao lazer das populações, figurando como coroamento dos grandes festejos de regozijo público. Por outro lado, a incipiente vida social do nosso Seiscentos, não deixaria, pelos próprios condicionamentos de origem do colonizador português, de mostrar-se afetada pelas novas correntes de historicidade que determinavam, com a eclosão do barroco, toda uma significativa mudança de comportamento existencial e de sensibilidade artística. Marcado fundamente pela crise filosófica e religiosa de que era ao mesmo tempo espectador e personagem, o homem seiscentista tornou bem viva e aguda a noção de sua própria efemeridade, a ela associando ou fazendo associar conceitos que sintetizam a peculiar cosmovisão que encarnava: o sentido de ‘teatralidade do mundo’ como um mero ‘espetáculo que passa’. (...) Toda festa mineira da época é sempre um espetáculo total e o teatro tem aí um papel de destaque, com ele se encerrando habitualmente as programações iniciadas com as missas solenes, os Te-Deums. Teatro e religião, unidos como no já remoto elo dos primórdios da colonização do país, confundem-se portanto no amanhecer cultural das Minas.⁴²

| ⁴² Ávila, op. cit. p. 53-54.

Nas três décadas iniciais do século XVIII predominava ainda a influência do teatro de Calderón de la Barca. No período em que foram escritas as obras de Cláudio, das quais tratamos no presente estudo, a grande influência de Metastasio há muito já se fazia sentir, tanto na Itália, quanto em Portugal e, por extensão, no Brasil.

Em meados do século, a decadência da produção aurífera nas Minas e a conseqüente organização da vida social propiciara as condições para que as populações retomassem os seus antigos hábitos e costumes, transplantando-os para as terras onde se estabeleciam. Assim, temos na primeira metade do século XVIII, só para citar dois exemplos, manifestações cívico-religiosas de grande porte, como o Triunfo Eucarístico,⁴³ solenidade ocorrida em 1733 e o Áureo Trono Episcopal,⁴⁴ cuja publicação data de 1749.

O florescimento do teatro no século XVIII, em Minas Gerais, deveu-se, em grande parte, à atividade poética aqui exercida por grandes autores como Cláudio, Gonzaga e Alvarenga. O grande prestígio das funções que desempenhavam na magistratura e na administração, aliado provavelmente ao interesse pelas artes, como o teatro, devem ter contribuído para incentivar essas manifestações recreativas e culturais. Com relação sobretudo a Cláudio Manuel da Costa, sabemos que em meados desse século já se achava estreitamente ligado ao teatro, não só como autor e tradutor, mas também como incentivador da construção e da manutenção da Casa da Ópera, conforme documento referido à nota 1, relativo à sua contribuição pecuniária em prol da Casa.

A leitura de peças teatrais tornara-se um hábito na região das Minas, principalmente pelos letrados, conforme se pode constatar pelas bibliotecas de intelectuais como o inconfidente Cônego Luís Vieira da Silva, que possuía, em vários volumes, obras de Racine, Corneille, Metastasio, Sêneca e Terêncio. Na biblioteca de Alvarenga havia obras de Crebillón e Metastasio, enquanto o coronel José de Resende Costa

⁴³ Grande festa de inauguração da nova Matriz do Pilar de Ouro Preto, culminando com a trasladação do Santíssimo Sacramento, da igreja do Rosário dos Pretos para a referida Matriz. No ano seguinte, o cronista Simão Ferreira Machado publicou a descrição completa dos festejos, referindo-se a várias representações teatrais. V. Ávila, op. cit. nota 2, p. 89.

⁴⁴ Descrição das grandes festas ocorridas em Mariana por ocasião da posse do primeiro bispo, D. Frei Manoel da Cruz, em 1748, onde se faz referência à presença do teatro nas cerimônias religiosas e nos divertimentos públicos. V. também Ávila, op. cit. nota 6, p. 89.

possuía obras de Molière, Racine e Voltaire. Na relação dos bens seqüestrados pertencentes a Cláudio, encontravam-se três livros de traduções e tragédias e um outro de tragédias e poemas, provavelmente de autoria do poeta.⁴⁵ A inauguração da Casa da Ópera de Vila Rica se deu no dia 6 de junho de 1770, aniversário de D. José I, e já no dia 5 de dezembro desse ano foi realizado um espetáculo em homenagem ao conde de Valadares, com a estréia do ator operístico José Bonifácio, contratado por Sousa Lisboa em Diamantina, embora a presença maior fosse de amadores. Sabe-se, através da correspondência de Sousa Coutinho, que de 1770 a 1775 houve de sua parte um grande empenho em manter a qualidade das apresentações na Casa da Ópera. Em carta endereçada a seu amigo Joaquim José Freire de Andrade, intendente do ouro de Goiás, gaba-se de haver colocado no palco atrizes, em lugar de homens vestidos de mulher, como era então o costume.⁴⁶ Era um grande avanço para a época e o lugar, colocando Vila Rica como centro irradiador desse tipo de atividade.

Podemos dizer que, no caso de Minas Gerais, dois fatores foram decisivos para o desenvolvimento do teatro: o incentivo dado pela Metrópole às festas cívico-religiosas, utilizadas a serviço do controle e do poder de sujeição exercidos sobre a Colônia – mesmo que de forma sub-reptícia, nesse caso – e a possibilidade de servir como instrumento de participação das manifestações populares.

Quanto a Cláudio Manuel da Costa, poeta, mas também político atuante e consciente do momento crucial vivido na região, colocou o seu talento para exprimir os próprios sentimentos através da criação artística, e fazer, ao mesmo tempo, o seu elogio e a sua reivindicação no *Parnaso obsequioso* e nas *Obras poéticas*, seguindo os modelos vigentes em sua época e os cânones da escola à qual pertencia.

Pelas circunstâncias acima apontadas podemos dizer que aqui nas Minas Gerais existiu um grupo de intelectuais, de letrados, que, ainda que não assumido como tal, se reunia com o intuito de cultivar as belas letras e discutir política. Os três grandes poetas do período e que viviam em Minas – Cláudio, Gonzaga e Alvarenga – estudaram na Europa e evidentemente foram influenciados pelos costumes da Corte.

⁴⁵ Ávila, op. cit. p. 64.

⁴⁶ Lapa, Manoel Rodrigues. *A Casa da Ópera de Vila Rica*, apud Ávila, op. cit. nota 23. p. 90.

Podemos considerar ainda a troca de idéias entre Cláudio e Gonzaga a respeito de seus afazeres poéticos, conforme se pode conferir no depoimento deste último, nos Autos da Devassa da Inconfidência de Minas Gerais.⁴⁷ Além desses três letrados, citamos também outros intelectuais como o doutor Joaquim Gonzaga, ouvidor do Serro e primo de Gonzaga, o cônego Luís Vieira com a sua magnífica biblioteca, outros sacerdotes envolvidos no processo da Inconfidência de Minas, além dos poetas Frei José de Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Silva Alvarenga. Embora tenha havido a instalação de uma Academia em Vila Rica, fato que demonstra a preocupação e, acima de tudo, o interesse em formar um grupo de intelectuais dedicados ao “cultivo das coisas do espírito”, através da constituição de uma agremiação, a designação de uma *Escola Mineira*, expressão criada pelo historiador da literatura Silvio Romero, “apóia-se no fato de serem autores próximos no tempo e com espaço comum: suas obras foram dadas a público entre 1770 e 1880 e nasceram e viveram em Minas Gerais”.⁴⁸ Por outro lado, não discordamos inteiramente do grande mestre Antonio Candido, ao afirmar que esse grupo não só existiu, mas, mais que isso, marcou presença, “foi uma realidade histórica e estética atuante...”⁴⁹

⁴⁷ “... que o Doutor Cláudio Manuel (...) estava lendo e emendando as poesias do réu Respondente...” Depoimento de Tomás Antonio Gonzaga. Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, v. 5, p. 217. Brasília/Belo Horizonte, Câmara dos Deputados, Governo do Estado de Minas Gerais, 1982.

⁴⁸ Proença Filho. Apresentação. In: op. cit. p. XII.

⁴⁹ Candido, op. cit. p. 130-131. Para Antonio Candido, o denominado “grupo mineiro” teria, desde a época, consciência de sua existência, não tendo sido construído *a posteriori*.

**Ouro Preto: território da palavra
Instituições e práticas intelectuais**

Fernando Correia Dias

Constroem-se aqui o relato e a interpretação da vida intelectual em Ouro Preto nos últimos dez anos em que foi sede político-administrativa de Minas Gerais: 1887-1897.¹ Embora venham a ser mencionados todos os afazeres incluídos nesse campo da vida comunitária – o do exercício da inteligência e da sensibilidade de forma pública –, ganharão realce as manifestações de natureza verbal, a serem lembradas e compreendidas na perspectiva do tempo então em curso. É impossível abranger, no marco de simples artigo, a análise de toda a realidade cultural vivida em quadra, como

¹ Utilizamos as seguintes obras de referência: Alves, Lúcia Maria. *Jornais de Ouro Preto*. Histórico e localização. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia/UFMG, 1970; Barbosa, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Promoção-da-Família Editora, 1971; Carvalho, André; Barbosa, Waldemar de Almeida. *Dicionário biográfico*. Imprensa mineira. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1994; Coutinho, Afrânio; Souza, J. Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. 2 V. Rio de Janeiro: MEC, 1990. Linhares, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Editora UFMG, 1995; Monteiro, Norma de Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Período republicano (1889-1930). Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais/Centro de Estudos Mineiros FAFICH/UFMG, [s.d.].

se verá, tão significativa. Verificaram-se, além do constante uso racional e estético da palavra, manifestações da música, das artes plásticas e do labor técnico-científico.²

Instituições se criaram, enquanto outras, bem antigas, se consolidaram. Tudo se dá nos liames de um paradoxo. Tanta vitalidade do espírito tudo envolve, no momento mesmo em que os mudancistas carregam nas tintas ao apontar os defeitos da cidade, os da composição do solo, do clima, da localização, da topografia, da salubridade. Muitos, na elite e fora dela, não aceitam passivamente a imagem negativa assim apresentada.

O fim do século XIX, adiante-se, transpareceu, para a gente ouro-pretana, como um tempo de alvoroço. Enumeremos. A população local comemorou o fim da escravatura com espontâneas festas, viu desembarcar a família imperial na inauguração do ramal férreo, assistiu ao implantar-se pacífico da República, presenciou reunir-se Constituinte de senadores e deputados, festejou o surgimento do Ginásio Mineiro e da Faculdade Livre de Direito, leu notícias governamentais e atos legislativos no então lançado *Minas Gerais*, saudou o nascimento do Liceu de Artes e Ofícios, acolheu escritores exilados por força da repressão florianista, celebrou a inauguração solene do monumento a Tiradentes, sentiu crescer e agitar-se o contingente estudantil, ficou sabendo do ordenamento dos papéis antigos no emergente Arquivo Público Mineiro, continuou a ouvir a música vibrante e dorida nas cerimônias da Semana Santa, teve notícia do destroçamento de Canudos; e, em grande parte, protestou contra a ameaça, convertida em fato concreto, da perda, por parte da antiga Vila Rica, da condição de capital.³

Alternam-se, no âmbito político, lances de consenso e lances numerosos de dissenso. Ver-se-á que o sentimento mais perceptível era o de esperança diante da

² Sobre os setores não tratados especificamente, vejam-se: Carvalho, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*. O peso da glória. São Paulo: Companhia Editora Nacional/FINEP, 1978; Menezes, Ivo Porto de. *Arquitetura no (século XIX)*. III *Seminário sobre a cultura mineira*. Século XIX. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982; Mourão, Paulo Kruger Corrêa. *O ensino em Minas no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962; Oliveira, Myrian Andrade Ribeiro de. *Situação das artes plásticas no século XIX/Escultura e pintura*, op. cit. 1982 (Debatedor, Mário Barata; Viegas, Aluízio José. *Música mineira no século XIX*, op. cit. 1982. Debatedores, José Maria Neves e Conceição Resende) III *Seminário*, op. cit.

³ Esses fatos estão em ordem cronológica; foram colhidos em: Veiga, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*. 1664-1897. 2 V. Com índice onomástico em separado. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998. Consultamos também, para este trabalho, Maia, A. E. dos Santos. *Ouro Preto*. Homens, idéias e fatos. Ouro Preto: Minas Gráfica, 1972. *Efemérides ouro-pretanas*.

abertura da era nova republicana; encaravam-na como promissora até mesmo os eventuais derrotados em lutas de correntes e facções ocorridas na década. Dava-se com estreita proximidade o trato entre intelectuais e homens públicos. Os dois papéis, aliás, se encarnavam com frequência nas mesmas pessoas.

O texto monográfico que inaugurou esta revista oferece contribuição de valia inestimável para que se compreendam as trajetórias urbana, política e sociocultural de Ouro Preto: expõe não apenas fatos, instituições e convivências, mas também os modos como são percebidos por intérpretes e observadores; não apenas os episódios memoráveis, mas também a variada substância da vida cotidiana.⁴ Quanto ao período aqui descrito, fica patente que letrados e políticos – não importa se mudancistas ou avessos à transferência da capital – não dispunham, por algum tipo de limitação, da necessária perspectiva para avaliar o significado do fenômeno barroco ouro-pretano como iluminador da realidade mineira e até da nacional. Foi preciso esperar pelo Modernismo – caravana paulista de 1924 – para se adquirir essa consciência.

Prévias considerações devem ser expressas, neste passo, ainda que de forma breve. A primeira delas é de que Vila Rica funcionou como centro de ascendência política (desde a criação da Capitania) de rede urbana significativa, se confrontada com os padrões da Colônia. Representou, dadas as circunstâncias históricas peculiares que se viveram, um dos focos de nítida civilização urbana. Deriva este registro da leitura da convincente análise formulada, com vigor de fundamentos teóricos, por João Antônio de Paula; ele emparelha o sistema urbano a outros fenômenos de formato similar, que compõem a inclinação ao moderno, característica do percurso histórico mineiro; demonstra que, entretanto, essa modernidade “não se fez instrumento emancipatório e democratizante”. A comarca de Ouro Preto aparece com destaque (abrange, por exemplo, 11 paróquias e 16 distritos em 1858) no capítulo, de evidente interesse para este trabalho, sobre a estrutura urbana mineira; na mesma linha de atrativo, ressalte-se o texto acerca do sistema cultural. À luz da articulação primordial (no campo artístico),

⁴ Anastasia, Carla Maria Junho; Lemos, Carmem Silvia; Julião, Letícia. Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. *Oficina do Inconfidência - Revista de Trabalho*, Ouro Preto, ano 1, n. 0, p. 17-132, dez. 1999.

podem ser visualizados os desdobramentos havidos em Minas.⁵ Podem ser compreendidas as retomadas do fastígio intelectual, como a que se dá no fim do século XIX.

Por sua função política – e, ademais, desde o decorrer do oitocentos, por ser sede de escolas de ensino superior – Ouro Preto, apesar do isolamento no tocante a meios de transportes, suscita contínuos fluxos administrativos e culturais. Deve ser lembrada, como reforçadora do processo, a proximidade com Mariana.

Washington Albino examina a típica articulação mineira dos núcleos urbanos iniciais:

Por sua parte, apesar de Vila Rica (Ouro Preto) funcionar como a capital civil e Mariana como a capital religiosa, verifica-se um processo de aglomeração tanto unitariamente urbana, isto é, de vila a vila por seus povoados, catas e grupiarias quanto de uma vila em relação às outras, como no exemplo daquelas que foram tomadas como “cabeças” dos respectivos territórios, sedes de comarcas ou de “freguesias”, definindo-se de qualquer forma como “pólos administrativos”.⁶

Externe-se agora outra consideração preliminar. Diz respeito à formação, em termos de estudos de humanidades, dos jovens mineiros que haveriam de tornar-se, nas carreiras profissionais, expoentes da vida intelectual ouro-pretana. Muitos se formaram, nesse nível escolar, em outros centros. Alguns professores particulares, no interior, se impuseram pelo conhecimento e pela capacidade didática. Assinalem-se ainda os colégios, como, por exemplo, os situados em Diamantina, São João del Rei, Barbacena e Juiz de Fora. E, principalmente, o legendário Colégio do Caraça. Mas, se almejavam os estudantes prestar exames preparatórios, em Minas Gerais, teriam de fazê-lo, forçosamente, em Ouro Preto. Ali existiu o Liceu (criado em 3 de janeiro de 1854), que antecede o Ginásio Mineiro.

⁵ Paula, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 40, 56, 34 a 57 e 114 a 124.

⁶ Albino, Washington. *Minas do ouro e do Barroco*. (As raízes históricas da cultura mineira). Belo Horizonte: Barlavento, 2000. Estudo da rede urbana principalmente sob o ponto de vista cultural. Consideramos instigantes as observações sobre a não-compreensão do fenômeno cultural da área por parte de forasteiros.

Outro aspecto é o da tradição dos estudos clássicos greco-latinos, famoso apanágio mineiro, muito vivo em Ouro Preto. Ao longo das linhas que se seguem, deverão ser evocados muitos casos de cultores desse saber. Origina-se a tendência da passagem de letrados e políticos pelos tradicionais educandários mineiros de orientação eclesiástica: o Colégio do Caraça (1820), o Seminário de Mariana (1750) e o Seminário de Diamantina (1867), todos eles centros de apurada formação humanística.⁷ Os amigos dessas letras dedicaram-se ao magistério de línguas e de literatura, à tradução de poetas e prosadores do período clássico ou simplesmente a esmeradas citações latinas em seus escritos e discursos. Este último hábito era em extremo comum, mesmo em pessoas de formação superior de natureza técnica ou científica. Encontram-se expressas, igualmente, opiniões sobre qual seria o maior latinista de Minas.

Ao tratar de literatura, teremos em mente pressupostos apresentados por Antônio Cândido no estudo que realizou sobre o desenrolar desse fazer artístico numa comunidade: São Paulo.

⁷ Sobre o estabelecimento muito antigo de Mariana: Trindade, Raimundo (Cônego). *Breve notícia dos Seminários de Mariana*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1953. Edição comemorativa do bicentenário da instituição; sobre o de Diamantina: Mourão, Paulo Krüger Corrêa. *Sementeira de valores*. O Seminário de Diamantina de 1967 a 1930. Belo Horizonte: Tipografia Marília Editora, 1971. A respeito do Colégio do Caraça, há vários estudos e os registros em livros de memórias; limitando-nos a citar um de cada tipo: Andrade, Mariza Guerra de. *A educação exilada Colégio do Caraça*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000; Salles, Joaquim. *Se não me falha a memória*. Apresentação de Alexandre Eulálio. Poços de Caldas: Instituto Moreira Sales, 1993. A PUC-MG programou, no âmbito do simpósio Humanismo Latino no Brasil de hoje, no dia 12 de maio de 2001, painel sobre “Humanismo clássico em Minas”, com a participação de João Antônio de Paula, Caio Boschi e Mariza Guerra de Andrade, sendo moderadora Ângela Vaz Leão.

Estilos de pensamento

Começemos pelos juristas. A mais calorosa reunião pública realizada no decorrer da década em foco foi aquela que se deu para instalar a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, no ano de 1892, em Ouro Preto. Foi “solene e festiva”, conforme resumiu Xavier da Veiga. Do estabelecimento se falará aqui apenas o indispensável, tratando de antecedentes e conseqüências. É fato muito bem estudado.⁸

Considerou-se a iniciativa como relevantíssima: um passo decisivo na conquista da autonomia intelectual pela região. Tem sido considerada como conseqüência da República, isto é, de mudanças na legislação do ensino e do surto de esperanças de progresso. Na primeira memória histórica sobre a Faculdade (1894), aliás excelente texto, Afonso Arinos discorre a despeito da perspectiva que o regime federativo abria para o sistema educacional mineiro.

Surgira a idéia em artigo de Diogo de Vasconcelos para o *Jornal de Minas*. Alcançou logo intensa repercussão entre os interessados. Afonso Arinos colocou-se na vanguarda. Era um jovem escritor que voltara a Minas, com 21 anos, depois de formado em Direito em São Paulo, em 1889. Fixa-se em Ouro Preto.

Acaba ficando no centro do movimento o prestigioso Afonso Pena, que militava em lides jurídicas desde os tempos imperiais. Mobilizam-se as pessoas. Sucedem-se reuniões, uma das quais na residência do competente profissional do direito Levindo Lopes.

Escolhe-se consensualmente Afonso Pena para diretor; ele havia sido empossado, depois de eleito pelo sufrágio popular, há pouco, para o cargo de presidente de Minas. Desde 1893, descia as escadas do Palácio e dirigia-se à sede da Faculdade para

⁸ Sobre a Faculdade de Direito em Ouro Preto existe considerável bibliografia, além da básica memória, a ser indicada, da Afonso Arinos. Seleccionamos dois títulos: Arnaut, Luís Duarte Haele. *Reinado do Direito* (Minas Gerais-1892-1911). São Paulo: Departamento de História/USP, 1997. (Dissertação de Mestrado); e *Memória histórica. Revista da Faculdade de Direito/UFMG*, Belo Horizonte, ano X, out. 1858 - mar. 1959. Contém esta biografia dos professores e índice da revista.

dar suas aulas de Economia Política e Ciência das Finanças. Ele se ligaria por muitos anos aos destinos do estabelecimento, com a imagem de benemérito.

No dia 10 de dezembro, estava repleto o grande salão do Congresso Legislativo, quando o diretor da Faculdade prestou o juramento de bem servir e recebeu o mesmo compromisso por parte dos outros dirigentes e dos professores. Seguiram-se os discursos. Com o de Afonso Pena, foram dezessete, proferidos por pessoas de destaque, representando a Justiça, os corpos legislativos, o clero, os estabelecimentos de ensino superior e secundário, os estudantes e a imprensa.

Seguiu-se um concerto, fazendo-se ouvir uma orquestra de oitenta executantes. Logo depois, houve baile. A decoração e a música estiveram a cargo de Afonso Arinos.

Somamos 23 professores designados em 1892. Desses, três eram médicos, lentes de Medicina Legal e matérias afins (Silviano Brandão, Francisco Catão e Eduardo Montandon); três procediam da Faculdade do Recife (Adalberto Ferraz, Henrique Sales e Teófilo Ribeiro); os outros dezessete se diplomaram em São Paulo, na famosa Faculdade das Arcadas.

Gerações de mineiros, durante décadas, realizaram na capital paulista o processo de formação intelectual, às vezes à luz do cientificismo ali patente, e o aprendizado político em grêmios acadêmicos. Bem extensa é a crônica da presença mineira na Paulicéia. Muitas ligações políticas se fizeram, naquele ambiente, com jovens de outros trechos de território brasileiro, muitos destinados a se projetarem nacionalmente.

Alunos transferidos se formaram logo em Ouro Preto; entre eles Rodolfo Jacob e Afonso Henrique da Costa Guimarães, ou seja, o poeta Alphonsus de Guimaraens. Outros começaram o curso em 1895 – Artur Bernardes e Raul Soares – e depois o continuaram em São Paulo, talvez com o intuito de ligações políticas.

Não é difícil inferir que essa casa de ensino passou a formar as elites políticas mineiras. Começou logo a produção intelectual por duas vias: pela apresentação de teses e pela feitura de um periódico. Era a *Revista da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*. (RFLD) Saíram três números em Ouro Preto, pois a Faculdade se transfere, em 1898, para Belo Horizonte. A comissão de redação dos dois primeiros é

constituída por João Pinheiro da Silva, Sabino Barroso e Augusto de Lima; do terceiro, por Tomás da Silva Brandão, Carlos Honório Benedito Otoni e Gastão da Cunha.

O primeiro número traz apresentação redigida por Afonso Pena. Afirma, entre outros pensamentos, o relativo à função social do Direito num mundo em mudança. Publicam-se muitas matérias estritamente jurídicas ou de história do Direito; destacamos o esboço de Código do Processo Criminal, elaborado por Levindo Ferreira Lopes. Além dos artigos, há seção de fatos e notas.

O pensamento social não foi o forte nas elaborações dos intelectuais em Ouro Preto, ao contrário do ocorrido em São Paulo e no Recife (sedes de Faculdades desde 1827) e no Rio de Janeiro, onde atuaram positivistas na Escola Politécnica. Nos primeiros números da revista fundada em Ouro Preto, colhemos, contudo, quatro textos classificáveis como de dentro ou de perto do terreno da teoria social. São esforços louváveis. Estudados em outros trabalhos nossos, limitamo-nos agora a enumerá-los, com destaque para a aula inaugural de Direito Público e Constitucional, pronunciada por David Campista.⁹

Antes de abordar outra forma de pensamento, abrimos um parêntese para tratar do Tribunal da Relação. Criara-se por decretos imperiais baixados em agosto e novembro de 1873; com o advento da República, foi novamente organizado, cabendo a iniciativa a Cesário Avim. Compunha-se dos desembargadores João Bráulio Moinhos de Vilhena, Adolfo Augusto Olinto, José Joaquim Fernandes Torres, Caetano Augusto da Gama Cerqueira, João Emílio de Resende Costa, Francisco de Paula Prestes Pimentel (pai de Francisco Mendes Pimentel) e José Antônio Saraiva Sobrinho. A presidência foi exercida, de início, pelo primeiro dos citados.

⁹ Barroso, Sabino. A liberdade. *RFLD*, Ouro Preto, a. 1, p. 85-92, 1894; Campista, David M. O direito público e sua reconstrução científica (Introdução ao direito público e constitucional). *RFLD*, Belo Horizonte, a. IV, p. 57-100, 1901; Lima, Antônio Augusto de. Estudos Sociais. *RFLD*, Ouro Preto, a. 1, p. 61-76, 1894; Lobo, Estevão. Do organismo social. *RFLD*, Ouro Preto, a. IV, p. 5-20, 1898. A propósito deles: Dias, Fernando Correia. O pensamento sociopolítico, em Minas Gerais, na República Velha. *IX Congresso Brasileiro de Sociologia*, SBS, Porto Alegre, set. 1999; Dias, Fernando Correia. *Humanismo e razão pragmática* (O pensamento social, em Minas Gerais, na República Velha). Belo Horizonte: [s.n.], 2000. (Inédito). Para o estudo da formação das elites políticas mineiras, vejam: Horta, Raul Machado. A Faculdade de Direito da UFMG no centenário de sua fundação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (RBEP), Belo Horizonte, p. 15-45, 1994; Derzi. Misabel de Abreu Machado. Dados para uma história da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte: [s.n.], 1976. I V.

Projetou-se, especialmente, José Antônio Saraiva Sobrinho. Natural da Bahia, fez carreira jurídica em Minas Gerais, atuando no Ministério Público, na magistratura e na docência. Foi delegado fiscal do Governo junto à Faculdade, em Ouro Preto, entre 1892 e 1897. Veio a ser depois professor de Direito Comercial, especialidade em que obteve renome.

Bem mais tarde (1912), inspirou o advento, na Faculdade, da “Fundação Rio Branco”, com o objetivo de premiar alunos que se distinguiram no curso. Saraiva, autor de livro consagrado, *A cambial* (1908), doou à referida fundação os direitos autorais auferidos pela obra.

Há um pensamento sociopolítico, em Minas, na República Velha. Inaugura-o João Pinheiro, bem jovem na época aqui retratada. Se ele é tradicionalmente considerado pioneiro do progresso produtivo, por que damos esse rótulo a seu pensamento, e não o de econômico? Firme republicano, torna-se conciliador na condução do processo institucional referente ao novo regime, não abrindo mão, entretanto, dos princípios da liberdade, da prática federalista e da ética inabalável em oposição ao partidarismo estreito e interesseiro; incentivador do agir empresarial, mostra-se sensível aos valores do trabalho humano e à concessão da justiça para todos.

Segue sempre a linha da razão pragmática, de que constitui exemplo eminente, sem descuidar da herança intelectual de Minas.

Não caberia, neste espaço, estendermo-nos sobre minúcias da mentalidade desse positivista não-sectário de notável e truncada carreira política. Ação e pensar se entrelaçam com intimidade, em sua pessoa. Começa com medidas muito simples e úteis (a organização do setor estatístico, por exemplo), quando governador (1890), para depois amadurecer suas diretrizes na presidência de Minas (1906-1908): tecnologia agrícola, colonização, ensino básico eficiente, treinamento profissional, expansão econômica, prudente protecionismo.¹⁰

Reunido no prédio então recém-inaugurado da Escola de Farmácia, o Congresso Constituinte de Minas Gerais (48 deputados e 24 senadores) funcionou de 7 de abril

¹⁰ Barbosa, Francisco de Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1980.

de 1891 a 15 de junho do mesmo ano, data em que, solenemente, se promulgou a primeira Constituição estadual. O acontecimento é memorável: essa lei básica regerá a vida política mineira – sob o comando do Partido Republicano Mineiro (PRM) – até 1930.

Alguns temas foram particularmente focos de renhidos debates: bicameralismo (ou não), inserção do estado no sistema federativo, autonomia dos municípios, mudança da capital. Elegeu-se uma Comissão de 11 congressistas, encarregada de preparar o texto a ser submetido ao plenário. Presidiu-a o Conselheiro Afonso Pena, que deu mostras de sua experiência e acuidade políticas. A composição do Congresso, resultante de trabalhosa ação acomodativa, era assinalada pela presença de muitos diplomados em cursos superiores. Foram rejeitadas algumas sugestões de caráter restritivo contidas em projeto encaminhado pelo governo.

Cumprida essa missão, transformou-se em Congresso Legislativo, não sem antes eleger o presidente e o vice-presidente estaduais, Cesário Alvim e Gama Cerqueira. Muitos congressistas voltaram nas legislaturas seguintes, enquanto outros alçaram outros vãos políticos.¹¹ Novos apareceram; exemplo, em 1894, de Mendes Pimentel, notável advogado, político de combate e futuro reitor da Universidade em Minas.

Estudioso dos debates de 1891 assinala a preeminência do senador Camilo Brito, político e professor dos mais estimados na velha capital e, depois, em Belo Horizonte. Conforme registra, com justeza, Américo Jacobina Lacombe, a grande revelação parlamentar fora David Campista; nascido no Rio de Janeiro, faria em Minas frutífera carreira política; ligou-se pessoalmente a Afonso Pena, de quem divergiu, por vezes, na Constituinte, na qual revelou pensamento renovador, notadamente em matéria financeira, sua área futura de atuação. Foi muito celebrado o discurso que proferiu, como orador oficial, na cerimônia de inauguração do monumento a Tiradentes, na antiga Vila Rica, em 1894. Sensibilidade artística era outro atributo seu, o que o levou a dedicar-se à pintura e à música.¹²

¹¹ Vejam-se: Iglésias, Francisco (Orient.). Constituinte de 1891. In: *As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947*. (Uma avaliação histórica). Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989; Silveira Neto. *Instituições republicanas mineiras*. Belo Horizonte: Editora LEM/FDUFMG, 1978. p. 13-38.

¹² Lacombe, Américo Jacobina. Afonso Pena e sua época. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, p. 141. Destaca também Gama Cerqueira. Veja-se: Carvalho, Antônio Gontijo. *Uma conspiração contra a inteligência* (Vida e obra de David Campista). Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1968. O título do livro refere-se a frustrada candidatura à presidência da República.

Vejamos alguns outros intelectuais entre os constituintes. Humanista clássico, ex-aluno dos lazaristas no Seminário de Diamantina, Antônio Augusto Veloso, que viria a ser pai do conhecido professor de Filosofia, Arthur Versiani Velloso, elegeu-se para a legislatura subsequente, porém renunciou ao mandato, a fim de dedicar-se à magistratura até o fim da vida. Antigo jornalista em Montes Claros, traduziu as *Odes*, de Horácio, além de ter publicado obras jurídicas e didáticas. Entre estas, encontra-se um volume em que se comentam, um a um, todos os artigos da Constituição estadual.

Virgílio Martins de Melo Franco, de veneranda estirpe de Paracatu, exerceu longa carreira pública, como promotor, Juiz de Direito (em comarcas mineiras e goianas) e parlamentar. Fez parte da Comissão dos 11 no Congresso Constituinte. Primeiro reitor e professor do Ginásio Mineiro foi, segundo entendemos, a primeira pessoa a lecionar Sociologia em Minas, na esteira da reforma do ensino de Benjamin Constant. Formado em Farmácia aos 18 anos (Ouro Preto, 1856) e em Direito (São Paulo, 1866), revelou curiosidade científica no seu livro *Viagem para o interior de Minas e Goiás*,¹³ de 1888, despretensioso, mas interessante relato de observações feitas na longa jornada. Era pai de Afrânio de Melo Franco e de Afonso Arinos.

Frutuosa trajetória intelectual e política foi a do senador João Nepomuceno Kubitschek, tio-avô do presidente Juscelino. Estudou no Ateneu São Vicente de Paula, de Diamantina; não logrando concluir o curso de Direito, tornou-se provisionado. Foi, principalmente, insigne educador. Dirigiu a Instrução Pública da província (1833-1835); convertendo-se depois à idéia republicana, fundou, para difundi-la, o jornal *O Tambor*. Por suas colunas, propôs medidas de mudanças no ensino, aceitas na reforma (Afonso Pena) de 1892. Ascendeu aos cargos de vice-presidente do Estado (1894-1895) e de diretor da Imprensa Oficial.

Quando moço, fora professor de inglês no Externato de Diamantina. Aurélio Pires, seu aluno ali, expõe, nas memórias que escreveu, vivas lembranças da didática desse mestre. Kubitschek é autor de longo e muito lido poema, “Hermengarda”, inspirado no romance *Eurico, o presbítero*, de Alexandre Herculano.¹⁴

¹³ Franco, Virgílio Martins de Melo. *Viagem para o interior de Minas e Goiás*. Rio de Janeiro: Tipografia de Antônio J. Gomes Brandão, 1888. Segundo Aurélio Pires, a disciplina por ele lecionada tinha o longo nome de Sociologia, Moral, Noções de Direito Pátrio e de Economia Política.

¹⁴ Pires, Aurélio. *Homens e fatos de meu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [s.d.].

Dois jornalistas foram deputados constituintes: Artur Itabirano e Sabino Alves Barroso Júnior, mais conhecido este simplesmente como Sabino Barroso. O primeiro, republicano histórico em Minas, foi redator de *A República*, de São Paulo, além de ter fundado o primeiro jornal em Itabira, *O Tempo*; renunciou ao mandato em 1892, para tornar-se, no Rio de Janeiro, político combativo. O segundo, também professor de Direito, percorreu trajetória política de destaque no âmbito federal.

Presença assinalável, na comunidade ouro-pretana das duas últimas décadas do século XIX, foi a de Joaquim Cândido da Costa Sena. Vocação científica realizada em escritos, foi, ao mesmo tempo, político: constituinte de 91 e depois vice-presidente de Minas, tendo exercido o cargo titular em impedimento de Silviano Brandão. Formou-se, em 1880, pela EMOP. Esteve como delegado brasileiro em certames científicos no exterior, inclusive no Chile: no curso da viagem a este país, escreveu, para o *Minas Gerais*, artigos com impressões sobre ciência e universidade em centros sul-americanos. Nascido no Serro, era irmão do também ilustre José Cândido da Costa Sena, médico, poeta e seu patrono na Academia Mineira de Letras.

Mencione-se, por fim, José Pedro Xavier da Veiga. Nascido em Campanha, e depois com passagem, em cargo público, por Lavras, era de família de figuras ilustres (inclusive Evaristo da Veiga) e se torna personalidade preeminente em Ouro Preto. Dele se falará ainda no tópico sobre historiografia.

Cidade letrada

“Letrado” é adjetivo de uso muito antigo na língua portuguesa. Há referência à presença dele em texto de 1372: “se mostraram avendo Conselho com os da nossa Corte, e com outros muitos e bons letrados...” Significa instruído, sábio.¹⁵ Aplica-se à cidade de Ouro Preto nessa época: a instrução era bem difundida pelas numerosas escolas, tanto públicas como particulares; havia muitas pessoas ilustradas.

Além disso, era um lugar em que se cultivavam vultos ligados às letras. Remotamente, Marília. “O drama de amor de Gonzaga, sua prisão, seu desterro, comoveram gerações de enamorados. *Marília* é livro editadíssimo”, diz Eugênio Péricles da Silva Ramos. Se assim se dá em geral, necessariamente assim se daria em Vila Rica. Presença recente ao tempo que nos interessa é a de Bernardo Guimarães. Nasceu naquela cidade, onde viveu alguns períodos; depois de andar por outros lugares (Rio de Janeiro e Goiás), morreu em Ouro Preto, no dia 3 de março de 1884. “Este é dia de luto para as letras brasileiras e porque recorda o óbito de um de seus mais brilhantes cultores, o Dr. Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, vulto da *Galeria mineira* e cuja glória é patrimônio da terra que lhe foi berço”, afirma Xavier da Veiga.¹⁶

Nas escolas de ensino intermediário (nem primário nem preparatório nem superior), havia muitos professores de línguas com conhecimento literário: vários deles eram requintados humanistas, principalmente no sentido greco-romano. Citemos os oficiais.

No Ginásio Mineiro, lecionaram a esse tempo: Aurélio Pires, português e literatura nacional, tendo sido ele o tradutor, em prosa, do poema de Longfellow, “Evangelina”, segunda edição, em Ouro Preto, em 1896; Boaventura Rodrigues da Costa, inglês;

¹⁵ Machado, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Livros Horizontes, 1977. III V, p. 409. A citação é dos *Descobrimientos portugueses*, organizado por João Martins da Silva Marques. Lisboa, 1944, p. 297-298.

¹⁶ Ramos, Péricles Eugênio da Silva. Verbete sobre Tomás Antônio Gonzaga. In: Paes, José Paulo e Moisés, Nassaud. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. 2. ed. rev. ampliada por Massaud Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980; Veiga, op. cit. p. 285-287, Longa nota biográfica.

Randolfo José Ferreira Bretas, francês, também na Escola Normal. O reitor, durante algum tempo, foi o prof. Luís Maria de Brito, professor de latim e de grego, sendo famoso latinista. Mais tarde, Rodolfo Jacob foi professor de francês e grego.

Em 1895, houve festiva comemoração do 5º aniversário do Ginásio, com discurso de Aurélio Pires. Entre os convidados especiais, estava o secretário da Agricultura e Comércio. Vinha a ser Francisco Sá engenheiro pela Escola de Minas, com posteriores carreiras política e técnica brilhantes, inclusive no plano federal. Primo, amigo de infância e cunhado de Aurélio Pires, era perfeito cultor das letras clássicas, tendo feito traduções do grego e do latim: Homero, Demóstenes, Virgílio, Cícero e Quintiliano.¹⁷ O Ginásio sucede a Liceu Mineiro, de igual tradição literária.

Na Escola Normal, nessa área, a figura central era o próprio diretor Tomás da Silva Brandão, pai do famoso professor Cláudio Brandão. Publicou a *Revista Escolar*. Aires da Mata Machado Filho o estuda como filólogo pioneiro, com o seu livro *Sintaxe e construção de língua portuguesa*, de 1888. Eduardo Frieiro analisa a biografia de Marília que escreveu para desmistificar certa lenda a respeito do comportamento da musa de Gonzaga.¹⁸ Tomás Brandão era também professor de Direito e poeta. Escreveu um livro de leitura escolar, chamado *Sentimento*, de tom semelhante a *Cuore*, de Amicis.

Antonio Candido estudou a literatura produzida na cidade de São Paulo, ao longo do tempo, assim como as relações de autores e textos com a comunidade paulistana, que reage, ante o fenômeno literário, de várias formas sucessivas. Apresenta pressupostos para essas práticas intelectuais:

Com efeito, entendemos por literatura, neste contexto, fatos eminentemente associativos; obras e atitudes que exprimem certas relações dos homens entre si, e que, tomadas em conjunto, representam uma socialização dos seus impulsos íntimos. Toda obra é pessoal, única e insubstituível, na medida em que brota de uma confiança, um esforço de pensamento, um assomo de intuição, tornando-se uma “expressão”. A literatura, porém, é coletiva, na medida em que requer

¹⁷ Comemoração do quinto aniversário do Ginásio Mineiro. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895. Aurélio Pires retrata o aplicado adolescente Francisco Sá. (Pires, op. cit. p. 36-52).

¹⁸ Machado Filho, Aires da Mata. *O enigma de Tiradentes e outros estudos mineiros*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975. p. 128 a 137; Frieiro, Eduardo. *Letras mineiras (1929-1936)*. Belo Horizonte: Os Amigos do Livro, 1937. p. 84-88.

uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento – para chegar a uma comunicação.

Continua desta forma o raciocínio sobre o problema levantado:

Assim, não há literatura enquanto não houver essa congregação espiritual e formal, manifestando-se por meio de homens pertencentes a um grupo (embora ideal), segundo um estilo (embora nem sempre tenham consciência dele); enquanto não houver um sistema de valores que informe a sua produção e dê sentido à sua atividade; enquanto não houver outros homens (um público) aptos a criar ressonância a uma e outra; enquanto, finalmente, não se estabelecer a continuidade (uma transmissão e uma herança), que signifique a integridade do espírito criador na dimensão do tempo.¹⁹

Havia em Ouro Preto – em especial na época enfocada – condições comunitárias para a prática literária: escritores (às vezes em interação), público atento e a consciência do legado intelectual recebido pelos ouro-pretanos de então. Quanto ao público, devem ser destacados, como parte decisiva, os estudantes, muito numerosos entre os que cursavam preparatórios, Farmácia, Engenharia Civil e de Minas e Direito. *O Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico Literário de 1890*²⁰ registra a existência de três tipografias. Tivemos ensejo de compulsar opúsculos impressos na gráfica Beltrão.

Muitos periódicos – jornais e revistas – eram literários ou se intitulavam como o sendo, ao lado de serem noticiosos etc. Mas sobre eles se discorrerá no momento próprio.

Tratemos agora dos escritores, sem muito dizer de vida e obra: só o necessário para situá-los em tempo e lugar.

Começemos por Alphonsus de Guimaraens, o mais ouro-pretano de todos eles. Ali nasceu, ali passou a infância e a adolescência. Depois, até formar-se em Direito, dividiu-se entre a terra natal e São Paulo. Frequentara o Liceu Mineiro e matriculara-se

¹⁹ Cândido, Antônio. *Literatura e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. p. 163-164.

²⁰ Almanak do Município de Ouro Preto, Anno I, 1890. Usamos tanto o original como a edição fac-similar: Ouro Preto: IAC-UFOP, 1990.

no Curso Complementar da Escola de Minas, que logo abandonou. No ambiente escolar, conheceu o jovem que seria amigo predileto para sempre: o também futuro poeta (e, por algum tempo, sacerdote católico) José Severiano de Rezende.

Acontece que se enamoraram Alphonsus e sua prima, filha de Bernardo Guimarães, Constança (chamada, na intimidade, Constancinha). Ela contraiu doença incurável e morre adolescente. Essa perda – de noiva e musa – o atormentaram profundamente.

Começou a atividade literária muito cedo, aos dezessete anos. O almanaque acima citado, de 1890, publica textos em prosa e verso dele e de José Severiano. Entre os de Alphonsus, há um poema de homenagem ao 15 de Novembro. É uma fase de interesse cívico.

Em 1890, está em São Paulo, em companhia de José Severiano de Resende; no ano seguinte, ingressam ambos na Faculdade de Direito. A esse tempo, freqüentam a Vila Kirial, confraria literária liderada por Freitas Vale. Alphonsus colabora, então, com alguma intensidade, na imprensa paulista; mais tarde vai fazê-lo esparsamente. Com a fundação da Faculdade de Direito na capital de Minas, retorna a esta cidade, onde conclui, em 1894, o curso de Ciências Jurídicas; no ano seguinte perfaz a formação superior, diplomando-se em Ciências Sociais na Paulicéia.

A partir de então, salvo uma viagem ao Rio de Janeiro onde convive com Cruz e Souza, a existência do poeta transcorrerá quase permanente em duas outras cidades mineiras tradicionais: Conceição do Serro, onde foi promotor e jornalista; e Mariana, em que exerceu o cargo de juiz municipal de 1906 a 1921, quando falece. Em Conceição, casa-se com Zenaide de Oliveira Guimarães; a viagem de núpcias é a Ouro Preto, aonde voltará para batizar a segunda filha.

Realizou-se plenamente como poeta, dos mais notáveis na língua portuguesa: original na escrita e no timbre religioso. A fortuna crítica, muito tardia, lhe é consagradora.²¹

Mesmo lembrando os textos canônicos de Henriqueta Lisboa e Emílio Moura, valemo-nos, rapidamente, da apreciação feita por Alexandre Eulálio. Recorda o papel

²¹ Da antologia de Alphonsus de Guimarães. *Cantos de amor, salmos de prece*. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Ed./INL, 1972, constam: Nota editorial e cronologia (Alphonsus de Guimaraens Filho), A poesia de Alphonsus de Guimarães (Henriqueta Lisboa), Alphonsus de Guimaraens (Manuel Bandeira), Notícia Biográfica (João Alphonsus), Luar para Alphonsus (Carlos Drummond de Andrade) e Bibliografia (Hélio Gravatá).

aglutinador do poeta ouro-pretano. Refere-se às primeiras experiências “do titanismo e do livre espaço mítico”. Ele “escava, em marfim, a própria persona”.

Deixa-se levar para “um enclausuramento definitivo, não apenas temático mas também existencial”. E assim se limita de forma profunda. “Mas a concentração intelectual que esse voluntário limitar-se provoca em um criador autêntico como Alphonsus vai resultar numa das mais altas e singulares e depuradas obras da literatura brasileira.”²²

A interação literária mais intensa, na Ouro Preto finissecular, se processa em torno da figura dinâmica de Afonso Arinos. Não apenas na criação da Faculdade de Direito; está presente em outros movimentos comunitários.

Já estivera em Ouro Preto em 1881, a fim de prestar preparatórios no Liceu Mineiro. No educandário, encontrou-se com Aurélio Pires, que oferece testemunho simpático ao extremo do discípulo (de francês, inglês e latim): o jovem de Paracatu era de “físico desempenado e airoso”, mostrando “a agudeza de seu engenho vivaz e pronto”.²³

Voltaram a encontrar-se em 1891. Afonso Arinos, valendo-se de vaga aberta, se submetera, com brilho, a concurso para a cadeira de História Universal no Ginásio Mineiro; nele o amigo lecionava, como vimos, português e literatura nacional. Na Faculdade de Direito, expunha Arinos sua matéria, Direito Criminal, de maneira atraente, à moda de conferências, e seguindo métodos didáticos modernos.

Arinos vinha dando continuidade a seus escritos literários, iniciados quando acadêmico em São Paulo. Condensava neles – contos e crônicas – a experiência haurida no mais fundo sertão mineiro. Encaminhava à publicação na imprensa comum e em periódicos literários (como a *Revista Brasileira*, dirigida por José Veríssimo) as páginas pioneiras do regionalismo, a serem reunidas no livro fundamental, *Pelo sertão* (histórias e paisagens) de 1898. Ao mesmo tempo, publicava, na imprensa local, textos de outra índole, de que daremos notícias depois.

Permaneceu o escritor em Ouro Preto de 1889 a 1896, quando realiza a primeira viagem à Europa. Reza a crônica de sua ativa presença várias iniciativas e a estreita

²² Cunha, Alexandre Eulálio Pimenta da. A literatura em Minas no século XIX. III *Seminário sobre a cultura mineira*. Século XIX. (João Luís Lafeté, debatedor), p. 110. Veja-se também: Rezende, José Severiano de. *Mistérios*. Introdução de Henriqueta Lisboa; Glossário de J. Lourenço de Oliveira. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1971. (Eulálio, 1982: 110-111).

²³ Pires, op. cit. p. 110 e 111.

convivência com amigos intelectuais. Montou casa própria, separada da de seus pais, na central Rua Direita, mobiliando-a e decorando-a segundo padrões diferentes dos locais. Ali reunia, para longas tertúlias e leitura de escritos literários, amigos como Raimundo Correia, Gastão da Cunha, Augusto de Lima, Arrojado Lisboa, Sabino Barroso, Aurélio Pires, Rodrigo Bretas e vários outros. Arrojado Lisboa, engenheiro civil pela EMOP, teria distinguida atuação técnica em setores como saneamento, ferroviário e de combate às secas. Deve-se a ele um dos depoimentos mais interessantes a respeito das atividades de Afonso Arinos em Ouro Preto, inclusive as aulas de esgrima que ele recebia. Afonso Arinos de Melo Franco narra a iniciativa do tio de organizar corridas turfióticas na cidade. Trens especiais levavam espectadores do Rio.

Durante a Revolta da Armada (1893), o governo Floriano Peixoto exerceu forte repressão sobre intelectuais (em especial escritores e jornalistas) que lhe opunham resistência. Decretou estado de sítio, que não alcançou, entretanto, o território mineiro, graças à prudente e firme atitude tomada pelo presidente Afonso Pena. Para Minas se dirigiram refugiados dessa perseguição, ficando vários deles em Ouro Preto: Olavo Bilac, Álvares de Azevedo Sobrinho, Emílio Rouède e, mais tarde, Coelho Neto e Magalhães Azevedo.

Coube a Afonso Arinos articular a acolhida dos exilados. Encaminhou, por exemplo, Olavo Bilac (que continuava a enviar colaboração destinada à imprensa carioca) para a residência de Diogo de Vasconcelos. O poeta se envolveria depois em desagradável incidente com fazendeiro que encontrou em uma reunião. Ficaria muito amigo de Afonso Arinos, com quem se corresponderia e se encontraria no exterior.²⁴

Afonso Arinos de Melo Franco, na biografia do pai (excelente panorama da vida política mineira na República Velha), retrata em traços vivos o ambiente literário de Ouro Preto naqueles dias, que mais se animara com a presença dos refugiados. Eduardo Frieiro, que narra aspectos anedóticos, realça o fato de que a animação ali

²⁴ A presença intelectual e a vida social de Afonso Arinos em Ouro Preto estão relatadas por Lima, Alceu Amoroso. *Afonso Arinos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1922 (com o depoimento de Arrojado Lisboa) e Franco, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1977. p. 236; para notícia dos primeiros escritos, Martins, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978. p. 486, 492 e 544.

perceptível contrastava fortemente com a circunstância da próxima transferência da capital, vista com intenso pesar pela maior parte da população.²⁵

Seria interessante comentar alguns escritos de Afonso Arinos: conferências, uma delas em Belo Horizonte sobre a unidade nacional, e muitos artigos de jornal (inclusive sobre Tiradentes e o episódio de Canudos); mas deixamo-lo para outro trabalho, de análise do pensamento sociopolítico do autor de *Pelo sertão*.

Evidencia-se nele nítida consciência das tradições culturais mineiras.²⁶

No mundo das letras, Augusto de Lima tornou-se mais conhecido como poeta (em Minas, um dos principais de seu tempo), embora tenha versado outros gêneros, como a crônica e o ensaio.

Publicou seu primeiro livro *As contemporâneas*, em 1887, no Rio de Janeiro. Foi registrado com interesse pelos mais conhecidos críticos de então, os quais, em geral, ressaltaram a dimensão filosófica dos versos. O autor encontrava-se impregnado do cientificismo vigente na Academia de Direito de São Paulo.

O interesse literário surgiu nele muito cedo: desde os estudos de humanidades em Minas e consolidara-se no ambiente paulistano; participou da imprensa acadêmica e colaborou em outros jornais, ficando conhecido pela publicação de poemas. Formando-se em 1882, foi colega de Assis Brasil, Pinheiro Machado, Silva Jardim e Raimundo Correia, este último amigo para toda a vida.

Deu-se a formação humanística no Seminário de Mariana e no Colégio do Caraça; no primeiro, foi aluno dileto do padre Silvério Gomes Pimenta, que viria a ser bispo e arcebispo da velha cidade. Interessou-se o estudante, em particular, pelas letras clássicas.

Augusto de Lima permaneceu em Ouro Preto, ininterruptamente, de 1891 a 1901; nesta última data, é nomeado diretor do Arquivo Público Mineiro, já em Belo Horizonte, para substituir Xavier da Veiga, que falecera no ano anterior. O escritor foi elevado, depois de exercer a chefia de Polícia, à governança do estado. Assumiu

²⁵ Franco, op. cit. idem. Diz Friero que a cidade “atravessava a sua fase mais florescente, justamente quando se pensava em mudar a sede do governo do Estado para outra localidade”. Friero, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957. p. 207.

²⁶ A conferência está transcrita em publicação especial. *Minas Gerais*. Suplemento Literário. Afonso Arinos: centenário. Número organizado por Laís Corrêa de Araújo. “A unidade da pátria”. Belo Horizonte, ano III, n. 87, 27 abr. 1968. p. 10-11.

o cargo em momento institucionalmente delicado, exercendo-o de março a junho de 1891. Empenhou-se, seguindo sugestão do ministro da Justiça, barão de Lucena, no projeto de mudança da capital. Instalado o Congresso Constituinte, a cuja eleição presidira, propõe, em mensagem, a transferência da sede do governo, indicando, preferencialmente, para recebê-la, a localidade de Curral del Rei (depois chamada Belo Horizonte).²⁷ Tal atitude lhe valeu estrepitosa hostilidade por parte de numerosos grupos da população. No governo, encaminhou várias e oportunas medidas administrativas; entre elas, a reorganização da Escola de Farmácia (fundada em 1839), garantindo-lhe condições propícias ao bom funcionamento. Ao deixar a chefia de administração, voltou a integrar a magistratura, de que se afastara, assumindo o cargo de Juiz de Direito de Ouro Preto. Mais tarde lutaria pela prerrogativa de ser transferido, nesse mesmo cargo, para Belo Horizonte. Não logrou o intento.

Durante a permanência naquela capital, escreveu dois livros: *Símbolos*, publicado em 1892, no Rio de Janeiro, e *Tiradentes*, drama lírico em quatro atos.

Trata-se de ópera, com música do maestro Manuel de Macedo. O libreto foi publicado em 1897 na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, depois na *Revista da Academia Mineira de Letras* e, por fim, teve nova edição, em 1937, por iniciativa dos filhos do escritor.

Augusto de Lima recebeu fraternalmente, na cidade, seu antigo colega Raimundo Correia. O notável poeta parnasiano – este não é um rótulo gratuito, mas veredito da maioria da crítica – depois de andar por Vassouras - RJ e São Gonçalo do Sapucaí - MG, na condição de magistrado, aportava na capital de Minas. Antes de abrigar-se na casa de Augusto de Lima, estivera num hotel. Sensível e supersticioso, deu margem a muitas histórias pitorescas.

Ambos os poetas, que haviam feito juntos jornalismo acadêmico em São Paulo, eram professores da Faculdade de Direito. Raimundo Correia era lente substituto de Direito Romano, História do Direito Nacional e Noções de Legislação Comparada, isso a partir da fundação; em 1894, passou a lente substituto de Direito Criminal; em

²⁷ Transcreve-se a mensagem na minuciosa biografia daquele governante, escrita por um de seus filhos. Lima, José Augusto de. *Augusto de Lima*. Seu tempo, seus ideais. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, 1959. p. 131-132. Abílio Barreto também a transcreve e comenta em seu livro de história de Belo Horizonte.

1897, permutou a cadeira com Gastão da Cunha, passando ao Direito Internacional. Logo depois, licenciou-se, e acabou mudando-se de Ouro Preto. Augusto de Lima lecionou, na maior parte do tempo, Filosofia do Direito. Em 1912, permutou a cadeira com Afonso Pensa Jr., passando à de Direito Público.

Autor do artigo “Antiguidades romanas”, na *Revista da Faculdade*, no 1º número (1894) e da segunda Memória Histórica do estabelecimento, Raimundo Correia trabalhava também como diretor da Secretaria das Finanças de Minas. Dava ali expediente de seis horas: queixava-se, por isso, do pouco tempo que lhe sobrava para a atividade literária. Não publicou livros de versos enquanto esteve em Ouro Preto. A trajetória de autor de poesia se encerra antes da transferência para a capital mineira. Daí em diante, só prefácios, opúsculos (monografia sobre Lucindo Filho) e publicações em jornal. Foi farta e variada a colaboração na imprensa ao longo de sua vida.

A *Semana*, do Rio de Janeiro, publicou, no número 7-8, de 23 de setembro de 1893, o soneto de Molière “La mort de Christ”. A revista abre concurso para premiar o melhor tradutor do poema. Forma comissão de poetas então em Ouro Preto: Raimundo Correia, Olavo Bilac e Augusto de Lima para julgar os textos concorrentes. Apresentaram-se 10 candidatos, cujos trabalhos foram designados com as letras de A a J. O júri desclassificou-os todos. Valentim Magalhães, diretor da publicação, havia pedido que os julgadores destacassem os três melhores. Os três poetas do júri disseram que apenas a tradução designada pela letra C era menos má. Divulgaram-na. Havia escritores conhecidos concorrendo. A revista decidiu publicar todas as traduções.

Raimundo Correia sensibilizou-se com a boa acolhida pelos amigos em Ouro Preto. Sentindo-se, porém, doente fez uma excursão a Fortaleza, onde recebeu homenagens dos escritores locais, fazendo contato com a associação literária “Padaria Espiritual”.²⁸

Outros escritores devem ser mencionados. Archangelus de Guimaraens é um deles: irmão mais novo de Alphonsus, não publicou livro. Editou-se dele a obra póstuma *Coroa de espinhos*, 1955. Rodrigo Andrade, elogiado por Alexandre Eulálio, igualmente não deixou obra publicada.

²⁸ Baseamo-nos, principalmente, em VAL, Waldir Ribeiro do. *Vida e obra de Raimundo Correia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Cátedra/INL, 1980. cap. XIII: Pelas ladeiras de Ouro Preto. p. 127-139. Contém correspondência com Augusto de Lima.

João Lúcio Brandão viria a ser, no começo do século XX, romancista conhecido. A par dessa obra, escreveu livros destinados ao antigo curso primário, todos inescutíveis para os de nossa geração. Formou-se em Farmácia, 1895, em Ouro Preto. Publicara antes, na *Gazeta de Ouro Fino*, de sua terra natal, dois textos de ficção em forma de folhetim. Quando estudava para farmacêutico, apenas poetava. Publicou *Lápides*, poesia (1897).

Francisco Amédée Peret, nascido em Passagem de Mariana, exerceu várias atividades intelectuais, entre elas a de jornalismo e a de magistério. Poeta, publicou *Ouro-pretanas* (1890) e *Mineiras* (1893).

Descobrimdo o passado

O período evocado nestas linhas foi fecundo como prelúdio de estudos históricos, sobre Minas Gérias. Sedimentaram-se gradualmente as bases da historiografia regional.

Vicejavam os sentimentos de anticolonialismo e antidespotismo. Era propício o ambiente intelectual ao retorno do interesse pelo viver coletivo pretérito. Pelo século XVIII. É certo que, paradoxalmente, se encarava o futuro com bons olhos. Mas o engajamento no ideário federativo supunha nítida tomada de consciência da formação social mineira. Os fundamentos serviriam ao processo afirmativo. São fatos sintomáticos o início da reavaliação da Inconfidência Mineira e o estruturar-se do mito de Tiradentes.

Falando acerca de acervos documentais, afirma um historiador mineiro de hoje:

Acredita-se ser essa a enumeração dos documentos mais aproveitados: livros, impressos ou manuscritos, anais, memórias, diários, brochuras, jornais, revistas, cartas, mapas, plantas e gravuras.²⁹

Todo um antigo acervo, englobando os itens da enumeração, existia em Ouro Preto, quer nas repartições, quer em mãos particulares.

Afonso Arinos, cioso, repitamos, da tradição mineira, foi quem levantou o problema.

Diz Alceu Amoroso Lima:

Já então se desenhavam os traços principais de sua individualidade, entre os quais o amor pelo passado de sua terra, que nunca lhe esmoreceu. Conhecendo a riqueza inestimável em documentos, que possuía a sua província mineira, e vendo a perda irreparável que seria para nossa história o desaparecimento dessa insubstituível documentação, levantou a idéia da fundação de um Arquivo Público, onde se concentrassem e se protegessem contra o tempo e o esquecimento, esses mananciais da história mineira, que foi na Colônia a parte principal da nossa.³⁰

A seguir, o biógrafo incide em engano, ao atribuir a Xavier da Veiga a iniciativa do projeto de lei. O autor das *Efemérides* apoiou, é claro, o empreendimento, mas a proposta legislativa coube a Levindo Lopes.

Conviveu com Afonso Arinos aquele que seria o mais ilustre historiador mineiro nas primeiras décadas do século XX: Diogo de Vasconcelos. Quando morreu o estilista de *Pelo sertão*, em 1916, o historiador lembrou a decisão dele de morar em Ouro Preto: “Foi bom que não encetasse a sua carreira pública em outro ambiente que o da antiga Vila Rica de nossos antepassados.” Nesse discurso, repassado de sensível afetividade, examina a fecunda passagem de Arinos por Ouro Preto.³¹

²⁹ José, Oiliam. *Historiografia mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

³⁰ Lima, op. cit. p. 17-18.

³¹ Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de Minas, da Academia Mineira de Letras e do Grêmio Literário Antônio Affonso de Moraes à memória do Dr. Affonso Arinos de Mello Franco. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1916. p. 44.

Ao tempo aqui considerado – de 1987 a 1897 – havia, na cidade, intelectuais, alguns ainda jovens, que publicaram trabalhos resultantes de pesquisa histórica; existiam outros, debruçados sobre documentos e/ou auscultando a tradição oral, para elaborar futuras obras com seriedade; ali se encontravam ainda aqueles que, tendo concluído a formação superior, por vezes de natureza técnico-científica, se revelariam depois historiadores de fôlego. E mais, relembremos quem viveu pessoalmente episódios históricos, como a propaganda republicana e o 15 de Novembro, e narrariam depois tais experiências.

Diogo de Vasconcelos, pertencente a tronco familiar conspícuo, tendo exercido atividade múltipla, será apreciado, neste momento, como estudioso do passado mineiro. Teve ele formação intelectual muito sólida; freqüentou, para as humanidades, o Seminário de Mariana e o Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Em São Paulo, durante o curso de Direito, pôs-se em relevo sobremaneira, tanto no animado convívio com colegas, como no rendimento escolar. Fascinava os contemporâneos.³²

Ciro Arno (Cícero Brant), em suas memórias estudantis, dedica muitas páginas à Ouro Preto do fim do século XIX. Numa delas recorda sua mudança, juntamente com um grupo de amigos, para uma “república” no bairro Água Limpa, onde residia Diogo de Vasconcelos; os livros do historiador foram datados dali. Aproximam-se os jovens estudantes, vivendo, naqueles dias, a etapa dos preparatórios, dos filhos do vizinho ilustre.

O Dr. Diogo (sobrinho do ínclito Bernardo Pereira de Vasconcelos), brilhante jornalista, antigo político militante do Partido Conservador no Império, estava então no ostracismo, por ser monarquista intransigente. Estava nessa época escrevendo seu notável trabalho “História de Minas”.³³

Exerce a advocacia, com nome e endereço na lista respectiva do *Almanaque* de 1890; consagra apenas as horas vagas ao labor de pesquisar o passado mineiro. Em 1918, voltaria à vida pública, como senador estadual, cargo a que devota, com a

³² Veja-se, a respeito o prefácio ao livro *Arte em Ouro Preto*, de Aníbal Matos, promotor da edição. Belo Horizonte: Edições da Academia Mineira de Letras, 1934. p. 5-16.

³³ Arno, *Ciro. Memórias de um estudante*. 2. ed. correta e ampliada. Belo Horizonte: [s.n.], 1943. p. 139.

integridade de sempre, os últimos anos de vida. A obra não é vasta, mas muito significativa.³⁴ Inclui a *História Antiga* (versão preliminar de 1901 e definitiva de 1904), a *História Média* (1918), a obra póstuma sobre o processo civilizador na região (reconstituindo a trajetória do bispado de Mariana); e a *Arte em Ouro Preto*, monografia escrita para o bicentenário de Ouro Preto e reeditada em 1934. Este último livro reveste-se de indiscutível interesse para possíveis desdobramentos do presente estudo.

Nelson de Sena, nascido no Serro e tendo estudado em Diamantina, prestou preparatórios em Ouro Preto, por cuja Faculdade de Direito diplomou-se em 1897. Começou a exercer funções públicas, a escrever e dar aulas. Foi auxiliar de Francisco Sá. Ingressou como substituto e tornou-se depois catedrático de História do Brasil no Ginásio Mineiro. Seus primeiros trabalhos editados foram *Memória histórica e descritiva da cidade do município do Serro* e *Páginas tímidas*. Mais tarde publicaria *Efemérides mineiras*, na *Revista do Arquivo Público*. Editou, de 1906 a 1918, o utilíssimo *Anuário de Minas Gerais*. Realizou ainda estudos etnográficos. Enfim, foi um publicista, parlamentar e professor de ensino superior extremamente operoso. Marcou sua passagem por Ouro Preto na imprensa acadêmica, como se verá.³⁵

Entre os oradores da celebração do 101º aniversário do sacrifício de Tiradentes, em 1893, encontrava-se um jovem de 18 anos, Lúcio José dos Santos, que fora aprovado nos preparatórios do Ginásio Mineiro. Falou em nome do estabelecimento. Antes, estudara no Seminário de Mariana, onde cursou humanidades. Seu destino era o magistério superior, na área técnica e na humanística. Tornar-se-ia o autor de livro importante sobre a Conjuração Mineira.

Pesquisador consciencioso começara a estudar o tema quando se celebrou o bicentenário de Ouro Preto, em 1911. Apresentou monografia a respeito. Reveria e expandiria seus estudos, para publicar, em 1927, *A Inconfidência Mineira. O papel de Tiradentes na Inconfidência*, marco da historiografia do célebre acontecimento. Escreveu ainda uma História de Minas Gerais, resumo didático.

³⁴ Francisco Iglésias nos brinda com criterioso estudo da obra de Diogo de Vasconcelos no prefácio à História antiga das Minas Gerais. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

³⁵ O acervo pessoal de Nelson de Sena foi doado, recentemente, ao Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, órgão da Municipalidade, onde está à disposição dos pesquisadores.

Muitos anos depois do período aqui estudado, foi fundador da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, quando se torna conhecido como pensador católico.

Antes dele, escrito no período em que analisamos, aparece outro texto sobre a Inconfidência, com perceptível intenção revisionista. Deve-se a um antigo professor de História do Liceu Mineiro e da Escola Normal: Eduardo Machado de Castro. Fez o curso de bacharelado em Ciências Naturais na Escola de Farmácia, da qual veio a ser professor por concurso. Conhecido como Lilico, era pessoa muito estimada em Ouro Preto. Dele Aurélio Pires traça um perfil amável.³⁶

Escreveu a monografia *A inconfidência Mineira; narrativa popular*. Foi publicada pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: ano 6, p. 1063-1151. Obteve o prêmio em concurso patrocinado pelo Instituto dos Bacharéis em Letras, sediado no Rio de Janeiro, em 1897. Opõe-se o autor explicitamente à imagem de Tiradentes apresentada por Joaquim Norberto e exalta sobremaneira o herói. Lúcio dos Santos aprecia de modo positivo o esforço do autor, mas lhe faz restrições aos exageros no julgamento do regime colonial. O autor da monografia faleceu em 1912.

A Escola de Minas de Ouro Preto, notável experiência educacional instituída e liderada por Henri Gorceix, proporcionou elementos de valor – pelos conhecimentos técnicos e pelo espírito público de que eram imbuídos – para a administração brasileira e para as tarefas ligadas às aspirações de progresso econômico. José Murilo de Carvalho, no livro sobre a história da instituição, analisa esse aspecto.³⁷

Entre as personalidades egressas da EMOP, saliente-se Pandiá Calógeras. Foi muito jovem para Ouro Preto, como estudante. Integrou-se na comunidade, participando da vida intelectual, através, por exemplo, de artigos para a imprensa, e da vida política, tendo comparecido à primeira reunião republicana de 1888, liderada por João Pinheiro; ficaram eles amigos em definitivo. Faria carreira política brilhante.

Eis a palavra de Francisco Iglésias:

³⁶ Pires, op. cit. p. 63-67.

³⁷ Carvalho, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto* (O peso da glória). São Paulo: Companhia Editora Nacional/FINEP, 1978.

João Pandiá Calógeras, conhecido político mineiro, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1870, de origem grega e francesa. Estudou na Escola de Minas, em Ouro Preto, formando-se em 1890. Seria engenheiro, geólogo e mineralogista, mas também político – Deputado Federal, várias vezes, ministro da Agricultura, Fazenda e Guerra – jornalista, diplomata, escritor. Nessa atividade, dedicou-se, sobretudo à história, à qual deu contribuição significativa.³⁸

O historiador mineiro analisa seis títulos, na área historiográfica, de autoria de Calógeras. Considera o principal *As minas no Brasil e sua legislação*, editado em três volumes, em 1904 e 1905. O trabalho resultou de longo e minucioso parecer oferecido à Câmara dos Deputados. É obra valiosa como pesquisa séria, demonstrando conhecimento histórico, técnico e jurídico.

Antônio Olinto dos Santos Pires, irmão de Aurélio Pires, tem presença muito marcante na Ouro Preto que focalizamos. Estudou humanidades no Seminário de Diamantina. Formou-se pela EMOP como engenheiro de minas.

Além da atividade técnica, exerceu liderança política, tendo sido um dos principais propagandistas da República. Assumiu o governo mineiro, depois de 15 de novembro, enquanto se aguardava a chegada de Cesário Alvim; foi ministro da Viação. Publicou *Silbuetas parlamentares*, livro assinado com o pseudônimo de Lúcio Floro; escreveu, ademais, “A mineração no Brasil: riquezas minerais” trabalho incluído no *Livro do centenário do descobrimento do Brasil*. Postumamente, a *Revista do Arquivo Público Mineiro* estampou dois interessantes relatos de sua autoria: “A idéia republicana em Minas Gerais; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano em Minas” (Ano XXI, 1927) e “A Proclamação da República em Minas Gerais. O 15 de novembro em Ouro Preto” (XXI, 1927). São testemunhos muito vivos de quem participou diretamente dos acontecimentos.

Deixamos para concluir esta seção acerca da historiografia ouro-pretana do fim do século XIX o nome de José Pedro Xavier da Veiga, por motivos muito especiais. É que, a partir dele se pode tratar do Arquivo Público Mineiro, instituição fundamental

³⁸ Iglésias, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora UFMG, [s.d.]. p. 159. Veja-se também o primoroso trabalho: Iglésias, Francisco (Org.). *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1987.

para os estudos mineiros e também das *Efemérides mineiras*, de quem é ele o autor, obra de consulta indispensável. Releva notar que se falará de instituição de perene importância, a despeito de fases menos felizes em sua superintendência; de grandiosa obra histórica, sejam quais forem as restrições que se lhe façam, de historiador que apresenta trabalho concluso.

Pertencia a família ilustre, de origem portuguesa. Em Campanha, onde nasceu, radicaram-se seu pai, Lourenço Xavier da Veiga, e seu tio, Bernardo Jacinto da Veiga, por duas vezes governador da província de Minas Gerais. Outro tio, Evaristo da Veiga, residente no Rio de Janeiro, foi o fundador da *Aurora Fluminense* e, como homem público, teve presença destacada no Primeiro Reinado e na Regência.

Tendo o historiador feito estudos no Rio e em São Paulo, tentou, nesta última cidade, o curso de Direito, do qual teve de desistir por motivos de saúde.

Depois de passagem por Lavras, onde foi escrivão de órfãos, fixou-se em Ouro Preto. Esteve longamente domiciliado na capital mineira, ali desempenhando funções parlamentares e jornalísticas. Neste momento, interessa-nos, principalmente, o historiador.

A 11 de julho de 1895, foi sancionada a lei mineira número 126, que criava uma repartição, em Ouro Preto, denominada Arquivo Público Mineiro. Resultara o diploma legal de projeto apresentado por Levindo Lopes e calorosamente apoiado, na imprensa, por Afonso Arinos.

Instalou-se no dia 4 de maio de 1896. Quem o organiza e o dirige, nos primeiros tempos de funcionamento, é Xavier da Veiga. É indispensável salientar que o primeiro diretor fez doação ao acervo do Arquivo de valioso e vasto material constituído de documentos, livros e coleções de jornais.

Segundo o artigo 1º da referida lei, destinava-se o novo órgão:

a receber e a conservar, debaixo de classificação sistemática, todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à história e geografia, às manifestações do movimento científico e literário e artístico do Estado de Minas Gerais.

Dizia mais, no §2º do mesmo artigo, que todos os documentos, papéis e objetos guardados no Arquivo se classificariam em três ordens:

- I. Direito público, legislação e administração, incluindo uma parte judiciária.
- II. História e geografia e quaisquer manifestações do desenvolvimento científico.
- III. Literatura e arte em geral.

Previa-se a criação de um museu; enquanto este não existisse, seriam recolhidos e classificados, em sala especial, os objetos respectivos (quadros e estátuas, mobílias, gravuras, estofos, bordados, rendas, armas, ourivesaria e quaisquer outros com valor artístico e histórico).

A lei dispunha ainda sobre a aquisição de documentos, por parte da administração estadual, onde quer que eles se encontrassem.

Desde 1896, sob a direção, igualmente, de Xavier da Veiga, começou a ser impressa e a circular a *Revista do Arquivo Público Mineiro* (RAPM). Seria difícil resumir, em poucas palavras, as matérias divulgadas pela publicação, que alcançou justo renome nos meios de especialização de todo o país. Divulgou, desde o início, documentos constantes dos códices do Arquivo (sendo assinalável a sua Seção Colonial), relatórios de autoridades, memórias históricas, outros escritos referentes às diversas etapas da história mineira, perfis biográficos de personalidades qualificadas, diplomas legais de várias naturezas, estudos monográficos e corográficos dos municípios mineiros, descrições de grutas e outros locais geográficos. É um repositório notável de fontes primárias impressas. Foram editados em Ouro Preto os números seguintes: Ano I. 1897 (contendo Lei e Regulamento da Repartição); Ano II. 1897. Fascículos 3 e 4; Ano III. 1897. A partir do número IV, foi impressa em Belo Horizonte.

A RAPM publicava a seguinte nota:

Aceitam-se para serem insertos nesta *Revista* os artigos que forem oferecidos, uma vez que sejam eles escritos em termos convenientes e tenha a sua matéria interesse real para fins do - Arquivo Público Mineiro.

Muito do que se escreveu sobre esta região, por mineiros ou não, se baseou nas publicações da *RAPM*. Um único exemplo: *A voz de Minas*, de Alceu Amoroso Lima, cita, a cada passo, textos tirados do periódico.

A publicação das *Efemérides mineiras*, em 1897, em quatro volumes, constituiu acontecimento assinalável na história intelectual mineira. Era o resultado de 18 anos de pesquisa, empreendida, solitariamente, pelo autor. Continha, dia a dia, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, todos os acontecimentos dignos de registro, verificados em Minas Gerais ou relativos à região, de 1664 a 1897. Críticas são feitas por especialistas a aspectos desse extenso trabalho, mas é inegável sua utilidade. Basta lembrar a grande soma de notas biográficas que contém. A recente reedição, a cargo da Fundação João Pinheiro, em sua Coleção Mineiriana, faz justiça ao enorme esforço de pesquisa de Xavier da Veiga. O livro é, ademais, valorizado com esclarecedora Introdução, de Edilana Maria de Almeida Carneiro e Maria Eloísa Malgaço Neves, tendo atuado, respectivamente, na pesquisa histórica e na atualização ortográfica, Bruno Fagundes e Cláudia Alves Melo; o índice onomástico, prestimoso para facilitar a consulta, foi elaborado por Maria do Carmo Salazar Martins. A apresentação é de Roberto Borges Martins.

Circulação das idéias

Fazem perceber os tópicos anteriores a efervescência intelectual e o acentuado debate político presentes em Ouro Preto do fim do século XIX. Trataremos agora de verificar como surgiam e se comunicavam as idéias de todo gênero.

Pode-se pensar nas modalidades interpessoais, nas formalizadas e nas que se utilizavam dos meios técnicos. Em outras palavras, idéias nasciam e circulavam, em

conversas, em conferências e congressos, assim como através dos periódicos. Além destes últimos, o único instrumento de divulgação perante o público era o boletim, atualmente chamado panfleto.

Nos ambientes acadêmicos, as pessoas trocavam idéias. Conjecturamos, por exemplo, que os professores da Escola de Minas, em congregação ou fora dela, exprimiam opiniões sobre temas técnicos de interesse coletivo ou outros problemas públicos. Muitos mostraram, na vida profissional, propensão a pensar o Brasil. Na Faculdade de Direito, a congregação discutia questões didáticas e os projetos de códigos a serem implantados, como ocorreu com o apresentado por Levindo Lopes. Algo semelhante aconteceria na Escola de Farmácia, de tão longa história de prática técnico-científica. Foi ela equiparada às da União por decreto federal de 2 de junho de 1893.

As tertúlias literárias se apresentavam, por natureza, inclinadas a discutir livros e autores, se bem que outros assuntos, simples amenidades, seriam focos da conversação; é o que se pode imaginar das conversas na casa de Afonso Arinos. Ou imaginar que, mais tarde, em torno de Antônio Olinto, na redação do *Estado de Minas*, se discutissem os acontecimentos políticos e literários. Os cultores das letras clássicas trocavam, igualmente, impressões de leituras; passar textos poéticos do latim ao português, ou vice-versa, eram sempre desafios a enfrentar, havendo, às vezes, bons resultados a fruir desses afazeres.

Mais formal, naturalmente, deveriam ter sido o intercâmbio de idéias e a apresentação de projetos na Sociedade de Geografia Econômica, fundada no dia 19 de janeiro de 1900, por iniciativa de Henri Gorceix, ainda dirigente da Escola de Minas, e que veio a ser o líder do Conselho Diretor da sociedade. Propunha-se a fomentar o desenvolvimento da indústria, do comércio e da imigração em Minas Gerais. Pensou-se em criar um centro de informações em Paris, para propaganda de produtos mineiros, expostos em museu de amostras.

Durou pouco: cerca de dois anos. Foi alcançada pela crise econômico-financeira que abalou o país. Tal como outras organizações, sofreu sérios prejuízos decorrentes da débâcle do Banco de Minas Gerais.³⁹

| ³⁹ Veiga, op. cit. p. 155-156.

A 22 de julho de 1893, chegou a Ouro Preto o célebre geógrafo francês Élisée Reclus. Percorreu os principais pontos da cidade; visitou a Escola de Minas e a mina da Passagem. Houve, com certeza, boas conversas científicas com os mestres locais. No dia seguinte, regressou ao Rio. Xavier da Veiga, que registra a viagem, informa que a “monumental” *Geografia Universal*, de autoria do visitante, publicada no ano seguinte, contém impressões sobre a breve excursão a território mineiro.⁴⁰

No tocante a conferências e a discursos especiais, nos limitamos a dois exemplos. Somente demorada pesquisa na imprensa da época daria lastro a informações completas.

Augusto de Lima, de ardente élan cívico, pronunciou, no dia 21 de abril de 1896, discurso especialmente dirigido à mocidade, no Clube União Republicana. A reunião decorreu sob a presidência de Francisco Sá, secretário da Agricultura, representando o governo do Estado.

Falando pela “egrégia Faculdade de Direito”, o orador recordou que a data assinalava também a fundação de Roma, o que lhe trazia à mente a imagem da civilização.

A revolta desordenada de Vila Rica se transformou na República de 15 de novembro: a espada de Tiradentes, passando de geração em geração, como sagrado patrimônio de família, transmite-se a Deodoro, em cujas mãos inflamou-se com archote da liberdade, para iluminar a pátria redimida.

Conclamou os jovens a nunca desanimarem, lutando sempre pelos seus ideais.

Comparou Tiradentes ao Cristo humano; afirmou que o herói mineiro foi o único a assumir a responsabilidade pelos seus atos; não citou os demais inconfidentes.⁴¹

Dois anos antes, havia estado na capital mineira para uma longa série de conferências religiosas (8 de fevereiro a 24 de março de 1894), o padre Júlio Maria, então muito conhecido em todo o país pelo apostolado em favor da renovação das práticas e das idéias católicas, na linha das diretrizes de Leão XIII. Convertido do agnosticismo, ordenara-se em Mariana. Depois de pregar em Ouro Preto, muito aplaudido e festejado, fez um roteiro de viagens, com igual finalidade, por outros municípios

⁴⁰ Ibidem. p. 699.

⁴¹ Lima, Augusto de. *Discurso proferido na sessão magna do Clube União Republicana em 21 de abril de 1896*. Ouro Preto: Beltrão, 1896.

mineiros, seguindo depois para São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.⁴²

Diante da lembrança desse fato, cabe perguntar se não houve, em Ouro Preto, um estilo de pensamento católico, que deveria ter sido consignado no lugar próprio deste artigo. Respondamos. Se Lúcio dos Santos não fosse tão jovem, durante o período do aqui considerado, teria talvez exercido tal papel, que assumiria bem depois. Dom Silvério Gomes Pimenta, escritor de acento clássico, depois membro da Academia Brasileira de Letras e doutrinador acatado, nunca morou em Ouro Preto, mas quase sempre a poucos quilômetros dali. Resta pensar que Diogo de Vasconcelos, sem ser propriamente pensador, conferiu tom religioso aos afazeres intelectuais e políticos, inclusive nos escritos.⁴³

Somente em 1888 se organiza formalmente o movimento republicano mineiro, que já se vinha manifestando, há tempos, pela imprensa (especialmente *O Jequitinhonha*, de Diamantina, e *O Colombo*, de Campanha) e articulando-se em clubes locais. Houve uma reunião no dia 4 de junho, em Ouro Preto, com a presença de 34 pessoas, sob a presidência do deputado provincial Francisco Martins de Andrade. Atuaram como secretários João Pinheiro e Antônio Olinto dos Santos Pires. Elegeram-se para a Comissão Executiva Francisco Ferreira Alves, João Pinheiro da Silva e Leônidas Damásio. Havia total consenso em torno da superioridade do ideal republicano, mas não houve qualquer debate doutrinário. João Pinheiro apresentou proposta, em sete itens, a respeito dos meios e linhas de ação prática. Ressaltou do documento a afirmação do apoio às idéias do federalismo e da autonomia municipal.

Entre os aderentes à proposta de fundação de um partido, encontravam-se intelectuais como João Calógeras, Aurélio Pires, Leônidas Damásio (professor da UFOP), Eduardo Machado de Castro e João Luís Alves.

⁴² Veiga, op. cit. 204. Para análise das idéias religiosas e políticas do Padre Júlio Maria, veja-se: Villaça, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1975. p. 69-77.

⁴³ Em 1919, Diogo de Vasconcelos publicou o opúsculo *Resumo da história da Arquidiocese de Mariana*. O texto foi reproduzido pelo suplemento *Pensar*, do *Estado de Minas*, de 28 de novembro de 1998, com introdução e notas de José de Assis Carvalho, sob o título de "História do áureo trono".

Resolveu-se, dada a receptividade alcançada dessa bandeira, reunir um congresso estadual republicano. Abriu-se o encontro, que contava com a presença das principais lideranças de toda a Minas, no dia 15, estendendo-se até 18 de agosto de 1888.

Designaram-se os componentes da Comissão Central Permanente do partido, com sede em Ouro Preto: João Pinheiro da Silva, Leônidas Damásio Botelho e Francisco Ferreira Alves. Foi nomeada outra comissão, esta de juristas, para elaborar a Constituição política do futuro estado de Minas: Joaquim Felício dos Santos, Pedro Lessa e Francisco de Paula Ferreira de Resende. Deliberou-se criar um jornal (logo em circulação, *O Movimento*) e lançar um manifesto.

O documento dirigido aos mineiros pela reunião republicana de Ouro Preto faz um retrospecto da monarquia, ressaltando os esforços democráticos por mudar o regime. “Nós, os mineiros, já temos feito muito, mas não está tudo feito, e o Congresso, levantando, bem alto, a bandeira da República, não pode deixar de proclamar a seus coprovincianos, todos filhos da terra tradicional da liberdade, que não parem nem durmam sobre os louros das recentes vitórias.”⁴⁴

Outra reunião, esta de setor do serviço público, efetuou-se em julho de 1895: o Congresso dos Funcionários da Justiça de Minas Gerais. Havia um diretório central em Ouro Preto e um em cada município. Tratava-se de representar a categoria perante o Congresso Legislativo e defender os respectivos interesses junto aos poderes públicos em geral. Aprovaram-se os estatutos da entidade. Das 115 comarcas, estavam representadas 84 na reunião.⁴⁵

O autor das *Efemérides mineiras*, que estudou a história da imprensa regional e traçou expressivo perfil do pioneiro da arte tipográfica entre nós, padre José Joaquim Viegas de Menezes (também pintor e gravador de talento), procedeu ao arrolamento dos periódicos editados na capital até 1897. Guarda a cidade uma tradição antiga de convívio com a imprensa e de inegável continuidade no setor. Na etapa aqui estudada,

⁴⁴ Pires, Antônio Olinto dos Santos. A idéia republicana em Minas Gerais; sua evolução; organização definitiva do partido Republicano. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XXI, n. 13, 1927.

⁴⁵ Veiga, op. cit. p. 678.

lançaram-se, segundo essa lista, setenta periódicos ouro-pretanos da mais variada feição. Parece ser constante a dimensão política de muitos.⁴⁶

Limitando-nos a essa indicação, verifica-se o aparecimento, nos dez anos por nós examinados, de publicações especializadas, tais como as jurídicas: *Revista de Jurisprudência* (1892), *Fórum* (1896) e *A Justiça* (1896); ditas literárias: *A Crisálida* (1887), *O Panorama* (1889), *Ensaio* (1890), *O Porvir* (1892), *O Aspirante* (1894); científicas: *Ensaio* (1893), *Jornal de Ciências e Farmácia* (1893); educativas: *Revista Escolar* (1889), vindo antes a *Revista do Ensino* (1886) religiosa, classistas, esportistas, humorísticas etc.⁴⁷

Os jornais de maior circulação e de patente influência sobre a opinião pública serão tratados mais adiante, com espírito seletivo; pretendemos relacioná-los, em especial, com os movimentos políticos da época. Devemos esclarecer que uma limitação deste estudo foi o fato de não termos tido tempo para consultar coleções de jornais: as informações são colhidas em trabalhos alheios anteriores.

Já se deu notícia de duas publicações de alta elaboração doutrinária, informativa ou interpretativa: a *Revista da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais* (1894) e a *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Não voltaremos a analisá-las.

De nível semelhante, são os *Anais* da Escola de Minas (revista), de 1881. Em sua primeira fase de funcionamento, circulou até 1886. No período que nos interessa, não foi editado um único volume. Deplora-o Xavier da Veiga. No registro referente a 5 de maio de 1881, afirma:

Publica-se o primeiro fascículo dos *Anais* da Escola de Minas de Ouro Preto – coleção de memórias e notícias sobre a mineralogia, a geologia e a exploração das minas no Brasil.

⁴⁶ É interessantíssima a história desse sacerdote, tal como reconstituída por Veiga. Amigo do famoso botânico Frei Veloso, aprendeu em Lisboa as artes tipográfica e da gravura. Em Ouro Preto, juntamente com o muito habilidoso português Manuel José Barbosa, cria, usando o material disponível, uma gráfica e produz, com gravuras do primeiro impresso, no Brasil, depois da proibição contida na Carta Régia de 6 de julho de 1747. (Ibidem. p. 629-634). Carvalho e Barbosa, op. cit. p. 9 e 57 contestam, considerando-a equivocada, informação constante de outro trabalho de Veiga sobre a imprensa mineira: sustentam que *Compilador Mineiro* (13 out. 1823) precede *Abelha de Itacolomy* (1 out. 1824). Veja-se Veiga, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807:1897). *RAPM*, v. III, p. 169, 1898.

⁴⁷ Lúcia Maria Alves nos oferece lista completa dos jornais ouro-pretanos, quase sempre com informações sobre periodicidade, formato, número de colunas, datas de fundação e término de atividades, nomes dos dirigentes e assuntos publicados, além dos locais onde se encontram coleções. (Veja-se referência na nota 1).

Esta importante revista científica, dirigida pelo Dr. H. Gorceix, diretor e professor daquela Escola, foi redigida por ele e por diversos professores e ex-alunos desse notável instituto de ensino superior. Foram publicados mais três volumes em 1883, 1884 e 1886, sendo lamentável que cessasse tão útil publicação, tendo havido, aliás, para continuá-la, verba anual no orçamento da Escola de Minas.⁴⁸

No Arquivo Público Mineiro, lemos um exemplar de *Ensaio*. Ano I, fascículo I, dezembro de 1893. Classifica-se como revista mensal científica e literária, sendo órgão dos alunos da Escola de Farmácia. Eram redatores Francisco Amédée Peret, João Lúcio Brandão (2º ano), Elberto C. Ferreira e Alfredo Carneiro (1º ano). Há agentes correspondentes em várias cidades, inclusive Paris.

De fato, é mais literária do que científica. Traz, entre outros textos poéticos, sonetos de Francisco Amédée Peret e João Lúcio Brandão. Há uma crônica de costumes e folclore de Sergipe (José Vampré); do mesmo autor, artigo sobre ortografia; uma crônica de livro. A redação propõe um problema ao professor de Matemática Clorindo Burnier. Dão-se notícias de excursões: uma, já realizada, de caráter botânico, a São João del Rei; outra, programada, a Juiz de Fora, para, entre outras atividades, visitar máquinas de química industrial. Relata-se um concurso para lente (feito por Antônio Ribeiro da Silva Braga) com a presença do presidente do Estado e da secretária do Interior. Enfim, informação de ter sido fundado o Batalhão Silva Jardim, ao que tudo indica de apoio a Floriano Peixoto.

No jornal *O Cisne* (1895) eram colaboradores, que deveriam ser obrigatoriamente mineiros, os seguintes jovens: Benjamin Flores, Tito Cardoso, Francisco de Castro, Raul Soares de Moura, Agostinho Santos Pereira, Artur da Silva Bernardes, José Cesário Alvim Sobrinho e José Faria Alvim.

Finalmente, assinale-se a publicação de *Academia*, representativa dos estudantes de Direito, que começou a circular no dia 13 de maio de 1897; seus dirigentes: redator-chefe, Nélson de Sena; secretário, Raul Soares; tesoureiro, Arcanjo Guimarães; redatores, Artur Bernardes, Horácio Guimarães e Teófilo Pereira Jr. Não conseguimos

| ⁴⁸ Veiga, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*, p. 434. Volta a circular em 1902.

consultar exemplares do periódico, existentes na Coleção Linhares, na Biblioteca Central da UFMG, em face do precário estado de conservação em que se encontram.

Façamos rápidos comentários sobre os dois mais notórios participantes de tais exemplos da imprensa estudantil. Raul Soares, antes da política, fez carreira intelectual; foi professor de português, por concurso, do ginásio oficial de Campinas-SP, onde se projetou, nos círculos especializados, pelos estudos filológicos e literários que elaborou e publicou. Artur Bernardes, católico convicto até o fim da vida, era homem culto, mas não típico intelectual. Entre outros traços, ficaria famoso pela mentalidade caracense em sua versão mais severa; e pelo coroamento nacionalista da trajetória política, ampliando atitudes da maturidade.

A decisão de criar a Imprensa Oficial – e, em consequência, do órgão jornalístico que lhe correspondesse – foi das mais relevantes entre as tomadas pelo governo estadual no início do regime republicano. Faltava aos poderes públicos veículo próprio e adequado para difundir-lhes os atos, os planos administrativos, os decretos, as leis, os editais, as sentenças, os convênios, os debates legislativos. Estavam esses poderes na dependência de órgãos de divulgação particulares, por vezes partidários, eventualmente particularistas.

Coube ao presidente Cesário Alvim a iniciativa de criar a instituição; concretizou-a ao sancionar a lei número 8, de 6 de novembro de 1891. A medida inicial, na mesma década de 90, haveria de sofrer alterações a fim de aperfeiçoá-la.

Com o novo órgão, estariam em contato entre si autoridades e cidadãos. Alcançaria ele todos os recantos de Minas. E levaria, segundo se verificou depois, conhecidas as diretrizes estabelecidas pelos responsáveis, não apenas a rotina do oficialismo, porém, igualmente, noticiário, informações úteis, temas das letras, história da região, opiniões dos especialistas.

A 21 de abril de 1892, começou a circular o *Minas Gerais*, com assistência de técnicos e operários da Imprensa Nacional, procedentes do Rio de Janeiro. Superava-se difuso sentimento de instabilidade e de insatisfação popular pela próxima transferência da sede do governo estadual. Nesse primeiro número, recebido em geral com agrado, vinha longo comentário a respeito da “Função educativa do *Minas Gerais*”. Discorre sobre extensão do território mineiro e sobre o caráter noticioso que se propunha. Estará

presente em todas as localidades, acrescentando que o jornal “precisa ser feito de modo a poder, em cada município, satisfazer a uma curiosidade, atender a um interesse, divulgar um conhecimento, ministrar uma curiosidade, atender a um interesse, divulgar um conhecimento, ministrar uma noção”. Por largo tempo exerceu tais funções: antes da existência, em termos empresariais, dos periódicos mineiros modernos.

Diretor da Imprensa Oficial torna-se cargo de prestígio, que vinha citado junto com os dos secretários de Estado. O primeiro deles foi Jorge Pinto (1892). Eficiente na implantação, era médico e prócer republicano, além de poeta, com ligações no meio jornalístico. O segundo foi Edmundo da Veiga, de conhecida família de intelectuais, experiente na faina das redações e depois magistrado (1894-1895). Nesse período inicial, ainda José Andrade Braga (1898), jornalista e conhecido escritor em Ouro Preto, como ficcionista. O *Minas*, desde os primórdios, contou com núcleos profissionais que oscilavam entre jornalismo e literatura.

Transferida para Belo Horizonte, a Imprensa experimentou, um pouco mais tarde, reformas que a fizeram contar com parque gráfico moderno para o tempo.

Não é necessário insistir na importância dessa instituição para a vida intelectual mineira, especialmente em quadra em que a indústria editorial não se havia expandido no estado. Editou publicações oficiais, revistas de cultura (como a do Arquivo Público Mineiro) e parte considerável dos textos literários e de estudos vindos a lume em Minas.⁴⁹

Cabe encerrar o presente tópico com breves considerações sobre como se relacionaram imprensa e movimentos políticos nessa fase alvoroçada. Por ordem cronológica, temos a Abolição.

Antes do gesto da princesa Isabel, houvera a emancipação dos escravos no Ceará, devidamente comemorada em Ouro Preto. A 25 de março de 1884, o povo festejou a decisão cearense – que extinguiu de vez, naquela província, a escravidão –, tendo à frente as entidades locais abolicionistas “Visconde do Rio Branco” e “Libertadora Mineira”. No Paço da Assembléia Provincial, realizou-se concorrido sarau: música, declamação

⁴⁹ Sobre a Imprensa Oficial. Além das obras citadas na nota 1, utilizamos: *Minas Gerais*. Suplemento Literário. Belo Horizonte, ano XXV, n.1.170/1.171. 26 out. 1991 (números especiais do centenário da imprensa); o texto transcrito foi daí retirado.

de poesia e discursos inflamados entusiasmaram os ouvintes, em que predominavam jovens. O acontecimento estimulou a propaganda abolicionista.⁵⁰

As associações acima referidas se constituíam, sobretudo, de professores e alunos do Liceu Mineiro e das Escolas de Farmácia e de Minas. Surgira um jornal abolicionista com o poético nome de *Vela do Jangadeiro*, dirigido por Afonso Brito. Na ocasião das festas de 1884, publicou entusiásticos discursos de Josefino Pires (irmão de Aurélio) e de Leônidas Damásio, da Escola de Minas. Eram falas proféticas.

Resolveu o cônego Joaquim José de Sant'Ana, líder político muito estimado, distribuir, quando de seu jubileu sacerdotal (1887), em plena Praça da Independência (depois Tiradentes), centenas de títulos de alforria de escravos, documentos doados por fazendeiros seus amigos.

No decorrer de 1888, foi numerosa a presença de escravos que se refugiaram no perímetro urbano, vindos das roças, em busca de libertação; foram acolhidos muito bem pelos abolicionistas. Tudo isso preparou o ambiente para a explosão festiva que se seguiu ao 13 de Maio: júbilo popular que teve vibrante repercussão na imprensa.⁵¹

Decorrência do Congresso Republicano, realizado em novembro de 1888, o jornal *O Movimento*, liderado por João Pinheiro, começa a publicar-se a 23 de janeiro de 1889, mantendo-se em circulação até 1892. Não se limitava a doutrinar; pelo contrário, procurava ser bastante noticioso.

Em seu lançamento, escreveu o líder:

É a voz de um novo partido que se eleva hoje na capital para falar à Província. Há bem pouco ainda uma utopia, ontem uma esperança apenas, é agora a sua organização um fato e a sua força uma realidade, já experimentada em mais de uma vitória, para ser a legião de amanhã.

O nosso jornal se dedica principalmente ao serviço deste partido – à divulgação dos seus princípios, à propaganda de suas idéias, à demonstração de sua superioridade teórica e oportunidade prática e, finalmente, à publicação de seus atos oficiais, como partido organizado que é, em nossa Província.⁵²

⁵⁰ Veiga, op. cit. p. 334.

⁵¹ Informações obtidas em: Pires, op. cit. p. 82 a 84.

⁵² Barbosa, Francisco de Assis (Org.). *As idéias políticas de João Pinheiro*, cit. p. 85.

Participava da direção Antônio Olinto dos Santos Pires. Durante algum tempo, foi redator-chefe Edmundo Lins, amigo muito próximo de João Pinheiro, e que se tornaria depois magistrado, chegando a ministro do Supremo Tribunal Federal. Era representante do órgão no Rio de Janeiro Aristides Maia, outro conhecido propagandista e parlamentar republicano,⁵³ correspondente depois, em Paris, do *Estado de Minas*, de Antônio Olinto.

O acontecimento político de 15 de Novembro de 1889 foi recebido com surpresa na capital mineira; mas jubilosamente pelos republicanos. Não era previsível. Tanto assim é que se encontrava ausente dali o líder João Pinheiro, em viagem pelo interior, para contato com os correligionários. O governo provincial – especialmente ao tempo do Visconde de Ibituruna, último titular monárquico – aumentara a pressão sobre os adeptos da República. Decidiu-se, então, pela tática dos clubes secretos: João Pinheiro os articulava.

Uma das repercussões mais perceptíveis da mudança do regime fora sobre a imprensa. Três dos principais órgãos mudaram de nome naqueles dias. A *Província de Minas*, fundada em 1879 e já nas mãos dos Veigas, passa a chamar-se *A Ordem*, continuando, como sempre, sob orientação conservadora. A troca de nome se dá a 27 de novembro de 1889. São diretores Francisco Luís Veiga e José Pedro Xavier da Veiga. Era semanal; funcionou até 1892.

O *Liberal Mineiro*, fundado em 1882, passa a chamar-se também a partir de 27 de novembro, *Jornal de Minas*; o redator, na nova etapa, é Diogo de Vasconcelos. Não há descontinuidade na numeração; vem a circular com o registro de ano 13. Torna-se, em 1890, mais noticioso, porém acaba encerrando as atividades em 1891. Por essas colunas, com o prestígio de seu nome, o historiador propõe a criação da Faculdade de Direito e entra em luta contra a mudança da capital.

Certamente o primeiro jornal com o título de *Estado de Minas*, que irá repetir-se depois, surge em 20 de novembro de 1889, para substituir *A União*, fundado em 1887; continua como órgão oficial, função de que se desligará em 9 de maio de 1892.

⁵³ Sobre o Movimento e a imprensa republicana em geral, veja-se; Andrade, Marisa Guerra; Hanriot, Renata. Notas sobre “O debate e a propaganda republicana na imprensa mineira (1869-89)”. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 93/103, maio/ago. 1990. Analisam *O Movimento* durante um ano de circulação.

Em torno da proclamação da República, um pouco antes, um pouco depois, constitui o período em que recrudescer a tendência a cultivar a figura heróica de Tiradentes. Basta, para verificá-lo, consultar os registros feitos por Hélio Gravatá na bibliografia que organizou sobre a Inconfidência Mineira. No período por nós analisado, são numerosas as referências. Seleccionaremos algumas.

Houve publicações especiais. Citemos a do *Liberal Mineiro*, de 21 de abril de 1888, em que se destaca artigo assinado por João Pinheiro. *O Panorama*, Álbum de vistas de Ouro Preto, de abril de 1889 (8p.) traz vários artigos, entre eles três assinados por Afonso de Guimarães (seria Alphonsus?) e um pelo poeta Rodrigo Andrade.

Salientam-se, nesse afã, os jornais *O Movimento* e o *Minas Gerais*; o primeiro, no dia 21 de abril de 1890, publicou artigos sobre Tiradentes de autoria de Pandiá Calógeras, Joaquim Gonçalves Ferreira, Aristides Maia, Antônio Olinto dos Santos Pires e Zoroasto Pires.

O *Minas Gerais* comemorou devidamente o centenário do sacrifício do mártir da Inconfidência, publicando matéria a respeito e transcrevendo noticiário da imprensa carioca sobre o acontecimento. (Edição de 21 de abril de 1892, com a qual, aliás, o jornal começa a circular). O último artigo a assinalar no período é o de Estevão Lobo Leite Pereira, publicado no *Minas Gerais* de 21 de abril de 1897.⁵⁴

Além do noticiário da imprensa alusivo ao tema, mencionem-se duas outras publicações, que não logramos consultar; uma conferência de Leônidas Damásio Botelho, pronunciada a 21 de abril de 1890, e outra denominada *21 de Abril*.⁵⁵

Jornais de Ouro Preto, nessa fase, tiveram colaboração ilustre. A 3 de janeiro de 1894, começa a circular *Opinião Mineira*, fundado e dirigido pelo ex-presidente Cesário Alvim. Informa Lúcia Maria Alves, de quem muito nos valem, contava com as seguintes seções: “Opinião Mineira”, editorial, “Crônica Política”, “Crônica Geral”, editais, anúncios e informações úteis. O periódico teve a colaboração de personalidades de destaque.

⁵⁴ Veja-se e Gravatá, Hélio. *Resgate bibliográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. v. 1, p. 233-240.

⁵⁵ Botelho, Leônidas Damásio. *Comemoração de Tiradentes*. Na sessão realizada em Ouro Preto no dia 21 de abril de 1890. 14 p. (Sem notas tipográficas): *21 de Abril*. Artigos, noticiários e discursos publicados pelo *Minas Gerais* de 21 e 22 de abril de 1894, em comemoração de gloriosa data do suplício do grande inconfidente Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1894. 118 p. (citados por Gravatá).

Olavo Bilac pode ser citado. Além dele, Raimundo Correia, Afrânio de Melo Franco, João Ribeiro, Emílio Rouède e Augusto de Lima. Narra Alberto de Oliveira que Bilac e Raimundo Correia teriam travado pelas colunas desse jornal duelo de sonetos ferinos, o que diminuiu a então consistente amizade entre eles. O biógrafo do segundo, Waldir Ribeiro do Val, que percorreu a parte da coleção da *Opinião Mineira*, existente no Arquivo Público, não conseguiu localizar o duelo.⁵⁶

Antônio Olinto, dirigente antes do *O Movimento*, volta ao jornalismo, fundando novo *Estado de Minas*, de que foi proprietário e diretor. Seu irmão Aurélio, nas memórias, lembra o ambiente da redação. Participava dos trabalhos Afonso Arinos, meses antes de realizar sua primeira viagem à Europa (em abril de 1896). O autor de *Pelo sertão* escreve para esse jornal variada matéria, com o pseudônimo de Gil Cássio; nela se incluem crônicas e outros escritos literários, alguns dos quais recolhidos, mais tarde, em livros. Escreve ainda o editorial “verdadeiramente notável sobre a criação do Arquivo Público Mineiro”.

A visão que nos transmite Aurélio é a de um jornalismo romântico, em cujo domínio não faltavam estudantes, “muitos estudantes com sua ruidosa e encantadora irreverência”; fazia-se um jornal “alegre e um pouco tumultuariamente”. Cita redatores e colaboradores: Antônio Olinto, Aristides Maia, Pádua Resende, David Campista, Francisco Sá, Pandiá Calógeras, Alfredo Pinto, Costa Sena, Juscelino Barbosa, Estevão Lobo, Nelson de Sena, Ramos Arantes e ele próprio, um grupo de peso, portanto.⁵⁷

Já apareceu várias vezes, nestas linhas, o nome de Aurélio Pires. É tempo de lembrar, sucintamente, alguns traços dele. Trata-se do mesmo “Mestre Aurélio entre as rosas” do célebre poema de Pedro Nava. Nascido no Serro, estudou em Diamantina, onde também exerceu jornalismo. Formou-se em Farmácia em 1894. Em Ouro Preto, em dois períodos de fim do século, sua presença era indelével como professor, orador e partícipe de movimentos cívicos e de causas comunitárias. Pode ser caracterizado, basicamente, pela vocação apostolar: como diretor do Arquivo Público, como dirigente educacional em Belo Horizonte e, notadamente, na condição de defensor pioneiro

⁵⁶ Veja-se Val, op. cit. p. 133.

⁵⁷ Pires, op. cit. p. 212-213.

dos projetos de criação da Faculdade de Medicina e da Universidade na nova capital de Minas. Quando se aposentou (1933), tinha sido, por muito tempo, catedrático de Farmacologia no curso médico, incorporado à universidade que ajudara a criar.

No texto que resumimos acima, lembra, no tom habitual de sua oratória vibrante, as emoções de sua geração, em Ouro Preto, causadas pelos ideais abolicionistas e republicanos.⁵⁸

Na presente notícia breve da relação entre atitudes de jornais e jornalistas ante movimentos políticos, algo deve ser expresso acerca do assunto mudança da capital. Foi tema que apaixonou as pessoas e os grupos sociais. Discutiu-se, por vezes com acrimônia, se a transferência deveria fazer-se ou não; e, mais, debateu-se vivamente qual seria a localização mais adequada da sede do governo estadual.

Não caberia expor aqui o pensamento sociopolítico então manifestado em redor do tema, sob os pontos de vista da busca do progresso regional; da unidade política mineira; da modernidade técnico-científica. Do lado mudancista, alguns textos, por exemplo, de Augusto de Lima e de Afonso Pena, são significativos. Resta lembrar que um trabalho acadêmico recente (dissertação de mestrado) procura mostrar a outra face desse pensamento sociopolítico: quer desvendar os consistentes discursos e prática dos não-mudancistas, a boa lógica apresentada pelo movimento de resistência à mudança.⁵⁹

Quanto à decisão legislativa, não conseguiremos omitir o relato do modo de atuar de um congressista, o do senador estadual (1891-1918) José Pedro Drummond, ex-aluno do Caraça e do Seminário de Mariana. O resultado final da votação foi condicionado por fatores vários. Diante da ambivalente opinião técnica (Várzea do Marçal é preferível hoje, mas talvez Belo Horizonte possa sê-lo no futuro) os congressistas penderam, de início, para a primeira alternativa. Mas a pertinácia, o conhecimento direto

⁵⁸ No tocante 'as campanhas em prol da Faculdade de Medicina e da Universidade de Minas Gerais, veja-se: Dias, Fernando Correia. UFMG: *Projeto intelectual e político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. Passim; para um perfil: Nava, Pedro. Cícero Ferreira e Aurélio Pires: seu papel na fundação da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais. *Brasil-Médico*, Rio de Janeiro, a. 75, p. 1-7, jan./jul. 1961.

⁵⁹ De Augusto de Lima, a mensagem, já citada, dirigida ao Congresso Constituinte; de Afonso Pena, veja-se interessante carta dirigida a Bernardo Mascarenhas em 22 de abril de 1890, transcrita em: Lamcombe, op. cit. p. 177. A luta contra a mudança é muito bem exposta e analisada em Fonseca, Janete Flor de Maio. *A resistência de Ouro Preto 'a mudança da capital*. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, [s.d.]. (Dissertação de Mestrado).

dos fatos e dos lugares, a argumentação sincera de José Pedro Drummond reverteram o quadro: Belo Horizonte foi escolhida, em terceira discussão, pela diferença de dois votos. Numa vida pública com seus méritos, esse foi o grande momento. Deu-se o fato em novembro de 1893 em Barbacena.⁶⁰

Altas vozes do jornalismo ouro-pretano se opunham, com firmeza e constância, à perda, por parte da cidade, de seu *status* de cabeça administrativa de Minas. Dois dos principais órgãos da imprensa local assumiram tal posição: eram eles *A Ordem*, dirigido por José Pedro Xavier da Veiga, também senador; e o *Jornal de Minas*, cujo principal redator era Diogo de Vasconcelos. Abílio Barreto acompanha a expressão desses pontos de vista; as notas agregadas à edição feita pela Fundação João Pinheiro acrescentam as datas das matérias.⁶¹

Abílio Barreto, bem documentado, mas partidário e testemunha da mudança, contesta a imprensa contrária: ao lado dos partidários da permanência da capital em Ouro Preto estavam também os jornais *A Ordem* e o *Jornal de Minas*, sendo que este, verberando a idéia de mudança da capital, afirmava que os seus defensores estavam movidos por interesses particulares de um sindicato que pretendia construir a nova capital. Era, porém, um sofisma para argumentação, sem base séria, o que foi vantajosamente demonstrado pela imprensa favorável aos mudancistas, ao lado dos quais estava formada a maioria dos jornais do Rio e do nosso Estado.

Um e outro jornalista citados não se limitavam a divulgar seus escritos: participavam também de atos políticos. Diogo de Vasconcelos encabeçou comissão que foi ao Rio de Janeiro reclamar contra a intenção, atribuída a Augusto de Lima, de decretar, com o poder de legislar de que dispunha (antes do funcionamento do Congresso estadual), a mudança da sede do governo para Belo Horizonte. Deodoro, ouvindo a

⁶⁰ Barreto, Abílio. *Belo Horizonte*. Memória histórica e descritiva. (História Antiga). Edição atualizada, revista e anotada. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura de Belo Horizonte, 1996. p. 407-426; transcreve-se aí discurso de José Pedro Drummond. O relatório técnico da comissão chefiada por Aarão Reis é muito bem fundamentado. Veja-se resumo na mesma obra de Barreto, p. 343-365.

⁶¹ Barreto, Abílio. *Belo Horizonte*. Memória histórica e descritiva. (História Antiga). Edição atualizada, revista e anotada. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura de Belo Horizonte, 1996. p. 305, 313, 321, 330.

comissão, prometeu entender-se com o governador no sentido de ele deixar o assunto a critério do Congresso Constituinte.⁶²

Havia uma proposta para a construção de 5.000 casas, depois “do arrasamento do morro do Curral e nivelamento do planalto do Cruzeiro”: partira de Walter Heilbuth, que solicitou, para tanto, privilégio por trinta anos. Em Juiz de Fora, houve comício de protesto contra a aquiescência ao projeto, que teria sido concedida pelo governador Crispim Jacques Bias Fortes. Na manifestação, ouviram-se críticas à população de Ouro Preto. Grande parte desta revidou o ataque, em manifestação ao governante, tendo sido orador Xavier da Veiga. Sucediam-se, aliás, na velha cidade, comícios, atos públicos e manifestações de rua contra a mudança.⁶³

Conforme salienta Joaquim Nabuco Linhares, os principais opositores no Congresso estadual, à transferência da capital, foram os senadores Xavier da Veiga, Camilo de Brito e Costa Sena. Por sinal, acrescentamos, todos os três intelectuais de prestígio.⁶⁴

Descreveu-se a experiência de convívio ouro-pretano partilhada por vários intelectuais. Os que foram depois viver longe de Minas timbraram em exprimir a grata lembrança daqueles dias ou a marca deixada em seus espíritos.

Em 1914, escrevendo de São Paulo a Aurélio Pires, afirma Afonso Arinos que conta “voltar a Belo Horizonte antes de meu regresso à Europa para abraçar os amigos e espero passar uma noite, como aquelas de Ouro Preto, na sua intimidade, junto a V., de sua senhora e filhos, trocando idéias despreocupadamente ou lendo algum trecho inédito de prosa”.⁶⁵ Não se trata agora de fazer circular idéias; antes de demonstrar sentimentos.

⁶² Barreto, Abílio. *Belo Horizonte*. Memória histórica e descritiva. (História Antiga). Edição atualizada, revista e anotada. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura de Belo Horizonte, 1996.

⁶³ Barreto, Abílio. *Belo Horizonte*. Memória histórica e descritiva. (História Antiga). Edição atualizada, revista e anotada. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura de Belo Horizonte, 1996. p. 304, 316.

⁶⁴ Linhares, Joaquim Nabuco. *Mudança da capital* (Ouro Preto-Belo Horizonte). Belo Horizonte: Conselho da Medalha da Inconfidência, 1957. p. 84.

⁶⁵ Pires, op. cit. p. 215-216.

Em Olavo Bilac, como em nenhum outro, ficaram vincadas as impressões da passagem por terras mineiras. No prefácio do livro de Afonso Arinos, *Lendas e tradições brasileiras*, póstumo de 1917, o poeta lembra o convívio entre ambos em Ouro Preto. Recorda que seu amigo usava percorrer os arquivos, pesquisando. Faz o elogio da conferência de Arinos, em Belo Horizonte, pronunciada no ano de 1915, de terrível seca no Nordeste, acrescentemos. Relata a convivência dos dois na França. Andaram um dia, por duas horas, por dentro da Catedral de Chartres, conversando. O autor de *Pelo sertão* evocava, então, o Brasil e narrava suas caçadas em Minas.

Diz no prefácio:

E com estas lembranças e esperanças o espírito da Pátria dava ao espírito do pensador sobressaltos e, às vezes, desesperações. N' "A unidade da Pátria" (a conferência) que foi de fato o primeiro grito de alarme e o primeiro gesto fecundo da campanha de regeneração em que estamos empenhados, Afonso Arinos resumiu, com precisão cruel, os males que nos adoecem e envenenam.⁶⁶

Muito antes desse escrito, em 1904, Bilac publicou o livro *Crítica e fantasia*, dividido nas seguintes partes: Em Minas; crônicas fluminenses; Notas diárias; Na Academia. No que tange a Minas Gerais, são estes os capítulos: I. Marília; II. Padre Faria; III. São João do Ouro Fino; IV. Entre ruínas; V. Lázarus; VI. São João del Rei; VII. Frei João Joseph; e VIII. Triunfo Eucarístico (1894).⁶⁷

Relata Eduardo Frieiro a moda, vigente no Rio, dos livros escritos por vários autores, vindo a público em folhetim ou não; e também a voga de livros de ficção assinados com nomes fictícios. Entre os últimos, estava o romance *Sanatorium*, atribuído a Olavo Bilac, e em que este descreve e comenta a vida de Ouro Preto ao tempo de seu exílio. Os nomes dos refugiados aparecem sob ligeiros disfarces. Na mesma obra, aparecem referências à companhia teatral encabeçada por Ismênia dos Santos, famosa atriz da época, que se apresentava então na animada Ouro Preto do fim do século. Não

⁶⁶ Bilac, Olavo. Prefácio. In: Arinos, Afonso. *Lendas e tradições brasileiras*. São Paulo: Tipografia Levi, 1917. (O livro contém palestras pronunciadas na Sociedade de Cultura Artística, da capital paulista).

⁶⁷ Bilac, Olavo. *Crítica e fantasia*. Paris: [s.n.], 1904.

conseguimos pôr os olhos nesse livro.⁶⁸ Não logramos obter, igualmente, nas bibliotecas de Belo Horizonte que freqüentamos, o livro *Por montes e vales* de Coelho Neto.

Também Raimundo Correia marcou-se afetivamente pela cidade. Continuou, como sempre, muito amigo de Augusto de Lima, que lhe pede, em 1903, subsídios sobre Urbano Duarte para discurso de posse que teria de proferir na Academia Brasileira de Letras.⁶⁹

Em Ouro Preto, liga-se estreitamente o poeta de “As pombas” aos jovens da família (muito literária) dos Guimarães: a Alphonsus (aluno da Faculdade); ao irmão deste, Arcanjo; a Horácio, colaborador de revistas acadêmicas, primo dos outros dois e filho de Bernardo Guimarães. Alphonsus e o poeta parnasiano colaboraram juntos (1888) no jornal *Vassorense*, da cidade fluminense de que deriva o nome.

Diz Waldir Ribeiro do Val, no livro biográfico sobre Raimundo Correia:

Ouro Preto e a família Guimarães não seriam esquecidos. Ao escolher o patrono para sua cadeira na Academia Brasileira de Letras, Raimundo prestaria uma homenagem à antiga Vila Rica: a escolha recairia num filho de Ouro Preto, o romancista de *O ermitão de Muquém*, Bernardo Guimarães.⁷⁰

O biografado havia, bem antes de morar na cidade, composto soneto sobre Marília. “Ó Marília! Ó Dirceu! Eram dois ninhos/Os vossos corações, ninhos de flores;/ Mas, entre os quais sentíeis os rigores/Lacerantes de incógnitos espinhos/”.⁷¹

Quando se comemoraram os 300 anos do povoado que viria ser Vila Rica, o *Suplemento MG* publicou um número especial. Entre textos historiográficos e poemas de antes e de depois da época aqui tratada, publicou textos poéticos, alusivos a Ouro Preto, de três dos autores presentes neste artigo: de Olavo Bilac, “Vila Rica”; de Raimundo Correia, “Saudade”, de Alphonsus de Guimaraens, “São Bom Jesus de Matosinhos (em Vila Rica).⁷²

⁶⁸ Frieiro, op. cit. p. 207.

⁶⁹ Carta transcrita em Val, op. cit. p. 258.

⁷⁰ Carta transcrita em Val, op. cit. p. 139.

⁷¹ O soneto “Marília” é um dos “Perfis românticos” do livro *Sinfonias*, de 1883. Ibidem. p. 127.

⁷² Suplemento MG. Número especial. Belo Horizonte, n. 39, Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, jul. 1998, p. 10, 11 e 15.

Balanço de um momento criador

Não aludiremos a períodos subsequentes, por se encontrarem muito bem estudados no ensaio com que esta revista se inaugurou, o de Carla Maria Junho Anastasia, Carmem Silvia Lemos e Letícia Julião. Apontaria aos leitores, ainda, o trabalho de Ciro Flávio Bandeira de Mello, “A noiva do trabalho – uma capital para a república”, em que se propõe peculiar complementariedade entre Ouro Preto e Belo Horizonte; os outros capítulos do livro em que está publicado são igualmente elucidativos sobre a nova capital.⁷³ Impressionaram-nos, por sua vez, os dados e argumentos oferecidos, em perspectiva pouco usual, por Janete Flor de Maio Fonseca, em seu trabalho já por nós citado.

Afonso Arinos de Melo Franco mostra-nos uma Ouro Preto, então, voltada para o futuro. Havia os casos dos saudosistas (Bilac e Raimundo Correia) ou o do politicamente ressentido Afonso Arinos.

Fora dos grupos reduzidos destes e de poucos homens de letras, a paixão que empolgava então os moços e os velhos de Ouro Preto era do presente e da vida pública em várias de suas manifestações: os poderes do Estado, o ensino superior, os debates da imprensa.⁷⁴

Mas, contraditoriamente, começava-se a recuperar, do ponto de vista historiográfico, o passado mineiro. Forjava-se a base documental dos estudos posteriores, componentes de longo amadurecimento interpretativo, com momentos de perspectiva crítica, cujo fruto mais recente é o lúcido trabalho de João Antônio de Paula.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista político, consolidava-se a oligarquia regional, a do PRM. É o tempo do pensamento, mal desabrochando-se, em favor do

⁷³ Dutra, Eliana Freitas (Org.). *BH. Horizontes políticos*. Belo Horizonte: Editora c/Arte, 1996. Capítulos de Maceline das Graças de Almeida, Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Anny Jacqueline Torres Silveira, Ciro Flávio Bandeira de Mello, Vera Chacham e Letícia Julião.

⁷⁴ Franco, op. cit. p. 194-195.

progresso econômico, proposto por João Pinheiro. Terá muito futuro. É o tempo de Belo Horizonte, grande passo, a despeito das distorções de ordem social, tão bem mostradas por trabalhos acadêmicos recentes.

Na ordem cultural criaram-se, em Ouro Preto, nos últimos dez anos em que foi sede do governo, importantes instituições: o aparato estatístico, o Ginásio Mineiro, a primeira Faculdade de Direito de Minas, o Arquivo Público Mineiro, a Imprensa Oficial. Julgamos ter ficado patente o histórico significado dessas iniciativas.

Cremos que a comunidade tinha muito bom entendimento com sua elite intelectual (politicamente dividida por vezes): aplaudia os discursos; lia os versos em jornais, revistas e livros; comparecia às conferências, ouvia aulas. Era uma comunidade, percebeu-se, com grande peso da categoria social dos estudantes.

Gostaríamos de encerrar esta tentativa de levantamento e interpretação do uso da palavra em Ouro Preto com o trecho com que Diogo de Vasconcelos fechou seu estudo da arte na cidade, escrito para o bicentenário em 1911. A erudição se coroa com um momento de poesia e de verdade:

Aqui nasceram todas as artes inclusive a imprensa; a música floresceu inspirada em compositores e mestres, a pintura em gênios nativos; a poesia nos mais extraordinários vates.

Daqui saíram enfim os primeiros mártires. Não há, portanto, casa ou rua em que não vibrem recordações a mais caras de um povo. Como nos cantos de Ossian refugiam nestas montanhas os luars da tradição e das lendas, e retocam-se de alegria as auroras do novo século. Cidade que foi o cérebro organizador da casa mineira, oficina das leis e da ordem, é o maior monumento de seus monumentos. Quando mesmo a fatalidade das circunstâncias fizesse um dia eclipsar-se a civilização bastaria o testemunho mudo de nossas ruínas para se reatar o passado ao futuro, e o povo mineiro achar o segredo perdido de suas energias.

Se as nossas estátuas são guardas mudas, mas vigilantes da liberdade, as nossas torres, os faróis luminosos que hão de entreter o culto do passado, na marcha animosa do porvir, afugentando o ceticismo e guiando as crenças de nossos destinos.⁷⁵

| ⁷⁵ Vasconcelos, Diogo. *A arte em Ouro Preto*. Belo Horizonte: Edições da Academia Mineira, 1934. p. 102.

**Reflexões acerca do processo de
repatriamento das ossadas dos
inconfidentes degredados para a África**

Carmem Silvia Lemos

Não se sabe com precisão onde foi sepultado o corpo de Walter Benjamin. Tendo cometido suicídio quando fugia de perseguições da Gestapo, em 1940, na fronteira entre França e Espanha, tem-se notícias de que o guarda do cemitério de *Port Bou* começou a levar turistas que desejavam visitar seu túmulo a uma sepultura improvisada em troca de dinheiro. Para Jeanne-Marie Gagnebin essa ausência de um túmulo, “de um lugar preciso onde situar sua existência”, pode servir de alegoria: “Os que lhe sobreviveram continuam a se debater sobre um túmulo erigido para defender interesses divergentes.”¹

Nesse mesmo período, multiplicam-se cenotáfios e túmulos de soldados desconhecidos, que, ainda que estejam vazios de restos mortais identificáveis, ou almas imortais, se apresentam saturados de fantasmagóricas imaginações nacionais. Benedict Anderson os considera símbolos da moderna cultura do nacionalismo e afirma que essa preocupação com a morte está na raiz das afinidades entre imaginações nacionalistas e religiosas.²

¹ Gagnebin, Jeanne-Marie. *Walter Benjamin: os cacos da história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 7-8.

² Anderson, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p. 17-18.

Em 1942, era inaugurado em Ouro Preto o Panteão dos Inconfidentes, monumento que lançaria as bases para o futuro Museu da Inconfidência. Projetado pelo arquiteto do SPHAN José de Souza Reis, é constituído por quatorze lápides funerárias, treze delas ocupadas pelas ossadas repatriadas da África e uma vazia, homenagem aos outros participantes da Inconfidência Mineira, cujos corpos não haviam sido localizados. A criação de um Panteão fazia parte de iniciativa oficial do Governo Vargas, que buscava reafirmar os princípios da independência e da liberdade, estabelecendo em *monumento*,³ com a instalação do Museu, um território de memória para a Nação Brasileira, onde se sustentaria o “culto cívico” a um dos pilares históricos da identidade nacional. Em todos esses casos, ocorridos na década de quarenta, as imagens evocam a morte através de túmulos, cinzas e ossadas para construir narrativas diferenciadas.

O *túmulo* de Benjamin é *tributário de idéias*. Com elas, propunha abordagens e conceitos históricos novos para se compreender a modernidade. Ele quer tocar o coração dos homens, quer restituir ao presente o esquecido, o silêncio, as possibilidades adormecidas, que a qualquer instante podem ser iluminadas pela história, fragmentos sobreviventes num “tempo saturado de agoras”.⁴

Os túmulos de soldados desconhecidos e dos inconfidentes também são tributários de idéias, mas refletem a ambigüidade do sentimento de pertencimento e desprendimento que se sustentam em memórias não espontâneas e artificialmente construídas. São os monumentos das “imaginações nacionais”, cuja existência dá-se num “tempo homogêneo e vazio”,⁵ sempre preenchido por uma sucessão linear de fatos históricos. Esse tempo prescinde de heróis, cenotáfios, musas, que necessitam serem lembrados permanentemente, via monumentos e celebrações rituais, para que possam se constituir em tentativas de experiências comunicáveis.

É sintomática a discussão de Pierre Nora ao tratar da perda da memória nacional viva. Ele coloca que a memória, condensada em objetos e monumentos, oscila entre a “dessacralização rápida” e a “sacralização provisoriamente reconduzida”:

³ Sobre o conceito de monumento ver a respeito *Enciclopédia Einaudi*: memória-história. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 95-106.

⁴ Benjamin, W. *Obras escolhidas*: magia e técnica, arte e política. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1, p. 229.

⁵ Idem.

Lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos, semi-oficiais e institucionais, semi-afetivos e sentimentais; lugares de unanimidade sem unanimismo que não exprimem mais nem convicção militante nem participação apaixonada, mas onde palpita ainda algo de uma vida simbólica. [...] Não se celebra mais a Nação, mas se estudam suas celebrações.⁶

Este trabalho procura refletir sobre o processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes mineiros, analisando em que medida a morte, materializada em ossos e túmulos, é aí tratada. Se de início os túmulos dos inconfidentes estão saturados de imagens para celebrar uma memória unificadora e integradora de uma identidade nacional, constituindo-se, portanto, em símbolo, “que vê a história na perspectiva transfiguradora da redenção”,⁷ quais outras possibilidades poderiam ser iluminadas, numa leitura benjaminiana, para pensar a exclusão de três ossadas no processo de repatriamento dos inconfidentes?

Diante disso, dois elementos compõem o quadro por ora traçado, tributários de idéias diversas: o túmulo de Benjamin que nos instrumentaliza, teoricamente, para outras possibilidades interpretativas sobre o processo de repatriamento; e o túmulo dos soldados desconhecidos e dos inconfidentes, lugares criados para a sacralização de memórias nacionais pela modernidade, mas que podem vir a iluminar outros possíveis da história.

⁶ Nora, Pierre. Entre memória e história; a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khour. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 13, 1993.

⁷ Rouanet, S. P. Apresentação. In: Benjamin, W. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução de Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 39.

Do túmulo de Walter Benjamin

Walter Benjamin tematiza em seus trabalhos o sentido da modernidade e do progresso numa civilização eminentemente pragmática e fundada na tecnologia. A perda de sentido numa sociedade “sem memória” é um dos problemas cruciais tratados em sua obra. Esta sociedade, que converte todos os valores em valores de troca, imprime a lógica da mercadoria, inclusive, nas dimensões da cultura e do cotidiano. Ele reconstitui a história desta alienação que rege o mundo moderno. Através de uma crítica  noção de progresso, ele faz o percurso da modernização-alienação. Mas, ao problematizar a questão do progresso e desvendar as mazelas da modernidade, não propõe uma volta nostálgica ao passado e nem um futuro de construção definida. Seu projeto de desalienação é aberto aos “possíveis” caminhos da história.

A coisificação do homem também é a domesticação de sua história e cultura. Esta sociedade, inimiga da memória, se funda no esquecimento e na miséria da experiência. A história, então, é concebida como algo linear, onde “o tempo homogêneo e vazio” é preenchido por uma massa de fatos que se limita  trajetória dos vencedores. Percorrer outras possibilidades que ficaram esquecidas é uma das propostas desse autor.

Em relação  perda de memória, em seu ensaio “O narrador - considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”,⁸ Benjamin procura explicar por que a arte de narrar histórias perdeu-se, progressivamente, no mundo moderno. Na confronto que estabelece entre duas formas literárias ficcionais – a narrativa e o romance – descreve o desaparecimento da memória e da experiência coletiva. A memória comum, fundada na tradição, que se transmite via oral pelas histórias contadas de geração a geração,  destruída pela rapidez e violência das transformações da sociedade capitalista. Na modernidade, a memória passa a se limitar  interioridade do indivíduo, reduzindo-se em história privada, tal como ela é reconstruída no romance.

| ⁸ Benjamin, W. *Obras escolhidas*; magia e técnica, arte e política. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1, p. 197-221.

Ao relato do narrador, sem preocupação de ter de explicar todos os acontecimentos, e por isso, não encerrá-los numa única versão, se contrapõe a construção psicológica do romance e a “veracidade” da informação jornalística. Essa passagem de uma forma a outra de narrar assinala a diferenciação da história aberta a vários significados e aquela acabada, na qual existe apenas uma versão dos fatos. Ainda sobre o aniquilamento das experiências comunicáveis no mundo moderno, em *Experiência e pobreza*,⁹ ele lança um olhar de desencanto sobre o sentido da história. Não se encontram mais pessoas que saibam contar histórias; *a cotação da experiência baixou [...] uma miséria totalmente nova se abateu sobre o homem com esse desenvolvimento monstruoso da técnica*.¹⁰ a pobreza da experiência é fenômeno que abarca toda a humanidade. Que valor pode ter o passado, o patrimônio cultural, num mundo onde a experiência não os vincula a nós?

O domínio da técnica e a massificação assinalam o momento de declínio da tradição e, com ela, da experiência e da memória coletiva. Despojada de suas marcas, a sociedade moderna estabelece uma relação fantasmagórica com a natureza, o tempo, o espaço e seu passado. Sobre isso tratam os ensaios “Paris, capital do século XIX” e “A Paris do Segundo Império em Baudelaire”.¹¹ Benjamin reconstitui a trajetória da modernidade, estabelecendo a relação, no processo de industrialização, entre o urbano, as técnicas de reprodução e a produção literária. Os elementos fantasmagóricos e os personagens alegóricos da modernidade emergem como fragmentos expressivos da totalidade do real. Ele os descreve também através de textos-fragmentos, como *flashbes* e iluminações do cotidiano. As galerias de Paris, os panoramas, as avenidas, o *Flâneur* são elementos a partir dos quais investiga o sentido do mundo moderno.

Estes temas expressam a ambigüidade da sociedade tecnológica em relação ao seu passado. Expropriada de seus rastros, a sociedade burguesa tenta resgatá-los, criando a ilusão de trazer o passado para o ambiente próximo. É o personagem do colecionador que reúne no interior da casa objetos do passado de valor apenas diletante, sem nenhum valor de uso.

⁹ Bolle, Willi (Org.). *Experiência e pobreza*. In: *Walter Benjamin: documentos de cultura; documentos de barbárie*. São Paulo: Cultrix, 1986. p. 195-201.

¹⁰ *Ibidem*. p. 195.

¹¹ Kothe, Flávio R. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985. p. 30-43; 44-122, respectivamente.

No limiar de uma nova era, convivem e se confrontam a tradição e o moderno, o velho e o novo. E a figura de *Flâneur* é exemplar da transitoriedade da vida moderna: observa o mundo fantasmagórico da mercadoria, mas se sente à margem, vagueia pela cidade sem ainda ter sido subjugado por ela. O *Flâneur* se encontra em meio a um processo de submissão à lógica do mercado. Personagem de um mundo onde ainda é possível o ócio, mas que caminha a passos largos rumo à proletarização.

Walter Benjamin registra a condição de *Flâneur* do artista moderno no trabalho sobre Baudelaire. Como no ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”,¹² introduz uma outra categoria essencial à compreensão da modernidade: a perda da aura. O poeta, assim como sua obra são dessacralizados pelas leis de mercado e pela técnica da reprodução. O tema comum é a secularização da arte: o artista não é mais comparável a um santo e as obras de arte perdem sua função original de objeto de culto. A aura desaparece no momento em que o desenvolvimento técnico torna obsoleta a sua singularidade, reproduzível ao infinito. Ela já não se destina a um pequeno círculo mas à massa distraída, indiferente.

Os fragmentos-textos de Benjamin falam da força destruidora da época moderna que aniquila a identidade do sujeito: a perda de aura, da experiência, da memória, de um sentido original. Como contraponto à perda da experiência e ao esquecimento no mundo moderno, expressos nas fantasmagorias, na massificação e proletarização, o autor desenvolve as *Teses sobre filosofia da história*,¹³ que inclui uma teoria da memória.

As *teses* da história criticam a concepção de progresso do historicismo, onde o acúmulo de fatos lineares descreve o espetáculo da vitória dos vencedores. As tentativas de uma outra história dos fracassados permanecem, assim, submersas no esquecimento.

Trata-se, então, de fazer emergir essa história encoberta por imagens pré-fabricadas e heróicas. A verdade do passado reside antes no leque dos possíveis que ele encerra, do que no relato incontestável dos fatos. A tarefa crítica do historiador será justamente revelar esses possíveis futuros, além deste que realmente ocorreu. Esta é a história da barbárie, sobre a qual se impõe a cultura triunfante:

¹² Benjamin, W. *Obras escolhidas*; magia e técnica, arte e política. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1, p. 165-196.

¹³ Kothe, Flávio R. Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1985. p. 153-164.

Todos que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie.¹⁴

O passado que surge como uma imagem fugaz faz emergir as esperanças não realizadas, inscrevendo no presente seu apelo por um futuro diferente. E, ao contrário do historicismo, o passado não é homogêneo, eterno e de tempo contínuo, é uma experiência única e descontínua que surge como pequenas peças que encerram a revelação da totalidade. A visão unifocal da história sacrifica o acaso, o labirinto da história. A historiografia benjaminiana tenta restituir a indeterminação da história, estruturando-se como uma constelação de imagens que iluminam os possíveis que ficaram esquecidos.

E é assim que Walter Benjamin trabalha a história da modernidade no século XIX: fragmentos de uma realidade repletos de significações. Ao contrapor as ruínas do passado – a Berlim da sua infância por exemplo – e o poder destruidor do progresso não pretende, como já foi dito, restaurar o passado no presente. A memória tem o poder de redimir, tem um caráter messiânico: ela é capaz de libertar do esquecimento um passado vencido. Mas, ao emergir no presente, o passado ganha um significado renovado. A salvação não consiste em uma construção inteiramente nova nem inteiramente velha: não se trata de citar o passado e nem de desconhecê-lo. É através dos restos, das ruínas de uma memória *tal como ela relampeja no momento do perigo*,¹⁵ tal como ela aparece no presente, que se torna possível construir o novo.

¹⁴ Benjamin, W. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas*; magia e técnica, arte e política. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1, p. 225.

¹⁵ *Ibidem*. p. 224.

Do túmulo dos inconfidentes

São palavras no chão
e memória nos autos.
As coisas ainda restam,
os amores, mais não.

Carlos Drummond de Andrade

O processo oficial de repatriamento das ossadas dos inconfidentes mineiros tem início com o decreto São Mateus, de 21 de abril de 1936. O presidente Getúlio Vargas anuncia que os despojos serão “depositados em monumento” na cidade de Ouro Preto e “receberão o culto cívico nacional”. Autoriza, ainda, a publicação dos “autos do processo de Inconfidência Mineira e de todas as demais peças existentes em arquivos, relativas a esse fato histórico”.¹⁶

Ao tratar das medidas para a execução do decreto, em comentário sobre o provável local para instalação do monumento em Ouro Preto, ainda indefinido, é textualmente expressa sua intenção simbólica:

O monumento dependerá de mais tempo e estudos. Provisoriamente, um acordo com a Diocese de Mariana e a Santa Sé, por intermédio da Nunciatura, poderia converter a *primorosa igreja do Rosário*, em Ouro Preto, em *museu de arte e história*, colocando-se no consistório desse templo, *onde seria armado um “altar da Pátria”*, encimado pela *cruz simbólica da “Terra de Santa Cruz”* e pelo *triângulo inconfidente*, representativo da *Santíssima Trindade*. Desse modo, *dentro do próprio simbolismo cristão, resolveríamos o problema da consagração cívica, dentro de um templo religioso*.¹⁷ (grifo nosso)

¹⁶ Decreto nº 756-A, 21 abr. 1936. Material cedido pelo CPDOC/FGV, ref. GC 34.12.11– A/g IV-1.

¹⁷ Decreto nº 756-A, 21 abr. 1936.

Aqui estão latentes as afinidades entre imaginações religiosas e nacionais referidas por Benedict Anderson, símbolos da moderna cultura do nacionalismo. Com a celebração da morte de heróis pátrios em monumentos, está sendo processado o recorte de fatos históricos para alinhar a “transformação da contingência em significado”. Segundo esse autor, “a mágica do nacionalismo consiste em transformar o acaso em destino”.¹⁸ E parece ter sido muito conveniente a essa transposição utilizar-se do simbolismo de elementos religiosos para investir de sacralidade os objetos que contam a história de um país. São os *lugares da memória* que a modernidade reserva para serem cultuados pelos vivos, onde uma parcela da sociedade, os chamados vencedores, acredita poder represar as experiências comunicáveis, totalizadoras de algum tipo de memória coletiva.

Porém, a questão espacial do monumento foi solucionada de maneira diferente. Em dezembro de 1938, outro decreto cria o Museu da Inconfidência, instalando-o no prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, para receber os despojos dos “heróis da Pátria”.

Uma comissão especial, chefiada por Augusto de Lima Júnior, foi nomeada para realizar o processo de trasladação dos despojos que se encontravam na África. Com a colaboração do governo português era promovida, junto às autoridades de Angola e Moçambique, a exumação e remoção dos restos mortais para Portugal, onde os aguardava a missão brasileira. Em dezembro do mesmo ano, desembarcavam no Rio de Janeiro as cinzas, sendo recebidas em solenidade com honrarias militares e discursos, amplamente divulgada nos jornais da época. Estiveram presentes nas celebrações o presidente da República e as mais altas autoridades políticas do país. O programa do cortejo é assim descrito pelo *Correio da Manhã*:

A cerimônia do transporte das cinzas de bordo do “Bage” terá lugar às 3 horas da tarde, no armazém Touring Club (Praça Mauá), onde se deverão reunir as autoridades e o povo. Comparecerão, pessoalmente, o presidente da República, os ministros, os membros da Corte Suprema, senadores, deputados, representantes de instituições culturais e cívicas. No cais, usarão da palavra o sr. Negrão de

| ¹⁸ Anderson, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p. 19-20.

Lima, representante de Minas Gerais, e o sr. Pedro Calmon, historiador e professor. As forças de terra e mar, por determinação dos ministros da Guerra e da Marinha formarão, prestando as homenagens das classes armadas. *O cortejo será formado em direção à Catedral Metropolitana.* Nesse templo falará o escritor Augusto Frederico Schimit. As urnas ficarão depositadas na Catedral e franqueadas a visitação pública. O povo deve acorrer ao desembarque das cinzas, traduzindo assim sua solidariedade com os heróis da história, e seu alto espírito nacional.¹⁹ (grifo nosso)

A semelhança entre o cortejo e a procissão religiosa, ainda que não se anuncie, está imanente. Trabalha-se a aproximação inconsciente do nacional-religioso para realizar uma operação que dê conta de instituir como memória coletiva nacional a Inconfidência Mineira, fato histórico que se pretende fixar como identidade da Nação.²⁰ Porém, a sensação de pertencimento da *experiência compartilhada não é espontânea.* Está ausente, embora a intenção seja criar condições e emoções que emanem um sentido de real, de verdadeiro, a partir da tentativa de restituição de uma “aura”, de uma sacralidade, para que a história institua a redenção do nacional.

As urnas, transferidas do Rio de Janeiro para a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto, foram recebidas solenemente, em cortejo que percorreu ruas centrais da cidade, com participação do povo e autoridades. O discurso de Getúlio Vargas é emblemático para se perceber a ligação que se buscava entre os inconfidentes e a política nacionalista do Estado Novo:

Para dignificar os esforços dos pioneiros da Nacionalidade cumpre persistirmos nas diretrizes que eles nos apontaram: – evitar os grandes choques, impedir a fragmentação do país, colocar invariavelmente a Pátria grande acima das preocupações regionalistas, acompanhando-lhe o poderio crescente sem comprometer os dias futuros com aventuras ideológicas ou exageros doutrinários.

E mais adiante acrescenta,

¹⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 dez. 1936.

²⁰ Para a questão da “sacralização da política” ver Lenharo, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.



Momento inicial do cortejo de entrega dos restos mortais dos inconfidentes à cidade de Ouro Preto, em 15 de julho de 1938. Vindas de trem, do Rio de Janeiro, as urnas foram recebidas na Estação Ferroviária, sendo conduzidas pelas ruas da cidade rumo à Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, com representativa participação dos vários segmentos escolares ouro-pretanos, do batalhão militar, de autoridades civis e religiosas e da população local.

Foto: Luiz Fontana / Reprodução: Eduardo Tropia



Celebração solene ocorrida no adro da Matriz, comandada pelo Presidente Getúlio Vargas.

Foto: Luiz Fontana / Reprodução: Eduardo Tópia

Em oportunidade como esta, honrando e reverenciando a memória dos que sofreram pela Nacionalidade nos seus primórdios, demonstramos quanto é enraizado o nosso sentimento de solidariedade no tempo, e implicitamente revigoramos os nossos velhos pendores de sadio nacionalismo, bem diferente dos nativismos agressivos e imperialismos de moda.²¹

Assim, quando se apropria da Inconfidência Mineira, através do culto aos restos mortais de seus protagonistas, o presidente Vargas procura resignificar uma narrativa histórica que viesse a fornecer subsídios para o Estado Novo. E ao retornar às raízes do que se entendia a identidade nacional, atribuindo sua origem histórica à Inconfidência, estaria tentando construir, naquele momento, uma articulação simbólica que desse conta da mudança sem ruptura.

Acreditava-se que a ligação passado-presente-futuro era a consequência de um processo histórico natural e linear que progressivamente vinha sendo tecido no tempo. Mais ainda, a sua fala, além de estar carregada de um forte conteúdo ideológico, associa-se a uma política direcionada para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. E nesse sentido, Getúlio teve não somente a perspicácia de cooptar a intelectualidade do país para dentro de seu governo, como também de criar o SPHAN, onde os monumentos da “identidade nacional” ficariam resguardados, à disposição para “culto cívico” de todos os brasileiros. Desta forma estava criada a narrativa com as condições ideais para a existência do símbolo: sinônimo de totalidade, de clareza e de harmonia, unidade de sentido em que aparece, transparente e imediato, o elo entre a imagem e sua significação.²²

Entretanto, os antecedentes dessa iniciativa oficial já apontam os limites da construção simbólica que se estava a construir. Em 1932, as três primeiras ossadas, atribuídas a inconfidentes, foram exumadas em território africano e remetidas ao Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. A documentação que acompanha o processo informa que, em novembro daquele ano, o cônsul do Brasil em Dakar solicita auxílio de autoridades da Guiné Portuguesa para localização dos restos mortais de alguns inconfidentes. Teria chegado ao seu conhecimento que uma indígena, residente na Vila da Cacheu, ouvira de seus antepassados que ao lado da Igreja de

²¹ Racioppi, Vicente. *Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto*. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940. p. 108-110.

²² Gagnebin, Jeanne-Marie. *Walter Benjamin: os cacos da história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 41.

Nossa Senhora da Natividade estariam enterradas umas ossadas “supostas como pertencentes a uns deportados de origem brasileira, para a Colônia enviados no tempo da rainha D. Maria I de Portugal, por motivo dos acontecimentos conhecidos no Brasil por Inconfidência Mineira”.²³

Procedeu-se à exumação. Quando em 1934 houve mudança de direção na chancelaria em Dakar, o novo cônsul registra ter recebido uma caixa de madeira com três ossadas, atribuídas a inconfidentes. E como pretendia remetê-las ao Brasil, informa ter tentado investigar a procedência das declarações contidas no auto de exumação. Declara que recorreu ao historiador português Rocha Martins que, em seu compêndio sobre a história das colônias portuguesas, afirma que desembarcaram, no arquipélago de Cabo Verde, Domingos Vidal Barbosa e José Resende Costa, seguindo os demais deportados para Angola. Para ele, é “admissível” que por ocasião da chegada dos inconfidentes ao arquipélago, o governador daquela Colônia, temendo que a presença e as idéias libertárias pudessem influir nas agitações políticas locais, tenha resolvido enviá-los à Guiné, onde vieram a falecer. É também nessa correspondência que pela primeira vez aparece referência nominal aos inconfidentes a quem pertenceriam tais ossadas: Domingos Vidal Barbosa e José Resende Costa (pai), sendo a suposição do outro inconfidente ainda indefinida.

Remetidas para o Brasil, foram chamados a se pronunciar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Histórico de Ouro Preto “no sentido de ser fixada a importância dos referidos documentos em sua correlação com os despojos a que os mesmos se referem”.²⁴ Em resposta, o primeiro comunica que nada pode adiantar quanto ao conteúdo do ofício consular e do auto que o acompanha. Entretanto observa que em consulta à obra *Inconfidência Mineira*, de Lúcio José dos Santos, constata-se que, ao enumerar os enterrados em solo africano, ele não aponta Cacheu como lugar de falecimento dos exilados. O segundo não emite parecer na época, vindo a se pronunciar, em jornal, cerca de quarenta anos depois, a favor da incorporação desses despojos àqueles depositados no Panteão do Museu.

²³ Auto de exumação que acompanha correspondência remetida de Dakar ao Itamaraty, ref. Consulado de Dakar/38/1934/ Anexo 1. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

²⁴ Extraído da correspondência remetida aos Institutos pelo Ministério das Relações Exteriores, ref. Ministério/NC/SN/7(42). (85n) 4/1935/2. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

O que transpira no exame da documentação é uma disputa de poder. O IHGB reivindica a primazia das iniciativas, invocando artigo publicado em sua Revista de 1840 e os apelos de Francisco Adolpho Varnhagen que, há quase um século, já conclamava por “almas patrióticas” para fazer voltar à “terra pátria” os ossos dos degredados. As medidas independentes do Ministério e o envolvimento de pessoas de fora do quadro do Instituto parece não terem agradado seus membros, que mantiveram uma atitude ora distante ora irônica.

Em determinado momento a impressão é de que a própria idoneidade do procedimento de exumação foi colocada em xeque. A polêmica sobre a autenticidade das ossadas chega a ser debatida nos jornais cariocas. Em resposta às provocações do secretário do Instituto Histórico, que diz “que nesse assunto somente o Dr. Lúcio dos Santos poderia dar a palavra decisiva”, Augusto de Lima Jr. contra argumenta, invocando “para muitos outros mineiros a satisfação e a dignidade do conhecimento não só da Inconfidência Mineira como de toda a história de Minas Gerais”.²⁵

Portanto, foi após toda essa discussão em torno das três primeiras ossadas restituídas que se deu a mobilização de autoridades para a promoção do repatriamento oficial. Uma pergunta se nos coloca: por que houve a ruptura entre os dois momentos do repatriamento, a saber, entre aquele oficial, promovido pelo Governo Vargas em 1936, e o que foi acionado pelo Ministério da Relações Exteriores em 1932? Se o próprio ministro Gustavo Capanema solicita, em correspondência, que manifesta intenção de reunir todos os despojos, autorização para incorporá-los aos restos mortais recém-chegados,²⁶ quais seriam as razões desse “esquecimento”?

²⁵ *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 20 fev. 1935.

²⁶ Correspondência recebida, ref. 7(42).(85n) 4/1937. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

Uma leitura benjaminiana do processo de repatriamento

Em linhas gerais, o repatriamento oficial, iniciado em 1936 e concluído em 1942, constitui o que Walter Benjamin denomina a narrativa dos vencedores, processo de transmissão da cultura que, segundo ele, não está isento de barbárie. Para ele a tarefa do historiador engajado é *escovar a história a contrapelo*.²⁷ Dos cacos, das ruínas, dos fragmentos que ficaram perdidos é que a história deve se alimentar. Onde se ocultam os buracos, vazios e esquecimentos desse processo? A existência de dois momentos distintos de repatriamento, um oficial, pomposo e solene, e um outro que se revela marginal, opaco e cheio de lacunas, nos dá a pista para investigar esse repatriamento a partir da discussão de Benjamin sobre os conceitos de símbolo e alegoria.

Na relação simbólica o sentido brota natural, transparente e imediato, como uma unidade harmoniosa e bem sucedida. É aí que se enquadra o repatriamento oficial, pelo menos na perspectiva de seus instituidores, ou seja, dos vencedores. A transladação das ossadas dos inconfidentes e sua “eternização” em monumento cívico nacional é dívida que a Pátria tinha para saldar com a Nação. Os heróis estavam sendo reconduzidos aos lugares que lhes caberiam de direito. Promover o repatriamento era dever cívico do país que, naquele momento, atribuía à história uma missão redentora, capaz de redimir erros do passado e assegurar um futuro promissor. É o que coloca Alcir Lenharo:

A utilização de imagens como dispositivos discursivos de propaganda política atendia a finalidades políticas muito claras, que os próprios teóricos do poder não escondiam. Sua intenção era espalhar essa carga emotiva e sensorial, de modo a atingir facilmente o público receptor, detonando respostas emotivas que significassem, politicamente, estados de aceitação, contentamento, satisfação – reações passivas e não críticas.²⁸

²⁷ Benjamin, W. *Obras escolhidas*; magia e técnica, arte e política. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1, p. 225.

²⁸ Lenharo, A. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986. p. 16.

Ossos, cinzas, lápides, cruz, triângulo, altar, panteão, cortejo, cerimônias e discursos formaram a rede de imagens necessárias a composição desse cenário. Para os atores sociais, os papéis estavam definidos e a evidência estética que o símbolo pretendia instalar concretizava-se no conjunto dessas imagens. A Nação consolidava-se assim, de forma monumental, numa reunião que se queria perfeita e completa do símbolo entre significante e significado.²⁹ Na celebração da morte dos heróis nacionais estaria inscrita a força identitária do povo brasileiro. Desta maneira, construiu-se a narrativa panorâmica de um repatriamento que procurava fixar a imagem de uma história transcorrida de acordo com a ordem natural dos fatos.

Porém, os limites dessa relação simbólica já podiam ser capturados em registros contemporâneos. É o caso da denúncia feita pelo diretor do Instituto Histórico de Ouro Preto:

Estive no Rio de Janeiro (25 de junho de 1938) e fui visitar as urnas vindas pelo “Bagé”. *Acbavam-se no Consistório da Catedral, cheias de pó, mal arranjadas, algumas quebradas em parte.* Telegrafei ao Dr. Getúlio Vargas lamentando o descaso e a irreverência e pedindo suas providências...³⁰ (grifo nosso)

Assim se confirmava que há mais de um ano e meio as urnas permaneceram “esquecidas” no Rio de Janeiro, o que nos leva a questionar a significação real dos objetos-símbolos dos “heróis pátrios”, tendo em vista a precariedade com que são tratados seus despojos.

Outro instantâneo que permite refletir sobre a fragilidade da construção simbólica é extraído de um relato de época:

O Dr. Getúlio Vargas saiu a pé pela manhã para passear e matar saudades [de Ouro Preto]. Francisco Rosa Barão aproximou-se do Presidente da República e deu-lhe um viva vibrante. O chefe de Nação, que ia dentro em pouco entregar os restos mortais simbólicos de alguns inconfidentes, exumados no continente africano, tirou do bolso um charuto e o entregou ao manifestante. Rosa Barão entusiasmou-se: – Muito obrigado! Este eu não vou fumar, mas guardar como

²⁹ Chaves, Ernani. História, memória e esquecimento em Walter Benjamin. *Novos Estudos*, n. 41, p. 214, mar. 1995.

³⁰ Racioppi, Vicente. Repatriação dos restos mortais de conjurados. *Minas Gerais*, 17 jan. 1960.

honrosa lembrança. O ministro Francisco Campos entrevistou, risonho: – *Fume e guarde as cinzas...*³¹ (grifo nosso)

Nesse caso, pouco importa a forma do objeto a ser guardado. A relação simbólica estaria dada pelo sujeito da ação, o presidente da República, que agrega significação direta ao objeto no ato da doação, ou seja, possivelmente sensibilizado ou até “comovido” com a atitude solidária do transeunte, Getúlio Vargas presenteia-o com um objeto simbólico em sinal de reconhecimento. Entretanto, quando na fala do ministro relampeja a advertência sobre a possibilidade das cinzas significarem mais que o próprio charuto, algo que se encontra ali encenado está oculto. Ao conferir significação às cinzas como objeto de valor em si, o que se enuncia é a fluidez da relação direta que caracteriza o símbolo, isto é, da relação de perenidade e de homogeneidade que ele pretende instaurar. E é nesse momento que passo a considerar a possibilidade de existir aí uma inspiração alegórica, “onde se cruzam desejo de eternidade e consciência aguda da precariedade”.³²

Interessante é que essa cena cotidiana, quase banal e anônima, permite acessar um ponto fundamental para esta análise: traduz a intencionalidade alegórica camuflada em símbolo. E Benjamin nos possibilita a chave para interpretar a ruptura do sentido imediato – esfera do simbólico – e fazer a travessia até o sentido que está oculto – esfera do alegórico – ao propor que a alegoria, ao esconder, evidencia aquilo que foi reprimido pela história.

Se pensarmos a alegoria com “desvalorização do mundo aparente”, a carga emotiva que as cinzas favorece é mais significativa do que a guarda de um objeto qualquer (no caso, o charuto) que tem um valor simbólico. O procedimento alegórico fica ainda mais nítido no comentário de Francisco Campos, quando amplia o significado de “cinzas”: dos mortos e do charuto. Será que ele faz uso da ironia para dar um mesmo valor para as cinzas dos mortos e as cinzas do charuto? Ou estaria, numa atitude pragmática, dizendo simplesmente ao transeunte para degustar o prazer do charuto, que as cinzas também guardariam valores? Este comentário, de qualquer forma, se nos apresenta como uma coisa para significar outra e é carregado de natureza alegórica.

³¹ Racioppi, Vicente. *Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto*. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940. p. 85.

³² Chaves, Ernani. História, memória e esquecimento em Walter Benjamin. *Novos Estudos*, n. 41, p. 215, mar. 1995.

E nesse sentido, cabe aqui também mencionar outra passagem que ajuda a pensar a questão da significação de objetos na modernidade. Na primeira página da *Tribuna da Imprensa*, de fevereiro de 1962, consta a seguinte notícia:

Estas são nove das *14 urnas funerárias descobertas ontem na Favela do Esqueleto*, feitas para guardar as cinzas dos inconfidentes mineiros, inclusive Marília de Dirceu, cuja urna é a sétima da foto, da esquerda para a direita. *Dentro, porém, em vez de cinzas, foram encontradas garrafas de cachaça e maconha*. Esta manhã, o diretor do Patrimônio Histórico da União, professor Rodrigo Mello Franco, disse, à *Tribuna da Imprensa*, que as urnas nunca guardaram os restos mortais dos inconfidentes, que estão em Ouro Preto há mais de vinte anos. Contou que essas urnas foram feitas – não se sabe se aqui ou em Portugal – quando as cinzas dos inconfidentes foram repatriadas, mas logo foram consideradas imprestáveis, pois são de porcelana, e por isso, frágeis e pesadas. Foram colocadas num depósito que o MEC possuía na Favela do Esqueleto. Quando a favela pegou fogo, o depósito foi destruído e diversas peças de valor histórico também. O Patrimônio acabou com o depósito e *deixou as urnas na favela, “por serem destituídas de valor histórico”*.³³ (grifo nosso)

Como registra o artigo, em 1962, as urnas confeccionadas para guardar as cinzas serviam agora para depósito de mantimentos e maconha na favela do Esqueleto, no Rio de Janeiro, “por serem destituídas de valor histórico”. Embora Augusto de Lima Jr. as tivesse planejado para ocupar um lugar no processo de repatriamento, alguma coisa escapou do seu controle. Divergências pessoais com o diretor do SPHAN foram explicitadas no *Globo*:

fez desaparecer as artísticas urnas feitas em Lisboa, [...] porque havia inscrições, numa das faces, registrando que o repatriamento dos inconfidentes se fizera sendo [...] encarregada da missão a minha pessoa. Isso bastou para que o colérico Diretor do Patrimônio substituísse as urnas clássicas, próprias dos “Panteons”, pelos túmuluzinhos de fetos que estão em Ouro Preto.³⁴

³³ *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 9 fev. 1962. No levantamento dos jornais cariocas deste dia, notícias sobre o fato também são veiculadas no *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Correio da Manhã*.

³⁴ *O Globo*. Rio de Janeiro, 14 mar. 1962.

Três dos inconfidentes estiveram na favela



Foto: Eduardo Tropa

Esses objetos assumiram significados imprevistos: ao invés de guardar memórias passaram a ser depósitos de necessidades cotidianas de um sujeito que, ignorando qualquer valoração naqueles objeto-símbolos, os resignificava no sentido de adquirirem funções diversas. Curiosamente, acredito que esse incidente das urnas tenha motivado museus nacionais a promoverem o recolhimento de algumas amostras das peças, já tendo então redefinida a nova significação histórica e artística que agrega ao objeto a dimensão museal.

Assim, essas imagens fragmentárias e estilhaçadas – na Catedral Metropolitana, nas cinzas do charuto e na Favela do Esqueleto – passam a traduzir como os símbolos estavam deixando de ocupar o lugar que lhes fora destinado historicamente, sendo reconduzidos à modernidade pela linguagem alegórica. E nesse sentido torna-se possível pensar o “esquecimento” das três ossadas, excluídas deliberadamente do repatriamento “oficial”, como a alegoria da própria relação simbólica. Para os construtores dessa relação, isto é, os vencedores, elas representavam o que não deveria ser conhecido, aquilo que deveria ser esquecido, pois ameaçavam a harmonia necessária à sobrevivência do símbolo. Ocultá-las era promover a acomodação da dúvida, da autenticidade suspeita, para assegurar as imagens que uniam o disperso, criando a ilusão de um aspecto ordenador, cuja organicidade dos fatos aparece como elemento natural da história. Exibi-las poderia significar a “desvalorização do mundo aparente”, a fragilidade da própria construção simbólica, evidenciando outros possíveis significados que a alegoria possibilita restituir.

Foi por isso que as ossadas permaneceram, cerca de cinquenta anos, no arquivo do Itamaraty. Os fragmentos lá ficaram depositados até o início da década de noventa, quando voltam a ser objetos de atenção. Na capa do caderno especial de domingo da *Folha de S.Paulo* estampa-se a manchete: “A face oculta da Inconfidência; pesquisadores que esclareceram o caso do nazista Menguele reconstituem o rosto dos inconfidentes mineiros.”³⁵ São dedicadas três páginas para tratar do assunto que abre com a seguinte chamada:

| ³⁵ *Folha de S.Paulo*. 29 maio de 1994.

“Eu armei uma trama que nem em 100 ou 200 anos conseguirão desatar o nó”, proclamou Tiradentes sobre a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789. O *nó começou a ser afrouxado* nos últimos dias *pela equipe do médico legista Nelson Massini*, da faculdade de Odontologia de Piracicaba, a 170 km de São Paulo, que está reconstituindo a face de 14 inconfidentes. Nenhuma imagem deles sobreviveu. A equipe, que já trabalha sobre três ossadas, emprega a mesma técnica com a qual refez o rosto do nazista Josef Menguele. *A reconstituição abre novamente o baú da história da Inconfidência e pode provocar releituras do movimento rebelde*. Os rostos de Tiradentes e do poeta Cláudio Manuel da Costa, porém, não poderão ser resgatados: seus despojos desapareceram para sempre.³⁶ (grifo nosso)

Qual o significado dessas ossadas retornarem à cena? Onde situá-las? O que esses fragmentos têm a nos dizer quando migram do “esquecimento” para se constituírem alvos de interesse e lembrança? O tratamento simbólico é pouco, não consola mais. Foi esvaziado por um nacionalismo em crise. A modernidade rompeu com a tradição e as experiências comunicáveis se perderam. Estão estilhaçadas as relações sociais, nas quais se exacerba o individualismo que impõe o redimensionamento de valores e conceitos. Que sentido pode ter o passado condensado nos restos mortais dos inconfidentes, esse “patrimônio da Nação”, para uma sociedade que não se reconhece mais nos símbolos que lhe são apresentados como nacionais, mas que, paradoxalmente, também os quer preservados?

É aí que a possibilidade da interpretação alegórica de Walter Benjamin, na análise do drama barroco, mostra-se como alternativa para iluminar o presente. Ao construir sentidos para a perda, a alegoria, que significa “dizer uma coisa para significar outra”, torna-se uma chave possível para compreender como a morte, transfigurada em fragmentos de ossadas, é capaz de gerar produção abundante de sentidos.

Entre as muitas significações possíveis, uma especialmente me chama a atenção: essa promessa de reconstituição das ossadas esconde sentidos que brotam da decomposição, das caveiras vão surgir prováveis rostos inconfidentes. E conforme se anuncia, não será o historiador ou o arqueólogo, mas o médico legista quem vai começar a desatar um nó que pode “provocar releituras” da Inconfidência Mineira, parte

| ³⁶ *Folha de S.Paulo*. 29 maio de 1994. p. 4.

do “ambicioso projeto” que ainda pretende recompor a face dos “outros despojos” que estão no Museu. O que tem a nos dizer essa aparição inesperada das ossadas dos inconfidentes e o que se esconde, para além das impressões imediatas, seu retorno?

Ora, essas três ossadas somente foram remetidas para exame na Universidade de Campinas, em função da polêmica sobre sua autenticidade. O Museu da Inconfidência, que desde 1989 fora chamado a opinar sobre o tratamento dado a este “lado sombrio do repatriamento”, solicitou exame dos ossos com objetivo específico de certificar se haveria razões que justificassem a continuidade da pesquisa. De início foi causa de perplexidade o sensacionalismo e a repercussão da matéria. Afinal, a relevância histórica de se reconstituírem faces aproximadas dos inconfidentes perde sentido na modernidade, quando o processo de significação não passa mais pela identificação de imagens imediatas. Estão em foco as chamadas “imagens sem objetos”.³⁷

Então, a reconstituição de uma face que se está a buscar não é de um rosto anônimo, mas da história-memória que se supõe nele cravado, como se fosse possível ouvir ali a voz da verdade. Não se percebeu ainda que a mudez da *facies hippocratica* dilui a possibilidade de conteúdo simbólico. Sua aparição somente poderá se realizar de forma parcial na modernidade, através da aura, que restitui a dimensão de culto dos objetos. Segundo Olgária Matos, “ao mostrar que a modernidade é pobre de *experiência* e de *possibilidades* e que nela fazemos a *experiência da pobreza*, Benjamin mostrou também que o mundo das imagens modernas perdeu tanto a sua aura religiosa quanto artística, mas semeou novas auras, inesperadas, *atomizadas*”.³⁸ Portanto, se na modernidade a aura insiste no privilégio de seu caráter único, aproximando-se da intenção sacralizadora do objeto simbólico, ela também anuncia os limites possíveis da existência dos símbolos.

A alegoria põe em xeque a idéia de estabilidade e permanência do mundo dos objetos. Nela se evidencia a precariedade do processo harmonioso e tranquilo da significação pretendido na relação simbólica. E é essa perspectiva alegórica que cria condições para formularmos uma possibilidade de significação para essa nova aparição dos ossos arquivados.

³⁷ Matos, Olgária C. F. *Imagens sem objetos*. In: *O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 73-121.

³⁸ *Ibidem*. p. 118.



Etapas do trabalho de identificação das ossadas em análise nos laboratórios da Faculdade de Odontologia de Piracicaba.

Foto: Eduardo Tropia

O esquiteamento do corpo não será mais encenado no martírio do teatro barroco. O esquiteamento agora é científico e racional. As etapas da perícia incluem exames de DNA e de carbono quatorze. O cenário é um laboratório universitário, com instrumentos de altos níveis de precisão e recursos técnicos de ponta. Os personagens, homens da ciência detentores legítimos do conhecimento. Os objetos, fragmentos de ossos que transcendem a sua significação em si, de morte, e adquirem um sentido renovado: objeto-mercadoria de valor cultural. Representam possibilidades de prestígio acadêmico, projeção na mídia, acesso a recursos financeiros para projetos profissionais e particulares, em resumo, *status* e poder.

Para as ossadas esquecidas na década de trinta um novo cortejo está sendo preparado. Porém, as idéias de Benjamin não nos deixam conduzir esses despojos espezinhandando “os corpos que estão prostrados no chão”. Se durante um longo período o processo de repatriamento serviu aos interesses dos vencedores, ele condensa também outros possíveis da história. Pensar algumas dessas possibilidades foi a reflexão aqui tentada.

Música brasileira
Régis Duprat

Os artistas de uma raça indecisa se
tornaram indecisos que nem ela...

Mário de Andrade

Parece cada vez mais claro que a identidade é uma forma de afirmação e projeção da liberdade de não sermos absorvidos inteiramente pela padronização a que a globalização crescente acaba condicionando todos os níveis de cultura. Ao nos referirmos à música brasileira, faz-se necessário uma série de reflexões prévias. A questão pressupõe inevitavelmente uma outra, nela embutida, que é a da identidade musical brasileira onde está pressuposto o debate político-cultural e ideológico. Sugere, também, uma incursão sobre o tipo de música brasileira de que se fala: folclórica, popular ou erudita; ou, na classificação de Mário de Andrade: popular, popularesca ou erudita.

Como questão teórica, ela provavelmente se vincule, portanto, a uma das três adjetivações referidas acima. Ou seja, estaríamos tratando de definir o que seria o

caráter brasileiro na música erudita. A questão sobre “o que é música brasileira” pertenceria sobretudo à música erudita, *locus* onde se instaurou, em passado que já se define como remoto, a crise de identidade que tem ocupado e preocupado as práticas composicionais e discursos sobre a música no Brasil desde o final do século XIX. A essa crise do caráter brasileiro podemos juntar a do caráter moderno, ou seja, até que ponto nossos compositores compõem ou compunham música que pudesse ser considerada moderna ou atualizada no conjunto da produção mundial de música erudita.

Foi a música erudita que passou por um processo de nacionalização e modernização explicitado em ensaios, críticas, programas, manifestos; não consta terem a música folclórica e a popular conhecido ou enfrentado qualquer crise de identidade. Quando formulamos a questão, ela é subliminarmente indissociável da sua recíproca negativa: o que não é música brasileira, o que não é música moderna, “atualizada”.

Antes de tudo cabe esclarecer por que não se trata de uma questão insignificante. Os compositores de música erudita têm enfrentado graves resistências do mercado interno e externo para estabelecer as condições mínimas de uma profissionalização razoável. Isso ocorre simplesmente porque se trata de compositores brasileiros e não estrangeiros. Cabe, ainda, comentar por que ficaram aqui eliminadas as alternativas de estarmos nos referindo à música brasileira folclórica e/ou popular. Há evidências de que esses dois segmentos de atividade musical são regidos por padrões, normas e regras de produção, recepção e disseminação completamente diversos da chamada música culta. As leis de mercado, claramente discerníveis no caso das músicas populares e parcamente vigentes nas folclóricas, condicionam situações culturais específicas e diferenciadas que à primeira vista parecem nada ter em comum com as músicas chamadas eruditas.

No caso das músicas populares os dados quantitativos de vendagem e divulgação, assim como os sólidos esquemas produtivos profissionalizados, industrializados e comercializados atuam e interagem incisivamente com os fatores de gosto e cambiam influências com a indústria internacional do disco, dos shows e da chamada reprodução artística por rádio e teledifusão. Isso não quer dizer que as tradições nacionais das músicas populares se neutralizem nesse esquema acentuadamente comercializado. Pelo contrário, as próprias leis do mercado se incumbem de garantir a diversidade de

gosto, como tem ocorrido com as sucessivas ondas pós-modernas das nostalgias, mantendo estruturas versáteis que permitam respostas eficientes e rápidas de remuneração crescente dos vultosos investimentos realizados no setor, ou seja, o lucro. É como se os recursos financeiros investidos no setor fossem cultural, estética e ideologicamente neutros... É evidente que diante de esquemas estruturados dessa maneira, os problemas poéticos, estéticos e de gosto tornam-se, no mínimo, extremamente relativos. E nem falamos aqui da incorporação ao mercado das músicas populares de amplos extratos sociais “periféricos” emergentes no processo de massificação ainda em expansão e de interatividade dos veículos de comunicação, comercialmente sintonizados, de forma crescente, quando se trata de empreendimentos lucrativos.

Sem discutir aqui os pressupostos psico-sócio-histórico-econômicos cabíveis, os fatores acima identificados, nas músicas folclóricas, parecem não vigir com a mesma plenitude das músicas populares; nas músicas folclóricas, que podem ser chamadas do que se quiser – músicas étnicas, tradicionais, rurais –, afirmam-se os fatores de continuidade, tradição, preservação e identidade, não ocorrendo nenhuma relevante relação de dependência dos setores comercializados da indústria cultural.

Como se colocaria, então, a realidade das músicas eruditas que costumam chamar-se, também, de música artística, clássica, culta? Não é o caso de estudar-se aqui as origens, contingências históricas e implicações do conceito de povo, nação, nação-estado, pátria e política, enfim, os problemas atinentes ao nacionalismo ou à ideologia nacionalista. Mas o “nacional” na música erudita foi cunhado e definido num determinado momento histórico das nossas atividades musicais, pela apropriação do folclórico e do popular, inclusive porque, no período cronológico em questão, a busca consciente da “brasilidade” se deu apenas no campo erudito. No âmbito restrito da intelectualidade estritamente setorializada e seus consumidores, pode-se constatar, inclusive, uma forte tendência, através dos tempos, por discriminar as manifestações musicais populares e folclóricas.

A produção intelectual que tem abordado a trajetória e as peripécias da identidade nacional no Brasil liga-se especialmente às áreas da literatura e da história da cultura. Os esforços de identificação na série histórica refletem as influências européias

em cada uma de suas sucessivas formulações. Há um certo consenso em combinar os primeiros passos nessa direção com a independência política do país, remontando-os à obra de Ferdinand Denis¹ que já procede à defesa do indianismo, o qual só paradoxalmente funda, com *O Guarani*, de Alencar, o romance nacional.²

Domingos José Gonçalves de Magalhães, em 1836, na *Revista Niterói*, fundada em Paris, oferece os primeiros esboços de uma teorização sobre a reforma nacionalista da literatura brasileira, sob o impacto das influências do romantismo patriótico de Chateaubriand. Gonçalves Dias teria sido, com “Primeiros cantos”, de 1846, o primeiro poeta a emergir em nosso romantismo abordando o trinômio natureza-pátria-religião.³

A idealização romântica do indígena que o romantismo promoveu seria, para Sílvio Romero, responsável pela ausência de uma etnologia afro-brasileira.⁴ Em 1868 Romero, expoente, com Tobias Barreto, da Escola do Recife, lança os primeiros ataques ao que chamava a “idolatria indígena” do romantismo.⁵ Repudiando o romantismo no “pieguismo” de Joaquim Manuel de Macedo e no “indianismo” de Alencar, que considerava “velharias românticas e decrepitudes”, propõe também a busca da identidade nacional pelo estudo analítico e sistemático do folclore brasileiro. Ressaltemos seus artigos sobre a poesia popular no Brasil, publicados na *Revista Brasileira*,⁶ que justificam as expressões de Cruz Costa⁷ de que “o que dá grandeza a Romero é o seu infatigável esforço de interpretação, de compreensão do Brasil”. Atribui-se-lhe a percepção e o empenho em destacar a importância e influência do negro na estrutura do nosso caráter nacional,⁸ ainda que conservando, nesse reconhecimento da mestiçagem, preconceitos de natureza claramente racista e pessimista. Os estudos de Nina Rodrigues⁹ vão chamar

¹ Cesar, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

² Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

³ Bosi, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1981. p. 106-107 e 115.

⁴ Ventura, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p. 47.

⁵ Araripe Júnior. *Teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978. p. 322.

⁶ Romero, Sílvio. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. 1 et seq., 1879.

⁷ Cruz Costa. *Panorama da história da filosofia no Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1960. p. 58.

⁸ Candido, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1988. p. 43.

⁹ Rodrigues, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1932.

definitivamente a atenção para a cultura negra no Brasil, o que, apesar dos preconceitos raciais que também veicula, promoveu levantamentos importantes sobre o negro.¹⁰

As manifestações culturais regionalistas, que ganharam um forte incremento no período que vai da Abolição e da República à Semana de 1922, identificado sobretudo na contribuição de Afonso Arinos e de Euclides da Cunha,¹¹ constituíram uma tendência ponderável para o reconhecimento da nossa pluralidade cultural e que mereceu de Tristão de Ataíde¹² a cunhagem da expressão pré-modernismo, para caracterizar o período citado.

A Semana de 1922, marco principal do movimento modernista, sincretizando as diversas tendências da vanguarda européia do tempo, concentrou seu empenho na luta modernizante e universalizante contra o chamado “passadismo” da linguagem artística. Teria sido uma revolução especificamente estética. Entretanto, segundo Contier, Mário de Andrade, em julho de 1921, já admitia que a “música brasileira existia exclusivamente na canção popular” e que a música erudita ainda não absorvera esses recomendáveis traços marcantes do caráter nacional.¹³ Essa constitui uma alusão de alguém já preocupado com os problemas de caracterização nacional.

O primeiro momento do modernismo no Brasil, entre 1917 e a Semana de 1922, ainda não se dera conta dos esforços desenvolvidos desde o romantismo por uma literatura nacional.¹⁴ Mário de Andrade chamava esse período de demolição, os mais felizes do modernismo. Após a Semana, com o lançamento da *Revista Klaxon*, em 15 de maio de 1922, a qual sobrevive até janeiro de 1923, começa o período de reflexão, esclarecimento e construção. A matéria da redação que apresenta o primeiro número de *Klaxon* (n. 1, p. 1-3, 1976) “o primeiro periódico modernista”, segundo destaca Mário da Silva Brito na excelente apresentação da coleção na edição facsimilada de 1976, é um verdadeiro manifesto no qual a revista se declara internacionalista “o que não impede que, pela integridade da pátria... seus membros brasileiros morram”.

¹⁰ Leite, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992. p. 221.

¹¹ Bosi, Alfredo. *O pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix, [s.d.]. p. 56.

¹² Ataíde, Tristão de. *Contribuição à história do modernismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

¹³ Contier, Arnaldo D. O ensaio sobre a música brasileira (Mário de Andrade, 1928). *Revista Música*, ECA/USP, v. 6, n. 1-2, p. 75-121, 1995.

¹⁴ Moraes, Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 68.

Ainda que a revista não inclua em seus oito números nenhuma matéria que transpire qualquer preocupação específica com a identidade nacional, a frase citada é um indicador, logo após a Semana, da natureza da disposição do grupo de refletir sobre os caminhos a seguir.

Jardim de Moraes¹⁵ considera 1924 o marco para a elaboração da literatura e projeto de cultura nacional. E, não deixando de reconhecer os fatores invocados por autores como Wilson Martins,¹⁶ Borba de Moraes,¹⁷ Lafetá¹⁸ e Aracy Amaral,¹⁹ Moraes lembra que o material ideológico para uma nova etapa nacionalista do movimento moderno já estava presente na cultura brasileira em *A estética da vida*, de Graça Aranha, de 1922, que destaca as categorias da intuição e da integração; a primeira, permitindo a apreensão da alma brasileira em seus traços psicológicos mais profundos; o que resulta na substituição de uma abordagem teórica e analítica da nação por uma abordagem intuitiva.²⁰ Essas são as características do “Manifesto pau-brasil”, depois desenvolvido no da “Antropofagia”, de 1926, ambos de Oswald de Andrade. Quanto à integração, ela é categoria que atinge em maior grau a postura de Plínio Salgado e o “Manifesto verde amarelo”, de onde a expressão “integralismo” para denominar o movimento político por ele posteriormente liderado.

No que tange aos namoros do nosso modernismo com o intuitivismo, parece ter passado despercebido da crônica, pelo que estou informado, um texto saborosíssimo de Rubens [Borba] de Moraes, estampado no número 4 de *Klaxon* (julho de 1922). Trata-se de uma verdadeira síntese do pensamento do grupo modernista sobre a antinomia inteligência e intuição. Embora a expressão inteligência pudesse ficar melhor representada por “racionalidade”, é inequívoca a postura intuicionista defendida no texto que vale a pena transcrever:

¹⁵ Moraes, Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

¹⁶ Martins, Wilson. *O modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1973.

¹⁷ Moraes, Rubens Borba de. *O movimento modernista em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Tupy, [s.d.].

¹⁸ Lafetá, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

¹⁹ Amaral, Aracy. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Livraria Martins Ed., 1970.

²⁰ Moraes, Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 127.

O século XIX foi o século da Inteligência. Taine, o filósofo literato, do alto do seu prestígio, lança um livro, hoje envelhecido e falso, que toda a geração dos nossos pais devorou e digeriu mal. Nunca se escreveram tantos dicionários, tantos Larousses, tantas histórias universais. São poucos os literatos que não rabiscam seus estudos críticos, suas histórias da literatura. Tudo por causa da Inteligência. A mania de tudo explicar, metodizar, organizar, definir, levou o século passado aos maiores erros... O intelectualismo foi o grande fator que criou as obras-primas do classicismo. O clássico é um intelectual... A filosofia e a literatura dos séculos passados são dominadas pela Inteligência. Com a Inteligência, o único fator utilizado, os filósofos querem chegar ao conhecimento. O resultado foi quase nulo.

Diante dessa falência Bergson teve a idéia de procurar um outro instrumento: a intuição. Bergson separa a filosofia da ciência. O mundo da ciência pertence à Inteligência. Para conhecer a vida na sua mobilidade perpétua ele utiliza a intuição e o instinto. O que nos interessa aqui não é o resultado, dificilmente apreciável, da filosofia do autor de “Matière et Memoire”, basta-nos a sua influência na Arte moderna. Bergson é diretamente e indiretamente um dos autores da nova estética. O artista moderno quer uma emoção, uma sensação, uma percepção direta, “um dado imediato” para empregar a linguagem de Bergson. (...) A Inteligência... deforma a sensação, a intuição nunca. Hoje só há uma escola: a personalidade.²¹

Mas nos enganamos se essa fascinação pelo intuitivo e o instintivo nos levar a crer que aqueles dias e ditos consagravam a espontaneidade do gosto, pois Borba de Moraes arremata deliciosamente: “Não se gosta de arte moderna. Gosta-se de empadinhas de camarões, de bombons, de mulheres gordas, mas não se gosta de arte moderna: Compreende-se. Quem não compreende deve ficar quieto para evitar asneiras.”

A par da acima citada corrente Graça-Oswald, sintética, intuitiva, Jardim de Moraes identifica, no modernismo posterior à Semana, um outro fluxo Romero-Mário, de natureza teórico-analítica, “científica”, que se propunha estudar sistematicamente o Brasil, numa versão reciclada do lado doutor²² que vai alimentar “a constituição de uma sociologia, uma antropologia e uma ciência do folclore brasileiro” e que tem um

²¹ Moraes, Rubens Borba de. Balanço de fim de século. *Klaxon*, n. 4, p. 12-13, jul. 1922.

²² Moraes, Jardim de. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 124.

marco na música, com o “Ensaio sobre a música brasileira”, de Mário de Andrade, de 1928.²³ Ambas correntes são oriundas da Escola do Recife: Romero e Graça e mais precisa e antecedentemente Tobias Barreto. Com fartos argumentos José Paulo Paes²⁴ também insiste na influência de Graça sobre o ideário modernista de Mário e Oswald, desta vez pelo romance *Canaã*, de 1902.

Dante Moreira Leite²⁵ erige a *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior,²⁶ como a primeira obra a esquivar-se de explicar o Brasil por fatores particulares, tais como raça, clima, escravidão ou traços psicológicos. Interpreta o Brasil em função do sentido da colonização, de que nossa economia nunca esteve dirigida para as necessidades do mercado interno. Leite vê nessa postura de ênfase do tipo de colonização, imposto pela economia européia, a superação do pensamento ideológico na interpretação do caráter brasileiro, teoria essa, da superação do pensamento ideológico, que se procurou refutar posteriormente. Não teria existido, na realidade, “uma cultura brasileira no plano ontológico, mas sim na esfera das formações ideológicas de segmentos altamente elitizados da população, tendo atuado ideologicamente como um fator dissolvente das contradições reais”.²⁷

Em 1973 Antonio Candido²⁸ fazia notar que os critérios adotados para avaliar a cultura já não eram mais fornecidos pela ideologia da “consciência nacional” e sim pela noção de “consciência social”; observação que muitos, sobretudo os inveterados defensores fora-de-moda do “contexto”, não leram ou não meditaram... Isto corresponderia ao binômio de uma sociologia “como ciência que interpreta e uma consciência que interfere”, como destaca Souza Martins comentando uma já clara postura sociológica de Florestan Fernandes em seu *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, de 1968.²⁹

²³ Andrade, Mário. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo: Martins/ INL, 1972.

²⁴ Paes, José Paulo. *Canaã e o ideário modernista*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1992.

²⁵ Leite, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992. p. 316.

²⁶ Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

²⁷ Mota, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1978. p. 287.

²⁸ Candido, Antonio. *Literatura e subdesenvolvimento*. *Argumento*, São Paulo, n. 1, 1973.

²⁹ Souza Martins, José. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1998. p. 41.

Mota³⁰ destaca que no próprio plano do vocabulário notava-se, no período de 1930-1974, “a existência de uma sucessão de momentos nos quais as noções de civilização brasileira, cultura brasileira, cultura nacional, cultura popular, cultura de massa, marcariam os horizontes ideológicos da intelectualidade progressista, incrustada, ela mesma, na camada dominante” e que nos anos 70 ocorreria o acoplamento das duas noções ideológicas básicas: a cultura brasileira nos quadros da massificação, com linhas de interpretação visando à dessacralização radical da própria noção de cultura.

No caso particular da música foram três os manifestos que se sucederam ao *Ensaio sobre a música brasileira*, de 1928. O primeiro, de 1946, foi o “Manifesto de música viva”, que congregou o grupo dodecafonista, liderado por H.J. Koellreutter. O segundo, de 1950, foi a “Carta aberta de Camargo Guarnieri”, que repercute as decisões do Congresso de Praga, de 1948, o qual projeta internacionalmente as posturas zdanovistas, acentuadamente ideológicas, da arte dirigida da fase estalinista. O terceiro, foi o “Manifesto de música nova”, de 1963, publicado na *Revista Invenção*, dos poetas concretistas de São Paulo.

O Congresso de Praga, de 1948, repercutiu no Brasil no âmbito do pensamento e da imprensa de esquerda mas constituiu uma alavanca importante, através de artigo assinado por Cláudio Santoro³¹ e estampado na revista *Fundamentos*, de agosto do mesmo ano. Esse artigo também foi uma prévia importante na elaboração da “Carta aberta de Camargo Guarnieri”, divulgada dois anos depois. No artigo, Santoro já deixava claro que o problema fundamental era o estético e ideológico “quase relegado ao esquecimento”. Destacava que no mais das vezes faziam-se discussões estéreis dando importância à parte técnica das obras musicais, “a ponto de fazerem-se comparações matemáticas, gerando uma série de construtivismos discutidos e explicados com requintes de engenhosidade”. E logo explicita e localiza a dimensão de conteúdo e função social do compositor na sociedade:

O conteúdo mórbido e pessimista da maioria das obras atonais é negativo, porque leva o ouvinte a estados de contemplação e abatimento moral, tirando-lhe as forças

³⁰ Mota, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1978. p. 287.

³¹ Santoro, Cláudio. Problema da música contemporânea brasileira em face das resoluções e apelo do congresso de compositores de Praga. *Fundamentos*, São Paulo, n. 3, p. 233-240, ago. 1948.

e otimismo para lutar. Este problema que me preocupa depois de 1945, foi objeto de longas discussões com Koelreutter, sem chegarmos a um completo esclarecimento da matéria. Hoje, o esclarecimento está feito, sobre a função que deve ter a obra de arte, e é preciso agora trabalhar nesse sentido, procurando a realidade positiva que deve ter a criação artística.

E mais adiante:

... não tenhamos receio de proclamar que não é do alto da torre de marfim que falamos ao povo, é participando de suas lutas que poderemos refletir, em nossa arte, um conteúdo verdadeiramente democrático e progressista, na defesa dos justos ideais de desenvolvimento social, em prol da humanidade, da paz e da verdadeira nacionalidade.

E após valorizar a influência da canção e do ritmo popular na escola nacionalista de Villa-Lobos e Camargo Guarnieri, afirma:

As nossas culturas regionais quase inexploradas, estão esperando que se dê um passo definitivo lançando bases ideológicas, diferenciando dos nacionalistas pelo conteúdo que devemos introduzir e pela conseqüente nova forma a que devemos chegar.

A vocação das vanguardas do nosso século, expressa em manifestos, sempre foi mediadora, propedêutica, explicativa, visando à expansão da consciência social.³² O manifesto é a ação mediadora da linguagem falada. A crítica musical também sempre o foi, e isso se deve à inegável função fundadora da palavra. As poéticas cultivam um valor ontológico, são normativas; as estéticas não.³³ A tese da inessencialidade da arte, e desta com função meramente lúdica ou intuitiva, tem origens kantianas. A arte desinteressada, como atividade secundária, e portanto marginal, definia a experiência artística como esfera nem teórica nem prática, um limbo das atividades do homem. É

³² Vattimo, Gianni. *Poesia e ontologia*. Milão: Mursia editore, 1985. p. 33-67.

³³ Pareyson, Luigi. *Os problemas da estética*. Tradução de Maria Helena N. Garcez. São Paulo: Martins Fontes, 1984. Ver também, do mesmo autor, *Estética teoria da formatividade*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1993.

contra isso que se insurgem as vanguardas do século XX, tentando a restauração da dimensão ontológica da arte, o sentido do seu ser, contra todo formalismo.³⁴

O “Manifesto de música nova”, de 1963, que foi redigido já em 1961, em sua forma quase definitiva por Rogério Duprat, não deve ser interpretado como simples e exclusiva proposta de renovação da linguagem e das técnicas musicais. Tais fatores constituíam corolário de posturas muito mais profundas: propunha-se um reexame do próprio conceito de fruição estética, questionando a leitura esteticista e prognosticando uma presença maior do homem, com seus problemas quanto à obra musical, contra o sentimentalismo nacionalista e o egocentrismo personalista do artista-músico, impregnados de resíduos românticos. Para o “Manifesto”, o então enfatizado engajamento no mundo moderno envolvia o compromisso total com o mundo contemporâneo, que não consistia apenas na revolução da linguagem pela incorporação dos serialismos e dos processos eletroacústicos que pareciam já superados. Implicava também na assimilação do concretismo anti-idealista, na superação da arcaica oposição conteúdo-forma, deglutição dos construtivismos, reavaliação positiva dos recursos informatizados e comunicacionais, inclusive uma visão ampliada da psico-fisiologia da percepção, compatibilização da atitude global do músico com as conquistas até então efetuadas pelo homem como conhecimento do mundo, integrando criativamente a probabilidade e as conquistas da física de pós-guerra. Não foram esquecidos os libelos contra o ensino prelecional e impregnado de arcaicas posições pedagógico-didáticas fundadas na mera transmissão de conhecimentos acabados.

A proposta de organização das estruturas previa, na verdade, um repúdio a qualquer pretensão lógico-dedutiva das estruturas tradicionais, optando por uma visão “analógico-sintética” muito mais dinâmica e moderna. Nesse sentido, o “Manifesto” de 1963 era, de fato, muito mais moderno do que hoje se pensa, e até anti-estruturalista “avant la lettre”...

Rogério Duprat,³⁵ em entrevista a Júlio Medaglia, publicada no *Estado de S.Paulo* poucos anos depois do “Manifesto”, já explicitava melhor as coisas dizendo que em

³⁴ Vattimo, Gianni. *Poesia e ontologia*. Milao: Mursia editore, 1985. p. 33-67.

³⁵ Duprat, Rogério. *O Estado de S.Paulo*, 22 abr. 1972. Suplemento literário, p. 5.

1958, num estalo tardio, descobrira que “dodecafonismo não era pecado” e que ao tempo do “Manifesto” estávamos voltados “... só pros problemas de sintaxe e que urgia um ‘approach’ semântico da criação”. Para Duprat, outro fator, então, o conduziu à busca de significados em 1962: o convite que lhe fez Walter Hugo Khouri para compor a trilha sonora do longa metragem *A ilba*, que foi a primeira experiência em cinema, de qualquer membro do grupo de Música Nova. Só em 1972 o radicalismo conseqüente de Duprat fa-lo-á enunciar a frase que bem podia constituir objeto de reflexão para tantos jovens de hoje que pensam ter descoberto uma vetusta modernidade: “Uma atitude realmente radical”, dizia ele em *O Bondinho*,³⁶ “seria suspender toda atividade ao nível da representação”. E dado o contexto do artigo e a sólida formação filosófica de Duprat, podemos imaginar que ele não estava se referindo meramente à música de teatro mas sim ao profundo teatro da composição musical...; a que na tradição nietzschiana a história da representação teria mesmo chegado ao fim, não restando à arte senão a pura repetição do *déjà dit*, do já feito. A representação é tomada aqui por Rogério como o pseudo-evento, a coisa-da-coisa, o tópico e não o típico, a representação e não a apresentação. Antes mesmo do “Manifesto” de 1963, os membros do grupo de Música Nova já estávamos imbuídos inteiramente das linhas mais radicais do pensamento musical aleatório de John Cage que dois anos antes desequilibrara totalmente o ambiente e o clima do Festival de Darmstadt, do qual participara Damiano Cozzella, um dos mais lúcidos entre nós.

Propor uma nova teoria dos afetos mais afeta aos problemas novos do consumo e da criação, vertiginosamente precipitados no período do pós-guerra que diversificou o “topos” da presença da música, deu ao “Manifesto” a lúcida noção da necessidade de um equilíbrio, raramente encontrado em fase posterior, na década seguinte, em que predominou o estruturalismo, entre o que se chamava de informação semântica e informação estética. O “Manifesto” terminava com chave de ouro, citando Maiacovsky: “sem forma revolucionária não há arte revolucionária”. Hoje, após 35 anos, tudo isto soa extremamente ontológico, pois o fundamental para o “Manifesto”, naqueles anos, era a revolução pela arte... E a revolução pela arte era a reintegração da dignidade humana, de que o homem é ainda hoje tão carente.

| ³⁶ Duprat, Rogério. *O Bondinho*, 3 abr. 1972. p. 3.

Trata-se de aceitar o jogo das ideologias, que geram diferenças de pontos de vista. O jogo democrático é o jogo do diálogo, livre, amplo e irrestrito. Se estivermos convictos de que na base de uma definição qualquer do caráter brasileiro estará sempre uma ideologia inspiradora e geradora dessa definição. Se nos convenceremos de que, como sugere Vattimo,³⁷ a interpretação, ou melhor, a hermenêutica, não é apenas uma fase provisória de diálogo e debate que possa nos conduzir ao conhecimento ou formulação do entendimento acabado e definitivo de algo, mas sim a própria permanência do diálogo, do debate. A hermenêutica não como teoria do diálogo, mas como o próprio diálogo. Vamos compreender melhor a história e a correlação entre identidade e diferença. E, no nosso caso, o que é música brasileira para cada um de nós e para o outro, já que as diferenças seriam justamente o pólo a dar sentido às eventuais identidades.

| ³⁷ Vattimo, Gianni. *Etica dell'interpretazione*. Turim: Rosenberg & Sellier, 1989. p. 38-48.

Sobre os autores

Donald Ramos é professor de História em Cleveland State University, Cleveland, Ohio, E.U.A, onde atualmente exerce a Chefia do Departamento de História. Filho de imigrantes portugueses, graduou-se na Universidade de Massachusetts, doutorando-se pela Universidade da Flórida com a tese intitulada *A Social History of Ouro Preto: stress of dynamic urbanization in Colonial Brazil, 1695-1726*. Desde então publicou mais de duas dezenas de trabalhos, a grande maioria relacionada a Minas Gerais, focalizando aspectos da história social da Colônia e dos primórdios do Império. Constitui área de concentração de suas pesquisas os estudos sobre cultura popular na região das Minas, especialmente no século XVIII. Entre suas recentes publicações destacam-se: *A luta pelo domínio da identidade durante o século XVIII: construção e desconstrução mineira* (Maria Beatriz Nizza da Silva, org.); *De Cabral a Pedro I: aspectos da colonização portuguesa no Brasil*; e *Gossip, Scandal and Popular Culture in Golden Age Brazil* (*Journal of Social History*, 2000).

Marco Antonio Silveira, Mestre e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, é professor de História do Brasil no Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH). Entre os anos 1995 e 2000 atuou como professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp/ Campus Marília). Também lecionou na rede pública e privada de ensino de 1º e 2º grau em São Paulo, tendo publicado, em 1996, o livro didático *Os arraiais e vilas nas Minas Gerais*. De sua dissertação de mestrado resultou o livro *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*, editado pela Hucitec em 1997. Sua mais recente contribuição aos estudos das Minas no período colonial vem da tese de doutorado, *Fama pública: poder e costume nas Minas setecentistas*, defendida em 2000.

Luís Carlos Villalta, Mestre e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, é professor adjunto de Didática da História no Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto desde 1988 e, atualmente, dirige o Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Doutorou-se em 1999 com a tese *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa*. Desenvolve pesquisas sobre a história da cultura no Brasil Colonial, especialmente sobre livros, leitura e educação, e, em menor grau, sobre religiosidade, moralidade sexual e ensino de História. Destacam-se entre suas várias publicações o livro *1789-1808 - Os Brasis e o império luso-brasileiro*; os capítulos *Eve, Mary and Magdalene: Stereotypes of Women in Sixteenth-Century Brazil* (Brazilian Feminism/Universidade de Nottingham); *Bibliothèques privées et pratiques de lecture au Brésil colonial* (Naissance du Brésil moderne-1500-1808/Université de Paris); e *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*, (História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa). Dedicou-se também a escrever livros didáticos para o Ensino Fundamental. Foi membro de comissão do Programa BID-Monumenta 2000; integrou equipe técnica do MEC para avaliação de livros didáticos em 1997; atuou como professor da rede particular e estadual de ensino de 1º grau em São Paulo; além de ter sido coordenador da área de História em projetos de aperfeiçoamento de professores de Ensino Médio e Fundamental, desenvolvidos pela UFOP.

Jorge Ruedas de la Serna é Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular de Literatura Mexicana e Latino-americana na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México. É membro do sistema Nacional de Investigadores do México. Entre suas publicações recentes destacam-se: *Arcádia: tradição e mudança* (Edusp, 1995); *Arcádia Portuguesa* (Colección Cien del Mundo, 1995); *Historiografía de la literatura mexicana* (Universidad Nacional Autónoma de México, 1996); *De la perfecta expresión* (Universidad Nacional Autónoma de México, 1998); e *Antonio Candido, Estruendo y Liberación: Ensayos críticos* (Siglo XXI Editores, 2000).

Suely Perucci é Licenciada em Letras e em História, com especialização em arquivologia pela Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, e pós-graduação *lato sensu* em Cultura e Arte Barroca pelo Instituto de Filosofia, Artes e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto. Técnica do IPHAN/ Museu da Inconfidência desde 1974, ocupa atualmente o cargo de Chefe da Seção de Preservação, Documentação e Pesquisa do Museu da Inconfidência. Publicou os artigos “Iluminuras nos livros de compromissos de irmandades da arquidiocese de Mariana” (IFAC/UFOP, 1994), “Cláudio e Metastásio, Artaxerxes e Demofonte: reflexos e reflexões” (Scortecci, 2001), e o “Guia do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência” (1997). É co-autora do livro *Museu da Inconfidência* (Banco Safra, 1995). Colaborou nos Anuários VII e VIII do Museu da Inconfidência (1984 e 1990) com a publicação dos libretos de ópera a *Comédia do mais heróico segredo, Artaxerxe* (sic) e a *Ópera de Demofonte em Trácia, ou Dircéia*, tradução e adaptação atribuídas a Cláudio Manuel da Costa, além do levantamento documental dos Arquivos Eclesiásticos de Ouro Preto.

Fernando Correia Dias é Bacharel em Direito (1951), Bacharel em Sociologia e Política (1957) e Doutor em Ciências Sociais (1969), formação superior realizada na Universidade Federal de Minas Gerais. Sua tese de doutorado trata de aspectos sociológicos do Modernismo literário em Minas Gerais. Lecionou Sociologia na UFMG (1962-1969), na Universidade Católica de Minas Gerais/PUC (1963-1968) e na Universidade de Brasília (1969-1983). Atualmente é pesquisador-bolsista do CNPq, vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG. Tem-se dedicado a estudos nas áreas de Sociologia da Cultura, Pensamento Social Brasileiro e História da Cultura de Minas Gerais. Publicou, entre outros, o livro *UFMG: projeto intelectual e político* (Editora UFMG, 1997).

Carmem Silvia Lemos é Bacharel e Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG e Mestranda do Programa de Pós-graduação em História/ UFMG. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a justiça em Vila Rica na segunda metade do século XVIII. Técnica do IPHAN/ Museu da Inconfidência desde 1986, atua na Seção de Preservação, Documentação e Pesquisa, sendo responsável pela área de Pesquisa Histórica. Entre os principais trabalhos realizados destacam-se as edições dos Anuários VIII e IX, coordenação de cursos livres, pesquisas e curadorias de exposições temporárias e o projeto Banco de Dados: Inconfidência Mineira. Publicou os artigos “Higiene: questão de hábito?” (Catálogo da Exposição, 1993) e “O potencial de pesquisa do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência” (Guia do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, 1997). É e co-autora do livro *Museu da Inconfidência* (Banco Safra, 1995) e do ensaio “Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica” (*Oficina do Inconfidência: Revista de Trabalho*, 1999).

Régis Duprat é graduado em História pela Universidade de São Paulo. Musicólogo, violista e quartetista, integrou vários conjuntos de câmara e sinfônicos. Estudou harmonia, contraponto, composição e análise com G. O. Toni e Claudio Santoro. Coursou o Instituto de Musicologia na Sorbonne e no Conservatório de Paris, onde foi discípulo de Jacques Chailley e Marcel Beaufils. Doutorou-se em Musicologia, em 1966, pela Universidade de Brasília, onde lecionou por vários anos. É professor titular de Estética e História da Música Brasileira da USP/ECA. Entre outras pesquisas, localizou e catalogou obras de André da Silva Gomes (1752-1844), mestre-de-capela da Sé de São Paulo no período colonial, editando grande número delas. Desde 1985 é consultor da área de Musicologia do Museu da Inconfidência em Ouro Preto, exercendo a coordenação geral do projeto de organização, catalogação e divulgação do acervo de manuscritos musicais. Em seus 35 anos de vida acadêmica publicou inúmeros livros, centenas de transcrições musicológicas de partituras da Colônia e do Império Brasileiro, além de produzir diversos discos, inclusive sobre música popular brasileira do século XIX. É membro eleito da Academia Brasileira de Música.

Instrução aos colaboradores

Artigos inéditos, relacionados com as áreas de atuação desta revista – história, museologia, patrimônio, restauração, musicologia, arte brasileira tradicional, sociologia e antropologia de Minas Gerais, além de assuntos mais estreitamente vinculados às atribuições do Museu da Inconfidência – serão acolhidos para publicação.

O material deve ser enviado até 31 de julho de cada ano e serão examinados com a participação do Conselho Editorial. Os editores reservam-se o direito de introduzir alterações na redação dos originais para garantir a homogeneidade e qualidade da publicação, sem prejuízo de conteúdo, estilo e opiniões dos autores.

Para apresentação dos trabalhos, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

Texto – original digitado em espaço duplo, de aproximadamente 30 laudas, acompanhado de disquete, pequeno resumo em português e inglês e uma síntese do currículo do autor, com indicação das funções que exerce profissionalmente, referência sobre as áreas de seu interesse e sobre suas publicações mais recentes.

Notas e referências bibliográficas – deverão acompanhar o padrão da ABNT, podendo, por exigência da linha editorial da revista, sofrer alterações.

Museu da Inconfidência
Praça Tiradentes, 139
CEP 35400-000 - Ouro Preto – MG
Telefax: (31) 3551-1121
E-mail: museuinc@ouropreto.feop.com.br

Esta edição, com tiragem de 1.000 exemplares, foi composta em caracteres Gatineau e Zurich e impressa em papel Pólem Soft 80g pela Rona Editora em dezembro de 2001.